

CARLOS MAGNO MIERES AMARILHA

**OS INTELLECTUAIS E O PODER: HISTÓRIA, DIVISIONISMO E
IDENTIDADE EM MATO GROSSO DO SUL**

CARLOS MAGNO MIERES AMARILHA

**OS INTELLECTUAIS E O PODER: HISTÓRIA, DIVISIONISMO E
IDENTIDADE EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada para o curso de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

Dourados-MS
2006

CARLOS MAGNO MIERES AMARILHA

**OS INTELECTUAIS E O PODER: HISTÓRIA, DIVISIONISMO E
IDENTIDADE EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Dourados-MS, _____ de _____ de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

2º Examinador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz/UFGD

3º Examinador: Prof. Dr. Mário Cezar Silva Leite/UFMT

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados, que me possibilitou participar de Encontros, Simpósios, Congressos, Conferências (municipais, estaduais e nacionais), além de fornecer o apoio logístico para as realizações dos meus Projetos de Extensão desenvolvidos nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Aos professores Paulo Roberto Cimó Queiroz e Osvaldo Zorzato, pelas críticas, opiniões e sugestões pertinentes e valiosas, dadas na banca de Especialização em História (área de concentração: Historiografia e Ensino de História, 2004) e na banca de Qualificação de Mestrado em História (2005), que contribuíram de uma forma ou de outra para esta dissertação; tenho consciência de que ainda não está a contento, assim como de que não posso responsabilizá-los pelas ponderações e posicionamentos aqui efetuados.

Ao professor orientador Eudes Fernando Leite, que, com muita paciência, conseguiu conduzir essa pesquisa ao melhor ponto admissível; além da amizade, da solidariedade e do respeito profissional.

À CAPES, cujo apoio, por meio de bolsa, foi imprescindível para a realização desta dissertação.

Aos professores João Carlos de Souza, Cláudio Vasconcelos e Jérri Roberto Marin, que sempre estimularam os alunos enveredar no caminho da pesquisa.

A todos os professores e colaboradores do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

Aos secretários do mestrado em História, Thais, Kelly, Selma e Jean.

A todos os colegas do Programa de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados, que, durante as disciplinas, possibilitaram debates acalorados sobre a produção historiográfica e o papel do historiador no século XXI.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as construções culturais sul-mato-grossenses realizadas pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL). Faço uma ponderação sobre a criação de identidades mato-grossenses e sul-mato-grossenses nos períodos de 1918 a 1922 (Cuiabá), 1932 a 1934 (Campo Grande) e 1943 a 1946 (Ponta Porã). Estudo a relação desses intelectuais com o poder constituído. Observo a construção narrativa do “movimento divisionista”, divulgado pela Liga Sul-Mato-Grossense (LSM) nos anos trinta do século XX, e dos discursos históricos publicados depois da efetivação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio do governo militar, em 1977, difundidos pelos *homens de letras*, com a intenção de criar uma *identidade sul-mato-grossense*. Igualmente estudo a construção cultural dos hinos de MT e de MS, bem como o epônimo e o gentílico de Mato Grosso do Sul, escolhidos pelos Homens de Letras.

Palavras-chave: Identidades. Mato Grosso do Sul. Movimento divisionista.

ABSTRACT

This research analyses South Mato Grosso cultural constructions which were done by associates of Geographical and Historical Institute of South Mato Grosso (IHG-MS) and South Mato Grosso Academy of Letters (ASL). I ponder about the creation of Mato Grosso and South Mato Grosso identities in the period from 1918 until 1922 (Cuiabá), from 1932 until 1934 (Campo Grande) and from 1943 until 1946 (Ponta Porã). I study the relation of those intellectuals with the constituted power. I observe the narrative construction of the “divisional” movement which was divulged by South Mato Grosso Union (LSM) in the third decade of XX century and the historical discourse which was published after the effectivity of South Mato Grosso State by military govern in 1977 and promulgated by “Letter men” with the intention of creating a South Mato Grosso identity. As well, I study the cultura construction of Mato Grosso and South Mato Grosso music and also the eponym and the gentilic of South Mato Grosso which were chose by Lettered Men.

Key words: Identities. Mato Grosso do Sul. Divisional movement.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ALH-CG	Academia de Letras e História de Campo Grande
AML	Academia Mato-Grossense de Letras
ASL	Academia Sul-Mato-Grossense de Letras
CML	Centro Mato-Grossense de Letras
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHG-MS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
IHMT	Instituto Histórico de Mato Grosso
LSM	Liga Sul-Mato-Grossense
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	15
A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA NAÇÃO BRASILEIRA	15
1.1 A INSTITUIÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB	15
1.2 IDENTIDADE MATOGROSSENSE: A ELITE CUIABANA EM DEFESA DO PODER E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO E DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1919-1922).....	23
1.3 A “LITERATURA OFICIAL” EM MATO GROSSO: O PAPEL DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS.....	38
CAPÍTULO 2	51
O MOVIMENTO DIVISIONISTA: A ELITE PECUARISTA CAMPO- GRANDENSE NA LUTA PELO PODER ESTADUAL	51
2.1 A GÊNESE DE UMA IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE.....	51
2.2 O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ: O SONHO FRUSTRADO DA ELITE CONDUTORA.....	86
CAPÍTULO 3	98
REPRESSÃO E CORRUPÇÃO NO PODER EM MATO GROSSO	98
3.1 A CLASSE DIRIGENTE ESTADUAL APÓIA A DITADURA MILITAR	98
3.2 O PODER SIMBÓLICO: A FUNDAÇÃO DA ACADEMIA DE LETRAS E HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE (ALH-CG)	121
3.3 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR.....	139
CAPÍTULO 4	176
HISTÓRIA E IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS SUL-MATO-GROSSENSES	176
4.1 A HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL DIVULGADA PELOS INTELECTUAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL E DA ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS.....	176

4.2 O MOVIMENTO DIVISIONISTA E A TENTATIVA DOS INTELLECTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA SUL-MATO-GROSSENSE	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS	237

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresento um panorama geral dos discursos históricos publicados pelos intelectuais mato-grossenses e sul-mato-grossenses, com a intenção de divulgar uma identidade regional. Pondero como os *homens de letras* relacionam-se e articulam-se com o poder de mando local e estadual, bem como sobre a difusão de uma *identidade sul-mato-grossense* (na construção de história, literatura, heróis, mitos, hino, epônimo, gentílico, entre outros símbolos culturais). Analiso parte das obras publicadas pelos sócios (majoritariamente os presidentes) do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossenses de Letras (ASL); apresento, também, as análises realizadas por uma parte dos pesquisadores ligados a universidades, que fazem um contraponto às escritas divulgadas por essas primeiras entidades.

O estado de Mato Grosso do Sul é relativamente novo, mas a sua *história* é considerada antiga, pelos integrantes do IHG-MS e da ASL, sendo que essas entidades publicam e divulgam obras inéditas, manuscritos esquecidos ou esgotados de cunho regional. Nesse sentido, revelam inúmeras crônicas, artigos, ensaios, que constituem ricas informações da *história* de Mato Grosso uno e do atual estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, o usuário dessas riquíssimas fontes deve realizar a sua leitura com muita cautela e precedida de uma crítica realista prévia, já que estão carregadas de ideologias e mitos, para engrandecer os “pioneiros” que ocuparam (re-ocuparam) as terras sul-mato-grossenses.

Uma cultura não é homogênea; por essa razão, é sempre importante perguntar – cultura de quem? –, já que a cultura tem uma rede de significados socialmente estabelecidos. As culturas, com todo o seu arsenal simbólico e imaginário, confrontam-se, difundem-se e perpetuam-se. Os símbolos, as imagens, as mentalidades e as práticas culturais são considerados como lugares de exercícios de poder, de dominação e de conflitos sociais.

Para Roger Chartier, o cultural seria visto como o terreno de união entre os diversos sistemas simbólicos de uma sociedade historicamente identificada, cujos produtos e práticas sociais seriam encarados como sistemas de signos ou de *representações*. Cultura é,

portanto, tudo aquilo criado pelo esforço e pela inteligência humana, quer mostrado sob a forma tangível, material ou intangível e imaterial (expresso em usos, costumes, idéias e ideais). É um sistema de atitudes, de juízos de valores, de modos de pensar, sentir e agir. É o modo de vida de uma sociedade, como resultado das transformações humanas e da soma do conhecimento humano.

A palavra *representação* provém, etimologicamente, da forma latina – *fazer presente*. Re-apresentar alguém, fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto entre outros, como colocar um objeto no lugar de um outro, encenar um acontecimento “re-apresentando” no presente. Francisco Falcon elucida que “[...] *representar* pressupõe uma *atividade* ou *faculdade* da consciência cognitiva em relação ao *mundo exterior*: re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar” (FALCON, 2002, p. 9, grifo do autor). Ainda para o autor, *representar*, “como presente algo que não é dado diretamente aos sentidos” (FALCON, 2002, p. 5). Nesse olhar, a *representação* é um poder simbólico, uma vez que “[...] o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma imagem ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo” (FALCON, 2002, p. 5).

“Representar” é, sobretudo, estar no lugar de um outro, em um ambiente distante – é a presentificação de uma ausência. Sandra Pesavento argumenta que “[...] a representação é sempre uma atividade que envolve a imaginação criadora, em um processo que combina a exposição de um significante, portador de um significado, que remete a algo ou alguém, oculto” (PESAVENTO, 2003, p. 1).

A *memória* é uma evocação do passado. A memória é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A *lembrança* conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. Ou seja, é a garantia da própria *identidade*, de podermos reunir tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos.

Le Goff afirma que “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p. 423).

A *memória* sempre foi posta em jogo de forma muito importante na luta das forças sociais do poder, principalmente a *memória* coletiva. Nesse contexto, Le Goff enfatiza o

papel do poder constituído na criação da memória: “[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1996, p. 426). Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Por isso, “[...] o estudo da memória social, é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1996, p. 426). Na visão de Le Goff, “[...] a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1996, p. 477).

Nesse sentido, a memória não seria um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas imperiosas de nossa existência, que é a relação com o tempo, mas o tempo com tudo aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. Esquecer é ficar privado de memória e perder alguma coisa; o papel da memória é o de lembrar, para não ficar no esquecimento. Por isso, a *memória* (enquanto constructo cultural) tem os seus vínculos nada inocentes com o poder.

A *identidade*, como constructo cultural, é sempre trabalho coletivo de muitos: comunidades letradas e iletradas; grupos dominantes e dominados; comunidades integradas ou excluídas; todos contribuem com distinta intensidade, de modo diferente e em ocasiões diversas, para a produção desse dinâmico e mutável “caldo” cultural ao qual o *regionalismo* costuma vir identificado.

Com a implantação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio do governo militar, em 1977, e efetivado a partir do ano de 1979 (com a sigla MS), a recente unidade federativa do Brasil tem a necessidade de incluir uma *história* com aspectos próprios.

É no interstício do processo de implantação do estado de Mato Grosso do Sul (MS) que os *homens de letras*, sócios da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972) ampliam os seus poderes simbólicos e fundam, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL).

Para projetar, encontrar e adotar o *Mato Grosso do Sul* como distinto, diferente, dessemelhante do *outro*, é necessário, indispensável, dar-lhe um rosto, uma feição, uma

fisionomia, para que os moradores do estado de MS possam, assim, *identificar-se* de forma homogênea, única, particular e própria. Nesse sentido, os *homens de letras* também são chamados e invocados para instituir, estabelecer e definir o que faz ou não parte de um todo chamado *Mato Grosso do Sul*.

O estado de *Mato Grosso do Sul* possui uma *história* e uma *literatura* próprias e nelas procura integrar territorial, regional e socialmente suas *partes*. Para se obter essas *comunidades de sentimentos* que constituem a *identidade sul-mato-grossense*, são invocadas antigas tradições (reais ou inventadas), das quais são construídos os discursos *históricos* e *literários* que evidenciam os *sul-mato-grossenses* com suas características próprias.

Mito, memória e identidade envolvem atividades de sentidos e de valores; portanto, de produção, de circulação e de consumo. São vitais à vida social e se constituem, também, como áreas de poder e de prestígio. Nesse sentido, o poder simbólico é imprescindível à vida social, por isso é considerado como uma área de poder importante, mas, ao mesmo tempo, é um espaço de confronto, de embates, de cotejo e de conflitos.

O estudo da história pode servir a inúmeras finalidades, sobretudo para engrandecer a vida de gente poderosa, rica, para condecorar discursos, realçar datas importantes, honrar famílias “pioneiras”, políticos e artistas, aliados ao poder de mando político e cultural do estado. Assim, os *homens de letras* criam mitos, heróis, datas comemorativas, símbolos, conforme os interesses das elites sul-mato-grossenses, além de silenciar sobre as comunidades indígenas e, principalmente, de afro-descendentes.

A história tem papel fundamental na formação de uma memória sul-mato-grossense. Essa função de estabelecer uma identidade própria é essencial na estrutura do poder. Portanto, os *homens de letras* também têm lugar de relevo na criação dos símbolos culturais “oficiais” sul-mato-grossenses, entre os quais destacam-se: Hino, Epônimo, Gentílico, Mitos, Literatura, Heróis e, principalmente, a História.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, subdivididos em tópicos. No primeiro capítulo, apresento um panorama geral da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na construção cultural da nação brasileira (século XIX e início do século XX). Nele analiso, também, a criação de identidades mato-grossenses, construídas por intelectuais de uma parte da elite estadual (nortista ou cuiabana), no

período de 1918-1922, na gestão do presidente de estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa, contextualizando a instituição do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), entidades essas que tinham, como objetivo evidente, *inculcar* uma identidade mato-grossense, com a ajuda do poder público estadual.

No segundo capítulo, abordo a reação de uma parcela da elite mandante de Campo Grande (em sua maioria pecuarista) sobre a “identidade mato-grossense” divulgada pelos cuiabanos e a luta dos políticos campo-grandenses por um espaço no poder de mando estadual. Pontuo as articulações da Liga Sul-Mato-Grossense, fundada no Rio de Janeiro, no período de 1932-1934 e os discursos divulgados dessas lideranças com o intuito de criar um sentimento de pertencimento “sulista mato-grossense”, em que reivindicam um estado próprio: *o Estado de Maracaju*. Demonstro, ainda, as articulações dos “líderes sulistas” na Assembléia Constituinte de 1934. Do mesmo modo, estudo as narrativas históricas sobre a criação do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946) e os empreendimentos das elites campo-grandenses para conquistar o poder estadual.

No terceiro capítulo, contextualizo parte dos líderes campo-grandenses no poder estadual, o apoio das elites mato-grossenses ao governo da Ditadura Militar e a fundação da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG), nos anos setenta do século XX. Pondero, igualmente, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, assim como os discursos divulgados pelos sócios do IHG-MS e da ASL sobre os constructos culturais de MS.

No quarto capítulo, observo a divulgação da história de MS, construída pelos homens de letras, após a divisão, em 1977. Igualmente, analiso o discurso sobre o movimento divisionista e a tentativa dos intelectuais na construção de uma identidade sul-mato-grossense, com olhares de memorialistas e não-memorialistas.

Minha metodologia e os suportes teóricos que apresento nesta dissertação são categorizados por olhares que, de uma forma ou de outra, tratam da temática de identidades, nação e poder simbólico. Os autores que dão sustentação teórica e metodológica a minha pesquisa são: Hobsbawm, Roger Chartier, Le Goff, Stuart Hall, Benedict Anderson, Sandra Pesavento, Francisco Falcon, Marilena Chaui, Manoel Luís Salgado Guimarães e Lilia Moritz Schwarcz; entre os estudos específicos sobre Mato

Grosso e Mato Grosso do Sul: Hilda Gomes Dutra Magalhães, Lylia Galetti, José Carlos Ziliani, Osvaldo Zorzato, Paulo Roberto Cimó Queiroz e Marisa Bittar.¹

As obras aqui pesquisadas (todas publicadas) em parte, dos sócios do IHG-MS e da ASL (ou *homens de letras*), foram objeto, evidentemente, de um recorte; foram consultados: Lenine de Campos Póvoas, Francisco de Aquino Corrêa, José de Mesquita, Paulo Coelho Machado, Demóstenes Martins, Hildebrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães, Pedro Ângelo da Rosa, Athamaril Saldanha, Elpídio Reis, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, José Barbosa Rodrigues, José Couto Vieira Pontes, Otávio Gonçalves Gomes, Oliva Enciso, Enilda Mongenot Pires, além do documento “A Divisão de Mato Grosso: Resposta ao General Rondon (1934)”. De antemão, deixo claro que nem todos os autores sócios dessas entidades foram citados nesta dissertação para não alongar demasiadamente o texto. Para auxiliar o leitor, amparo-o com notas de rodapé, para prestar esclarecimentos, considerações complementares e, na maneira do possível, identifico o autor, tempo, lugar que ocupava no mundo social, além de outras informações pertinentes ao tema.

Vale a pena ressaltar que as criações de uma “identidade sul-mato-grossense” não são construções apenas dos intelectuais membros dessas instituições. Igualmente, mobilizam-se múltiplos elaboradores culturais, destacando-se os artistas plásticos, intelectuais, professores, políticos, escritores, pesquisadores, filólogos, turismólogos, ecólogos, comunicólogos, arqueólogos, antropólogos, literatos, jornalistas, historiadores, poetas, cantores, compositores, atores, cineastas, editores, publicitários, *designers* gráficos, cartunistas, dançarinos, promotores de eventos entre tantos outros que se encarregam, também, de criar uma identidade própria sul-mato-grossense.

Porém, nesta pesquisa, limitei-me a observar as relações dos *homens de letras* com o poder constituído e parte das obras publicadas por meio do IHG-MS e da ASL, especificamente com o olhar nos constructos identitários dos discursos históricos sobre o estado de Mato Grosso do Sul, consciente de que existem muitas fontes sobre essa temática, edificadas em múltiplos olhares, desempenhados cotidianamente por diversos artistas, escritores e pesquisadores. Espero que esta dissertação possa instigar ou contribuir para debates acerca da construção de uma identidade sul-mato-grossense.

¹ Das obras pesquisadas sobre as construções culturais de Mato Grosso do Sul de autores não-memorialistas (professores universitários), apenas as de Hilda Gomes Dutra Magalhães e Paulo Roberto Cimó Queiroz foram publicadas. Os demais trabalhos universitários, Lylia Galetti (tese), José Carlos Ziliani (dissertação) e Osvaldo Zorzato (tese), até o momento, não foram ainda publicados.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA NAÇÃO BRASILEIRA

1.1 A INSTITUIÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB

Em 21 de outubro de 1838 (período do regime monárquico), criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,² o IHGB, inspirado no *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834.³ Desde a sua inauguração, o IHGB contou com a proteção de D. Pedro II, expressa por uma ajuda financeira que, a cada ano, significava uma parcela maior do orçamento ao Instituto. Mas foi somente a partir de 1840 que o Imperador, além de participar freqüentemente de suas sessões, tornou-se o grande incentivador da Instituição.⁴ Membros da “boa sociedade”, figuras importantes da elite econômica e literária do Rio de Janeiro, associaram-se, de imediato, ao IHGB.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se um centro de estudos e de pesquisas, proporcionando ao Imperador levar adiante seu projeto de desenvolver uma política cultural para o país com um nítido “caráter brasileiro”. Desde a sua fundação coletava e arquivava os documentos de interesse para a História e Geografia do Brasil, com a intenção de divulgar os conhecimentos destes dois ramos científicos através do ensino público; mantinha correspondência com outras associações estrangeiras; instalava sucursais em outras Províncias do Império; e publicava a Revista do Instituto (RIO DE JANEIRO, 2005, p. 2).⁵

² Manoel Luís Salgado Guimarães observa que os fundadores do IHGB “[...] são o militar Raimundo José da Cunha Matos, na ocasião seu primeiro-secretário, e o cônego Januário da Cunha Barbosa, que irão empreender os primeiros passos no sentido da viabilização de um instituto histórico, através de proposta que apresentam ao conselho da Sociedade Auxiliadora em 18 de agosto de 1838, e que vem a ser aprovada em assembléia geral a 19 de outubro do mesmo ano. A instalação definitiva do IHGB se dá a 21 de outubro de 1838”. (GUIMARÃES, 1988, p. 4).

³ Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, “[...] cabe aqui, entretanto, apontar uma herança mais próxima, oriunda do espaço intelectual francês, mais especificamente do *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834, que manterá com o IHGB durante seus primeiros anos de vida um intenso contato”. (GUIMARÃES, 1988, p. 9; grifo meu).

⁴ O apoio do imperador ao IHGB: “[...] a presença de D. Pedro II tornou-se mais assídua, contribuindo para a construção da imagem de um monarca sábio e amigo das letras. Demonstrando seu interesse pessoal pelo Instituto, o Imperador, entre os anos de 1849 e 1889, chegou a presidir cerca de 506 sessões, ausentando-se somente por motivo de viagem”. (RIO DE JANEIRO, 2005, p. 1).

⁵ Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>>. Acesso em: 7 jun. 2005.

Durante muitos anos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro brilhou, solitário, como único expoente da produção do saber histórico. Instituição localizada no Rio de Janeiro, sede da corte e, portanto credenciada a representar toda a *nação*, reuniu em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época, aglutinando membros locais – sócios efetivos – e de outras partes do País e do mundo – sócios correspondentes. Cabe ao Instituto a função de coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil, e o incentivo ao ensino público de estudos de natureza histórica.

A “nação” é uma “comunidade” tão complexa que, sem sermos consistentes com o próprio termo “nação”, muitas vezes utilizamos outros que não significam exatamente o que queremos dizer, tais como “país”, “Estado”, “governo”, “terra”, “povo”, “cultura”, “alma” ou “caráter nacional”, e assim por diante. Ao se pesquisar as definições mais recentes de *nação*, encontrar-se-ão teóricos de vários campos do saber (inclusive historiadores) que discordam em muitos detalhes, mas, grosso modo, concordam que a *nação* é uma invenção conceitual ou uma interpretação de um *signo* para um objeto extremamente complexo.

Outros fatores que exacerbam a complexidade do conceito de “nação” advêm do fato de que as linhas territoriais nacionais são redefinidas de tempos em tempos, incluindo ou excluindo grupos humanos cujas identidades étnicas serão (ou não) incluídas no modelo de nação imaginada, inventada, criada e definida por documentos oficiais, obras literárias, históricas, propagandas políticas, etc. Há poucos séculos atrás, nem havia o uso do termo e, muito menos, o conceito contemporâneo de nação enquanto nação.

Autores como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Stuart Hall, Marilena Chaui, (e muitos outros) tecem diferenciados argumentos que comprovam a arbitrariedade e a instabilidade do conceito de nação.

A concepção de *nação* foi criada pela elite européia, efetivamente no século XIX, com propósitos de legitimação e de sua efetivação no poder constituído. Eric Hobsbawm⁶ assegura que “[...] a *tradição é inventada* e se caracteriza por um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que visam *inculcar* certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 1984, p. 9, grifo meu). Para Eric Hobsbawm, “[...] sempre que possível, tenta-

⁶ Ver HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

O Brasil, enquanto uma *nação*, cujo retrato o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se propôs a construir, teve, como *inculcamento*, uma civilização branca e européia. No entendimento de Marilena Chaui, “[...] é muito recente a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal. Sua data de nascimento pode ser colocada por volta de 1830” (CHAUI, 2001, p. 14).

Marilena Chaui⁷ observa que, no Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX, “[...] com as revoluções norte-americana, holandesa e francesa, ‘pátria’ passa a significar o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente. Eis por que, nesse período, aqui no Brasil, nas revoltas de independência, [...] os revoltosos falavam em ‘pátria mineira’, ‘pátria pernambucana’, ‘pátria americana’, finalmente, com o Patriarca da Independência, José Bonifácio, passou a falar em ‘pátria brasileira’ ” (CHAUI, 2001, p. 16). Para a autora, “[...] durante todo esse tempo, ‘nação’ continuava usada apenas para os índios, os negros e os judeus” (CHAUI, 2001, p. 16). Nesse sentido, Marilena Chaui assinala que a nação é uma invenção recente que, no Brasil, se divide em três etapas: “[...] de 1830 a 1880, fala-se em *princípio da nacionalidade*; de 1880 a 1918, fala-se em *idéia nacional*; e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em *questão nacional*” (CHAUI, 2001, p. 16, grifo do autor). Essas elaborações possibilitaram o surgimento do Estado moderno e, segundo Chaui, a *nação* é definida por um território preferencialmente contínuo, com limites e fronteiras claramente demarcados, agindo política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação e que precisa do consentimento prático de seus cidadãos válidos para políticas fiscais e ações militares.

Ainda Marilena Chaui enfatiza que território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do “caráter nacional”, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural. O conceito de “caráter nacional” é em principio compreensivo – cobrindo todos os traços de um indivíduo ou grupo. O caráter nacional é auto-suficiente,

⁷ Ver CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. 4. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

não necessitando de referência externa para sua definição; é mutável, permitindo modificações parciais ou gerais.

A *nação* é uma comunidade política *imaginada*, observa Benedict Anderson,⁸ *imaginada* como sendo inseparavelmente *limitada e soberana*. As *nações* residem nas formas diferentes pelas quais são *construídas e imaginadas* como uma *comunidade*. Anderson argumenta que, nos discursos da *nação*, são estabelecidos *sentidos* com os quais podemos nos *identificar*.

É imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente [...], mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão. [...] É limitada porque até a maior delas [...] tem limites bem definidos, ainda que elásticos, para além dos quais estão outras nações. [...] É imaginada como soberana porque o conceito nasceu numa era em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico, ordenado pelo poder divino. [...] É imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um profundo companheirismo horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas. (ANDERSON, 1989, p. 13-16).

As narrativas da *nação* são produzidas nas *histórias* e nas *literaturas* nacionais, que fornecem uma série de imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, fatos importantes, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à *nação*, como membro de uma *comunidade imaginada*.

José Murilo de Carvalho⁹ analisa que “[...] as *nações* requerem para sua sobrevivência a construção de uma *identidade* coletiva, para contrabalançar os muitos elementos divergentes que todas têm de enfrentar” (CARVALHO, 2003, p. 398, grifo meu). Essa *identidade* é uma construção composta de diferentes ingredientes, geralmente carregados com componentes altamente emocionais; “[...] a construção dessas identidades requer uma grande dose de ‘esquecimento’ e de ‘erros históricos’ ” (CARVALHO, 2003, p. 398). Desse modo, para o autor, esquecer e reescrever a história, geralmente, envolve “[...] a criação de memórias e heróis nacionais, símbolos, alegorias, mitos e rituais. Fatos e

⁸ Ver ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁹ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Nação Imaginária: Memória, Mitos e Heróis*. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A crise do Estado Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

personagens históricos são reinterpretados, freqüentemente pelos próprios historiadores, para tornar possível a coexistência de contrários e a junção de elementos díspares” (CARVALHO, 2003, p. 398).

Entre as razões do *orgulho nacional*, estão sempre aquelas que exaltam a natureza. Essas se sobrepõem a qualquer evento histórico, já que as belezas naturais são abundantes e, portanto, superiores às construções humanas.

O Brasil é um “gigante pela própria natureza”, que nosso céu tem mais estrelas, nossos bosques têm mais flores e nossos mares são mais verdes. Aprendemos que por nossa terra passa o maior rio do mundo e existe a maior floresta tropical do planeta, que somos um país continental cortado pela linha do Equador e pelo trópico de Capricórnio, o que nos faz um país de contrastes regionais cuja riqueza natural e cultural é inigualável. Aprendemos que somos um dom de “Deus e da Natureza” porque nossa terra desconhece catástrofes naturais (ciclones, furacões, vulcões, desertos, nevascas, terremotos) e que aqui, “em se plantando, tudo dá”. (CHAUI, 2001, p. 5).

A *nação* tem o papel de representar todos os brasileiros como pertencendo a uma grande família nacional. Desse modo, a *nação é compartilhada por todos* sem discriminação, o que dá significado, importância e *orgulho* de pertencer à mesma *comunidade imaginada*.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações, argumenta Stuart Hall:¹⁰ “[...] uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2001, p. 50). Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, assegura Stuart Hall, uma vez que uma cultura nacional busca unificá-lo *numa identidade cultural*. Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) buscou, no passado, elementos que explicassem o que significava *ser brasileiro*.

A *nação* é uma das “invenções” mais bem feitas, duradoura e nova. Mas nem todos aderem a ela: muitas vezes são intencionais, outras vezes não são tão intencionais, apropriam-se de outros símbolos, adereços, ritos, consciência, memória, sinais, marcas, representação. O nacionalismo trabalha com a emoção. Por isso, a importância da *literatura* e da *história*, que constituem insígnias para criar a imaginação de uma *nação*.

¹⁰ Ver HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Criado em 1838, o Instituto deveria instaurar, enfim, o semióforo “Brasil”, oferecendo ao país independente um passado glorioso e um futuro promissor, com o que legitimaria o poder do imperador. Como instituto *geográfico*, era sua atribuição o reconhecimento e a localização dos acidentes geográficos, vilas, cidades e portos, conhecendo e engrandecendo a natureza brasileira e definindo suas fronteiras. Como instituto *histórico*, cabia-lhe immortalizar os feitos memoráveis de seus grandes homens, coletar e publicar documentos relevantes, incentivar os estudos históricos no Brasil e manter relações com seus congêneres internacionais. (CHAUI, 2001, p. 50, grifo do autor).

O papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao construir uma historiografia para o Brasil significava, portanto, a própria fundação da nacionalidade, a construção da identidade do povo brasileiro. A fundação do IHGB permitiu a criação de um “*semióforo Brasil*”. No olhar de Marilena Chaui, “semióforo” aplica-se a: “[...] alguns objetos, animais, acontecimentos, pessoas e instituições que podemos designar com o termo *semióforo*. São desse tipo às relíquias e oferendas, os espólios de guerra, as aparições celestes, os meteoros, certos acidentes geográficos, certos animais, os objetos de arte, os objetos antigos, os documentos raros, os heróis e a nação” (CHAUI, 2001, p. 11). A autora observa o poder que o *semióforo* possui como insígnia de *riqueza*, de *poder* e de *prestígio*.

Dessa disputa de *poder* e de *prestígio* nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da *nação*, isto é, aquilo que o *poder político* detém como seu *contra* o *poder religioso* e o *poder econômico*. Em outras palavras, os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o *patrimônio* histórico-geográfico e artístico é *nacional*. (CHAUI, 2001, p. 14, grifo meu).

Assim, para realizar essa tarefa, nota Marilena Chaui, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a *nação*. Desse modo, o poder político faz da *nação* o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa.

Nessa construção de uma história “oficial” nacional, entre nomes, datas e fatos, havia um sentido político de sustentação da Monarquia brasileira e da formação da nacionalidade. Era da responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) demonstrar a vasta extensão do território, e suas diferenças regionais exigiam

como regime político a monarquia constitucional, tendo a unidade figurada no imperador. Era, igualmente, tarefa do IHGB prover a *história* com os elementos que garantiriam um destino glorioso à nação.

A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro. (GUIMARÃES, 1988, p. 2).

Como traço marcante desta história nacional em construção, temos o papel do Estado Nacional como eixo central, a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial. Manoel Luís Salgado Guimarães¹¹ assegura que os letrados reunidos em torno do IHGB tinham “[...] a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação” (GUIMARÃES, 1988, p. 2). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é marcado pelos critérios que presidem e organizam um tipo de sociabilização própria de uma sociedade de corte:

Esta produção escapa, assim, às regras e injunções específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apóia-se no domínio de um certo saber específico. Enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estava-se efetuando no espaço universitário, entre nós esta tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Em um primeiro momento, percebe-se a presença da tradição historiográfica iluminista na concepção de história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como “mestra da vida”. É a tradição particular do iluminismo europeu aqui no Brasil, que deixará suas marcas na geração fundadora do Instituto Histórico, marcadamente católico e conservador. A necessidade de se estruturar a História da Pátria pode ser observada nas palavras de um de seus sócios, Carlos Frederico de Martins, em 1844: “A História é mestra, não somente no futuro como também no presente. Ela pode

¹¹ Ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos sobre o patriotismo” (RIO DE JANEIRO, 2005, p. 1). O IHGB desejava criar a História do Brasil destacando suas grandes personagens e heróis, trazendo “[...] à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira” (RIO DE JANEIRO, 2005, p. 2). Assim, o Instituto brasileiro produz e divulga uma história nacional homogênea.

Foro privilegiado para se rastrear este projeto ambicioso é a revista trimestral publicada com regularidade pelo IHGB desde a sua fundação. Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da *Revista* se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida. Uma análise do conteúdo da *Revista* nos revela a incidência de três temas fundamentais, que chegam a absorver 73% do volume de publicações, quer em termos de fontes, quer em termos de artigos e trabalhos, o que atesta o peso deste complexo temático no projeto de escrita da história nacional. São eles a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história regional. (GUIMARÃES, 1998, p. 12).

Nesse sentido, a publicação regular da Revista do IHGB, penetrada da concepção exemplar da história nacional, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo, dessa forma, também para a construção da galeria dos heróis nacionais.

Cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. Exemplos longínquos dos centros do Velho Mundo, no Brasil, os institutos se propõem a cumprir uma tarefa monumental: “*Colligir, methodizar e guardar*” (RIHGB, 1839/I) documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais. (SCHWARCZ, 1993, p. 99).

Lilia Moritz Schwarcz¹² nota que o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi “[...] construir uma história nacional para demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional além de garantir certa hegemonia cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Desse modo, assegura Lilia Schwarcz que, de maneira diversa, nessas instituições, a produção científica sofreu com todas as limitações, “[...] de um tipo de estabelecimento que congregou lado a lado elite intelectual e elite econômica e financeira” (SCHWARCZ, 1993, p.

¹² Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituição e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (capítulo 4: Os institutos históricos e geográficos “Guardiões da História Oficial”, p. 99-117).

99). A função desses organismos foi a de construir uma história nacional e, portanto, integrar a nação a um modelo único, o que significava a construção de um passado que se pretendia ser singular, embora claramente marcado pela representação dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos Institutos. Assim, na essência desse procedimento de materialização do Estado Nacional, tão marcado por disputas regionais, toma força um programa de sistematização de uma história “oficial”.

Na visão de Cláudia Regina Callari,¹³ todos os institutos locais procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB, “[...] o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre seus membros –; por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional” (CALLARI, 2001, p. 61).

Em Mato Grosso, a fundação do Instituto Histórico local ocorreu em 1919, na oportunidade da solenidade em comemoração aos duzentos anos de fundação da capital de MT, Cuiabá. Igualmente é fundado o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), em 1921, entidades essas que se encarregam de construir uma *identidade mato-grossense*.

1.2 IDENTIDADE MATOGROSSENSE: A ELITE CUIABANA EM DEFESA DO PODER E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO E DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1919-1922)

Indicado pelo presidente Wenceslau Braz (1914-1918), assumiu a chefia do estado de Mato Grosso o bispo *Dom Francisco de Aquino Corrêa* (sacerdote, prelado, arcebispo de Cuiabá, poeta e orador sacro), que governaria o estado no período de 1918 a 1922.

Porém, antes do governo de Dom Francisco Aquino Corrêa, o presidente de Mato Grosso foi o General *Caetano Manoel de Faria Albuquerque*, que assumiu o governo em 15 de agosto de 1915, permanecendo na presidência um ano e quatro meses, até o presidente Wenceslau Braz decretar Intervenção Federal no estado, em janeiro de 1917.

¹³ Como exemplo, a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), fundado em 1862, segundo Callari, instituído com acentuada preocupação regional; “[...] posteriormente, novos institutos com base local começaram a pipocar, como o de São Paulo, fundado em 1894, e o Mineiro, em 1907” (CALLARI, 2001, p. 61). Ver CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

Lenine de Campos Póvoas,¹⁴ sobre este contexto, explica que os líderes do Partido Conservador ficaram inconformados com a atitude do presidente do estado, “[...] de chamar a colaborar com o seu governo o Partido Republicano, que lhe era oposição, ameaçavam conflamar novamente o Estado” (PÓVOAS, 1992, p. 92). Desse modo, surgiu um desentendimento:¹⁵ “[...] os líderes do Partido Conservador, como o senador Azeredo à frente, o Vice-Presidente Manoel Escolástico Virginio e a maioria absoluta dos Deputados estaduais abriram luta contra o chefe do Executivo” (PÓVOAS, 1992, p. 92).

Nesse período, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, temporariamente, funcionou na cidade de Corumbá, “[...] alegando falta de garantia para funcionar na Capital, *deslocou-se para Corumbá*, onde passou a realizar suas sessões” (PÓVOAS, 1992, p. 92, grifo meu). Informa Lenine de Campos Póvoas que esse episódio (em que a cidade de Corumbá passa a funcionar provisoriamente também como capital) ficou conhecido na *história* de Mato Grosso como *Caetanada*.¹⁶

Durante todo o ano de 1916, há confrontos armados em várias localidades do estado de Mato Grosso,¹⁷ sendo que ficou insustentável administrar o estado. Foi então que ocorreu a Intervenção Federal, que durou “[...] um ano e doze dias. Dois interventores governaram o Estado durante esse lapso de tempo: Camilo Soares de Moura e Crispiano da Costa Ferreira” (PÓVOAS, 1992, p. 92).

¹⁴ É historiador do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML). Foi presidente da AML e do IHMT.

¹⁵ As lutas fratricidas entre os coronéis de MT, na luta pelo poder, que são chamadas pelo IHMT e pela AML de “desentendimento político”, “paixões partidárias” ou ainda por outras expressões como “revolução”. Os Homens de Letras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) denominam alguns dos embates fratricidas ocorridos nesse período, na parte sul de MT, como sendo “movimentos divisionistas ou separatistas”. Sobre essa temática, faça uma ponderação no capítulo dois.

¹⁶ Ver PÓVOAS, Lenine Campos. *Síntese de História de Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Resenha, 1992.

¹⁷ Valmir Batista Corrêa, sobre esse episódio, mostra que, “[...] em apoio aos deputados azeredistas, *coronéis perrecistas* levantaram-se em armas em todo o estado: no norte, Lucas e Monteiro nos seringais de Piavoré; Sinfrônio e Josetti em Barra dos Bugres; Bem Rondon e Costa Marques em Poconé; Olimpio Ribeiro e Henrique Paes de Barros em Rio Abaixo; no sul, Pio Rufino em Nioaque; Sebastião Lima em Campo Grande; Quincas Nogueira em Ponta Porã; Valencio de Brum em Amambaí; e o major Antonio Gomes, que sublevou o Regimento Misto do Sul do Estado (logo depois dissolvido por ato governamental). Ao mesmo tempo, ao lado do governo foram mobilizadas forças no norte do estado, algumas sob o comando de Palmyro Paes de Barros e José Morbeck, onde *os perrecistas* foram logo de início derrotados. Eram as forças leaes, grupo esfarrapado dos seringueiros, garimpeiros e usineiros, comandados por ‘senhores feudais, de baração e cutello’. No sul do estado as forças governistas foram comandadas por Antonio Machado Ribeiro, Sergio Brum, e outros” (CORRÊA, 1995, p. 107-108).

Em janeiro de 1917, o presidente Wenceslau Braz decretou a intervenção federal em Mato Grosso. Observa Lylia Galetti que, nessa ocasião, o poder de mando do estado de MT entre os chefes políticos configurava-se uma situação de impasse, “[...] na medida em que nenhuma das agremiações partidárias que disputavam o controle político do estado conseguia tornar hegemônicas suas posições, nem conquistar o apoio do governo federal às suas pretensões de poder” (GALETTI, 2000, p. 274).

Nesse período, a situação política de Mato Grosso “era de caos e anarquia”. Para a historiadora Lylia Galetti, “[...] na sociedade mato-grossense, todos pareciam concordar, estava profundamente dividida pelas paixões partidárias, que levavam ao ódio e às lutas fratricidas e subordinavam aos seus interesses mesquinhos os interesses do estado e do povo em geral” (GALETTI, 2000, p. 274).

A instalação da Assembléia Legislativa na cidade de Corumbá, mesmo que provisória, deixou muitos cuiabanos preocupados em perder o mando estadual. Assim sendo, parte da elite da capital passou a reagir contra a ameaça de Cuiabá se transformar em uma cidadezinha solitária e abdicada. Lylia Galetti lembra que, na memória local, ainda permanecia “[...] viva a lembrança de Vila Bela, então cidade de Mato Grosso, que, perdido seu *status* de capital tornara-se moradia de alguns poucos escravos que por lá ficaram. Abandonada pelos brancos caíra em drástica decadência, definhando desde então num estado de abandono e desolação” (GALETTI, 2000, p. 270). Assim, a possibilidade de passar por circunstância semelhante parecia rondar a elite cuiabana.

Uma parte da elite mandante de Cuiabá, logo após o episódio da *Caetanada*, experimentou uma iminência real de perder o poder de mando estadual e a possível transferência da capital para outra cidade do sul do estado,¹⁸ já que os discursos divulgados pela imprensa da capital, nesse período, eram de que o Sul de Mato Grosso estava mais propenso para o *desenvolvimento* que o Norte de MT, principalmente por existir

¹⁸ Sobre esse contexto, Paulo Roberto Cimó Queiroz pondera que, “[...] ainda no século XIX as elites cuiabanas viram sua posição ameaçada pelo aumento da importância econômica e política de Corumbá.[...] Além disso, enquanto o ‘Norte’ permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, todo o Sul recebia, após 1870, um regular fluxo de migrantes brasileiros (paulistas, mineiros, paranaenses e, sobretudo na última década do século XIX, sul-rio-grandenses), além de imigrantes estrangeiros, sobretudo paraguaios. Desenvolvia-se, além da pecuária, a economia ervateira. [...] O advento da ferrovia permitiu ao Sul uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (enquanto a população cuiabana continuava a depender da difícil navegação dos rios Cuiabá e Paraguai até Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia). A ferrovia estimulou, enfim, o crescimento de outra potencial concorrente da velha Cuiabá: a cidade de Campo Grande, que logo, aliás, suplantaria a própria Corumbá na condição de principal pólo comercial do Estado” (QUEIROZ, 2005, p. 5). Ver QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: Um breve ensaio*. CPDO-UFMS, maio de 2005. 25 p. (mimeo).

concretamente a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando diretamente com São Paulo e o Sudeste a parte Sul de MT, que se encontrava mais propícia para a expansão capitalista.

Na avaliação deste quadro, que se configurava como uma ameaça à longa tradição de domínio político, social e cultural do norte do estado, os jornais cuiabanos expressaram, não raro, sentimentos de medo e angústia. Para alguns, o progresso da região sul parecia anunciar, inclusive, com força de uma fatalidade, com o impulso irresistível das leis naturais, a decadência de Cuiabá e até mesmo, a perda da sua condição de capital. (GALETTI, 2000, p. 269).

Os jornais da capital mato-grossense expressavam anseios de temor e a aflição de Cuiabá perder o mando estadual; desse modo, anunciavam o risco real: “[...] vista como um perigo latente, a decadência de Cuiabá, bem como de toda zona norte, chegava a ser comparada a um mal ainda pior que a varíola devastadora, [e] a revolução nefasta e destruidora, episódios profundamente marcantes na história da cidade” (GALETTI, 2000, p. 270).

Os embates fratricidas entre grupos rivais marcavam negativamente a história da cidade, ou seja, as lutas só traziam prejuízos para a imagem da capital. Além disso, parte da elite intelectual cuiabana tinha como exemplo o desvio da ferrovia, que alterou o caminho projetado, deixando Cuiabá de fora, sempre distante de tudo: “[...] a mudança do traçado da Noroeste do Brasil, que inicialmente teria como destino Cuiabá, deixou o norte do Estado fora de sua trajetória, o que parecia uma injustiça a esta região, mais que qualquer outra necessitada de meios de comunicação e do apoio do governo federal para vencer a distância que a separava da civilização” (GALETTI, 2000, p. 270). Assim, para uma parte da elite mandante local, ficava evidente a possibilidade de Cuiabá perder a condição de capital, o que permitiu um certo sentimento de unidade da elite nortista mato-grossense em defesa da terra natal.

As elites do norte da sociedade mato-grossense, nas duas primeiras décadas do século XX, segundo Lylia Galetti, encontravam-se em um período de incertezas, “[...] angústias e medos em relação ao futuro do estado. [...] Mas foi também, por isso mesmo, um momento em que *as energias intelectuais e afetivas* destes setores foram mobilizadas no sentido da redefinição de sua identidade coletiva” (GALETTI, 2000, p. 273, grifo meu). Assim, o perigo eminente impulsionou uma parte da elite cuiabana a se organizar no sentido de promover uma identidade matogrossense. Ou seja, as ameaças de perder o

mando político estadual, ao mesmo tempo, uniram uma parcela da elite mandante local a sair na defesa de Cuiabá continuar sendo a capital e, principalmente, pelo controle do poder.

O historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz, sobre essa temática, analisa que é nesse período que parte de uma elite mandante de Cuiabá costura um acordo político para manter o controle do poder do estado.

É, portanto, em face – entre outras coisas – de tais ameaças vindas do Sul que se delinea a estratégia dos dirigentes “cuiabanos” para garantir em suas mãos a “primazia do mando”. Tais dirigentes realizaram notáveis esforços no sentido de sua união, visando a recuperar e manter o controle político do Estado, encerrando a intervenção federal e antecipando-se aos possíveis desdobramentos políticos de um desenvolvimento do Sul desproporcional ao do restante do Estado. Assim, foi costurado um acordo para a constituição de um governo de *união e pacificação*, que seria presidido pelo bispo D. Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922). Além disso, aproveitando-se a conjuntura do bicentenário da fundação de Cuiabá, a elaboração da “identidade mato-grossense” seria centrada na valorização dessa cidade, buscando-se na história argumentos para defender o papel da capital. (QUEIROZ, 2005, p. 6, grifo do autor).

Desse modo, parte da elite de Cuiabá, percebendo o perigo de perder o comando político estadual para outras cidades do Sul de MT, realiza uma composição política entre os chefes dos partidos rivais para garantir o domínio de mando estadual, acordo que é referenciado como *união e pacificação*. Portanto, nessa oportunidade, a *história* vai ter papel fundamental na instituição de uma *identidade mato-grossense*.

Somente em outubro de 1917, concretizou-se o acordo político para o encaminhamento pacífico da disputa pelo poder, cujas cláusulas foram referendadas pelo governo federal e assinadas pelas duas agremiações partidárias, representantes de facções da classe dominante local, que disputavam o poder no estado: o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) comandado pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa e o Partido Republicano Conservador (PRC), então sob a chefia do deputado federal Aníbal de Toledo (GALETTI, 2000, p. 275).

A indicação do bispo de Cuiabá, Dom Francisco de Aquino Corrêa, para presidente do estado, fazia parte desse acordo, que ainda contava com “[...] quatro deputados *neutros*, a divisão igualitária entre os dois partidos das demais vagas da Assembléia Legislativa Estadual e dos dois deputados da Câmara Federal, e a indicação pelo PRMG do candidato que deveria disputar o senado por Mato Grosso nas próximas eleições a serem realizadas

(GALETTI, 2000, p. 275, grifo do autor). Efetivado o tratado *união e pacificação* pelas lideranças do Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) e do Partido Republicano Conservador (PRC), “[...] o acordo garantiu que a classe dominante local recuperasse o controle sobre a máquina do Estado [...] e procurou tornar possível o atendimento equânime dos interesses oligárquicos representados pelos dois partidos” (GALETTI, 2000, p. 276), concretizando o compromisso entre os dois partidos rivais. Segundo Lylia Galetti, esse acordo foi considerado, pela elite local, como um fenômeno da *engenharia política*.

Saudado como um gesto patriótico das lideranças partidárias que o arquitetaram, exaltado como uma maravilha de *engenharia política*, a credibilidade deste acordo repousava em grande parte sobre a escolha do bispo D. Aquino. Sua presença na direção do executivo mato-grossense fortaleceu também as representações sobre o caráter conciliador de que se revestiria o novo governo, apresentado como instrumento de pacificação da sociedade mato-grossense e de união de suas lideranças em torno do progresso do Estado (GALETTI, 2000, p. 276, grifo meu).

Virgílio Corrêa Filho credita a Dom Aquino Corrêa o sucesso da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Mato-Grossense de Letras: “[...] fecundo influxo exerceu D. Aquino, igualmente nos domínios intelectuais, mediante a publicação de obras atinentes a Mato Grosso e mais pela fundação de duas instituições, que desabrocharam mercê do seu carinhoso apoio” (CORREA FILHO, 1969, p. 612). Assim, a *literatura e a história* vão ter, na gestão do governo de Dom Aquino Corrêa, uma adesão¹⁹ “oficial”.

Há então, uma reação dos intelectuais cuiabanos (profundamente relacionados com o poder) às imagens negativas de Mato Grosso. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, “[...] nas décadas iniciais do século XX foi elaborada, por membros dos grupos sociais então dominantes no Estado, intimamente vinculados às esferas do poder, uma ‘identidade mato-grossense’ – sendo que os conceitos e imagens então construídos [...] deveriam ser *inculcados*²⁰ no restante da população” (QUEIROZ, 2005, p. 2, grifo do autor).

¹⁹ Lylia Galetti salienta que, “[...] de fato, embora esse processo não se inicie na conjuntura dos anos 1918-1922 é nela que essa febre e esta angústia característica dos processos de constituição da identidade de indivíduos ou grupos sociais alcança seu ponto máximo, impulsionando imaginação de inventar tradições e símbolos que falam de uma origem e de um passado comum, distintivo de uma individualidade” (GALETTI, 2000, p. 296). Em 1914, foi publicado o *Álbum Gráfico de Mato Grosso – EEUU do Brasil* (Corumbá/Hamburgo: AYALAS & SIMON Editores, 1914), com a finalidade de divulgar o estado de MT nos demais estados e no exterior. Ver ZORZATO, 1998.

²⁰ Paulo Roberto Cimó Queiroz chama a atenção para esses conceitos em *inculcar* uma identidade mato-grossense, “[...] de fato o foram, embora em medida ainda a ser melhor estudada” (QUEIROZ, 2005, p. 2).

A gestão de Dom Francisco de Aquino Corrêa como presidente de Mato Grosso (1918-1922) possibilitou, para um grupo de intelectuais de Cuiabá, fundar o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), em 8 de abril de 1919, e a instituição do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), em 7 de setembro de 1921, entidades essas que tiveram uma importância decisiva na elaboração, no registro e na preservação daquilo que uma parte da elite intelectual, econômica e política de Cuiabá desejava divulgar sobre o estado de Mato Grosso.

De acordo com os estudos realizados pela historiadora Lylia Galetti,²¹ as duas instituições, tanto o IHMT como o CML, nesse período, desempenharam papel fundamental no esforço coletivo de redefinição de uma identidade regional. Assim sendo, o Instituto Histórico de Mato Grosso dedicava-se a preservar a memória e as tradições locais, e o Centro Mato-Grossense de Letras, a produzir uma literatura com temáticas regionais.

As construções das identidades mato-grossenses ganharam, portanto, apoio “oficial” na administração de Dom Aquino Corrêa,²² havendo, nesse período, muitas realizações, entre as quais a criação do brasão e do hino; a definição de datas importantes do estado e heróis; a comemoração do 200.º aniversário de Cuiabá; a efetivação das instituições do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML) como elaboradores de uma identidade “oficial” mato-grossense.

Além da intensa produção dessas instituições, destacam-se também como manifestação do desejo de refazer a identidade estigmatizada, as comemorações do bicentenário da Fundação de Cuiabá (1919), nas quais proliferaram as elaborações de símbolos distintivos da identidade regional – como o hino, o brasão e a carta geográfica de Mato Grosso, as datas, os heróis e grandes personagens redescobertos ou alçados a essa condição –, que, a partir de então, passaram a compor a memória histórica e as tradições locais (GALETTI, 2000, p. 273).

Em 1918, Francisco Aquino Corrêa assumia o cargo de presidente do estado de Mato Grosso, com uma feição que “[...] favorecia representações sobre a sua figura como uma espécie de ‘santo’ capaz de realizar o ‘milagre’ da pacificação entre os partidos rivais,

²¹ Ver GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

²² Lylia Galetti pondera que “[...] tais manifestações se vinculam intimamente aos esforços de legitimação não só do governo de D. Aquino como também da elite nortista que ele representava” (GALETTI, 2000, p. 296).

contribuindo, decisivamente para reforçar a idéia de que, a partir de sua posse no governo, iniciava-se uma nova etapa na vida política de Mato Grosso” (GALETTI, 2000, p. 277).

Observa Lylia Galetti que “[...] o perfil de D. Aquino – bispo e intelectual – casava-se perfeitamente com a imagem de homem apolítico, capaz de neutralidade e isenção frente às paixões partidárias” (GALETTI, 2000, p. 277). Nesse sentido, Dom Aquino Corrêa era uma figura “[...] carismática e paternal que impressionava a muitos com os sermões que proferia do púlpito, era, além disso, reconhecida como um intelectual e como um apaixonado poeta das qualidades da terra natal” (GALETTI, 2000, p. 276). O currículo de Dom Aquino Corrêa, quando assumiu a presidência do estado de Mato Grosso, em janeiro de 1918, apresentava-se assim:

Nascido na Chácara Bela Vista, à margem do Rio Cuiabá, no dia 02 de abril de 1885, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Era filho do casal Antônio Tomás de Aquino e Maria de Aleluia Gaudie-Ley Corrêa. Iniciou os estudos no Colégio São Sebastião e fez o curso no Seminário da Conceição. Depois passou a freqüentar o Liceu Salesiano de São Gonçalo, onde recebeu o grau de bacharel em humanidades. Em 1902 ingressou no Noviciado dos Padres Salesianos de D. Bosco em Cuiabá, ordenando-se sacerdote em 1903 e iniciando o curso de Filosofia. Em 1904 seguiu para Roma, onde matriculou-se, simultaneamente, na Universidade Gregoriana e na Academia São Tomás de Aquino, por onde haveria de doutorar-se em Teologia, em 1908. Em 17 de janeiro de 1909, já tendo recebido todas as Ordens Menores e Maiores, foi ordenado presbítero. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor do Liceu Salesiano de Cuiabá, cargo que desempenhou até 1914, quando foi designado, por SS. Pio X, para titular do Bispado de Prusíade e Auxiliar do Arcebispo da Diocese de Cuiabá, cargo em que foi investido em 1º de janeiro de 1915, aos 29 anos. Em 1919, o papa Bento XV conferiu-lhe os títulos de Assistente do Sólido Pontifício e Conde Palatino. Em 1921, com o falecimento do Arcebispo Dom Carlos Luís de Amour, foi elevado ao Arcebispado de Cuiabá, recebendo o Pálio Arcebisposal das mãos de Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo (ABL, 2005, p. 3).

Dom Francisco de Aquino Corrêa era filho de tradicional família cuiabana (descendente, pelo lado materno, da família dos Guadie-Ley, de grande prestígio no período imperial). Destacou-se, desde cedo, na Igreja, na política e na literatura,²³ tendo sido o primeiro escritor das terras do Mato Grosso a fazer parte da Academia Brasileira de Letras, eleito em 9 de dezembro de 1926 para a Cadeira n.º 34, na sucessão de Lauro Müller; foi recebido em 30 de novembro de 1927, pelo acadêmico Ataulfo de Paiva.

²³ Dom Aquino Corrêa publicou as seguintes obras: “*Odes* (compreendendo Psalmódias, Melódias, Rapsódias); *Terra Natal* (poesias); *Flor d’aleluia* (poemeto); *Discursos*; *Castro Alves e os Moços* (estudo crítico); *Uma flor do clero cuiabano* (biografia) além de grande número de conferências, orações, pastorais, etc.” (MESQUITA, 1941, p. 13).

Lylia Galetti assinala que Dom Aquino Corrêa “[...] encarou seu governo como o início de um novo tempo, e o desempenho das funções de seu cargo como uma missão de paz que, entendia, fora confiado mais para *Deus do que pelos homens*” (GALETTI, 2000, p. 277, grifo meu). Segundo a autora, durante todo o ano de 1918, recebeu o governo de Dom Aquino Corrêa manifestações de apoio e congratulações de inúmeros locais de Mato Grosso e do Brasil para o sucesso de sua administração; em Cuiabá, realizaram-se diversas festas e homenagens em reconhecimento de sua liderança, fundadas na crença da sociedade local de que seria capaz de trazer dias melhores para o estado de Mato Grosso.

Em Cuiabá, peças teatrais, concertos musicais, almoços e jantares foram realizados em sua homenagem, envolvendo não só políticos, mas também cidadãos comuns. Embora se possa supor que essas manifestações tivessem objetivos meramente pragmáticos – conseguir favores e privilégios junto ao governo – certamente expressavam, também, o reconhecimento da liderança de D. Aquino, a crença em sua neutralidade frente ao jogo político, a confiança em sua postura paternal de religioso e a esperança de que seu governo pudesse, efetivamente, significar melhores dias para Mato Grosso (GALETTI, 2000, p. 278).

Entretanto, em meio às felicitações festivas, ao mesmo tempo, “[...] chegavam os pedidos de reparações de perdas e danos ocorridos em governos anteriores e frutos de ‘revoluções’ como eram designados em Mato Grosso os violentos e constantes conflitos armados entre setores da classe dominante local” (GALETTI, 2000, p. 278-279). Lylia Galetti demonstra que o governo de Dom Aquino continuamente os acolhia, “[...] as reivindicações endereçadas a D. Aquino, em parte atendidas, *aludiam* explicitamente ao caráter apartidário de seu governo e à sua equidistância em relação às facções em luta, como garantia do atendimento às reivindicações formuladas” (GALETTI, 2000, p. 279).

Desse modo, a historiadora assinala que “[...] a situação política em Mato Grosso era bastante propícia de criação de mitos políticos, como o da ‘unidade’ entre os mato-grossenses e a de um ‘salvador’ capaz de realizá-la” (GALETTI, 2000, p. 278-279).

Em 3 de março de 1918, no início do governo de Dom Aquino, um grupo de intelectuais²⁴ realizou uma reunião com a finalidade de organizar a comemoração do

²⁴ Entre os intelectuais presentes, nessa ocasião, “[...] fazia parte da comissão signatária do convite o grupo de intelectuais que no ano seguinte estaria entre os fundadores do Instituto Histórico de Mato Grosso, como Estevão de Mendonça, Miguel Carmo de Oliveira Melo, João Barbosa de Faria, Philogônio de Paula Correa e Antônio Fernandes de Sousa” (GALETTI, 2000, p. 285). Naquela oportunidade, instituem oficialmente uma Comissão Central Promotora da Comemoração do Bicentenário de Cuiabá. Deste modo, na visão de Galetti, “[...] os intelectuais cuiabanos, em suas representações da sociedade local, expressavam o drama da tradicional elite nortista, assustada diante dos sinais de estagnação do seu espaço de reprodução social, evidenciado pelas transformações demográficas e sociais que animavam a

bicentenário da capital mato-grossense; “[...] para esta reunião foram convidadas várias autoridades estaduais, representativas dos poderes executivo, legislativo, municipal e judiciário, autoridades militares, deputados federais e estaduais” (GALETTI, 2000, p. 285). Assim, as propostas apresentadas nessa primeira reunião

[...] expressavam uma dupla preocupação, reveladora de uma reação às críticas que reputavam Mato Grosso como lugar *atrasado e incivilizado*: mostrar aos próprios mato-grossenses e ao Brasil como um todo as potencialidades econômicas do estado e, com a mesma veemência, a sua história e as suas tradições. (GALETTI, 2000, p. 285, grifo meu).

Parte da elite mandante do estado assume, então, os cuidados em construir uma imagem positiva de Mato Grosso;²⁵ observa-se, igualmente, a preocupação desses intelectuais em conservar a memória da história local, principalmente em seu domínio.

A preocupação em associar o progresso de Mato Grosso à preservação da memória histórica estava presente na proposta de criação de um Instituto Histórico local, cuja inauguração deveria acontecer durante as comemorações oficiais do bicentenário, e de uma exposição que revelasse toda a pujança das riquezas naturais do estado, bem como o que já existisse de exploração organizada destas riquezas. Tal exposição deveria apresentar também um material histórico e etnográfico que seria a base para a criação, posteriormente, de um museu histórico regional, cuja organização deveria caber ao futuro Instituto Histórico (GALETTI, 2000, p. 286).

Assim, em 1919, na comemoração do “Bicentenário da Fundação de Cuiabá”, houve uma mobilização por parte de uma elite cuiabana que organizou e preparou o evento; nessa oportunidade, foi fundado o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), com o intuito de construir uma memória histórica local que pudesse garantir a permanência de valores e tradições mato-grossenses.

A existência de uma instituição dedicada a esta tarefa era também a garantia de que a história, até então *uma deusa sem altares* pudesse ser conhecida e venerada, afastando o perigo do esquecimento que, no limite, poderia levar à morte de um povo. Assegurar o conhecimento da História, o culto a essa deusa guardiã de tradições, aparecia, ao contrário, como

região sul do estado, onde novas forças econômicas e sociais passavam a questionar seu tradicional domínio político” (GALETTI, 2000, p. 299).

²⁵ Para Lylia Galetti, “[...] é, sobretudo em torno das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, em 1919, festa que relembra as origens do lugar e de sua gente, e simboliza o início de um novo século de história, que ganha força e consistência a elaboração dos elementos distintivos do *ser mato-grossense*” (GALETTI, 2000, p. 285, grifo do autor).

garantia de imortalidade e mais do que isso como um traço distintivo de um povo civilizado. (GALETTI, 2000, p. 305, grifo do autor).

A solenidade de instalação oficial do Instituto Histórico de Mato Grosso “[...] foi realizada na noite do dia 08 de abril, a sessão solene de instalação do IHMT foi o ponto alto das comemorações do bicentenário de Cuiabá” (GALETTI, 2000, p. 310). Porém, a solenidade em comemoração ao aniversário da capital continuou,

[...] em novembro e dezembro do mesmo ano as comemorações seriam retomadas com outras festas e solenidades, quando então foram inaugurados as obras que o governo programara e recebidos, com pompa, os convidados ilustres que haviam adiado sua vinda a Cuiabá, como o Núncio Apostólico D. Ângelo Scapardini e Cândido Mariano da Silva Rondon. (GALETTI, 2000, p. 310).

É importante salientar que, nos discursos políticos, “[...] a defesa de Cuiabá, de sua importância histórica e de sua manutenção como capital de Mato Grosso era uma constante” (GALETTI, 2000, p. 310). Na oportunidade da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, igualmente é lançada a Revista do IHMT, que ratifica a importância de divulgar e de escrever sobre a história mato-grossense, além de preservar seus registros.

Para os fundadores do IHMT parecia ter soado, enfim, em caráter de urgência, a hora da memória, esse momento crucial em que o passado precisava ser salvo, sob pena de tradições se tornarem verdadeiros enigmas para os próprios mato-grossenses, *Altar da História, arca salvadora, guardião* da memória e das tradições mato-grossenses, as metáforas desses discursos inaugurais habilitavam o Instituto Histórico a conjurar a ignorância e o esquecimento a que passado comum estaria relegado. (GALETTI, 2000, p. 309, grifo do autor).

Os sócios do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) preocupavam-se em registrar e descrever episódios, lugares e personagens considerados importantes no cenário político estadual, para engrandecer a terra mato-grossense. Construía uma memória própria em reação ao estigma da barbárie; desse modo, criavam e divulgavam uma identidade mato-grossense.

Assim, os historiadores locais ao procurarem substituir a imagem de violência e selvageria atribuída ao mato-grossense pela de “revolucionário”, de um lado, contrapõem-se a imagens externas que lhes são adversas e, de outro, buscam reconstruir uma memória que os aproxime, independentemente de sua vinculação política, tendo em vista a perpetuação do grupo no controle do estado (ZORZATO, 1998, p. 12)

Oswaldo Zorzato²⁶ assinala que se constitui, em Mato Grosso, uma historiografia de conteúdo essencialmente memorialista: “[...] seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada objetivando afirmar uma suposta peculiaridade, que a um só tempo especifique e insira Mato Grosso no cenário nacional” (ZORZATO, 1998, p. 12).

Com a instituição oficial do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), “[...] os memorialistas dão início à construção de um imaginário buscando estabelecer laços identitários e afastar estereótipos elaborados externamente, que em geral enfatizam aspectos negativos sobre a gente e o meio mato-grossense” (ZORZATO, 1998, p. 5). Desse modo, Oswaldo Zorzato observa, em sua pesquisa, a utilização dessa memória por parte de uma elite cuiabana, para justificar determinadas condutas e ações políticas a seu favor.

Com o advento da república, a exemplo do que ocorre em outras regiões do país a parcela dominante da população que emerge como força política regionalizada, busca criar a sua própria memória, atrelando-a, dentro do possível, à idéia de nação em formação [...] Estruturado conforme o exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A criação do IHMT surge no mesmo contexto dos eventos organizados em 1919. [...] A ênfase no fato de “que somos um povo só, uma mesma família”, reforça a necessidade da definição de uma identidade de um povo, cujo “grandioso destino” precisa ser garantido. Reage-se, também, à pecha do estigma da barbárie que externamente é veiculada. (ZORZATO, 1998, p. 8).

O Instituto Histórico de Mato Grosso desempenha a tarefa fundamental na constituição de uma “história oficial” em Mato Grosso: “[...] a rigor, a elaboração e consolidação da memória local foram produzidas dentro do Instituto Histórico. Desde sua fundação, seus estatutos indicam como perpetuar o seleto grupo de memorialistas, bem como o que deve ou não ser divulgado” (ZORZATO, 1998, p. 16). A administração e a manutenção do IHMT davam-se assim:

[...] a sustentação financeira do Instituto decorre da obrigatória contribuição dos seus consócios, da venda de sua revista e, sobretudo, da ajuda regular dos cofres públicos. Pelo estatuto, as autoridades políticas também participam como sócios honorários. Este fato dá aos trabalhos e publicações do Instituto um caráter quase oficial. (ZORZATO, 1998, p. 27).

²⁶ Ver ZORZATO, Oswaldo. *Conciliação e identidade: Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998. Nesse trabalho, o autor analisa a constituição de uma memória historiográfica do estado de Mato Grosso no período de 1904-1983.

Segundo Osvaldo Zorzato, é essencial, ainda, assinalar que, entre os sócios efetivos, “[...] em número de trinta, compunham-se várias comissões, sendo as duas principais a que cuida da adesão de novos sócios e a responsável pela edição da revista. A primeira dá ao Instituto um caráter de confraria e a segunda estabelece uma espécie de censura prévia ao que deve ou não ser publicado” (ZORZATO, 1998, p. 27). Dessa maneira, havia certo controle, por parte da elite letrada cuiabana, das publicações e dos sócios que iriam compor as cadeiras do IHMT.

As muitas faces desse universo identitário tornam um todo, constituindo-se num artifício a partir do qual a identidade é apresentada como sendo de todos indistintamente. Essas muitas faces – filhos do mesmo solo, destemidos, patriotas, defensores da lei e da ordem, etc –, engendram uma idéia de coesão e sentimento de pertencimento ao grupo e a partir desses atributos desencadeia-se um conjunto de ações e reações que põem em funcionamento as engrenagens do poder. (ZORZATO, 1998, p. 19).

A tarefa de criar uma *identidade mato-grossense* caberia aos filhos abastados de Cuiabá. Nesse sentido, as construções de poemas, histórias, romances, entre outros, estão comprometidas com uma história épica da conquista da terra-mãe, consecutivamente publicadas e republicadas pelos sócios do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT).

As dimensões propriamente políticas – práticas viciadas de ascensão e exercício do poder –, econômicas – onde se desenvolve, sobretudo, mecanismo de cooptação, através de vantagens individuais – e ideológicas – criações simbólicas que procuram cimentar uma perene coesão –, constituem-se num todo indissociável. As relações de poder são mascaradas na medida em que a sociedade é tida como uma vida em harmonia, onde todos cumprem seus papéis previamente estabelecidos, a partir de relações de compromissos. Os papéis de destaque cabem aos mais ilustrados, geralmente filhos ou protegidos de famílias importantes. Relações de parentesco, de compadrio e outras garantem a fidelidade e a permanência dos compromissos. O cumprimento dos papéis mantém o jogo onde não se questiona quem manda, por que manda e como manda. (ZORZATO, 1998, p. 19).

O Instituto Histórico de Mato Grosso edifica e divulga uma história exemplar dos filhos ilustres de estado de Mato Grosso.²⁷ Segundo Osvaldo Zorzato, tanto internamente como externamente, os membros do IHMT sempre permanecem aliados com os poderes constituídos, além de defender, sucessivamente, as gestões dos governos que estavam no mando. Portanto, o IHMT sempre apoiou e legitimou os grupos políticos e famílias ligadas ao poder do estado de Mato Grosso.

Observa Osvaldo Zorzato que são trocados os adjetivos; de *sanguinários* para *revolucionários*, continuamente substituindo *selvagens* por *civilizados*. O autor pondera que “[...] no lugar de *preguiçosos*, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do amor à terra natal” (ZORZATO, 1998, p. 12). Portanto, os intelectuais mato-grossenses constroem as imagens pelas quais querem ser lembrados. Ou seja, a invenção de identidades (além de unir grupos rivais) encobre os conflitos armados entre as famílias adversárias pelo poder, as constantes lutas fratricidas no meio de partidos rivais, das fraudes eleitorais, da pobreza e da miséria em que vivia uma boa parte da população mato-grossense.

Nesse sentido, Osvaldo Zorzato avalia que “[...] essa noção de *pertencimento* é útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais em torno de um mesmo projeto de constituição de uma identidade própria [...] ao mesmo tempo, usar desta identidade como escudo para manter práticas que lhes garantam privilégios” (ZORZATO, 1998, p. 11, grifo meu). Essas relações de *inculcar* lembranças homogêneas favorecem famílias “pioneiras” do poder estadual.

Em síntese, a estes “*ilustrados mato-grossenses*” cabe o papel do registro “*heróico*” dos antepassados, colocando-se ao mesmo tempo como herdeiros e guardiães da memória do povo que julga representar. Assim, na defesa das fronteiras brasileiras contra a ameaça estrangeira; na estruturação da sociedade politicamente organizada; na exploração das riquezas naturais “*adormecidas*” em regiões *inóspitas*; na formação de

²⁷ Os nomes considerados os expoentes são *objeto de estudos* pelos sócios do IHMT, “[...] arrolados vão desde os primeiros memorialistas J. Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira, no século XVIII, passando por Ricardo Franco de Almeida Serra, Lacerda de Almeida e Silva pontes, na virada do século. Segue com Luiz D’Alincourt e Augusto Leverger, no século XIX, Estevão de Mendonça e João Barbosa de Faria, discípulos de Leverger e futuros membros do IHMT, até o General Rondon que já nos anos vinte começa a ser cultuado pela historiografia local como exemplo de ‘civilizador do sertão’, título que lhe seria conferido posteriormente pelo Conselho Nacional de Geografia” (ZORZATO, 1998, p. 31).

um povo de origem seleta, nobres em atitudes e em procedência; na grandeza *épica* de suas conquistas; na luta para *devassar* “a natureza e homens igualmente selvagens”, é que estaria a grande obra “civilizatória” e, portanto, a brasilidade mato-grossense. Mas também a especificidade de um povo “destemido”, “patriótico” ou “revolucionário”, sempre que se faz necessário a defesa da lei e da ordem (ZORZATO, 1998, p. 32, grifo do autor).

Oswaldo Zorzato ressalta, ainda que, “[...] no caso da sociedade mato-grossense, a construção de base identitária se faz mediante o tratamento de alguns eixos temáticos principais. Estes, por sua vez, desdobram-se igualmente em tópicos de uma memória que se busca consolidar e preservar” (ZORZATO, 1998, p. 25). Para o pesquisador, é importante assinalar que “[...] esta construção identitária inicia-se timidamente no início do século e toma corpo com a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso, em 1919. Em boa medida, os trabalhos aí produzidos saem publicados na própria revista do Instituto, aliás, criada com aquele intuito” (ZORZATO, 1998, p. 25). As publicações realizadas pelo IHMT²⁸ são consideradas, pelos seus membros, como uma obra *civilizadora*:

O caráter de epopéia, o heroísmo de seus personagens, o registro dos feitos dos antepassados como obra “civilizadora” e até o tom aristocrático, que caracterizam as narrativas dos autores mato-grossenses, já estão presentes em seus escritos. Preocupações genealógicas, registro da passagem de viajantes, observações de eventos culturais tratando da existência da imprensa e da ação dos religiosos, que serão posteriormente trabalhados por seus consócios. (ZORZATO, 1998, p. 29).

O Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) surge ligado ao próprio processo de elaboração de uma identidade homogênea mato-grossense, constituindo-se, desde a sua fundação, como um órgão respeitável dentro da elite mato-grossense e de influência nas administrações públicas.

²⁸ Nesse período, as publicações realizadas pelos memorialistas mato-grossenses, “[...] a historiografia de Mato Grosso busca, no passado, justificativas para a adesão dos segmentos sociais locais dominantes ao golpe e ao regime que se instituiu logo após. De um lado, práticas políticas locais autoritárias e excludentes, passadas e presentes, escondem-se em adjetivos pomposos, tais como ‘revolucionários’ e ‘patriotas’. Escamoteia-se dessa forma a exclusão dos ‘de baixo’ da sua história” (ZORZATO, 1998, p. 7). Para Oswaldo Zorzato, vulgarizam a história mato-grossense, “[...] mas é, sem dúvida, **Rubens de Mendonça**, quem melhor exemplifica o atrelamento da memória historiográfica com o momento histórico vivido. Em 1971, republica o *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. Escrito originalmente em 1953, destina-se a tornar conhecidos da “juventude”, os “grande vultos da sua história”. Paralelamente, outras obras suas são escritas ou republicadas, ora com a intenção de reforçar na memória local o sentimento de pertencimento ao grupo, ora para justificar o atrelamento às práticas políticas instituídas; este é o caso, por exemplo, de *Histórias das Revoluções em Mato Grosso*, de 1970. Dentre seus trabalhos mais conhecidos estão também *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá*, de 1952, republicada em 1954 e em 1975; *História de Mato Grosso*, publicada em 1967, com segunda edição, em 1970 e terceira, em 1982; *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*, de 1969, em dois volumes e *História da Literatura Mato-Grossense*, de 1979” (ZORZATO, 1998, p. 8-9).

1.3 A “LITERATURA OFICIAL” EM MATO GROSSO: O PAPEL DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS

O Centro Mato-Grossense de Letras (CML), fundado em 7 de setembro de 1921, tinha como missão criar uma literatura regional que divulgasse a beleza natural de Mato Grosso e a sua história de conquistas épicas e de brasilidade.²⁹

Essa entidade foi efetivada no governo de Dom Francisco de Aquino Corrêa. Desse modo, o bispo-presidente apoiou materialmente, intelectualmente e oficialmente, por meio da administração estadual, as manifestações de cunho identitário mato-grossense, no período de 1918 a 1922.

A fundação do Centro Mato-Grossense de Letras – CML em 1921. Reunindo grande parte do mesmo grupo de intelectuais que havia fundado o IHMT, o principal objetivo do CML *era promover e incentivar a cultura literária no Estado de Mato Grosso*. Para isso, segundo seus estatutos, deveria dedicar-se ao estudo da literatura nacional, *particularmente das suas manifestações regionais em Mato Grosso*, estimulando e amparando as tendências literárias regionalistas e o estudo de costumes, expressões artísticas e variantes dialetais existentes no Estado. (GALETTI, 2000, p. 312, grifo do autor).

Assim, o Centro Mato-Grossense de Letras mobilizou parte da elite intelectual da capital de Mato Grosso para difundir e viabilizar uma literatura mato-grossense e edificar a terra natal (Cuiabá) como sendo *diferente* das outras capitais brasileiras.

São múltiplas as manifestações culturais, realizadas pelos intelectuais sócios dessas entidades, nesse período, que tecem diferenciados argumentos em favor da capital de Mato Grosso, sempre enaltecendo a lendária Cuiabá; dessa maneira, produzem-se textos em prosa, poemas, histórias, contos, músicas, teatro, entre outras realizações literárias e artísticas, sempre exaltando a terra natal. São divulgadas em jornais, livros e principalmente nas revistas, tanto do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) como do Centro Mato-Grossense de Letras (CML).

²⁹ A fundação do Centro Mato-Grossense de Letras veio para combater a imagem negativa (atrasado e de barbárie) do estado de Mato Grosso; assim, igualmente ao IHMT, o CML viabiliza a publicação, sucessivamente, de uma Revista do Centro Mato-grossense de Letras (com um total de 22 números – de 1922 a 1932), depois continua publicando a Revista da Academia Mato-Grossense de Letras, que surgem como reforço na divulgação de um MT *desejado e civilizado*.

De acordo com os estudos de Lylia Galetti, “[...] os elementos que faziam a grandeza de Mato Grosso e da raça de seus filhos distinguiam o estado dos demais membros da Federação Brasileira, por condensar em sua história e geografia todas aquelas grandezas do Brasil” (GALETTI, 2000, p. 307). As famílias tradicionais, ou melhor, a elite da capital, ocupa um lugar especial nas construções identitárias mato-grossenses,

[...] cujas genealogias e histórias vão ser recuperadas ocupavam um lugar destacado. Eram vistos como descendentes de uma *estirpe cuiabana* que começara a se formar nos primeiros anos da colonização de Mato Grosso e da qual conservava intactas as qualidades raciais, dado o isolamento em que se mantivera por longos anos. (GALETTI, 2000, p. 298, grifo do autor).

Portanto, para os sócios e fundadores do CML, entre outras funções a cumprir na construção de uma literatura mato-grossense, uma delas era a defesa de manter Cuiabá como capital de Mato Grosso, além de privilegiar as suas famílias como estirpe cuiabana.

A instituição do Centro Mato-Grossense de Letras teve apoio “oficial” e logístico do governo do estado de Mato Grosso, através de Dom Francisco de Aquino Corrêa, que, ao mesmo tempo, foi aclamado como presidente de honra do CML, em reconhecimento por sua adesão ao defender os intelectuais de Cuiabá na criação de uma entidade de suma importância para o engrandecimento cultural do estado, e igualmente “[...] conhecido como o poeta maior das coisas mato-grossenses e louvado pelo grande incentivo de seu governo aos esforços dos intelectuais cuiabanos” (GALETTI, 2000, p. 312). Por isso, o *incentivo* de Dom Aquino foi também fundamental para a efetivação do Centro Mato-Grossense de Letras.

Um dos fundadores da entidade, José de Mesquita,³⁰ descreve como foi constituído o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), afirmando que à fundação sucederam-se excessivas conferências e estudos, apresentadas em entusiasmadas e disputadas *sessões*

³⁰ José de Mesquita, juntamente com Dom Aquino Corrêa, fundou o Instituto Histórico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras, a qual presidiu até 1961, data de seu falecimento. “Nascido em Cuiabá, em 10 de março de 1892, José de Mesquita bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá, em 1907, e em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1913. Foi procurador-geral do estado do Mato Grosso, diretor da Secretaria do Governo, juiz de direito da Comarca de Registro do Araguaia, professor universitário, desembargador do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, secretário-geral do Território do Guaporé (hoje Roraima) e procurador municipal da prefeitura de Cuiabá. [...] Dos escritores mato-grossenses da primeira metade do século, José de Mesquita foi o que obteve, depois de Dom Aquino, maior reconhecimento nas Letras” (MAGALHÃES, 2000, p. 28-29).

lítero-musicais,³¹ realizadas na capital, além da instituição da Revista do CML. Desse modo, o autor enaltece o Centro Mato-Grossense de Letras, que, segundo ele, muito contribuíra para a ascensão da cultura de Mato Grosso, especialmente pelo *bom gosto no seio da gente cuiabana*. Assim, José de Mesquita relata a instituição do CML:

A sessão de instalação solene do “Centro” se efetuou, em memorável tertúlia, no dia 7 de Setembro de 1921, no salão nobre do Palácio da Instrução, presidida pelo próprio Chefe do Estado, e seu Presidente de honra, D. Aquino Corrêa, que produziu uma oração magistral, traçando os rumos e o programa da novel sociedade. Logo no ano seguinte lançou o “Centro” a sua “Revista”, de que foram publicados com rara pontualidade, 22 números – de 1922 a 1932 – e deu início à série de conferências e estudos, que, proferidas em animadas e concorridas sessões lítero-musicais, muito têm contribuído para a elevação da cultura e do bom gosto no seio da gente cuiabana. (MESQUITA, 1941, p. 8-9).

A fundação do Centro Matogrossense de Letras, segundo José de Mesquita, assinala a fase característica da *Renascença literária* em Mato Grosso:

[...] uma nova geração subia ao tablado da vida pública e essa nova geração trazia uma profunda crença no futuro de Mato Grosso, um culto extremado das suas grandezas e, quer na lira dos seus poetas, quer nas páginas dos seus prosistas, se afirma uníssonos essa visão esperançosa de um porvir alvissareiro para a sua terra. (MESQUITA, 1941, p. 8).

Para José de Mesquita, a *nova geração* que ascendia ao comando do poder público no estado de Mato Grosso era diferente da *velha* geração; assim, a nova geração era portadora de *boas novas* para o futuro de Mato Grosso. Com essa justificativa, parte dos intelectuais cuiabanos ou nortistas fundou o Centro Mato-Grossense de Letras.

³¹ Foram realizados estudos pelos sócios do CML sobre seus Patronos: “[...] foram assim proferidas, no lapso de 11 anos, de 1921 a 1932, as 18 seguintes conferências de estudos patronícos: JOAQUIM MURTINHO, por Joaquim Gaudie de Aquino Corrêa, (26 de Novembro de 1921); ANTÔNIO CORRÊA DA COSTA, por Virgílio Corrêa filho (12 de Janeiro de 1922); ANTÔNIO VIEIRA DE ALMEIDA, por Cesário Prado (2 de Maio de 1922); JOSÉ ESTEVÃO CORRÊA, por Filogonio de Paula Corrêa (14 de Agosto de 1922); LUIZ D'ALINCOURT, por Antonio Fernandes de Souza (17 de Fevereiro de 1923); P. ERNESTO CAMILLO BARRETO, por Ovídio de Paula Corrêa (21 de Abril de 1923); JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES, por Alcindo de Camargo (7 de Setembro de 1923); MANUEL ESPERIDIÃO, por Otávio Cunha (12 de Outubro de 1923); VEIGA CABRAL, por Palmiro Pimenta (29 de Maio de 1924); FREDERICO PRADO, por João Cunha (7 de fevereiro de 1925); JOSÉ TOMAZ, por Cesário Neto (6 de Junho de 1925); P. JOSÉ MANUEL DE SIQUEIRA, por D. Aquino Corrêa (12 de Dezembro de 1925); PIMENTA BUENO, por Alfrío de Figueiredo (17 de Setembro de 1927); COUTO DE MAGALHÃES, por José de Mesquita (31 de Outubro de 1928); JOAQUIM MENDES MALHEIROS, por Francisco Mendes (13 de Dezembro de 1930) e JOSÉ BARBOSA DE SÁ, por Leônidas de Matas (20 de Fevereiro de 1932). Os patronos das cadeiras n° 5, 10, 15 e 16, respectivamente P. Ernesto Camilo Barreto, Joaquim Murtinho, P. José da Silva Guimarães e José Tomaz, tiveram, em virtude, do afastamento dos primeiros ocupantes, novo estudo feito pelos sócios Nilo Póvoas, Oscarino Ramos, D. Maria de Arruda Müller e Olegário de Barros. Não se limitou o ‘Centro’ a essa série de estudos sobre os paraninfos das suas cadeiras: várias outras conferências foram dadas, tendo como tema BILAC, por José Raul Vilá (28 de Dezembro de 1921); MACHADO DE ASSIS, por Cesário Prado (29 de Setembro 10 de 1924) e NUNO DE ANDRADE, por Isác Póvoas (28 de Dezembro de 1927)” (MESQUITA, 1941, p. 9, conforme original).

Fatores de ordem econômica e social, como a alta da borracha, a inauguração da Noroeste, em 1914, as comemorações bicentenárias da capital em 1918, trazendo, como conseqüência, um surto de vida e animação para a *lendária cidade nortina*, foram outros tantos componentes, que não podem ficar esquecidos, criando esse estado de receptividade, a que faltava apenas o *fiat* momentâneo para a criação. Logo ao início do decênio seguinte, em 1921, sob os auspícios do Bispo-Presidente, surgia, a 22 de Maio, o “Centro Matogrossense de Letras”, precedido de pouco pelo “Instituto Histórico de Mato-Grosso” (1919) e pelo “Grêmio Julia Lopes”, de formação feminina (1916), todos os três destinados a prestar à cultura mental de Mato-Grosso os mais assinalados serviços (MESQUITA, 1941, p. 8, grifo meu).

José de Mesquita explica que *fatores de ordem econômica e social* permitiram constituir, na capital mato-grossense, uma entidade literária e cultural. Assim, José de Mesquita utiliza o discurso do *progresso* de Mato Grosso, como, no caso a alta da borracha e a estrada de ferro, em favor da *terra natal*. Desse modo, Cuiabá, sendo a capital de MT, absorvia também a *civilização*, ocasionando *um surto de vida e animação* na legendária capital. O autor ainda menciona que o CML foi precedido por outras entidades, como o IHMT e pelo Grêmio Julia Lopes, que já ofereciam notáveis serviços à *cultura mental de Mato-Grosso*.

Nesse período, a fundação do Centro Mato-Grossense de Letras, segundo a historiadora Lylia Galetti, possibilitou, para uma parte da elite de intelectuais cuiabanos, a criação de uma verdadeira onda ufanista de exaltação à terra e ao homem mato-grossense, “[...] em que se destacariam as iniciativas individuais de D. Aquino Corrêa, não apenas como presidente do estado, mas como poeta e cantor de suas qualidades” (GALETTI, 2000, p. 285).

Para Lylia Galetti, o bispo-presidente foi capaz de mobilizar as energias intelectuais e afetivas de parte significativa para algo mais duradouro: “[...] definir novos critérios de construção de sua identidade, a partir do qual fosse possível elaborar uma imagem de Mato Grosso com a qual o conjunto de sua população pudesse se identificar e, principalmente, se orgulhar” (GALETTI, 2000, p. 296).

Nesse interstício, o poeta Dom Aquino Corrêa revela o papel do Centro Mato-Grossense de Letras:

Bem inspirado nestes princípios, o Centro Mato-Grossense de Letras se propõe a fazer uma literatura que não só respeite a moral, mas a edifique, exalte e sublime. Nosso fim é cultivar as belas letras, que tão sugestivamente são também chamadas boas-letras. Não queremos a

literatura das pornografias, que desvirginam a pureza dos sentimentos e afrouxam a integridade dos caracteres, desencadeando, amiúde sobre a família e a sociedade, os mais tremendos infortúnios. (CORRÊA *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 25).

O presidente do estado de MT e do CML, Dom Aquino Corrêa, menciona uma literatura mato-grossense *comprometida* com a seriedade e respeito em *cultivar as belas letras*; nesse sentido, observa que o Centro Mato-Grossense de Letras deveria publicar uma literatura que edificasse o respeito à moral e à família. Portanto, Dom Aquino Corrêa é contra o romantismo.

E, pois que a mocidade é a mais bela encarnação da esperança, façamos uma literatura que a eduque e eleve, propinando-lhe no vaso de ouro filigranado e terso das letras não o veneno róseo da pornéia, nem os perrexis do erotismo fácil e enervante, mas sim as ambrosias e os néctares dos entusiasmos puros, das virtudes generosas, das crenças fortes, dos patriotismos sinceros e dos heroísmos que glorifiquem toda uma raça. Façamos uma literatura que professe cavaleiramente a bela divisa de um dos nossos homens de letras: *aedificabo!* Literatura que saiba edificar a grandeza moral da Pátria, atraindo ao bem os corações ainda mais broncos e refratários, como a dourada lira de Anfião, sob o encanto mágico das suas melodias, arrastava as pedras da Beócia, para a construção dos legendários muros de Tebas. (CORRÊA *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 25).

Defende o bispo-presidente uma literatura *que glorifique toda uma raça*, toda a pujança das riquezas naturais do estado, literatura que professe todos os heróis³² de Mato Grosso.

Dessa maneira, o discurso de Dom Aquino Corrêa, na sessão solene de inauguração da entidade, segundo Lylia Galetti, “[...] foi uma espécie de manifesto em se que definiram os caminhos que a literatura mato-grossense deveria trilhar. Quanto ao aspecto formal o modelo a ser seguido devia ser o parnasianismo” (GALETTI, 2000, p. 312). Assim, Dom Aquino defendia o *parnasianismo* na edificação da literatura mato-grossense, “[...] como produto de reação salutar e fecunda. [...] Para conter a rebeldia romântica era preciso buscar-se a forma perfeita, *suprema ideal* do parnasianismo” (GALETTI, 2000, p. 312, grifo do autor).

³² O livro de Dom Aquino, *Terra Natal* (1919), evidencia os “desbravadores” como heróis mato-grossenses em suas poesias: “[...] o que é bastante visível na *Terra Natal*, em que desfilam os pioneiros de Mato Grosso, como Barbosa de Sá, Moreira Cabral, Rodrigo Cesar, Rolim de Moura, Luz D’Albuquerque, D. Luiz de Castro, Frei Macerata, Leverger, Antônio João, Cunha e Cruz e outros” (MAGALHÃES, 2002, p. 26). A literatura de Dom Aquino Corrêa, igualmente, *inculca* uma identidade mato-grossense.

Para Dom Aquino Corrêa, os sócios do Centro Mato-Grossense de Letras (CML) deveriam escrever sobre *a beleza* de Mato Grosso, já que o estado foi feito por Deus, “[...] de tão forma bela que *nem o cientista mais frio pode estudá-la* sem saltar da observação científica para o devaneio poético, a natureza regional estava a esperar pela imaginação criadora dos mato-grossenses que, até então, a ignoravam” (GALETTI, 2000, p. 313, grifo do autor). Segundo Lylia Galetti, os integrantes do CML tinham a obrigação de fazer uma literatura que “[...] deveria ter como inspiração e objeto de estudos a natureza e a história de Mato Grosso, por ser esta a única maneira de imprimir-lhe um cunho verdadeiramente regional” (GALETTI, 2000, p. 313).

De acordo com Lylia Galetti, “[...] o mesmo ocorria com a **história**. Se já não era uma *deusa sem altares*, como a ela se referira D. Aquino dois anos antes, por ocasião da instalação do Instituto Histórico de Mato Grosso, faltava-lhe ser alçada à condição de musa. Suas páginas repletas de lances épicos e heróicos, quando lidas e conhecidas certamente seriam capazes de inspirar grandes obras literárias” (GALETTI, 2000, p. 313, grifo do autor).

A Literatura vinculada ao Centro Mato-Grossense de Letras (CML) incluía o comprometimento, por parte de seus sócios, de produzir estudos sobre a natureza e a grandeza de Mato Grosso, ou seja, divulgar uma literatura regional com as belezas naturais mato-grossenses.

Para a pesquisadora Hilda Gomes Dutra Magalhães,³³ o presidente de Mato Grosso e do Centro Mato-Grossense de Letras, bispo Dom Aquino Corrêa, foi um escritor “[...] voltado à didática e ao moralismo, D. Aquino nos mostra sua face humanista e erudita, para deleite e encanto de ricos e pobres da capital mato-grossense” (MAGALHÃES, 2002, p. 27).

A popularidade de Dom Francisco Aquino Corrêa sempre foi enorme; no entanto, era muito conservador, de tal modo, que ignorou por completo o modernismo de 1922. “Quando, em 1939, o Grupo Pindorama tentou lançar as bases do modernismo em Mato Grosso, Dom Aquino reeditou um de seus livros, não fazendo qualquer referência às tendências modernistas” (MAGALHÃES, 2002, p. 24).

³³ Ver MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

O presidente-bispo era estimado como “[...] hábil orador, poeta de linguagem elegante e requintada” (MAGALHÃES, 2002, p. 24). Portanto, Dom Aquino Corrêa participou, com relevo, de todas as manifestações oficiais, políticas, sociais e culturais de seu tempo em Mato Grosso.

Dom Aquino Corrêa sempre foi considerado pelos pesquisadores como um excelente discursador;³⁴ por isso, o respeito à sua autoridade no comando do estado e da Igreja Católica.³⁵

A instalação do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), segundo José de Mesquita, possibilitou, para a população de Cuiabá, acesso a leitura gratuita: “[...] a sua Biblioteca, iniciada logo após à fundação, em 1921, prestou, por outro lado, apreciáveis serviços à cultura cuiabana, franqueada à leitura pública, conforme ficou estabelecido desde a sua instalação (MESQUITA, 1941, p. 9, grifo do autor). De acordo com José Mesquita, além do CML constituir uma biblioteca própria e, com isso, proporcionar leitura gratuita para o povo cuiabano, organizava, igualmente, outras atividades: “[...] a par da *Revista* e das conferências, desenvolvia ainda o *Centro* a sua atividade mantendo animadas *horas literárias*, para leitura de trabalhos dos seus associados, a partir de 25 de Outubro de 1925” (MESQUITA, 1941, p. 9, grifo do autor). Afirma, ainda, o autor, que o CML arregimentou os intelectuais mais representativos do estado de Mato Grosso:

Empenhado nas obras de civismo, bem como nas de filantropia, promoveu, com o concurso de outras agremiações, como o Instituto Histórico e os Grêmios “Julia Lopes” e “Castro Alves”, mais de um festival, comemorativo de efemérides pátrias ou visando favorecer instituições de caridade e assistência social. A obra do “Centro Matogrossense de Letras”, em pouco mais de uma década, avulta aos olhos superficiais ou observadores e prossegue, sem o menor hiato, mantida atualmente por sua continuadora, que é a “Academia

³⁴ Para Antônio Neto, o escritor e bispo Dom Aquino Corrêa, em seus discursos, era como “[...] um canto adormecedor; mata, mas não tortura; convence, mais do que vence. Chegava mesmo a brandir a arma de gracejo, para arrastar os erros temporais” (NETO *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 27). Segundo Antônio Neto, o poeta Dom Aquino Corrêa, “[...] quando enfrenta os grandes problemas sociais do século, o faz com um senso de proporção admirável. Não agride, apodera-se do fato e o envolve, destruindo-o como que por absorção, não com o ácido da ira que desmantela e corrói, com escândalo, mas com a espuma da sutileza poética que submete” (NETO *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 27).

³⁵ Antônio Neto assinala, ainda, que “[...] o arcebispo de Cuiabá versou, na sua pregação, sobre todos os temas cruciais da sua época, como o culto cívico à pátria, os problemas da liberdade de pensamento, questões sobre a razão e a fé, arte e moral, literatura brasileira e universal, usos e costumes sociais, pedagogia e regionalismo, história da catequese, história do Brasil e de Mato Grosso, interesse da família e da juventude – passou por todos estes tópicos, cujo só enunciado define a sua importância; examinou todos estes assuntos significativos, oportunos e instantes – fez e disse tudo, sobre estas coisas tantas, *mas, tendo presente*, de forma intransigente e reiterada, como numa santíssima obsessão, o *primado da Igreja e a absoluta necessidade de Deus*” (NETO *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 27-28, grifo do autor).

Matogrossense de Letras” – e que hoje arregimenta em seu seio os elementos mais representativos da intelectualidade do grande Estado. (MESQUITA, 1941, p. 9).

É nesse contexto, no governo de Dom Aquino Corrêa (1918-1922), que os *homens de letras* articulam, organizam e fundam uma *identidade mato-grossense*, produzida por uma parte da elite letrada de Cuiabá, procedente de famílias abastadas e com influência direta no poder.

O momento mais marcante do processo de constituição de uma identidade coletiva em Mato Grosso pode ser localizado entre os anos 1918-1922. Neste período, ocorrem inúmeras manifestações culturais que se distinguem pela exaltação à terra e ao homem mato-grossenses, nas quais, de forma mais ou menos explícita, estava presente o desejo de “livrá-los” do estigma de barbárie, um dos elementos que caracterizavam a região como um remoto *sertão* do Brasil, longínqua fronteira do mundo *civilizado*. (GALETTI, 2000, p. 273).

Um episódio interessante sobre a constituição de uma identidade mato-grossense, nesse período, foi por ocasião da instituição do hino oficial de Mato Grosso, escolhido por meio de um concurso, em 1919 (organizado pela Comissão Promotora dos Festejos do Bicentenário da fundação de Cuiabá). A letra vencedora do hino no concurso foi a “Canção Mato-grossense”,³⁶ um poema do próprio presidente de Mato Grosso, Dom Francisco Aquino Corrêa, publicado no primeiro número da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, em uma *antologia* completa dos seus poemas, denominada de *Terra Natal*. A idéia intrínseca do poema (Canção Mato-grossense) que ganhou o concurso evoca referências clássicas, históricas, fatores ambientais e telúricos regionais:

Canção Mato-Grossense

Limitando, qual novo colosso,
O ocidente do imenso Brasil,
Eis aqui, sempre em flor. Mato Grosso,
Nosso Berço Glorioso e gentil!

³⁶ Título do poema de Dom Aquino que saiu vencedor como sendo o hino oficial de Mato Grosso e que foi apresentado publicamente na ocasião do aniversário de Cuiabá. Um grupo de senhoritas cantou o Hino a Mato Grosso que Dom Aquino Corrêa havia escrito, com música do Maestro Emílio Heine, cantada em público pela primeira vez durante a cerimônia principal das comemorações do bi-centenário de Cuiabá, em 8 de abril de 1919. No mesmo dia, por ocasião da Instalação do Instituto Histórico de Mato Grosso, um grupo de alunos da Escola Modelo Barão de Melgaço cantou o Hino a Mato Grosso, na praça da República, pelo qual foi calorosamente aplaudido pelo grande público presente, ocasião em que foram brindados com a distribuição de bombons. Ver: <<http://www.memoria.al.mt.gov.br/arquivo/hino-mato-grosso.asp#>>, acesso em: 21 maio 2005; GALETTI, 2000, p. 289 e 301 e MAGALHÃES, 2002, p. 24-25.

Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguás!

Salve, terra de amor, terra do ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

Terra noiva do sol! Linda terra!
A quem lá, do teu céu todo azul,
Beija, ardente, o astro louro, na serra
E abençoa o Cruzeiro do Sul!

No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive solto aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!

Salve, terra de amor, terra do ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

Hévea fina, erva-mate preciosa,
Palmas mil, são teus ricos florões,
E da fauna e da flora o índio goza,
A Opulência em teus virgens sertões.

O diamante sorri nas grupiaras
Dos teus rios que jorram, a flux,
A hulha branca das águas tão claras,
Em cascatas de forças e de luz.

Salve, terra de amor, terra do ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá,
O ouro deu-te renome tão grande
Porém mais, nosso amor te dará!

Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos em paz e união
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão.

Salve, terra de amor, terra do ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!³⁷

³⁷ Ver <<http://www.memoria.al.mt.gov.br/arquivo/hino-mato-grosso.asp#>>, acesso em: 21 maio 2005, p. 2.

A letra do hino oficial de Mato Grosso retrata os valores que interessam à elite mandante de Mato Grosso, ou seja, os valores do homem bom e cordato, dos conquistadores de ouro. Dom Aquino Corrêa enaltece, em seu texto, as terras mato-grossenses: “[...] eis a terra das minas faiscantes,/Eldorado como outros não há/Que o valor de imortais bandeirantes/Conquistou ao feroz Paiaguás!”. Continuamente, narra o autor que as terras mato-grossenses eram uma herança dos paulistas *bandeirantes* (valentes e audaciosos) e que conquistaram as terras dos ferozes índios Paiaguás.

A letra do hino contém o reforço de sempre amar a terra mato-grossense, numa fala hiperbólica sobre a natureza e a riqueza dessas terras, como a erva-mate (nesse período o estado arrecadava uma boa quantia com os impostos). O poeta-presidente Dom Aquino Corrêa descreve sublimemente o imenso estado de Mato Grosso: “[...] hévea fina, erva-mate preciosa, /Palmas mil, são teus ricos florões, /E da fauna e da flora o índio goza,/A Opulência em teus virgens sertões”. O hino faz um elogio aos índios que viviam em completa harmonia, “da fauna e da flora”, com muitas terras sobrando, “em teus virgens sertões”.

É interessante ressaltar que há uma contradição no hino de Mato Grosso sobre a questão indígena: de um lado, o poeta-presidente Dom Aquino Corrêa enaltece, na letra do hino, que o bandeirante “Conquistou ao feroz Paiaguás!” Entretanto, em outra estrofe do mesmo poema, os índios vivem com terra e fartura, apresentando o índio como parte da natureza e submisso ao mato-grossense valente e rico. Na observação de Osvaldo Zorzato, “[...] a definição do lugar do índio é sempre problemática. Ela percorre um caminho que vai da idealização inicial do índio, passando por um grande silêncio até admitir, nem sempre explicitamente, sua serventia como trabalhadores” (ZORZATO, 1998, p. 86).

Na visão de Lylia Galetti, o hino de Mato Grosso sintetiza o conteúdo simbólico do brasão das armas e amplifica o tom ufanista de exaltação da terra e da gente mato-grossense: “[...] a linguagem musical, mais acessível ao grosso da população, na sua maior parte analfabeta, o hino popularizou uma imagem do estado e as idéias e valores que D. Aquino considerava fundamental *incutir* na alma dos mato-grossenses” (GALETTI, 2000, p. 290, grifo meu).

O poema *Canção Mato-Grossense*,³⁸ vitorioso no “concurso” (em comemoração do bicentenário da fundação de Cuiabá) de 1919, é dividido em oito estrofes de quatro versos e as estrofes do estribilho, de seis versos; o primeiro verso com seis sílabas; o segundo com três sílabas; o terceiro com nove sílabas; o quarto com três sílabas; o quinto com seis sílabas; e o sexto com nove sílabas.

O estribilho do texto “Canção mato-grossense” inclui o amor aos solos do gigantesco estado de Mato Grosso e sua extraordinária abundância: “[...] salve, terra de amor, terra do ouro,/Que sonhara Moreira Cabral!/Chova o céu dos seus dons o tesouro/Sobre ti, bela terra natal”. O poema é muito bem escrito, com rimas, harmonias; percebe-se o compasso, simétrico e regular “*ouro-tesouro*” e “*Cabral-natal*”, assim, sucessivamente, em todas as quadras dos versos. O hino valoriza a cidade-mãe de todos os mato-grossenses, Cuiabá, e o português Moreira Cabral como o “descobridor” do tesouro e de Mato Grosso.

A letra do hino representa uma visão em termos altos sobre Mato Grosso; além de enfatizar a “*terra do ouro*”, ou seja, da riqueza e da prosperidade, mostra algo que *pertence* a todos os moradores do estado e não apenas a uma pequena parcela da elite mato-grossense.

Portanto, a literatura de Dom Aquino Corrêa reproduz, estrutural, lingüística e tematicamente, a voz da dominação. O poder de dominação está presente nas figuras heróicas da poética de Dom Aquino Corrêa, com fortes matizes moralizantes. Em seus poemas, há uma forte tendência que reforça, pela estrutura clássica, o poder vigente. Trata-se de um autor que demonstrou preferência pelo soneto e pelos decassílabos, em que evidencia seu *conservadorismo* em seus poemas.

³⁸ Com o golpe de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, todos os símbolos oficiais dos estados foram abolidos, mas o hino de Mato Grosso continuou sendo cantado nas escolas e solenidades. Em 1946, com a nova Carta Magna do Brasil, por meio dos políticos constituintes de 1947, os símbolos oficiais foram restabelecidos, mas a Constituição Estadual de 1947 só se refere ao Brasão de Armas e à Bandeira. Assim, o hino de Mato Grosso não foi registrado na Constituição Estadual de 1947. Mesmo sendo executado pelas Bandas da Polícia Militar e do Exército Brasileiro, com todas as honras de Hino, somente foi “oficializado” em 1983, pelo governador Júlio José de Campos, por meio do Decreto n.º 208, de 05 de setembro de 1983. Houve um debate público para retirar “*de Dourados até Corumbá*” do hino, mas a reação da Academia Mato-Grossense de Letras foi imediata: “a Academia de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso já se pronunciaram a respeito e não concordam com qualquer alteração a Letra de Dom Aquino e muito menos na música do Maestro Emílio Heine, justificando que não se pode alterar uma obra literária, principalmente quando ela é fruto de uma inteligência incomparável como a de Dom Aquino Correa e um hino que já está no coração do povo mato-grossense. Caberá apenas a esta comissão oficializar o que está consagrado na tradição da nossa gente, exaltando a obra de um poeta inesquecível, filho da terra”. Ou seja, mesmo *Dourados e Corumbá* não pertencendo mais ao estado de Mato Grosso, o poema original é que permaneceu. Ver <<http://www.memoria.al.mt.gov.br/arquivo/hino-mato-grosso.asp#>>, acesso em: 21 maio 2005.

A pesquisadora Hilda Gomes Dutra Magalhães adverte que a poesia de Dom Aquino Corrêa é conservadora tanto na *forma* quanto no *conteúdo*:

Dom Aquino, além de ser um dos poetas que marcaram a primeira fase da literatura mato-grossense, foi também governador do estado e representante máximo da Igreja também no Mato Grosso, podemos afirmar que a literatura aí nasce comprometida com o conservadorismo político-social da época. Assim, Dom Aquino não nos fala das arbitrariedades políticas ou das injustiças sociais. O mundo de que nos fala é sempre um mundo perfeito, visto pelos “heróis” da pátria, pelos desbravadores do sertão mato-grossense e pelos altos valores da Igreja. (MAGALHÃES, 2002, p. 28).

A literatura de Dom Aquino Corrêa é escrita com sentidos religiosos e políticos, sempre contemplando um mundo perfeito, visto pelos “heróis”. Hilda Gomes Dutra Magalhães assegura que “[...] o poeta é ao mesmo tempo pastor e sua pena serve aos desígnios dos donos do poder: a burguesia provinciana do início do século XX, cujos símbolos eram os casarões das ruas centrais da velha Cuiabá” (MAGALHÃES, 2002, p. 25). Para a pesquisadora, “[...] *ao bom mocismo* de seus textos, que se revela na forma clássica e no purismo lingüístico, associa-se também uma moral fortemente conservadora, na seleção meticulosa dos temas” (MAGALHÃES, 2002, p. 24, grifo do autor).

O conteúdo da literatura de Dom Aquino Corrêa reforça o *status quo* dos mandatários mato-grossenses, na afirmação da “história oficial” – ligada a um forte sentimento patriótico – sempre de modo a engrandecê-la, e na apologia dos valores da Igreja, dos conquistadores do ouro, dos viajantes, sempre evidenciando os “heróis” mato-grossenses, entre outros de seu interesse. Dessa forma, é notória a concepção estética de Dom Aquino Corrêa, já que os seus poemas tinham o papel de formar a opinião pública.

Portanto, a implantação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), depois Academia Mato-grossense de Letras (AML) permitiu, para os sócios dessas entidades, divulgar e publicar uma imagem *nortista* pelos anos subseqüentes, sempre construindo uma *literatura* e uma *história* dos que desejavam ser vistos, privilegiando Cuiabá como *cidade-mãe* de Mato Grosso.

Os intelectuais associados ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e ao Centro Mato-Grossense de Letras (CML)³⁹ criaram identidades mato-grossenses, construíram imagens de um estado “civilizado”, em que os *homens de letras* eram os encarregados de edificar as produções literárias e históricas em favor de uma identidade mato-grossense da melhor descendência dos pioneiros de Cuiabá.

³⁹ José de Mesquita relata que, “[...] mediante proposta subscrita por 19 dos membros do ‘Centro Matogrossense de Letras’ se resolveu, na forma do art. 22 dos respectivos Estatutos, transformar-se o mesmo ‘Centro’ em ‘Academia Matogrossense de Letras’. Aprovada unanimemente a indicação, foi instalada, em memorável sessão, levada a efeito a 7 de Setembro do mesmo ano, a Academia Matogrossense de Letras” (MESQUITA, 1941, p. 10). Ver MESQUITA, José Barnabé de. *A Academia Matogrossense de Letras (Notícia Histórica)*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1941.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DIVISIONISTA: A ELITE PECUARISTA CAMPO-GRANDENSE NA LUTA PELO PODER ESTADUAL

2.1 A GÊNESE DE UMA IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE

A divulgação das *identidades mato-grossenses* efetivadas pelo Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e pelo Centro Mato-Grossense de Letras (CML) ocasionou uma rejeição por parte de uma elite mandante (na maioria pecuaristas) da cidade de Campo Grande, que não aceitava, de forma alguma, ser comparada com *a gente cuiabana*.

O historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz publicou, em 2005, um texto⁴⁰ sobre esta temática, com o título “*Divisionismo e ‘identidade’ mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio*”. Segundo o autor, “[...] os líderes sulistas buscam a máxima desvinculação possível em relação ao ‘Norte’ – rejeitando, portanto, aquela idéia de Cuiabá como ‘*cidade mãe*’ dos mato-grossenses. Assim, procura-se negar qualquer influência ‘cuiabana’ no desenvolvimento da ‘civilização sulista’ (QUEIROZ, 2005, p. 10).

As *imagens* inculcadas pelos intelectuais *nortistas* e as ações políticas do governo estadual não eram bem recebidas, por parte de uma elite em ascensão no Sul de Mato Grosso, principalmente por moradores da cidade de Campo Grande, sobretudo a partir da década de trinta do século XX.

A tese da historiadora Marisa Bittar, “*Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*”, defendida em 1997 na USP, apresenta muitas questões e ponderações sobre a história política de MS e os bastidores do poder. Sobre os anos trinta do século XX, a autora analisa a segunda cidade de Mato Grosso e a luta pelo poder de mando estadual.

⁴⁰ Paulo Roberto Cimó Queiroz esclarece que, “[...] com relação ao presente texto, considero importante ressaltar que me limito aqui a expor algumas reflexões a que tenho sido levado por ocasião da discussão desses assuntos em minhas aulas na pós-graduação em História na UFMS (Câmpus de Dourados)” (QUEIROZ, 2005, p. 10). Ver QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio*. CPDO-UFMS, maio de 2005. 25 p. (mimeo).

Campo Grande já se transformara na segunda cidade do estado, o centro econômico e político do sul de Mato Grosso. Seus laços com São Paulo estreitavam-se cada vez mais intensamente, quer pela abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, quer pela ressonância dos movimentos político-militares a partir da década de 20. Sua vinculação a *Cuiabá* passa a ser mais administrativa enquanto as lideranças políticas do sul, a partir da experiência de 1932, começam a se projetar e a se organizar em termos da defesa dos interesses econômicos e políticos dessa porção do estado”. (BITTAR, 1997, 137).

Desse modo, determinados políticos, fazendeiros e intelectuais campo-grandenses (incluindo os estudantes universitários que estudavam em grandes centros) criaram uma certa “rejeição à dominação cuiabana”.

A cidade de Campo Grande, nesse período, constitui-se como a segunda cidade de Mato Grosso; há, em seu favor, discursos que engrandecem o município como próspero e moderno. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil possibilitou à cidade de Campo Grande liderar e integrar-se à região do sul de Mato Grosso.⁴¹

O historiador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), Paulo Coelho Machado, em livro publicado, “A Rua Velha”, de 1990, afirma que, na cidade de Campo Grande, houve, sucessivamente, uma liderança política condutora responsável, que soube levar o município ao desenvolvimento, segurança e conforto.

Uma liderança decidida e eficiente, com disposição de reivindicar os movimentos indispensáveis a prover a *população* dos meios de que necessita para seu *desenvolvimento, segurança e conforto*. Tal *elite condutora* deve inspirar confiança a todos os moradores da cidade e do campo, para que mantenham vivos e atuantes o entusiasmo pelo trabalho e a amor pelo lugar [...]. Nota-se que, desde os seus primórdios, Campo Grande contou persistentemente com semelhante apoio. Aqui viveram homens dispostos a proteger a *coletividade* e forjar, a todo custo, as bases de seu progresso moral e intelectual. De lutas, reivindicações, providências heróicas e iniciativas arrojadas, com o desprendimento e o sacrifício de seus líderes, está preme a história de Campo Grande. (MACHADO, 1990, p. 57, grifo meu).

⁴¹ Para a historiadora Marisa Bittar, “[...] a Noroeste contribuiu decisiva e definitivamente, para integrar o sul de Mato Grosso aos centros mais importantes do país e provocou também uma mudança radical na lógica de desenvolvimento interno do estado ao substituir o rio Paraguai. [...] O sistema ferroviário para as vias de comunicação representou, na verdade, uma forma do homem assenhorear-se das terras, deixando de ser escravo dos rios. Isso implicou na emergência de novas rotas comerciais que superariam a histórica relação comercial e política entre Corumbá e Cuiabá, facilitada pelos portos dos rios Paraguai e Cuiabá” (BITTAR, 1997, p. 141). Ver BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). 2v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

Enfatiza Paulo Coelho Machado que, na cidade de Campo Grande, *desde os seus primórdios*, existiu uma *elite condutora* que soube administrar o seu *progresso* e o seu *desenvolvimento*.

Estabelece-se, portanto, no Sul de Mato Grosso, uma nova liderança na política de mando regional,⁴² em que se sobressai uma forte *elite campo-grandense*, ou *elite condutora*,⁴³ que se projeta e se manifesta em repúdio ao governo da elite política de Cuiabá, do mesmo modo que essa mesma elite, residente em Campo Grande, intitula-se defensora e representante da região do Sul de Mato Grosso.

De acordo com as pesquisas realizadas por Marisa Bittar, entre os líderes campo-grandenses que se destacaram, estavam:

Olímpio Machado, Vespasiano Barbosa Martins, Eduardo Santos Pereira, Nicolau Fragelli, Laudelino Barcellos, Arlindo de Andrade, Arnaldo de Figueiredo, Demóstenes Martins, Laucídio Coelho e Fernando Corrêa da Costa. O rol apresentado revela, por um lado, uma elite política com formação intelectual aristocrática, oriundas das tradicionais e conceituadas Faculdades de Direito da época (Eduardo Olímpio Machado, Arlindo de Andrade) ou de Medicina (Vespasiano Barbosa Martins, Nicolau Fragelli, Fernando Corrêa da Costa), e, por outro, a classe social vinculada à posse de terras (Barbosa Martins, Coelho, Machado, Corrêa da Costa). O traço comum, entretanto, é a inserção na atividade política, que propiciou a alguns desses protagonistas alcançarem posição de relevo, como foi o caso de Vespasiano Barbosa Martins, Nicolau Fragelli, Arnaldo de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa, os dois últimos, ex-governadores de Mato Grosso. (BITTAR, 1997, p. 145, grifo do autor).

Para a historiadora Marisa Bittar, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), Paulo Coelho Machado, era um *genuíno representante* da

⁴² Paulo Roberto Cimó Queiroz observa que “[...] esse processo de construção identitária foi influenciado também pelas diferenciações regionais existentes no amplo território do antigo Estado de Mato Grosso. Como se sabe, até a criação, em 1943, do Território Federal do Guaporé (depois chamado *Rondônia*), o território mato-grossense correspondia ao dos atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Assim, era comum distinguirem-se, nesse vasto espaço, três diferentes porções: o Norte (a parte mais propriamente amazônica, correspondendo ao atual Estado de Rondônia e à porção setentrional do atual Estado de Mato Grosso), o Centro (isto é, a região polarizada pela capital, Cuiabá) e o Sul (que se costuma identificar ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, mas que tinha, à época, contornos imprecisos – ficando indeciso, por exemplo, se nele se incluía ou não a cidade e o enorme município de Corumbá). Embora essa porção meridional houvesse sido percorrida e parcialmente ocupada por não-índios desde o século XVI” (QUEIROZ, 2005, p. 4). O historiador ressalta, ainda, “[...] que os termos *Norte* ou *nortistas* costumavam ser utilizados, no linguajar dos habitantes do Sul, para designar Cuiabá e sua gente” (QUEIROZ, 2005, p. 4, grifo do autor).

⁴³ A idéia de uma **elite condutora** é construída após a divisão de Mato Grosso (1977), ou seja, é divulgada por meio dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS). Desse modo, os Homens de Letras de MS difundem uma idéia de que sempre houve uma elite que **conduziu** Campo Grande a ser uma capital, narrativas essas carregadas de ideologias e determinadas linearmente a acontecer de qualquer modo.

classe latifundiária de Mato Grosso do Sul,⁴⁴ pois revela que a sua classe, “[...] a *elite condutora*, tinha plena consciência de sua tarefa histórica ao lutar pela divisão de Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 154, grifo do autor).

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Paulo Coelho Machado, elogia os *varões sul-mato-grossenses* que souberam transformar Campo Grande em uma prestigiosa cidade brasileira.

Sempre souberam os *varões sul-mato-grossenses* identificar e reconhecer os valores para os quais convergiam as aspirações *do grupo* e, sobretudo dirigir e administrar as mudanças sociais e culturais no sentido desses *interesses coletivos*. [...] foram crescendo com a terra e, afinal conseguiram vencer as forças adversas e fazer de Campo Grande a prestigiosa cidade em que logo se transformou. Com efeito, muita fibra, muita abnegação, muito arrojo, muita coragem e, sobretudo, *muito amor à terra* foram os ingredientes utilizados. Essa a glória de Campo Grande: seus homens de bem que jamais abandonaram a cidade sua própria sorte. Souberam lutar rigidamente. Venceram alguns, caíram outros, mas a cidade foi construída com o sonho de todos eles. (MACHADO, 1990, p. 58-60, grifo meu).

Paulo Coelho Machado afirma que o município de Campo Grande era privilegiado por possuir uma *elite condutora* e que, antes de tudo, soube edificar a cidade com muito *amor à sua terra*, ao *progresso*, ao *desenvolvimento* e aos *interesses coletivos*.⁴⁵ Nessas narrativas, é importante assinalar que se usa o adjetivo *coletivo*, ao invés de uma *minoría* da elite política-econômica dominante no Sul de MT.

Pondera Marisa Bittar em sua tese que “[...] isso vem demonstrar que uma forte elite política já se projetava no sul, notadamente em Campo Grande, ameaçando a hegemonia do norte” (BITTAR, 1997, p. 145, grifo do autor).

⁴⁴ Conforme assinala Marisa Bittar, “Paulo Coelho Machado não foi o único autor a enaltecer Campo Grande, embora em suas obras fique explícita a relação entre classe social, elite dirigente e a idéia de progresso a ser concretizada pela classe dominante. O jornal *Correio do Estado*, desde sua fundação, engrandece a cidade. Na década de 70, por exemplo, quando o regime militar editava propagandas ufanistas sobre o ‘*gigantismo*’ do país e a necessidade de ‘*progresso*’ a qualquer custo, pode-se ver diversas matérias nas quais Campo Grande aparece como *locus* do progresso, do trabalho, enquanto Cuiabá é retratada como símbolo da ociosidade e da apropriação da riqueza gerada pelos sulistas” (BITTAR, 1997, p. 155, grifo do autor).

⁴⁵ Segundo Marisa Bittar, “[...] de fato, na década de 40, segundo dados demonstrados em textos da época, a sua arrecadação tributária era superior à de Cuiabá, além de ser também a cidade mais populosa de Mato Grosso. A essa altura Campo Grande já ocupava a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso e o que se observa nos documentos e publicações de então é o orgulho da elite pecuarista, sempre manifestando a convicção no ‘*progresso*’ e no ‘*destino*’ da cidade que, para ela, não era outro senão o de vir a tornar-se uma capital. Por esta razão, a divisão do estado passou a contar com um ingrediente a mais: o antagonismo de Campo Grande a Cuiabá” (BITTAR, 1997, p. 151, grifo do autor).

Nesse contexto, o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz⁴⁶ analisa que “[...] a primeira oportunidade concreta de uma maior afirmação política das lideranças sulistas parece haver surgido em 1929/1930” (QUEIROZ, 2005, p. 7). Explica o historiador que, nas eleições ocorridas nesse período para presidente da República, as lideranças políticas de Campo Grande apoiaram Getúlio Vargas e as lideranças políticas de Cuiabá apoiaram Júlio Prestes; “[...] a campanha da Aliança Liberal, que apresentava Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, obteve amplo apoio na porção sul do Estado, enquanto no *Norte* as lideranças permaneceram alinhadas à candidatura oficial” (QUEIROZ, 2005, p. 7).

Além disso, os líderes sulistas combateram com as armas⁴⁷ a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas no Sul de MT, segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz. “Registra-se que, em Mato Grosso, o movimento armado conhecido como *Revolução de 30* obteve apoio “particularmente na região do Sul” (QUEIROZ, 2005, p. 7, grifo do autor). Efetivado como presidente Getúlio Vargas, os líderes sulistas ambicionam adquirir um maior espaço no poder político estadual, “[...] o que, supostamente, deveria resultar em maior atenção, por parte dos novos vitoriosos na cena nacional, aos dirigentes sulistas e seus desejos de participação no poder estadual. Entretanto, ainda de acordo com as informações disponíveis, tal não ocorreria” (QUEIROZ, 2005, p. 7).

De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz, o que aconteceu foi exatamente o contrário. “Segundo denunciariam logo depois os documentos divisionistas, as elites ‘cuiabanas’ teriam logrado ‘dar a volta por cima’, aderindo ao novo regime e passando a exercer influência preponderante sobre o interventor nomeado pelo Governo Provisório – o

⁴⁶ Paulo Roberto Cimó Queiroz argumenta que, “[...] a despeito de certos sinais ‘ameaçadores’, já mencionados, pode-se dizer que desafios mais concretos ao predomínio político do ‘Norte’ somente se fariam presentes depois de começar a delinear-se, de modo mais claro, a força das elites campo-grandenses. Pelo que se pode perceber, foi ao longo da década de 1920 que começaram a manifestar-se, mais claramente, os efeitos considerados positivos da estrada de ferro Noroeste do Brasil, efeitos esses que se concentraram largamente na cidade de Campo Grande, sob a forma de rápido crescimento econômico e populacional” (QUEIROZ, 2005, p. 7).

⁴⁷ Sobre esse episódio, realça, em sua narrativa, o historiador sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), Demóstenes Martins, a participação dos campo-grandenses em apoio à conhecida “Revolução de 1930”, ou seja, na implantação do governo provisório de Getúlio Vargas: “A Revolução de 3 de Outubro de 1930 foi o estuário em que desaguaram o idealismo patriótico nacional abeberado na tradição de 15 de Novembro de 1889 e na pregação cívica de Rui Barbosa; a reação das elites democráticas contra a conspurcação do regime, através da fraude eleitoral e das oligarquias provinciais que tinham a sua cepa no coronelismo municipal, o feudalismo achamboado de Euclides da Cunha; a ação decidida dos militares, especialmente de sua classe moça e a campanha da imprensa independente, teve em Campo Grande a sanção do seu aplauso” (MARTINS, 1972, p. 47).

qual, já ao chegar a Cuiabá, para tomar posse do governo estadual, teria sido entusiasticamente acolhido (QUEIROZ, 2005, p. 7).⁴⁸

O apoio da *elite intelectualizada* de Campo Grande à *Revolução de 1930* desfez-se logo em seguida, devido à nomeação de Interventores que não agradaram parte dos líderes políticos campo-grandenses. Assim Marisa Bittar descreve os bastidores do poder:

Entre os membros dessa *elite intelectualizada*, encontrava-se o pai de Paulo Coelho Machado, a quem se computa uma série de ações em favor da cidade. Entre as realizações de Eduardo Olimpio Machado consta a empenho pela instalação da 9.^a Região Militar em Campo Grande, quando era prefeito o amigo Arlindo de Andrade. Em sua biografia lê-se que teria pronunciado veemente discurso na ocasião em que visitava a cidade o ministro Pandiá Calógeras, impressionando-o positivamente. Posteriormente, apoiou a Revolução de 1930, mas, decepcionado com os interventores, os quais, segundo acreditava, “*não estavam à altura da Revolução*”, opôs-se a Vargas, não sem antes ter composto uma comissão de “*revolucionários*” com a finalidade de fazer uma exposição “*ao ditador*” sobre os problemas e necessidades de Campo Grande. Consta que foram recebidas friamente por Getúlio, que “*ouvia calado a exposição convencido de que havia interesses pessoais em jogo*”, provavelmente o “*desejo de indicar nomes para a interventoria*”. O resultado foi o rompimento com Vargas e a adesão ao movimento de 1932. (BITTAR, 1997, p. 149-150, grifo do autor).

Marisa Bittar pondera que os *revolucionários* campo-grandenses,

[...] realmente, haviam solicitado a substituição do interventor Mena Gonçalves, em ocasião anterior. Já Paulo Coelho Machado, revelou que após a audiência, com Vargas, este comunicou-se com o Interventor de Mato Grosso, prevenindo-o sobre a situação. Em razão disso, Eduardo Olímpio foi preso em Campo Grande” (BITTAR, 1997, p 150).

⁴⁸ Documento da Liga Sul-Mato-Grossense, publicado em 1933, *da Mocidade do Sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e a Assembléia Constituinte*, mostra a desigualdade da composição da Assembléia Legislativa em que a grande maioria era *nortista*. “Assim, na antiga Assembléia Estadual, *com 24 deputados, era reservado ao sul [...] nada mais que três ou quatro deputados* escolhidos, ainda com preferência visível, os naturais do Estado, nascido no norte, e que soubessem recitar discursos laudatórios a grandeza da civilização cuiabana. [...] para a deputação federal, não se tinha a delicadeza sequer de consultar aos diretórios locais do sul do Estado [...] Surge, afinal, a Aliança Liberal, pregando, de norte a sul do país, a derrubada dos maus governos, das más administrações, dos amesquinhados costumes políticos, lutando pela implantação do voto secreto e de outras medidas de alto alcance para a grandeza do Brasil. Na região sul-mato-grossense, desde logo, formaram-se fortes correntes eleitorais, em todos os municípios, sendo centro da atuação liberal a cidade de Campo Grande. No norte de Mato Grosso passou-se o contrário. Ninguém trabalhou pela vitória dos postulados liberais. Ninguém sentiu a necessidade de se refazer, a feição político-social do nosso país. Ninguém sentiu a necessidade de uma Nova República. E, assim, o candidato da Aliança Liberal, com todos os favores, obteve ONZE VOTOS em toda a capital do Estado” (In: MARTINS, 1944, p. 93, grifo meu). De acordo com as análises de Marisa Bittar, os líderes sulistas se manifestam, “[...] acusando desdém e abandono por parte da administração estadual, manifestava também a frustração por não conseguirem se fazer representar politicamente já que na correlação de forças entre elites do sul e do norte esta levava vantagem” (BITTAR, 1997, p. 172).

Dessa forma, os líderes sulistas revoltaram-se com a nomeação do Interventor do governo Provisório de Getúlio Vargas em Mato Grosso. O historiador sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e da Academia Sul-Mato-grossense, Demósthene Martins, informa como ocorreu o clamor⁴⁹ apresentado pelos líderes sulistas.

Nessa disposição em que tínhamos a solidariedade do Interventor de S. Paulo, o Capitão João Alberto, e a que *os revolucionários* eram levados diante da indiferença do Chefe do Governo, Getúlio Vargas, aos reclamos apresentados contra o seu Interventor, o Coronel Antonino Mena Gonçalves, fui incumbido da ligação final, através de código telegráfico, expedida de Nioac ao Coronel Severiano Marques, então no comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Dali, em resposta, veio a notícia de que a monolítica indiferença do Chefe do Governo se abalara, na véspera, substituindo-se o Coronel Antonino pelo Dr. Artur Antunes Maciel, outro ausente a vida matogrossense e aos seus problemas. (MARTINS, 1972, p. 48, grifo meu).

Demósthene Martins evidencia os líderes sul-mato-grossenses⁵⁰ que aderiram conjuntamente com os paulistas em uma insurreição armada contra o governo provisório de Getúlio Vargas. “A Revolução de 32 teve aqui, fora das raias de Piratininga, a sua única e real adesão” (MARTINS, 1972, p. 50).

Sobre a mesma temática, Paulo Roberto Cimó Queiroz analisa que a adesão dos líderes sulistas à chamada Revolução Constitucionalista de 1932 foi, em grande parte, devido à presença da chefia militar em Campo Grande do general Bertoldo Klinger.

⁴⁹ Demósthene Martin narra que, “[...] empossados os governos *revolucionários* na República e nos Estados e Municípios, aos poucos foi se verificando que aqueles propósitos estavam sendo distorcidos. [...] Aqui, em Mato Grosso, o Interventor nomeado, *estranho* à vida pública do Estado, despertou contra os seus atos a oposição dos valores mais repontantes da Revolução, desenhando-se, até, um movimento armado para a sua deposição em que se solidarizaram o Coronel Laudelino Barcelos, os Drs. Eduardo Olimpio Machado, Arlindo de Andrade, Dolor de Andrade, Coronel Ulisses Lima, Dr. Leonel Velasco, major do Exército, e muitos outros, que teria como seu P. C. Rio Brillhante, com o apoio dos Barbosas, numerosos e dispostos à luta. Em Maracaju, onde houve a reunião decisiva para a mobilização, o apoio era total” (MARTINS, 1972, p. 47-48, grifo meu).

⁵⁰ Segundo Demósthene Martins, “[...] deflagrado o movimento armado, que se antecipara com a exoneração do general Klinger do comando da guarnição de Mato Grosso e sua reforma do serviço ativo do Exército, por ato de 7 de Julho, tomaram os sul mato-grossenses posição ao lado de S. Paulo. À tropa federal que na sua quase totalidade manteve-se solidária com o seu chefe, juntaram-se, prontamente, batalhões que se organizaram com voluntários civis. Formaram-se as seguintes unidades: Batalhão Visconde de Taunay, de Campo Grande, que atuou em Itapetininga, S. Paulo; Batalhão Gato Preto, do comando de Henrique Barbosa Martins, que em Quitéria, na divisa de Mato Grosso com Minas Gerais, integrou as forças do comando geral do Major Ramiro de Noronha, que embargou o avanço do Coronel Manoel Rabelo no rumo de S. Paulo, vindo da fronteira de Goiás-Minas; Batalhão Saravy, do comando de Antônio Alves Corrêa e Etalvío Pereira Martins, que guarneceu o Porto 15 de Novembro, no rio Paraná; Batalhão Antônio João, dos garimpeiros de Rochedo, do comando do Capitão João Pessoa Cavalcanti, que, em Coxim, pôs em debandada a força interventorial de Cuiabá composta da Polícia Militar e de civis arregimentados pelo Interventor Leônidas de Matos. Miranda, Nioac, Ponta Porã e Rio Brillhante organizaram suas forças sob o comando, respectivamente, de Teófilo Azambuja, Avelino Nogueira, Dr. Aral Moreira e Altivo Barbosa Martins (Kiki)” (MARTINS, 1972, p. 50-51).

Outra oportunidade surgiria, contudo, logo em seguida, com a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que obteria a adesão de parte significativa dos líderes políticos sulistas. Embora haja registros de que esses líderes haviam rompido com o Governo Provisório de Vargas já logo depois de 1930 (precisamente em função das disputas, acima referidas, em torno da interventoria), aquela adesão pode ter-se dado, na verdade, em razão da presença em Campo Grande, na chefia da Região Militar, do general Bertoldo Klinger, que deveria exercer a função de comandante militar da rebelião constitucionalista. Sabe-se de fato que, antes de partir para São Paulo, a fim de assumir seu posto, Klinger nomeou para Mato Grosso um governador “revolucionário” (Vespasiano Martins), que, pelo menos por ora, exerceria suas funções em Campo Grande – dado que em Cuiabá continuava no cargo o interventor nomeado por Vargas. (QUEIROZ, 2005, p. 8).

Conforme a análise de Paulo Roberto Cimó Queiroz, os líderes sulistas desfazem o apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas e, já em 1930 e em 1932, sob o comando do general Bertoldo Klinger, chefe da Região Militar sediada em Campo Grande, aderem à insurreição contra Vargas.

O historiador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-grossense (ASL), Demóstenes Martins, em seu livro *Campo Grande – Aspectos Jurídicos e políticos do Município*, de 1972, salienta a instituição do *Governo Civil de Mato Grosso*, instalado em Campo Grande em 11 de julho de 1932, com *entusiástica solenidade*, por ocasião do qual foi nomeado, como governador, o Dr. Vespasiano Martins.⁵¹ Demóstenes Martins narra os embates armados ocorridos no Sul de Mato Grosso, nos quais os *inimigos* foram dominados e vencidos pela força revolucionária. “Os pequenos focos de resistência, como o da Marinha, em Porto Esperança, de uma parte do 10º Regimento de Cavalaria, de Bela Vista e alguns civis de origem gaúcha, foram dominados por elementos revolucionários civis e militares” (MARTINS, 1972, p. 48). Segundo Demóstenes Martins, o comando ditatorial de Getúlio Vargas, em seu plano de

⁵¹ Demóstenes Martins conta que, “[...] a 11 de Julho o Dr. Vespaziano Martins instalava nesta cidade o *Governo Civil de Mato Grosso*, empossando-se no cargo de seu Governador, em entusiástica solenidade em que usaram da palavra os Drs. Eduardo Olímpio Machado, Francisco Bianco Filho (Juiz de Direito da Comarca) Dolor de Andrade e Mano de Lima Beck. Em seguida foram nomeados o Dr. Arlindo de Andrade, Secretário Geral do Estado, Arthur Mendes Jorge Sobrinho (médico) Prefeito Municipal, Leonel Velasco (Capitão do Exército) Chefe de Polícia. De S. Paulo veio uma delegação composta dos Drs. Marcos Mélega, Waldomiro de Carvalho, Aristides Pereira Campos e Auro Martins para estabelecer ligação entre os governos civis de S. Paulo e Mato Grosso” (MARTINS, 1972, p. 51, grifo meu).

ataque a São Paulo via Mato Grosso, foi ofuscado⁵² pelas forças militares e civis matogrossenses.

Demóstenes Martins escreve que a “Revolução Constitucionalista de 1932”, demonstrou, mais uma vez, a *rivalidade* existente entre o *Sul* e o *Norte*⁵³. E, que os *líderes sulistas mais valorosos*⁵⁴ ambicionavam bipartir o estado de Mato Grosso entre o *Sul* e o *Norte*.

A revolução de 1932 pôs, mais uma vez, em evidência as divergências que repontavam nas duas regiões – *Sul* e *Norte*. Enquanto esta, pelos seus elementos representativos e governamentais se manifestava favorável à ditadura de Vargas, aquela se engajava, pelos seus *líderes mais valorosos* nas hostes dos combatentes paulistas que respaldava, também, a constante dos seus anseios administrativos – a *idéia divisionista* – ou seja, bipartir-

⁵² Demóstenes Martins explica como ocorreram as batalhas no Sul de MT, “[...] transformando-se Três Lagoas em base da investida, com a junção ali das duas expedições. Para conter essas expedições travaram-se combates sangrentos em Quitéria e na região de Porto Murinho. Neste setor os mais importantes foram os de Ipajim, em 19 de Agosto, de Perdido, em 20, de Mandioca Assada, em 7 de Setembro, em que até dois canhões 75 foram tomados ao adversário, o de Muquem e S. Roque, em 9 desse mês, e na periferia da cidade, em 10 também desse mês, o que motivou a fuga para o Paraguai de vários oficiais, não se transformando num verdadeiro desastre militar o seu resultado para os ditatoriais porque faltou munição as armas revolucionárias na hora decisiva. Nesse rude combate que se prolongou por 23 horas tiveram estes o apoio da aviação que neutralizou a ação da artilharia do Pernambuco, que sem defesa anti-aérea, abandonou a luta” (MARTINS, 1972, p. 53).

⁵³ A obra de Demóstenes Martins aqui citada foi publicada no momento da fundação da Academia de Letras e História de Campo Grande, em 1972; portanto, o autor escreve uma **História** que enaltece os protagonistas ruralistas campo-grandenses (dirigida por uma *elite condutora*), em que as narrativas da construção do discurso histórico sobre a “Revolução Constitucionalista de 1932” mereceram um especial tópico no livro do autor. Dessa maneira, escritos por um intelectual comprometido com as Letras e com a História do município de Campo Grande, discursos esses, em que há trocas continuamente de adjetivos, como *derrota* por *vitória*. Além dos embates fratricidas, das lutas armadas, chamadas de *Revolução*. A questão do *Sul* e *Norte* é referenciada após a divisão de Mato Grosso, com a criação do Território Federal de Rondônia. É importante ressaltar que o período aqui estudado, 1932-1934, era referenciado como, *Sul*, *Centro* e *Norte* e não ainda bipolarização entre Sul e Norte. Ver MARTINS, Demóstenes. *Campo Grande – Aspectos Jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande-MT: Alvorada, 1972.

⁵⁴ Demóstenes Martins escreve que os anseios de *dividir* o Estado já eram uma “[...] idéia velha, recalcada no sentimento sulista desde 1900 quando se corporificou no movimento chefiado por João Ferreira Mascarenhas (Jango Mascarenhas), João Caetano Teixeira Muzzi, capitão da Retirada da Laguna, e Dr. João de Barros Cassal, tribuno gaúcho, refugiado das sangrentas revoluções do Rio Grande do Sul, natural que se constituísse essa aspiração do povo sulista numa de suas reivindicações, verificada a vitória de S. Paulo. Tanto era assim que em 1930, fora focalizado o problema perante os *líderes revolucionários vitoriosos* que lhe emprestaram confessada simpatia, julgando-se que o problema sul matogrossense equacionado suscitaria uma decisão em profundidade que era a da *redivisão territorial do Brasil*, permanência das desajustadas características das capitânias dos donatários coloniais. [...] Na Constituinte de 1934 voltou o problema da *divisão* do Estado à baila, sob a liderança dos seus homens mais eminentes do Sul, dentre os quais se destacava o *Dr. Vespasiano Barbosa Martins*, e que tinha a aplaudi-lo o entusiasmo da mocidade, especialmente a estudantil, da região. Sobre os motivos e conceitos que embasam essa aspiração sulista há uma copiosa publicação em jornais, revistas, panfletos e manifestos, como o endereçado a Constituinte de 1934, com milhares de assinaturas” (MARTINS, 1972, p. 57-58, grifo meu). Marisa Bittar nota que, no 1.º Manifesto da Liga Sul-mato-grossense, “[...] não consta o nome de *Vespasiano Barbosa Martins*”, pois ela havia sido criada por estudantes universitários matogrossenses no Rio de Janeiro e no ano em que Vespasiano encontrava-se exilado no Paraguai” (BITTAR, 1977, p. 170-171, grifo meu).

se Mato Grosso em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte, dando realidade política a uma determinante geoeconômica cristalizada no contraste do seu meio físico e na dinâmica de sua prosperidade criadora. (MARTINS, 1972, p. 57, grifo meu).

Em sua narrativa, Demóstenes Martins evidencia uma manifestação *política sulista* em oposição aos predomínios dos *políticos nortistas*. Assim, as proximidades da implantação da Assembléia Nacional Constituinte fizeram aflorar *seus líderes mais valorosos*, assim como a necessidade de separar o estado e transformar Campo Grande em capital.

Desse modo, parte de uma elite sul-mato-grossense, notadamente os estudantes universitários campo-grandenses, que estudavam na capital federal (após a derrota da *Revolução Constitucionalista de 1932*), fundou a Liga Sul-Mato-Grossense, uma entidade para lutar pela Divisão de Mato Grosso.

É importante ressaltar que a inserção de uma parte majoritária da elite campo-grandense nos embates fratricidas contra o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1932, resultou em uma *derrota*, fato esse revisitado constantemente (principalmente pelos Homens de Letras do IHG-MS e da ASL, ou seja, após a divisão em 1977) como uma *vitória*. Assim, em narrativas que apresentam um estado independente nesse período, o “Estado de Maracaju”, e Campo Grande como sua capital, há um discurso sobrepujando os embates como uma vitória dos residentes na porção sul de Mato Grosso.

O livro “História de Mato Grosso do Sul” (1.^a edição, 1991; 5.^a edição, 2002), de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, respectivamente sócios do IHG-MS e da ASL, informa que, no período de julho até setembro de 1932, houve, em Mato Grosso, o **estado de Maracaju**, sendo a capital a cidade de Campo Grande.

O Estado de Maracaju - Em 24 de outubro de 1930 terminava a primeira república por obra da revolução armada sob o comando de Getúlio Vargas, contra quem, dois anos depois, São Paulo se insurgia, exigindo uma constituição democrática. Contava, aquele Estado, com o apoio principalmente do interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha (que acabou pendendo para o governo federal), e do general Bertoldo Klinger (comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso), que prometera mobilizar cinco mil homens. Foi a Revolução Constitucionalista de 1932, que estourou em 9 de julho e acabou em 2 de outubro com a capitulação dos paulistas. O sul de Mato Grosso tomou parte ativa no movimento. Diz-se, aliás, que a revolução começou em Campo Grande, quando Klinger se demitiu, em solidariedade ao

comandante da região, de São Paulo, exonerado por Getúlio em face dos acontecimentos político-revolucionários naquele Estado. De julho a setembro de 1932, o país viveu uma verdadeira guerra civil, quando o sul de Mato Grosso deu total apoio a São Paulo, para lá seguindo as forças federais do general Klinger e corpos de voluntários. [...] No correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o general Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Martins para governador da nova **unidade – o Estado de Maracaju**. O governo foi instalado, em Campo Grande, no dia 11 de julho de 1932, no prédio hoje da Maçonaria (Av. Calógeras, entre a Av. Afonso Pena e a Rua 15 de Novembro), durando oitenta e dois dias. Com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação. Seus líderes exilaram-se no Paraguai. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p. 219- 224, grifo meu).

Nesse ponto, Marisa Bittar afirma, categoricamente, que *não* existiu a *divisão* de Mato Grosso nem a efetivação do **estado de Maracaju**. Nesse período, “[...] *não houve*, portanto, divisão de Mato Grosso em 1932. Por isso, Campo Grande não foi a capital de *uma nova* unidade federativa naquele ano” (BITTAR, 1999, p. 51, grifo meu). Assim, a historiadora descreve que Vespasiano Barbosa Martins foi governador da “Revolução de 1932” do estado de Mato Grosso e não apenas do *Sul* de MT.⁵⁵

Além disso, Marisa Bittar observa que “[...] ocorre que a revolução de 1932, na verdade, pela sua própria lógica interna, propiciou a formação de um governo efêmero no sul de Mato Grosso, mas isso se deveu muito mais, ou exclusivamente, à necessidade *estratégica* da insurreição” (BITTAR, 1999, p. 51, grifo meu). Ou seja, Campo Grande foi capital (dentro da lógica revolucionária) de todo o estado de Mato Grosso⁵⁶ (corresponderia, hoje, aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e não

⁵⁵ Segundo José Barbosa Rodrigues, “[...] entre os objetivos da Liga destaca-se o primeiro e principal: - A Liga tem por fim atendendo a grande extensão geográfica do atual Estado de Mato Grosso, o seu *despovoamento* e outros fatores econômicos dificultam, sensivelmente, o seu progresso e a sua civilização, trabalhar para que o mesmo se divida em dois Estados federados. O Estado de Mato Grosso, com capital Cuiabá e o *Estado de Maracaju*, com capital Campo Grande” (RODRIGUES, 1978, p. 111, grifo meu). Ver RODRIGUES, João Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul: Nasce um estado*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978. 141 p. Nesse sentido, os líderes sulistas reivindicam o Estado de Maracaju, após a Revolução Constitucionalista de 1932.

⁵⁶ A sócia da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, em seu livro *O homem e a terra, de 1993*, narra que, “[...] em 1932, com a Revolução Constitucionalista liderada pelo Estado de São Paulo, à qual somara forças o Coronel Bertoldo Klinger, comandante das forças militares sediadas em Campo Grande, unida à liderança civil de Vespasiano Barbosa Martins, esta cidade aparece pela primeira vez no cenário político/nacional, nesta campanha legalista, pró-criação de um novo Estado. Arnaldo Estevão de Figueiredo participou deste movimento separatista. Sobre este assunto, manifestou-se: Participei deste movimento separatista, embora não fosse ainda separatista. Participei por uma razão muito simples, **porque São Paulo exercia forte influência sobre Mato Grosso**. Sempre o teve, desde a fundação do nosso Estado, isto é, desde o tempo das Capitânicas. Por conseguinte, São Paulo tendo se levantado

do Sul de MT ou do *estado de Maracaju*.⁵⁷

Nesse sentido, há uma *representação* de uma *retórica da derrota* transmutada numa *retórica da vitória*, uma vez que os discursos narrados apontam que, em 1932, foi criado um novo estado em Mato Grosso (Estado de Maracaju), e não *a derrota* para o governo de Getúlio Vargas. Por isso é importante assinalar que o *Estado de Maracaju* manifesta-se em muitas obras escritas sobre a História de Mato Grosso do Sul. Portanto, nessas narrativas discursivas, surge sucessivamente como um fato histórico consumado (uma primeira divisão), na mídia em geral, vez por outra, nos vestibulares e concursos⁵⁸ públicos realizados no estado de MS, o que é falso.

O episódio de 1932 – com a existência em Mato Grosso, durante mais de dois meses, de dois governos, paralelos – ganhou maior realce, nos meios sul-mato-grossenses, depois da criação do novo Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. De fato, esse episódio tem sido alçado por vários autores à condição de uma “primeira divisão” do Estado, chegando-se mesmo a afirmar que, durante esse período, teria formalmente existido no Sul o “*Estado de Maracaju*”. Trata-se, no entanto, *de uma versão fantasiosa*, o que já foi, aliás, demonstrado por Bittar. Essa autora considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham vislumbrado naquele episódio não necessariamente a ocasião da separação do Sul, mas “apenas” a oportunidade da mudança da capital. (QUEIROZ, 2005, p. 8, grifo meu).

É importante assinalar que o estado de Maracaju *aparece* na manifestação (como reivindicação) da Liga Sul-Mato-Grossense (fundada em dezembro de 1932; seu primeiro

contra a ditadura de Getúlio Vargas, teve o apoio da maioria da população mato-grossense, e principalmente do sul. No Governo Separatista do Sul, participei como chefe do Serviço de Obras Públicas, da Revolução. Fui nomeado pelo Governador de Mato Grosso do Sul, naquela época, o Dr. Vespasiano. Continua ele: **Não houve propriamente divisão do Norte e do Sul. Houve separação somente de governo.** O Norte ficou governado pela ditadura de Getúlio Vargas e o Sul pelo movimento paulista de 1932, e pelo seu Governador Vespasiano Barbosa Martins” (RIBEIRO, 1993, p. 463). Ver RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. *O homem e a terra*. Campo Grande: IHG-MS, 1993.

⁵⁷ Marisa Bittar pondera: “Outro aspecto que chama a atenção e confirma a análise feita anteriormente sobre o caráter do governo de Vespasiano Barbosa Martins, em 1932, é a referência *ao desejo de mudar a capital* para o sul do estado, o que pode ser interpretado como uma tentativa, a princípio, *não de dividir Mato Grosso*, mas de transferir sua sede político-administrativa para a porção meridional do estado, no caso, *Campo Grande*. Nesse sentido, é fácil compreender o apelo de Vespasiano, para que o norte se unisse ao sul na luta contra Getúlio Vargas. É possível que houvesse a intenção de, caso vitorioso o movimento paulista de 1932, a capital de Mato Grosso permanecesse em Campo Grande com o estado uno” (BITTAR, 1997, p. 173, grifo meu).

⁵⁸ Ver AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *O Estado de Maracaju: a construção de uma identidade para os sul-mato-grossenses*. 70 f. Monografia (Especialização em Historiografia e Ensino de História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS, 2004. Parte do capítulo: “A constituição do *Estado de Maracaju* pelos livros didáticos e concursos públicos”, p. 54-59. O autor apresenta, como exemplo, provas realizadas pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de MS – FAPEMS, do ano de 2003.

manifesto foi em 11 de outubro de 1933) para se criar um novo estado ou território com o nome de *Maracaju*, ou seja, *após o episódio de 1932* (junho/setembro).

Sobre essa temática, Paulo Roberto Cimó Queiroz explica que as “[...] elites sulistas, ou pelo menos parte delas (representadas, num primeiro momento, por jovens estudantes residentes no Rio de Janeiro), parecem haver decidido radicalizar suas posições, passando a defender por escrito e abertamente, pela primeira vez, a separação entre o Sul e o ‘Norte’ do Estado” (QUEIROZ, 2005, p. 8). Os manifestos organizados pela Liga Sul-Mato-Grossense são reivindicações para criar um novo estado ou território federal na porção Sul de Mato Grosso, indicando a cidade de Campo Grande para ser a capital.

Surge então, em fins de 1932, a *Liga Sul-mato-grossense*, fundada no Rio de Janeiro que lança três documentos principais: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, datado de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte*, datado de janeiro de 1934 (já citado); e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas (esses documentos estão reproduzidos in MARTINS, 1944, p. 90 e ss.). Um outro documento, de teor semelhante, rebatendo críticas do então general Rondon às pretensões dos sulistas e assinado por personalidades de destaque nessa região, foi publicado em Campo Grande em março de 1934 (*A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon*). (QUEIROZ, 2005. p. 8-9).

Assim, determinados filhos de fazendeiros do Sul de Mato Grosso, universitários que moravam na capital federal, fundaram, *oficialmente*,⁵⁹ em 4 de dezembro de 1932, a *Liga Sul Mato-Grossense* (LSM), com o objetivo de “[...] pleitear a divisão do estado de Mato Grosso em dois Estados Federados e promover a união dos mato-grossenses” (*Apud* MARTINS, 1944, p. 91).

Nesse período, nos anos de 1932 até 1934, houve, por parte de uma *elite condutora* ou *elite sulista*, um *movimento divisionista*,⁶⁰ organizado, para criar um novo Estado.

⁵⁹ Segundo Marisa Bittar: “No extrato publicado no Diário Oficial da União em abril de 1934 lê-se que a entidade tinha por objetivo ‘pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados’, mas, paradoxalmente, propunha-se também a ‘promover a união dos mato-grossenses’ [...] Esse é o primeiro documento que resulta de uma tentativa de organizar um movimento divisionista. É também o primeiro que registra a intenção de dividir Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 161, grifo meu).

¹⁸ Ainda de acordo com Marisa Bittar: “Quanto ao divisionismo, enfrentará, logo nos primeiros anos da década de 30, um dilema: mudança da capital ou cisão do estado? Superada a fase das manifestações esparsas do início do século, os separatistas viverão uma transição marcada por essa indefinição. De todo modo, importa perceber que os acontecimentos de 30 são o divisor de águas na forma de ação política das elites sulistas e na sua relação com os grupos hegemônicos de Cuiabá. Não é por acaso que só então nasce uma organização com o objetivo de encaminhar a luta pela divisão de Mato Grosso: a *Liga Sul-Mato-Grossense*” (BITTAR, 1997, p. 159, grifo do autor).

Desse modo, a Liga Sul-Mato-Grossense articula, no fervilhar da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934), *manifestos divisionistas*, para aprovar, por meio da Constituição, um território ou estado (com o nome de Maracaju), independente do Centro/Norte de Mato Grosso, ou melhor, de Cuiabá.

Embalados pelos acontecimentos de 1932, universitários mato-grossenses, oriundos das elites do sul, criaram, em dezembro de 1932, no Rio de Janeiro, a Liga Sul-Mato-Grossense. Segundo nos conta Paulo Coelho Machado, a Liga “foi fundada numa pensão da Rua Bispo, no Rio, cuja dona era mato-grossense”. A entidade, afirmou, “tinha *tendência esquerdista* porque eram todos estudantes” (BITTAR, 1999, p. 70, grifo meu).

A Liga Sul-Mato-Grossense expressou-se por meio de manifestos, publicação de panfletos, artigos em jornais e um abaixo-assinado contendo milhares de assinaturas dos moradores da parte Sul do estado de Mato Grosso, entregue para os Constituintes,⁶¹ em que reivindica a separação de Cuiabá.

Os estudantes universitários *sul-mato-grossenses*⁶² lançam o primeiro *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, com o intuito de sensibilizar os moradores da parte Sul de MT para a *causa divisionista* e para a possibilidade de criar um estado independente, via constituição federal. O *Manifesto*, que tem a data do *dia 11 de outubro de 1933* (coincidentemente a data de aniversário da criação de MS, que foi em 11/10/1977), divulga a porção Sul de MT como *civilizado* e o Centro/Norte de MT como *atrasado*⁶³.

A população sul-mato-grossense, profunda conhecedora do abandono em que sempre viveu o Sul de Mato-Grosso por parte *de todos os governos de Cuiabá*, vislumbrou, desde logo, pelo destemor e pela firmeza de ação de sua mocidade, o urgente mister de fundar, no Rio de Janeiro, uma organização que procurasse, trazendo o *engrandecimento de sua terra*

⁶¹ De novembro de 1933 a julho de 1934 (as eleições são realizadas dia 3 de maio de 1933 e a Assembléia Constituinte é instalada em 15 de novembro de 1933), o país viveu sob a égide da Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição Brasileira que iria substituir a Constituição de 1891. Foram meses de intensa articulação e disputa política entre o governo e os grupos que compunham a Constituinte. Após oito meses de discussões, no dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição e, no dia seguinte, Getúlio Vargas se reafirmou como presidente.

⁶² Assinam o manifesto em nome da Liga Sul-Mato-Grossense os universitários *sulistas* que estudavam na capital federal: “Ruben Alberto Abbott de Castro Pinto, Fadah Maluff, Alexandrino Brandão, Oclécio Barbosa Martins, Jonas Barbosa Martins, Benjamim Miguel Farah, Carlos S. Martins Costa, Julio Mario Abbott de Castro Pinto, Clineu da Costa Moraes, Valério Martins Costa, Alberto Neder, Candido Pinheiro, João Rosa Pires, Amando de Oliveira, Alfredo Neder, Nicola C. Caminha, Auzonia Maciel de Oliveira, Alayr Maciel de Oliveira, Manoel C. Caminha, Jary Gomes” (*Apud* MARTINS, 1944, p. 92).

⁶³ Paulo Roberto Cimó Queiroz identificou este fenômeno como sendo “[...] um estigma *ad hoc*: a *opressão* do Sul pelo ‘Norte’ [...] identifica no Sul apenas características *positivas*: tudo o que ali havia de negativo era reflexo da má política, do abandono e da opressão dos dirigentes cuiabanos” (QUEIROZ, 2005, p. 14).

natal! — despertar fortemente a atenção, senão das administrações do Estado ao menos de todo o nosso querido Brasil, para o seu vertiginoso progresso, para a sua notável civilização. (Apud MARTINS, 1944, p. 91, grifo meu).

A Liga Sul-Mato-Grossense apresenta-se para a *população sul-mato-grossense* como uma entidade divulgadora do *engrandecimento de sua terra natal*.⁶⁴ Segundo o manifesto, procura despertar a atenção dos constituintes e dos brasileiros *para o seu vertiginoso progresso, para a sua notável civilização*. Nesse sentido, os estudantes universitários, por meio desse manifesto, discutem a possibilidade de dividir o estado de Mato Grosso.

Entre as suas diversas aspirações, todas elas expressas nas finalidades dos seus estatutos, ressalta a principal: *a de pleitear, dentro das normas do direito, a sua autonomia política e jurídica, visto não lhe faltarem os necessários requisitos estádicos*. Sendo uma corporação territorial, como é, possuidora das prerrogativas fundamentais indispensáveis à *existência de qualquer Estado*, não é razoável que se lhe continue a negar, por mais tempo, a faculdade de auto-organizar-se e de auto-governar-se, constituindo, deste modo, mais um Estado-membro da Federação Brasileira. (Apud MARTINS, 1944, p. 91, grifo meu).

Desse modo, alegava a Liga Sul-Mato-Grossense que o Sul de MT possuía todos os apetrechos para fundar um estado autônomo. De um modo geral, o Manifesto expressa que o Sul de MT é *desenvolvido economicamente*; por isso, *não é razoável que se lhe continue a negar, por mais tempo, o direito de criar um estado autônomo, a faculdade de auto-organizar-se e de auto-governar-se*.

Tudo nos divide. Tudo nos separa dentro da nossa organização federativa, sem ferir, entretanto, a integridade nacional. Não achamos justo que o Sul, que tem em quase absoluto desamparo as suas necessidades e os seus serviços públicos, continue a ver escoar-se a maior parte do produto do seu trabalho para satisfazer necessidades e serviços públicos de Cuiabá [...]. Esta nossa aspiração de libertarmo-nos, definitivamente, das peias que impedem todo o nosso *progresso* e toda nossa *civilização*, traz, por sua vez, infindáveis benefícios para a região norte do Estado, tão menosprezada, quanto digna de quotidianas preferências por parte do governo de Cuiabá. (Apud MARTINS, 1944, p. 91, grifo meu).

⁶⁴ Nesse período, não há em Campo Grande, como em Cuiabá, por parte dos intelectuais campo-grandenses, uma entidade encarregada de criar uma Literatura e uma História própria sobre sua terra natal, como houve em Cuiabá, produzida pelo IHMT e AML. São realizados manifestos com cunho regional em consequência de lutas para um maior espaço pelo poder político em Mato Grosso. Mas, de certa forma, acabam construindo, também, uma identidade própria, de pertencimento, sulista ou sul-mato-grossense em rejeição ao *outro* (cuiabano).

O Manifesto assinala que não é justo continuar com os desmandos por parte do governo estadual, já que o Sul de MT não tem amparo nenhum por parte dos administradores de Cuiabá, os quais conduzem o estado com total incompetência, “[...] e até esquece *criminosamente*, a vasta região norte do Estado, tão rica pela sua fauna preciosa e abundante, pela opulência da sua flora medicinal e extrativa, pelos seus minérios” (*Apud* MARTINS, 1944, p. 91, grifo meu). Ou seja, os cuiabanos impedem o *progresso* e a *civilização* dos sulistas, já que a maior parte da verba arrecadada serve para atender as necessidades e serviços de Cuiabá.

Marisa Bittar observa que o destaque desse Manifesto é o argumento da *superioridade econômica do sul* de Mato Grosso.

Vê-se já no seu primeiro Manifesto a ênfase num aspecto fundamental que estimulava a reivindicação de autonomia: a *superioridade econômica do sul do estado*. Daí em diante nota-se que a propagação do separatismo estará permanentemente vinculada a esse argumento expresso de forma a demonstrar orgulho pelo fato de o sul haver prosperado com o desenvolvimento da atividade pastoril e da erva-mate. [...] A diferenciação econômica do estado passará, então, a ser definida em termos da polarização entre *progresso* e *atraso*, acompanhada pela *manifestação de ressentimento* dos sulistas. (BITTAR, 1997, p. 171, grifo meu).

Para Marisa Bittar, “[...] os dois ingredientes essenciais do ideal autonomista parecem, então, amadurecidos: a) a superioridade econômica do sul do estado sobre o centro-norte; b) a desproporção numérica de sua representação política, com vantagem para os ‘*nascidos no norte*’. Aliado a esses fatores começa a se manifestar, ainda, a partir dos primeiros manifestos da Liga aqui citados, um acentuado desprezo dos sulistas para com as tradições culturais *da civilização cuiabana*” (BITTAR, 1997, p. 172, grifo do autor). O Manifesto também realça que o Sul de MT é *culturalmente* mais próximo dos grandes centros, evidentemente para achincalhar os cuiabanos.

Os estudantes universitários defendem a divisão de MT para que a parte Sul de MT possa persistir crescendo e se desenvolvendo, independente, por conta própria, já que Cuiabá⁶⁵ “*consumia 65% das receitas públicas*”. Por isso, não era justo continuar dessa

⁶⁵ Marisa Bittar pondera que “[...] a *rivalidade* transparecia a cada linha, de tal modo que a conteúdo *da Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte* não deixava dúvidas quanta a disposição e determinação dos sulistas *em não reconhecer Cuiabá como a sua capital*. Justamente aquela cidade que, segundo a Liga, *consumia 65% das receitas públicas*, cabendo ao sul gerar dois terços de seu total” (BITTAR, 1997, p. 178, grifo meu).

maneira. Ainda para os divisionistas, a capital de MT era uma localidade “[...] *nirvanizada pela imprevidência de várias gerações de administradores*” (Apud MARTINS, 1944, p. 91). Deste modo, para encerrar o manifesto, a Liga Sul-Mato-Grossense convida toda a população de sua *Terra Natal* a colaborar “*para a magna causa do nobre povo sul-mato-grossense*”.

E é por isso que a nossa liga, expoente máximo da futura e esperançosa *intelectualidade sul-mato-grossense*, convida a todas as classes sociais de sua *Terra Natal* a secundarem com o seu indefectível apoio, os ingentes esforços dos universitários sul-mato-grossenses daqui, fiéis aos seus princípios estatutários, sem ligação política de espécie alguma com as organizações partidárias quer regionais, quer centrais, para que possamos ser dignos e úteis ao nosso Brasil pela Constância do nosso trabalho, pela força da nossa inteligência e pelo direito da nossa cultura. DE VÓS, GENTE DE NOSSA TERRA, DEPENDE, EM GRANDE PARTE O ÊXITO DESTA NOSSA ASPIRAÇÃO. Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1933. NOTA: - Divulgar o que se acha contido neste Manifesto é contribuir para a magna causa do nobre povo *sul-mato-grossense*. (Apud MARTINS, 1944, p. 92).

Além disso, os estudantes membros da Liga Sul-Mato-Grossense apresentam-se fiéis aos seus preceitos estatutários. Assim sendo, não eram filiados a nenhum dos partidos políticos; “*sem ligação política de espécie alguma com as organizações partidárias quer regionais, quer centrais, para que possamos ser dignos e úteis ao nosso Brasil*”. Os universitários querem mostrar que a idéia da divisão é o anseio do *povo*⁶⁶ sul-mato-grossense.

Em 17 de janeiro de 1934, a Liga Sul-Mato-Grossense lança o segundo Manifesto em favor de dividir e criar um estado autônomo em Mato Grosso. Esse Manifesto era dirigido *ao Chefe do Governo Provisório* e aos políticos da *Assembléia Nacional Constituinte*.

O *Manifesto ao Governo Provisório e à Assembléia Constituinte* era dividido em três partes; a primeira parte traz a *origem da campanha pró-autonomia do Sul*, que remonta aos anos de 1900, como um *desejo* antigo da *população sulista* em *dividir* o estado de Mato Grosso; a segunda parte enfoca as *razões de ordem geográfica e político-econômica* (em que detalha um certo determinismo geográfico entre as partes: Norte,

⁶⁶ Quando se lê *povo* ou *população*, traduza-se por uma *elite* de fazendeiros, comerciantes, políticos, profissionais liberais, jornalistas, militares, (universitários que estudavam no Rio de Janeiro ou São Paulo), funcionários públicos entre outros residentes no Sul de Mato Grosso, sobretudo da cidade de Campo Grande, que, de uma forma ou de outra lutavam pelo poder de mando.

Centro e Sul de Mato Grosso). E, por último, “*Quem se opõe à divisão de Mato Grosso*”, em que apresenta o boicote por parte dos políticos de Cuiabá para com o crescimento *assombroso* do Sul de MT. Evidentemente, o segundo Manifesto da Liga Sul-Mato-Grossense enaltece o Sul de MT como *moderno* e deprecia Cuiabá como *arcaica*.

Da Mocidade do Sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e a Assembléia Constituinte. A mocidade da região meridional de Mato Grosso, que não pode ficar indiferente aos altos interesses Político-sociais de seu Estado, vem apelar para o Chefe do Governo Provisório e para Assembléia Nacional Constituinte, para que se concretize, nesta fase de reorganização do país, a criação do TERRITÓRIO FEDERAL ou do novo ESTADO DE MARACAJU – aspiração dos brasileiros que criaram a civilização sulista e que batem por esse ideal, desde 1900, tendo a sua frente, naquela época, os srs. Dr. José de Barros Cassal, coronéis João Mascarenhas, João Caetano F. Muzi e outros. (*Apud* MARTINS, 1944, p. 92).

Sobre esse contexto, a historiadora Marisa Bittar considera que a

[...] mudança da capital ou separação: *eis a manifestação da causa separatista no começo dos anos 30*. A indefinição, porém, se fazia acompanhar das esperanças da Liga na possibilidade de o Governo Provisório acolher sua proposição sobre a autonomia. O certo é que, conforme amadurece, a causa separatista expressa total inconformismo quanto à hipótese de o sul permanecer dirigido por Cuiabá. (BITTAR, 1997, p. 174, grifo meu).

Desse modo, o *Manifesto ao Governo Provisório e à Assembléia Constituinte*, para Marisa Bittar, chega a propor que o Sul de Mato Grosso “[...] se transformasse em território federal, ou seja, preferia-se passar à tutela do governo contra o qual se lutara em 1932, a *permanecer governado por Cuiabá*” (BITTAR, 1997, p. 174, grifo meu). Marisa Bittar analisa que a ambigüidade do efêmero governo de Vespasiano Barbosa Martins correspondia a uma fase em que a própria causa divisionista não lograra ainda definir seus rumos. “O malogro do movimento, paradoxalmente, concorreu para o seu amadurecimento, cujo elemento mais expressivo foi a criação da Liga Sul-Mato-Grossense. (BITTAR, 1997, p. 175).

De acordo com seus estudos, Marisa Bittar observa que, em 1934, por meio da Liga Sul-MatoGrossense, “[...] essa causa já claramente expressa em *movimento separatista*, chegou ao governo federal” (BITTAR, 1997, p. 177, grifo meu).

Há uma reação por parte da elite *nortista* mato-grossense sobre as manifestações realizadas pela Liga Sul-Mato-Grossense. Em 5 de fevereiro de 1934, autoridades *nortistas* lançam um manifesto intitulado *Por Matto Grosso Unido*, em que assinam “Leonidas Antero de Mattos, Filinto Muller, Generoso Ponce Filho, Francisco Villanova, Alfredo Pacheco” (*Apud* BITTAR, 1997, p. 180).

Um manifesto do “norte”, em 1934, rebateu as proposições dos sulistas e o “pretense anseio de desagregamento do patrimônio moral, material e político do nosso Estado”, considerando o “infeliz redator daquele documento”, isto é, da Liga, de “caracterizar o Norte e o Sul de Mato Grosso como duas zonas diferenciadas, marcadas por divergências profundas”. Rejeitando a tese sobre o “ódio” entre as partes, prosseguia: “é que nunca houve esse ressentimento, essas diferenças, esse ódio entre eles, que o manifesto forceja por querer patentear, para armar ao efeito, e pretender justificar o seu ponto de vista apaixonado”. Lançando palavra de ordem oposta à dos sulistas. (BITTAR, 1997, p. 180, grifo do autor).

O Manifesto *Por Matto Grosso Unido* enuncia que os documentos divulgados pelos divisionistas (chamados de *mal avisados elementos*) ocasionaram espontaneamente a *união* dos mato-grossenses:

Não temos outro ideal senão o de procurar sentir [...] o nosso Estado e o nosso Brasil. Eis porque, nesta hora, em que *mal avisados elementos* levantam a bandeira da desagregação, provocando, assim, naturalmente a *união* de todos os Mato-grossenses, acima das divergências partidárias de momento, sob o palio do mesmo ideal – a preservação da unidade mato-grossense. (*Apud* BITTAR, 1997, p. 180, grifo meu).

Igualmente, Cândido Mariano da Silva Rondon rebateu os divisionistas, de acordo com Marisa Bittar. “Em 1934 foi publicada num jornal paulista, o *Diário de São Paulo*, uma entrevista do general Cândido Mariano da Silva Rondon contestando a reivindicação da Liga Sul-Mato-Grossense” (BITTAR, 1997, p. 163).

As declarações do general Cândido Mariano da Silva Rondon tiveram por parte dos líderes sulistas direito a revide, segundo Marisa Bittar, em forma de opúsculo intitulado *A divisão de Mato Grosso: Resposta ao general Rondon*. Esse documento foi assinado⁶⁷ por

⁶⁷ Assinam como autores: “Antônio Rondon; Aniceto Rondon; Sebastião Lima; Candido Lima; Israel Pereira Martins; Juvenal Corrêa Filho; Augusto Mascarenhas; Nestor Muzzi; Raul Muzzi; Estevam Alves Corrêa; Altivo Martins; Major Leonel Velasco; Levino Garcia Leal; Braulino Garcia; Emilio Barbosa” (A DIVISÃO..., 1934, p. 35). Para Marisa Bittar, “As suas 15 assinaturas correspondem a membros de algumas das mais antigas famílias que povoaram o sul de Mato Grosso a partir de 1830: Barbosa, Garcia, Martins, Lima, Muzzi, Mascarenhas, Rondon, Alves Corrêa. A própria família Rondon ficou cindida quanto a essa bandeira vez que dois de seus membros foram signatários do libelo separatista” (BITTAR, 1997, p. 168).

personalidades de expressão, residentes na parte Sul de MT. Conforme Marisa Bittar, “[...] nesse documento de 35 páginas aparecem detalhadamente, talvez pela primeira vez, os elementos constitutivos das especificidades econômicas, políticas e culturais que distinguem as duas porções de Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 164). O livreto *A divisão de Mato Grosso: Resposta ao general Rondon*, publicado em março de 1934, foi subscrito como sendo de *Maracaju*.

De passagem para o Rio, o general Rondon falou ao “Diário de S. Paulo” de 8 de Fevereiro, sobre vários assuntos, e referiu-se à magna questão do Sul. Diz ter constatado o movimento divisionista por toda parte e assevera o seguinte: 1) o movimento secessionista só é amparado pelos filhos de outros Estados, que não votam verdadeiro amor a Mato Grosso; 2) - O Norte do Estado é mais próspero e não tem interesse em retardar o progresso do Sul; 3) - O Sul não tem elementos para se constituir em Estado da Federação, não possui recursos econômicos suficientes estando ainda na fase pastoril; 4 - Os divisionistas não, estão apoiados em razões de ordem moral nem material. (A DIVISÃO ... 1934, p. 5).

Paulo Roberto Cimó Queiroz, em suas observações, nota que é “[...] nesses documentos que, segundo me parece, encontra-se um primeiro esboço de uma identidade especificamente *sul-mato-grossense*, como reação à identidade mato-grossense ‘oficial’ ” (QUEIROZ, 2005. p. 9, grifo do autor). Para o historiador, o *movimento divisionista*, realizado pelos líderes sulistas nesse período mencionado, ocorreu em duas direções fundamentais.

Desde logo creio ser possível dizer que o referido empreendimento dos divisionistas sulistas se desenvolve em duas direções principais: 1) atribuição do “estigma da barbárie” exclusivamente às populações do “Norte”, do que resulta a negação, no geral, da “identidade mato-grossense” antes elaborada pelos intelectuais *nortistas*; 2) apropriação e transformação de alguns elementos da mesma identidade, que são então aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do Estado. (QUEIROZ, 2005, p. 9, grifo do autor).

Desse modo, os divisionistas sulistas “[...] procuram ferir a essência mesma da identidade criada pelos intelectuais ‘nortistas’. Embora evitem lançar mão, explicitamente, do pesado adjetivo ‘barbárie’, tratam de caracterizar o ‘Norte’, em termos econômicos, como *atrasado e decadente*” (QUEIROZ, 2005, p. 9, grifo do autor). Do mesmo modo, os divisionistas se apropriam, “[...] a seu modo e em seu benefício, de elementos centrais da identidade construída e difundida pelos intelectuais *nortistas*” (QUEIROZ, 2005, p. 10, grifo do autor).

Paulo Roberto Cimó Queiroz pondera que a [...] idéia de *opressão*, em especial, converte-se num importante elemento identitário, na medida em que funciona, a meu ver, como um autêntico *estigma*: aquele do *subjugado*, do *espoliado*, do *sofredor*” (QUEIROZ, 2005, p. 14). Dessa maneira, para o historiador “[...] é certo que, à diferença dos estigmas ‘clássicos’, a *opressão* afirmada pelos sulistas não constituía uma típica apreciação *negativa*, lançada sobre eles por *outros*; ao contrário, tal *opressão* era explicitamente negada (em seu próprio benefício) pelos dirigentes estaduais” (QUEIROZ, 2005, p. 14).

Os manifestos empreendidos pela Liga Sul-Mato-Grossense e o folheto publicado pelos *pioneiros*, em resposta ao general Rondon,⁶⁸ possibilitaram igualmente criar um rascunho de uma identidade própria do estado de Mato Grosso do Sul: *o Estado de Maracaju*.

Nenhuma outra parte de qualquer Estado brasileiro foi descoberta, explorada, povoada, civilizada, enriquecida, sem conhecimento, participação, auxílio, incentivo, proteção dos governos, como *Maracaju*. É uma obra da sua gente. (A DIVISÃO..., 1934, p. 33).

Nesse sentido, o folheto publicado em 1934 pelos divisionistas, *A Divisão de Mato Grosso: Resposta ao General Rondon*, faz uma amostragem panorâmica da *riqueza do Estado de Maracaju* (Sul de MT), ao mesmo tempo em que rejeita o governo de Cuiabá.⁶⁹

A vida do Sul modifica-se, grandemente, a cada ano. A organização que vão tendo as várias atividades; a segurança que adquirem, cada dia, as suas riquezas; a alta ambição de progredir; as instruções de sua mocidade, sem auxílio do Governo, exigem, para entender o seu povo, ser auscultados mais de perto e mais serenamente. Entre o estatismo do Centro-Norte e o dinamismo do Sul, vai um mundo. Certo estamos, hoje, dentro duma realidade esmagadora, não sendo permitido fantasiar riquezas fabulosas, montanhas de ouro, serras dos martírios, Atlântidas... (A DIVISÃO..., 1934, p. 6).

O documento relata que o Sul de MT cresce a cada ano, com o fruto de seu trabalho, de sua conquista própria, por meio de sua população, enquanto que o Centro/Norte de MT (Cuiabá) fica ainda vivendo na fantasia de *riquezas fabulosas, montanhas de ouro, serras dos martírios, Atlântidas...* Os divisionistas descrevem, ainda, que o Sul de MT possui *a*

⁶⁸ Marisa Bittar informa que a “[...] *Resposta ao general Rondon* servirá de referência a outros documentos emanados pelos divisionistas nos anos posteriores” (BITTAR, 1997, p. 168).

⁶⁹ Nesse sentido, cria-se uma manifestação identitária a favor do Sul de Mato Grosso, produzindo discursos que valorizam os aspectos, sociais, econômicos e culturais, na porção Sul do Estado de MT. É importante observar que o opúsculo foi publicado por uma parcela da *elite sulista* e dirigido para parcelas da população letrada, principalmente para os Constituintes, para o presidente Getúlio Vargas e para a imprensa de um modo geral.

alta ambição de progredir, uma vez que seus moradores não param nunca; progride sucessivamente sem ajuda governamental, realiza *a instrução de sua mocidade, sem auxílio do Governo*; mesmo assim, educa a sua juventude por conta própria, já que os sulistas estão preocupados com o rumo do *progresso* e do *desenvolvimento* do seu povo.

Assim, os divisionistas enaltecem o Sul de MT, mostrando que é *desenvolvido* por conta do seu povo, que o construiu independentemente do governo de Cuiabá, já que as suas famílias trabalhadoras lidam com a pecuária e agricultura com competência. Assim, edificam por conta própria a sua *civilização*.

Os Garcias saem de Minas; exploram os rios Paranaíba e Sicuriú; fundam Santana no deserto. Os Barbosas, vêm de S. Paulo, penetram por Santana e rumam, pelo planalto, para Vacaria; navegam o Paranapanema, o Paraná e o Ivinhema e invadem os celebres campos. Nas suas pegadas chegam os Lópes, os Pereiras, os Sousas, os Marques, os Coelho, os Azambujas, os Limas, Nogueiras, Nantes, Paels, Martins, etc [...] Os Garcias povoam os vales do Aporé, do Sicuriú e Verde; os Limas o Inhanduí e o Pardo; os Barbosas, Pereiras, Sousas, etc. ocupam os campos da Vacaria, Brilhante e Serra Baixo, até as vertentes do Miranda; os Azambujas fixam-se em Santa Maria e os Lópes penetram até o Apa. [...] As famílias multiplicam-se aos milhares e compram terras ao Estado; organizam pomares; levantam moradas, igrejas, hospitais; substituem os ranchos por habitações higiênicas; abrem caminhos, armam telefones e lançam pontes, por toda parte. Fundam escolas. Fazem a sua civilização. (A DIVISÃO..., 1934, p. 6-7).

Os divisionistas procuram, em suas narrativas, destacar as “primeiras” famílias *pioneiras*⁷⁰ que desbravaram todo o Sul de MT, citando os lugares conquistados, para fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo, construir uma memória de concordância, que pudesse unir todos os moradores da região *ao ideal da divisão*.

Esse conceito de pertencimento é benéfico não só para esconder as desigualdades sociais existentes no Sul de Mato Grosso, mas, ao mesmo tempo, serve para vincular as facções políticas em torno de um mesmo projeto, ou seja, transformar *Campo Grande* em uma *capital*.

Dessa maneira, os divisionistas tentam demonstrar que essas ascendências familiares são os verdadeiros precursores da *fortuna* de todo o Sul de MT e que “sozinhos” edificam as suas cidades, pontes e comércios, e se encontram continuamente construindo seu próprio *desenvolvimento*. Constroem, dessa forma, uma identidade *sul-mato-grossense*,

⁷⁰ Ou seja, apresentam-se como “pioneiros”. Os primeiros a tomar posse da terra. Não mencionam, por exemplo, que foram tomadas (com muito sangue) das comunidades indígenas.

fazendo conhecer e reconhecer a sua *especificidade* de *sulista* como *distinto* do *outro*, no caso, *Cuiabá* ou o *CentrolNorte*.

Em todo o opúsculo, os divisionistas valorizam o Sul de MT, habitado por famílias trabalhadoras e educadas, uma vez que “*substituem os ranchos por habitações higiênicas, armam telefones e lançam pontes*”. Nesse sentido, os sulistas são modernos, civilizados, com pensamento no progresso; abrem novas estradas, fazem pontes para atravessar os obstáculos, facilitando o transporte. Por isso, o *Estado de Maracaju* faz a sua *civilização*. Fica claro, no texto, que são os fazendeiros sulistas que constroem o desenvolvimento do Sul de MT, são eles que, “[...] ante a ausência do Estado, fazem pontes, estradas; abrem corredores; facilitam, entre si, as *comunicações*; abrem portos em vários rios” (A DIVISÃO..., 1934, p. 18, grifo meu).

É bom lembrar que essa abertura de “comunicações” incentiva a formação de redes de produção e transporte, facilita a ocupação do espaço sul-mato-grossense, com traumáticas transformações na vida dos antigos moradores, principalmente dos indígenas, que se vêem de um dia para o outro sem suas terras, sem sua cultura e sem perspectivas de futuro. Em torno desses símbolos do “progresso” aglomeram-se grileiros, capatazes, advogados, políticos, todos potencializando uma força que massacra e absorve a força de trabalho e a vontade de viver dos camponeses ou dos indígenas.⁷¹

O opúsculo publicado pelos divisionistas em 1934 igualmente inclui a importância das *famílias* sul-mato-grossenses na Guerra do Brasil contra o Paraguai, e realça o fato ocorrido em propriedades de terras sulistas, “[...] quando se dá a invasão Paraguaia, o Sul está ponteadado de posses, de moradas, e cortado de caminhos” (A DIVISÃO..., 1934, p. 7). Ainda, o texto divisionista procura cunhar uma veneração, a personalidade de José Francisco Lopes⁷² como um verdadeiro patriota e valente, disseminando um sentimento de *brasilidade*.

Fixemos um gesto da vida de Lópes: o Velho sertanejo, conhecedor empírico de rumos e distâncias, corta as terras de Minas ao Apa, e esparrama posses aqui e ali: é o cavaleiro andante das descobertas. Por

⁷¹ Ver MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério da integração Nacional, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

⁷² De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz, a “[...] esse respeito, é especialmente notável o esboço de um culto à figura de José Francisco Lopes, o *Guia Lopes* da Retirada da Laguna, mencionado duas vezes, sendo a primeira em um parágrafo inteiro” (QUEIROZ, 2005, p. 11).

fim, valente e patriota, entra na guerra e conduz a bandeira da Laguna em sua memorável retirada. (A DIVISÃO..., 1934, p. 7).

O texto evidencia José Francisco Lopes, como o *cavaleiro andante* do Sul de MT (compara com *D. Quixote de La Mancha*, personagem de Miguel de Cervantes). A questão da *Guerra do Paraguai*⁷³ ganha uma alusão especial, agrupando, nos discursos, as famílias protagonistas da história como *pertencimento* ao Sul de MT. “Senhorinha Lópes é fazendeira no Jardim, donde os paraguaios a arrastam prisioneira. Nioac e Miranda são os únicos povoados do Sul” (A DIVISÃO..., 1934, p. 7).

O folheto traz um histórico das linhagens familiares constituídas no Sul de MT, para provar que o “[...] movimento divisionista não é obra de filhos de outros estados: é trabalho desejado e sustentado por todo o povo do Sul” (A DIVISÃO..., 1934, p. 9). Na relação dos nomes publicados acrescentam-se alguns cuiabanos residentes no Sul de MT, que também apóiam a divisão do Estado, “[...] e todos os seus descendentes estão com o Sul, de que são elementos destacados e querem a divisão” (A DIVISÃO..., 1934, p. 9).

Dessa forma, o folheto faz um relatório dos desbravadores, “mato-grossenses sulistas”, detentores de fortunas, sempre argumentando a necessidade da criação do “Estado de Maracaju”, que segundo os divisionistas, é apoiada pelo seu “povo”.

Paulo Roberto Cimó Queiroz observa que, “[...] a esse respeito, é desde logo notável a negação do papel do indígena na formação histórica da região. De fato, em *A divisão...* o índio sul-mato-grossense não é citado uma única vez; ao contrário, em várias ocasiões enfatiza-se a suposta fundação da ‘civilização sulista’ em pleno ‘deserto’ (QUEIROZ, 2005, p. 10). Desse modo, o historiador chama a atenção para o fato de que os documentos dos divisionistas permanecem (como nos discursos do IHMT e da AML) uma *negação* dos povos indígenas na constituição histórica do estado de Mato Grosso.

Para Paulo Roberto Cimó Queiroz, o “[...] *pioneirismo*, como critério para o exercício do mando, é outro tema que aparece também nas formulações dos divisionistas. Esse critério é fundado na idéia, acima mencionada, de que os sulistas haviam criado sua civilização no “deserto” - o que lhes daria, em conseqüência, o direito ao domínio da região” (QUEIROZ, 2005, p. 11, grifo do autor). Os divisionistas constroem narrativas que

⁷³ Para Paulo Roberto Cimó Queiroz, o “[...] texto atribui *aos sulistas* a função de ‘guardiães das fronteiras’ (QUEIROZ, 2005, p. 11).

divulgam os *pioneiros* como conquistadores de *terras virgens*, que souberam prosperar em várias gerações de famílias e que têm verdadeiro amor a sua terra.

Contudo, no tocante a essa apropriação de elementos da identidade já construída, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de rechaçarem qualquer pecha de *barbárie* e se afirmarem a si próprios como *civilizados*, *modernos* e economicamente *desenvolvidos*. Não por acaso, aliás, a afirmação das características positivas especificamente sulistas ocorre, em boa parte, por oposição às supostas características “cuiabanas” – opondo-se, preferencialmente, o “dinamismo” e a “civilização” do Sul ao “estatismo” e à “decadência” do Centro. Do mesmo modo, como veremos mais adiante, os aspectos *negativos* presentes no Sul (como a falta de segurança pública e de assistência à saúde e à educação) são atribuídos exclusivamente à desídia do governo estadual. (QUEIROZ, 2005, p. 11-12, grifo do autor).

Desse modo, as elites sulistas (campo-grandenses) recusam-se a ser designadas como *atrasadas* e *incivilizadas*, já que, em todos os documentos publicados nesse período, *transferem-se* esses adjetivos para Cuiabá e para o Centro e Norte de MT.

O folheto denominado *A divisão de Mato Grosso: Resposta ao general Rondon*, também realiza uma comparação em relação à população do estado de Mato Grosso: do *Sul*, *Centro* e *Norte*, com dados precisos. Evidentemente, o Sul de MT apresenta-se como superior; o “[...] Sul tem, hoje, 255 mil habitantes, quando o Centro tem 125 e o Norte 25 mil. O Sul tem 30 mil estrangeiros: paraguaios, japoneses, sírios, alemães, italianos, polacos, armênios, espanhóis e portugueses; 50 mil brasileiros, filhos de outros Estados; 170 mil sulistas mato-grossenses” (A DIVISÃO..., 1934, p. 9, grifo meu). Ou seja, o folheto também demonstra claramente a superioridade populacional do Sul de MT.

Nesse sentido, os autores divisionistas argumentam que a divisão de Mato Grosso e a criação do estado de Maracaju constituir-se-iam em uma forma de oportunizar um maior crescimento e desenvolvimento para a região, ou seja, repartir o dinheiro arrecadado, para melhorias na sua infra-estrutura, evidentemente, investindo na parte Sul de Mato Grosso. Segundo o documento, o *povo sulista* tinha competência para criar um estado independente, “[...] povoar um *deserto*, vencer a natureza, tirar riquezas da terra, criar o bem estar geral, organizar cidades, sustentar, de modo útil, *a brasilidade* da região” (A DIVISÃO..., 1934, p. 10, grifo meu).

Igualmente no documento, os divisionistas reforçam, em seus discursos, *a brasilidade*, uma vez que, “[...] o brasileiro que aqui trabalha, que fez e aperfeiçoa a

civilização sulista, desde o *deserto* de 1830, aos *dias épicos* da invasão paraguaia, e daí até hoje, o homem que fez os caminhos, as cidades, as fábricas, as lavouras, etc.” (A DIVISÃO..., 1934, p. 10, grifo meu).

Procura-se comprovar, no documento, que os moradores do Sul de Mato Grosso também são verdadeiros *valentes e patriotas*, que *amam e defendem* sua terra.

Quanto ao quesito econômico, os divisionistas narram que “*a diferença é assustadora*”. Menosprezam totalmente o *Centro* e o *Norte* de MT, uma vez que há uma enorme dessemelhança em referência ao Sul de Mato Grosso, como descrevem os divisionistas, “[...] quem dá a Mato Grosso o pouco recurso financeiro que tem é o Sul [...] Quase tudo que se exporta — é do Sul [...] Em 1931, para uma receita de 8.393:722\$700, a contribuição do Sul é de 6.251:627\$066” (A DIVISÃO..., 1934, p. 14). Comprova-se assim, a vantagem do “Estado de Maracaju” e da sua potência econômica.

A questão econômica é debatida veementemente no opúsculo publicado pelos divisionistas. O texto prova a superioridade do “Estado de Maracaju” em relação ao Centro-Norte de MT, “[...] o certo é que o Sul, apesar da baixa do gado e do mate, continua a alimentar o Tesouro” (A DIVISÃO..., 1934, p. 15). Nessa acepção, é o *Sul* que sustenta o estado. Esse discurso está muito alentado na procedência de uma separação e na reivindicação da criação de uma nova unidade da federação: “*CONCORREMOS COM MUITO MAIS DE DOIS TERÇOS DAS RENDAS PÚBLICAS, sem emperros, sem dificuldades ao corpo de arrecadadores*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 15, grifo do autor). Todavia, a *Divisão* conceberia uma justiça, uma vez que não é correto todo o *Centro* e *Norte* de Mato Grosso viverem às custas do suor dos *sulistas*. E isso, para a população *sulista*, representava *uma enorme desproporção*.

Do mesmo modo, escrevem os divisionistas sulistas a respeito do desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

E no Sul, o território está retalhado em mais de 18 mil propriedades rurais. As divisões de imóveis, por vendas ou sucessões, dão-se às centenas. Aqui repugna o condomínio, ninguém entende os campos abertos, nem admite o compáscuo. Cada fazendeiro evoluiu, saindo do rancho para as casas higiênicas; os manguieiros são modernos, com as comodidades aconselhadas, onde se trata o gado com facilidade. Pomares, jardins, aqui e ali; rádio e telefone e bons caminhos para automóveis. A galinha do Jeca desaparece e os tipos grandes, fecundos, das raças importadas, enfeitam os terreiros. Suínos, ovinos, já existem de

raças nobres. Aqui, acolá, importaram-se flores e árvores, que renovam as paisagens. (A DIVISÃO..., 1934, p. 18).

Segundo observações de Paulo Roberto Queiroz, o texto chega a retratar que, nos “[...] campos sulistas, a modernidade – que chegaria até mesmo à inexistência de latifúndios – se expressaria especialmente pela incorporação do que havia de melhor no estrangeiro” (QUEIROZ, 2005, p. 12). Ainda para o historiador, “[...] destaca-se, com ênfase, a pujança e a modernidade da pecuária. O rebanho bovino do Sul, afirma-se, além de ser muito mais numeroso que o do Centro, destacava-se pela ‘qualidade’, sendo ‘melhorado anualmente, com a introdução de reprodutores’ ” (QUEIROZ, 2005, p. 12).

Desse modo, os divisionistas apontam, no documento, que os fazendeiros do “Estado de Maracaju” estão adiantados, “*cada fazendeiro evoluiu, saindo do rancho para as casas higiênicas; os mangueirões são modernos*”, tendo condições logísticas para reproduzirem e criarem seus gados “*com as comodidades*”. Alegam que o Sul de MT acompanha a tecnologia, a ciência, o progresso, dispondo de estradas, “*rádio e telefone e bons caminhos para automóveis*”, tendo, ao mesmo tempo, a preocupação com o cenário das suas cidades, implantando jardins com arranjos, “[...] *aqui, acolá, importaram-se flores e árvores, que renovam as paisagens*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 18).

Assim, a população do Sul é constituída de pessoas que se preocupam com a civilização, já que “*a galinha do Jeca desaparece*”, ou melhor, desaparece o atraso, o retrocesso, “*suínos, ovinos, já existem de raças nobres*”. As criações do Sul de MT são dos “*tipos grandes, fecundos, das raças importadas e, dessa forma, enfeitam os terreiros*”. (A DIVISÃO..., 1934, p. 12). Os divisionistas deixam evidente nos documentos divulgados que a agricultura do Sul de MT é moderna, por isso, mais potente que a dos “outros”. “*Não tem termo de comparação com a do Norte*”.

Enfatizam os divisionistas que os *sulistas* são pessoas comprometidas com o desenvolvimento do progresso, pois aplicam as técnicas modernas para a agricultura. Dessa maneira, estão sempre se atualizando com as inovações no campo agrícola e continuamente plantam produtos que abastecem o mercado. “A agricultura no Sul é rendosa, têm os seus produtos consumo próximo, ilimitado; melhora cada ano e não produz o bastante para a população” (A DIVISÃO..., 1934, p. 19). Segundo o documento, os agricultores da parte Sul de Mato Grosso sucessivamente têm lucro certo, já que os seus produtos são muito consumidos pela própria população de *Maracaju*.

O texto ainda faz uma crítica aos políticos de Cuiabá que enganam sua população criando “histórias”, “lorotas”, “poesias”, “amor a riquezas da terra”, elaboradas pelos intelectuais cuiabanos, ou melhor, pelo Instituto Histórico de Mato Grosso e pela Academia Mato-Grossense de Letras. Desse modo, o documento divisionista protesta, “[...] não a prosperidade de garganta dos políticos, a prosperidade de ‘lorotas’, a riqueza consubstanciada em mensagens, plataformas, programas, histórias de viajantes, poesias românticas, odes a uberdade da terra, a natureza sem par” (A DIVISÃO..., 1934, p. 12). Os divisionistas, em seus discursos divulgados no documento sobre os intelectuais e dirigentes de Cuiabá, descrevem: “O cuiabano, no seu estadismo econômico, à sombra do Tesouro, defende-se engrolando história, tradições, amor único a Mato Grosso, trapaceando, enganando a gente sulista com palavrórios e promessas risíveis” (A DIVISÃO..., 1934, p. 26). Portanto, nessas narrativas, *o sulista* (campo-grandense) rejeita *o cuiabano* (há uma negação ao outro); esses documentos e manifestos disseminados nesse período criam uma *diferença* em relação ao *outro* e uma *identidade* de pertencimento em sentir de ser sulista. Fica evidente que esses discursos são realizados por uma elite em ascensão economicamente no sul de Mato Grosso.

Em todo o documento, os sulistas labutam cotidianamente e moralmente para obter suas riquezas. Por isso, reivindicam a necessidade de instituir o estado de Maracaju, uma vez que, “[...] a prosperidade do Estado é obra do homem. É finalidade do Estado tornar próspero e feliz o povo” (A DIVISÃO..., 1934, p. 12). Assim, os divisionistas defendem a Divisão do estado e a criação de um estado autônomo, independente de Cuiabá, que constituiriam, no caso, *a felicidade do povo* sulista.

O texto também destaca que o Sul de MT se encontra servido de estradas e vias de comunicações para poder escoar sua produção, facilitando o transporte; o “[...] Sul tem a sua circulação; todas as suas cidades são servidas de linhas de auto, que se ligam às estações da Noroeste. Raríssima a fazenda onde não chega o automóvel. A toda parte os jornais e as mercadorias chegam rapidamente” (A DIVISÃO..., 1934, p. 19). Os divisionistas acrescentam, no documento, que o transporte do Sul de MT, tanto o terrestre quanto o fluvial ou pelos trilhos da Noroeste, faz uma ligação com os grandes centros e importantíssimos portos do Brasil e da América do Sul, permitindo escoamento dos seus produtos. Desse modo, não são atrasados com as informações nem com a falta de objetos diversos, uma vez que “*os jornais e as mercadorias chegam rapidamente*”.

Além da Noroeste, que lhe corta rumo Oeste, conta a navegação do rio Paraguai, do Apa a Corumbá; a do Miranda; a navegação franca do Paraná, de Guairá a Jupiá e que se estende ainda pelo Pardo, até Porto Alegre, e, pelo Ivinhema, até Entre Rios [...] Mais de 800 carros automóveis auxiliam o transporte de passageiros e cargas. NÃO HÁ TERMO DE COMPARAÇÃO ENTRE OS MEIOS DE TRANSPORTE DO SUL E OS DO NORTE. (A DIVISÃO..., 1934, p. 19, grifo do autor).

Esse texto chama a atenção de quem lê, já que o documento está em letras maiúsculas; cita, como exemplo, o transporte, para não comparar o *Sul* com o *Centro* e *Norte* de Mato Grosso de forma alguma. Nos discursos, demonstram os divisionistas que há uma abissal dessemelhança entre ambos, o Sul de MT é de fácil acesso por meio de todas as vias de comunicação, interligando todos os meios de transportes existentes, trem, carro ou barcos.

Portanto, o opúsculo apresenta em seu conteúdo a possibilidade de dividir o estado e criar o estado de Maracaju.

O coeficiente econômico sulista destaca Maracaju do resto de Mato Grosso, de Goiás, do Pará, do Amazonas e do Maranhão [...] O SUL, COM 243 MIL HABITANTES DOMINANDO POUCO MAIS DE 250 MIL QUILOMETROS QUADRADOS EM RAZÃO DE SUA ECONOMIA DA MAIS DE DOIS TERÇOS DA RECEITA PÚBLICA [...] O Centro e o Norte, com 150 mil habitantes estendendo a sua atividade sobre um milhão cento e noventa e cinco mil quilômetros quadrados, RENDE MENOS DUM TERÇO E ABSORVE MAIS DE 65% DA RECEITA, SÓ NA CAPITAL. (A DIVISÃO..., 1934, p. 20, grifo do autor).

Ininterruptamente ratifica-se no texto que o Sul de Mato Grosso é superior em relação ao Centro/Norte de Mato Grosso. Desse modo, o fato de ser melhor em tudo, a pujança econômica do estado de Maracaju é um destaque nacional: compara-se até com outros estados da federação; “[...] destaca Maracaju do resto de Mato Grosso, de Goiás, do Pará, do Amazonas e do Maranhão” (A DIVISÃO..., 1934, p. 20). Os autores realçam com letras maiúsculas para provar a grandiosidade econômica e populacional do Sul em relação aos demais *Centro* e *Norte* de Mato Grosso. Os autores comprovam com dados precisos.

Vimos que o Estado tem uma renda oscilante, de 8 mil contos de réis, e que o Sul concorre, para esta receita (menor do que a de muitos municípios da República) com mais de 6 mil contos de réis. Somos, assim, os mantenedores do Tesouro. Damos-lhe mais de dois terços da renda. Esta é a questão. (A DIVISÃO..., 1934, p. 24).

Nesse contexto, defendem os divisionistas que, mesmo com arrecadação recolhida dobrada, o Sul de MT não recebe benefício algum por parte do “*Estado, pobre, desaparelhado, não lhe trouxe auxílio algum*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 21). A questão que pesava na idéia da separação dava-se exatamente porque “*damos-lhe mais de dois terços da renda*”. O texto, de um modo geral, sai em defesa intransigente da divisão do Estado, mostrando a possibilidade de se criar, no Sul de Mato Grosso, um estado independente. “Temos, assim, recursos suficientes, elementos morais e materiais, para nos constituirmos num formidável território federal numa das mais belas províncias do Brasil” (A DIVISÃO..., 1934, p. 21).

A alegação dos autores *sulistas* para criar o estado de Maracaju e transformá-lo “*numa das mais belas províncias do Brasil*” fundamentava-se em condições práticas para constituir, “*num formidável território*”; dessa maneira, uma das arguições era “*iniciar o seu próprio progresso*”. O discurso justifica que são três núcleos que se separam naturalmente, tanto fisicamente como populacionalmente; são diferentes em muitos aspectos culturais, sociais e políticos.

Somos 3 regiões imensas, desligadas; somos 3 povos; temos 3 destinos; damos 3 Estados [...] O Estado tem uma superfície de 1.475.000 quilômetros quadrados. Apresenta, hoje, 3 núcleos distanciados de população: - O Norte, ainda muito desconhecido, tendo regiões virgens, despovoado quase por completo [...] (A DIVISÃO..., 1934, p. 26).

Os divisionistas apontam que tudo é desigual entre as três regiões, uma vez que estas possuem aspectos diferenciados. Cada uma tem suas condições naturais peculiares, já que o estado de Mato Grosso constitui-se em três espaços distintos, “[...] nascidos os três núcleos de população em épocas diversas, oriundos de troncos brasileiros diferentes, impulsionado, cada um, por objetivos próprios, o resultado seria que cada um tivesse, como tem, *a sua mentalidade própria*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 28, grifo meu). Nesse sentido, constroem um discurso homogêneo identitário sul-mato-grossense, “*a sua mentalidade própria*”. Ou seja, os líderes sulistas rascunham uma identidade e valores próprios, que vão sendo *inculcados* principalmente no meio da elite campo-grandense.

Segundo o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz, “[...] outro elemento tomado pelos sulistas e adaptado para seus fins é o que concerne às condições naturais da região, isto é, sua riqueza e salubridade. A adaptação consiste, por um lado, na afirmação de um

fatalismo geográfico, ancorado na diferenciação do espaço estadual em três porções” (QUEIROZ, 2005, p. 13).

Na análise de Paulo Roberto Cimó Queiroz, “[...] mais importante, contudo, é a afirmação de que, dentre as características traçadas por tal fatalismo, o quinhão melhor cabia ao Sul” (QUEIROZ, 2005, p. 13). Para o autor, “[...] é como se o Sul lograsse escapar da condição tropical (indiretamente identificada com a *barbárie*) para incluir-se na *civilizada* zona temperada” (QUEIROZ, 2005, p. 13). Ainda mais que, “[...] não por acaso, certamente, busca-se igualmente atribuir aos sulistas qualidades usualmente associadas aos *civilizados* povos do hemisfério norte: espírito prático (isto é, aversão ao *romantismo vazio*), devotamento ao trabalho, senso de cidadania, capacidade de iniciativa progressista (QUEIROZ, 2005, p. 13, grifo do autor).

Desse modo, o documento dos divisionistas faz um repúdio ao governo da capital, “Daí, o cuiabano amarrado ao seu meio, longe de tudo, tendo, nas suas mãos, a máquina da governança, que usa tão mal; apegado ao seu passado, às suas tradições, com a idéia anacrônica, errada, nociva, perigosa, de que *Mato Grosso é seu*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 28, grifo meu). Os líderes sulistas deixam evidente que igualmente possuem qualidades para administrar um estado com competência e sem empreguismo.

Só ele pode pensar em cousas do Estado; de que só ele sabe amar a terra. Essa mentalidade curiosa choca-se com o espírito do povo sulista, amante da liberdade, aberto a todas as iniciativas, desinteressadas dos cargos públicos, cumpridor dos deveres cívicos, tendo, várias vezes, chegado à luta armada. (A DIVISÃO..., 1934, p. 28).

Segundo o texto, o povo sulista é “*amante da liberdade*”, além de “*cumpridor dos deveres cívicos*”. Um povo valente, patriota, não foge da peleja, luta pelo seu povo, sem temor e, acima de tudo, ama também a sua terra. Conforme o documento, os sulistas não querem empregos do Estado, pois são “*desinteressados dos cargos públicos*”. Desse modo, constitui-se o Sul de MT por pessoas que haviam, inclusive, *chegado à luta armada* a favor de Getúlio Vargas.

A divisão, segundo o documento, poderia possibilitar o crescimento econômico do Sul de MT, independente da ociosidade da capital, porque os seus moços (cuiabanos) *fazem versos* em que se exercita a *política partidária, de campanário*, ou seja, os cuiabanos executam a política *do interesse, do cargo público*. Nessa menção há um certo revide nos *parasitários* funcionários públicos da capital.

E, por tudo que o povo do Sul de MT produz para a mordomia dos cuiabanos, os divisionistas relatam que a solução seria a divisão, já que “[...] *a nossa Política é econômica, a nossa finalidade é trabalhar e progredir*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 29). As razões afirmadas pelos autores são *fortíssimas* para se separar de Cuiabá; “[...] razões morais para nos separarmos são inúmeras, razões materiais abundantes, fortes, poderosas, legítimas” (A DIVISÃO..., 1934, p. 29). Desse modo, os divisionistas declaram que “[...] temos, assim, recursos suficientes, elementos morais e materiais, para nos constituirmos num formidável território federal, *numa das mais belas províncias do Brasil*” (A DIVISÃO..., 1934, p. 21, grifo meu).

Os divisionistas alegavam que tinham condições para criar o estado de Maracaju e transformá-lo *numa das mais belas províncias do Brasil*, já que havia condições práticas para constituir-se *num formidável território*. Dessa maneira, um dos argumentos dos autores divisionistas no texto era o de *iniciar o seu próprio progresso*, mas para isso era necessário ser independente dos políticos incompetentes da capital mato-grossense. Para tanto, reivindicam a divisão do estado e a criação de Maracaju, tendo como capital Campo Grande, que, para os autores divisionistas, era uma cidade grande, moderna e formosa.

À medida que o Sul se povoou, progrediu distanciando-se do Centro, cresceu a idéia divisionista. Os moços, que se foram educando, cimentaram a idéia; as Populações dos campos recolheram os restos das lanças e farrapos da bandeira de Jango Mascarenhas que encarna a alma sulista, e que morreu abraçado ao ideal da divisão. (A DIVISÃO..., 1934, p. 34).

Os divisionistas concluem o documento de forma poética, “*recolheram os restos das lanças e farrapos da bandeira*”, fazendo uma homenagem a Jango Mascarenhas, “*que morreu abraçado ao ideal da divisão*”. Os homens do campo empunham novamente a bandeira e querem o “Estado de Maracaju”.

Ao terminar os trabalhos da constituinte de 1934, não foi dividido e nem criado um novo estado em Mato Grosso, frustrando os líderes sulistas, que ambicionavam uma maior participação no poder estadual. Sobre essa temática, Marisa Bittar assegura que “[...] a assinatura de Filinto Muller foi mais significativa para o governo Vargas do que as 20 mil que compunham os manifestos da Liga Sul-Mato-Grossense. De fato, os constituintes frustraram as expectativas divisionistas” (BITTAR, 1997, p. 180-181). Para Marisa Bittar, “[...] nem a exposição de motivos sobre as diferenças históricas, econômicas e culturais

entre o norte e o sul, o determinismo geográfico, nem o apelo para se atalhar ‘*uma insurreição de conseqüências lamentabilíssimas*’, nada disso motivou-os a considerar o arrazoado da petição sul-mato-grossense (BITTAR, 1997, p. 181). A historiadora avalia que “[...] a nova Constituição, a de 1934, não contemplou a demanda sobre a ‘*criação do território federal ou do novo estado de Maracaju*’ e os tempos vindouros que anunciaram sem tardança a ditadura do Estado Novo (1937-1945) fizeram com que a bandeira separatista fosse temporariamente arriada” (BITTAR, 1997, p. 181). Marisa Bittar considera a questão do *ódio* cuiabano sobre os *sul-mato-grossenses*:

1º) Nunca houve esse “*ódio*” entre os habitantes do sul, do centro e do norte. Tanto é verdade que durante quase um século em que a causa separatista fecundou, a história não registrou qualquer tipo de confronto físico entre grupos, a não ser entre chefes políticos. Porém, mesmo neste caso, a razão principal dos choques não era a divisão do estado. Nenhuma forma de extermínio físico, discriminação ou constrangimento, como as que se verificam historicamente em episódios separatistas ou naqueles que envolvem ódio racial, ocorreu entre “*cuiabanos*” e sulistas. O alegado “*ódio*” era um recurso de retórica, e para usar os termos do próprio manifesto, mais “*ficção*” do que realidade. 2º) O regime de força implantado por Vargas em 1937 impediu qualquer iniciativa de secessão, em nome da unidade do país. Recorde-se, inclusive, que contra qualquer espécie de regionalismo, o Estado Novo promoveu a queima das bandeiras estaduais em ato público, querendo, com isto, simbolizar a unidade nacional. (BITTAR, 1997, p. 182, grifo do autor).

Marisa Bittar assegura que não houve, por parte da elite sulista, “[...] nenhuma ‘insurreição’ contra ‘as vaidades e apetites dos homens de Cuiabá’. Nem mesmo ‘o primeiro gesto de rebeldia [...] contra a dominação cuiabana’, isto é, a suspensão do pagamento de impostos, efetivou-se” (BITTAR, 1997, p. 181). Já que, para Marisa Bittar, “[...] esse que seria ‘o primeiro e mais pacífico dos protestos’ contra o ‘mandonismo de Cuiabá’, fazendo compreender os constituintes que as formas de enfrentamento não-pacíficas que se seguiriam, não passaram de ameaça” (BITTAR, 1997, p. 181). Nesse sentido, “[...] argumentava a *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte* que o ‘ódio’ crescia e se generalizava dia a dia entre sulistas e cuiabanos, por isso não se poderia tolerar por mais tempo ‘o governo do Centro’. Contudo, nem o anúncio de ‘guerra fratricida de proporções imprevisíveis’ convenceu os constituintes” (BITTAR, 1997, p. 182).

Nos anos posteriores, o movimento divisionista, realizado pela *elite condutora* campo-grandense, deixava “que a bandeira separatista fosse temporariamente arriada” (BITTAR, 1997, p. 181).

Portanto, os manifestos organizados nesse período significaram a resposta de vínculos simbólicos de identificação coletiva, ao mesmo tempo em que se constituíram como estímulo para a edificação de um conhecimento histórico sobre sua “terra” e sua gente “sulista”, dos quais seus signos forjam uma determinada identidade como referência imaginária coletiva.

Ao mesmo tempo em que essa *elite condutora* projeta um *ideal da divisão*, fazendo alusão a poder criar um estado autônomo, independente da capital Cuiabá, do mesmo modo constroem-se discursos singulares e positivos sobre a região do Sul de MT.

Assim, cria-se uma *identidade sul-mato-grossense* própria, de ordem regional, valorizando a condição de pertencimento do *Sul* de MT e repudiando Cuiabá ou *Centro* e o *Norte* de Mato Grosso (numa operação de homogeneização, nível das idéias, de seus habitantes, do determinismo geográfico). Ao mesmo tempo em que institui uma série de *valores e características* como próprias da qualidade, do ser *sulista*, igualmente, nos interstícios das manifestações divulgadas, apontam as famílias *pioneiras* (proprietárias de fazendas) como civilizadoras, patriotas e modernas. Desse modo, os divisionistas se intitulam como *herdeiros e defensores* de todo o *povo sulista*. Evidentemente, com a intenção de incorporar elementos para comandar o poder Estadual.

A luta pelo *poder político estadual* sempre foi o objetivo maior dos divisionistas. Assim, as elites sulistas lutam por um maior espaço político de representação em Mato Grosso, lutam por uma fatia do poder de mando estadual, por exemplo, por mais deputados (estaduais e federais), senadores, secretários, vice-governadores entre outros privilégios, com nomeações de cargos do alto e baixo escalão do poder. Os intelectuais que atuaram pela *causa da divisão* representam os seus interesses sociais, ou seja, lutam por uma maior representação da elite política campo-grandense no comando do Estado.

Os membros da Liga Sul-Mato-Grossense, fazendeiros e parte de políticos residentes no Sul de Mato Grosso tiveram um papel fundamental na formulação de uma identidade sulista própria, procurando legitimar a cidade de Campo Grande como líder do estado. Para esses líderes, Campo Grande encarnava uma face de modernidade, pois era habitada por todos os tipos de povos, e berço de verdadeiros líderes, voltada para o *progresso* e para o *desenvolvimento*; além disso, incluem nesses documentos que a cidade

estaria mais bem preparada para se inserir na modernidade do século XX do que a capital Cuiabá.

Nesse contexto, vem a lume o rascunho de uma identidade própria sul-mato-grossense. Com discurso etnocêntrico, cuja característica maior é a tendência do ser humano em encarar o seu grupo como o centro de todas as coisas, o *Sul* é superior ao *Centro* e ao *Norte* de Mato Grosso. Em todas as manifestações realizadas pela *elite condutora*, nesse período, constroem-se discursos contra o *outro* (Cuiabá), uma vez que o *Estado de Maracaju* (o Sul de MT) é *diferente* do *outro* (Cuiabá ou Centro-Norte de MT), pois o Sul de MT (Estado de Maracaju) é *civilizado*, possui a maioria da população (conseqüentemente dos votos), das indústrias, das lavouras, dos gados e das principais cidades estabelecidas no MT; tudo “*é uma obra da sua gente*”, sem receber ajuda logística do estado (Cuiabá) – por isso, nenhum outro estado do Brasil foi “*descoberto, explorado, povoado, civilizado, enriquecido* como o *Estado de Maracaju*.”

Nesses documentos divulgados pela Liga Sul-Mato-Grossense encontra-se um painel animador, agradável, moderno e algo profético da “terra natal”. Os divisionistas elegem a cidade de Campo Grande como lugar por excelência da modernidade, numa projeção otimista e freqüentemente acrítica. Campo Grande é concebida como fulcro irradiador de um novo modo de civilização, em uma série de metáforas que acrescenta novos tropos às substancias interativas da imaginação letrada regional. Assim, Campo Grande passa a ser a cidade do progresso, protótipo da civilização e do desenvolvimento. Por isso, Campo Grande, segundo os divisionistas, apresentava todos os requisitos para ser uma capital.

A questão regional, tal como era posta, privilegiava determinados aspectos geográficos, certas tradições históricas e o “caráter” do seu povo como, sem dúvida, os triunfos mais valorizados. Um dos pilares desse regionalismo foi a legitimação da cidade de Campo Grande como cabeça do novo estado que então buscava construir, implicando a desqualificação da capital Cuiabá.

2.2 O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ: O SONHO FRUSTRADO DA ELITE CONDUTORA

Segundo o historiador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), José Barbosa Rodrigues, a bandeira levantada pelos *divisionistas sulistas* em dividir o estado de Mato Grosso, no início dos anos trinta do século XX, deu-se *parcialmente* com a criação do Território Federal de Ponta Porã, em 13 de setembro de 1943, quando “ocorreu a realização, *em parte, do seu desideratum*” (RODRIGUES, 1985, p. 155, grifo meu).

Para José Barbosa Rodrigues, a instituição do Território Federal de Ponta Porã⁷⁴ agradou *em parte* a reivindicação dos divisionistas dos anos trinta; “[...] apesar de ser uma vitória para uns *foi decepcionante* para *ponderável parcela* da região sul-mato-grossense, que tanto se batera pela separação da região Norte” (RODRIGUES, 1985, p. 156, grifo meu). Ou seja, não contemplou a cidade de Campo Grande, mas segundo o autor possibilitou o primeiro passo para a tão desejada divisão *integral* do sul de Mato Grosso.⁷⁵ “Todavia, restava a esperança de que esse fora *o primeiro passo para a almejada divisão* do Estado. Em decorrência da criação do Território, justas e insopitáveis demonstrações de euforia tomaram conta da gente fronteiriça” (RODRIGUES, 1985, p. 156, grifo meu).

Com a criação do Território Federal de Ponta Porã, segundo o historiador,

[...] expressiva parcela da área territorial mato-grossense, praticamente desbravada e povoada por famílias vindas do Rio Grande do Sul, onde por primeiro se ouvira, no século anterior, o brado separatista, *libertou-se dos liames que a prendiam à longínqua Cuiabá*. Coincidentemente o

⁷⁴ Segundo José Barbosa Rodrigues, “[...] quando o governo federal, então presidido por Getúlio Vargas, houve por bem criar cinco territórios federais, sendo dois com áreas do território de Mato Grosso – Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O primeiro na fronteira com o Paraguai e o segundo na região fronteiriça com a Bolívia. Os demais foram Amapá, Rio Branco e Iguazu. O de Ponta Porã e o de Iguazu tiveram existência efêmera” (RODRIGUES, 1985, p. 155). O historiador do IHG-MS e da ASL aponta os municípios contemplados da porção sul mato-grossense, de acordo com o “[...] decreto-lei presidencial, de n. 5.812, publicado no Diário Oficial de 29 do mesmo mês e ano. Desmembrado de Mato Grosso, passaram a integrar o Território os municípios e distritos de Ponta Porã (capital), Maracaju, Porto Murtinho, Nioaque, Bonito, Bela Vista, Dourados e Miranda” (RODRIGUES, 1985, p. 155). Assim, a constituição do Território Federal de Ponta Porã abrangia uma faixa de terras na fronteira com o Paraguai.

⁷⁵ Esta obra foi escrita em 1985, ou seja, fato já consumado (pois estava instituído o Estado de Mato Grosso do Sul e Campo Grande como sua capital), portanto, é construída uma história linear sobre a divisão do Estado, na qual o Estado de Mato Grosso seria dividido, mais cedo ou mais tarde, já que o *progresso* e a *civilização* do Sul era superior do Norte de Mato Grosso. José Barbosa Rodrigues descreve em toda a sua obra (1985) uma *diferença* de Campo Grande (*civilizada*) em relação a Cuiabá (*atrasada*).

chefe do governo federal era também de origem sul-rio-grandense. (RODRIGUES, 1985, p. 156, grifo meu).

Desse modo, “[...] instalado o governo territorial, este passou a cuidar da sua organização administrativa e judiciária. Comarcas e municípios foram criados, não faltando especial atenção para com o *ensino primário* então praticamente *inexistente* na região” (RODRIGUES, 1985, p. 156, grifo meu).

Além disso, o presidente Getúlio Vargas⁷⁶ criou, no Território Federal de Ponta Porã, a *Colônia Agrícola Nacional de Dourados*, por meio do Decreto n.º 5.941, em 28 de outubro de 1943, “[...] a fim de facilitar o aproveitamento das férteis terras da nascente povoação de Dourados” (RODRIGUES, 1985, p. 156).⁷⁷

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) ficou estabelecida

[...] numa área de trezentos mil hectares, dividida em dez mil lotes de 30 hectares cada, que foram cedidos a colonos, o que deu grande impulso à região com a colocação de inúmeras famílias de agricultores, principalmente nordestinos o que ensejou alguns anos depois o surgimento de povoados e a criação de prósperos municípios. (RODRIGUES, 1985, p. 156).⁷⁸

⁷⁶ Segundo José de Melo e Silva, em obra publicada em 1947 e reeditada pelo IHG-MS em 2004, “[...] o governo federal, em um gesto que mereceu e merecerá toda sorte de aplausos, acenou realmente com o maior benefício que se podia fazer àquela gente: transformou aquilo em um Território Federal, medida que o povo recebeu com um regozijo intenso, não tanto *pelo desejo de separar-se de Mato Grosso*, mas porque sempre esperou que, uma vez dotada a nova unidade de recursos especiais, a vida ali retomaria uma nova direção, um ritmo acelerado de progresso e de grandeza” (MELO E SILVA, 2004, p. 104).

⁷⁷ A fim de ilustrar, observa-se que igualmente nesse período é ampliada a estrada de ferro na região; o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz assinala que, “[...] no caso específico do SMT, como foi dito, já se registrava a presença, desde certo tempo, do transporte ferroviário – que foi, aliás, ampliado, já na fase das frentes pioneiras, com a construção de um ramal da NOB, o qual, partindo das imediações de Campo Grande, em 1938, chegaria até Ponta Porã (1953). Nesse ramal foi inaugurada em 1944 a estação de Maracaju e, em 1949, a de Itaum, situada a cerca de 60 km da cidade de Dourados (QUEIROZ, 2004, p. 31). Ver QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Vias de Comunicação e Articulações Econômicas do Antigo Sul de Mato Grosso (Séculos XIX E XX)*: Notas para Discussão. Dourados: UFMS, 2004. 27p. (Mimeo).

⁷⁸ Silvana Abreu, em pesquisa realizada sobre a ocupação branca no espaço de Mato Grosso do Sul, lembra que “[...] a implantação da Colônia Agrícola de Dourados – CAND – ocorreu apenas em 1948, quando, segundo Lenharo (1986, p.56), o *Governo Federal demarcou a área e os limites para sua futura instalação*, recebendo grande contingente de nordestinos e também de paulistas e mineiros, entre outros. Um fator a ser considerado para compreender a atração exercida pela Colônia está na sua proximidade com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, encarada como meio de circulação importante para a produção econômica e para o transporte das pessoas. Para Lenharo (1986, p. 56), esta colônia funcionou apenas simbolicamente e sobre ela a propaganda do Estado Novo operou sem cessar, apresentando-a como colônia modelo. Contudo ela foi assentada em uma área de 200.000 hectares no Cone Sul do então Mato Grosso e proporcionou uma configuração espacial diferente em Mato Grosso passava pelo estatuto conhecido por “terras reservadas”. As terras reservadas no território mato-grossense tinham especificamente duas destinações: a primeira, a implantação de áreas para futuras povoações e a outra de áreas para colonização agrária propriamente dita” (ABREU, 2001, p. 273).

O livro de Pedro Ângelo da Rosa, *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*, editado primeiramente em 1962 e reimpresso pelo IHG-MS⁷⁹ em 2004, apresenta um tópico sobre a instituição do Território Federal de Ponta Porã. Desse modo, o autor descreve que, na data de 5 de janeiro de 1944, foi nomeado o primeiro governador do Território, “[...] o coronel *Ramiro Noronha*, que a 28 chegou a Campanário, onde se achava em excursão o presidente da República, tomando posse do cargo a 31 do mesmo mês, em Ponta Porã” (ROSA, 2005, 2004, p. 64-65).

De acordo com Pedro Ângelo da Rosa,⁸⁰ o coronel Ramiro Noronha⁸¹ (nomeado por Getúlio Vargas) “[...] foi um administrador eficiente, mandando construir pontes, criando colônias agrícolas em Dourados, Caarapã e Itaporã. Criou uma escola normal e uma biblioteca pública em Ponta Porã, além de vários cursos noturnos em diferentes pontos do Território” (ROSA, 2004, p. 65). Segundo o autor, o primeiro governador do Território Federal de Ponta Porã, “[...] concedeu também os primeiros títulos de terras aos lavradores, na área devoluta ocupada pela Empresa Mate Laranjeira, em vista do despacho do presidente da República, publicado no Diário Oficial de 1-2-44, que negava provimento à renovação do contrato de arrendamento dos ervais de Mato Grosso” (ROSA, 2004, p. 66).

O coronel Ramiro Noronha deixou a chefia do Território Federal de Ponta Porã em novembro de 1945, devido à deposição de Getúlio Vargas⁸².

⁷⁹ Para o presidente do IHG-MS, Hildebrando Campestrini, “[...] este trabalho, sem dúvida indispensável para se conhecer melhor determinados acontecimentos, principalmente em Ponta Porã e, por extensão, na fronteira. Escrito em linguagem simples, direta, quase depoimento, o livro traz o testemunho de quem assistiu a muitas daquelas ocorrências ou delas participou ou, ainda, teve a oportunidade de colher as informações junto aos que foram atores, justamente de um trato muito importante da história da fronteira, que vai do povoamento até o Território de Ponta Porã” (CAMPESTRINI, 2004, p. 3).

⁸⁰ Pedro Ângelo da Rosa descreve que, “[...] publicado o Decreto n. 1, de 18 de setembro, ficou assim constituída a administração do Território: a) governador; b) secretário; c) consultor jurídico; d) serviço de segurança; e) serviço de educação e cultura; g) serviço de saneamento e saúde; h) serviço de engenharia e obras; j) serviços de finanças e contabilidade; k) serviço de geografia e estatística; l) imprensa oficial” (ROSA, 2004, p. 65).

⁸¹ Sobre a gestão do primeiro governador, José de Melo e Silva aponta que, “[...] desconhecendo o meio, perdeu parte do seu tempo em tomar conhecimento de fatos que, de forma alguma, interessavam à sua administração. De início terá experimentado, talvez, um verdadeiro atordoamento, em face da exacerbação de enredos e intrigas, índice do baixo nível de moral de alguns dos indivíduos que teve a infelicidade de ouvir, em suas viagens e em seu palácio. [...] É possível que, se tivesse continuado no governo, chegasse a colher admiráveis frutos da experiência resultante dos tropeços iniciais. E não se pode malsinar o seu governo. Realizou uma obra importante no campo da Educação, da Saúde e da Segurança Pública. Planejou ainda e iniciou outros serviços de monta” (MELO E SILVA, 2004, p. 105-106). Ver MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste*. Campo Grande: IHG/MS, 2004.

⁸² Segundo Lenine Póvoas, o “[...] primeiro Presidente eleito pelo voto direto foi o *mato-grossense* General Eurico Gaspar Dutra. Muito embora tenha sido o Ministro da Guerra do Estado Novo, tornou-se Eurico Dutra o mais civil dos Presidentes, pelo seu obstinado respeito à Constituição e às leis e por sua política de conciliação nacional, sendo por isso cognominado o “Presidente de todos os brasileiros” (PÓVOAS, 1992, p. 111-112, grifo meu).

Ocorrendo a deposição de Getúlio Vargas da presidência da república, o coronel Noronha exonerou-se em data de 17 de novembro de 1945, passando o cargo ao professor Leônidas Horta, diretor da educação e cultura, e seguiu para o Rio de Janeiro. Foi nomeado para substituí-lo o major José Guiomar dos Santos, que assumiu o cargo a 24 de novembro, exercendo o mandato durante dois meses apenas, seguindo para ocupar a governança do Território do Acre, em virtude de posterior nomeação. Por designação do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, assumiu então o cargo de governador o dr. José Alves de Albuquerque, cuja administração teve curta duração, em vista da extinção do Território. O governador dr. Albuquerque teve como seus auxiliares os seguintes serventuários: secretário- geral, dr. Valério Caldas de Magalhães; diretor de saúde, dr. Sílvio Granjeiro Ferreira de Almeida; diretor de administração, dr. João da Silva Ramos; diretor de engenharia, dr. Otávio Mendonça de Vasconcelos; consultor jurídico, dr. Mário Vasconcelos Cavalcanti; e diretor de segurança e guarda, o dr. Joaquim Diógenes. (ROSA, 2004, p. 65-66).

Conforme assinala Pedro Ângelo da Rosa, após a exoneração do coronel Ramiro Noronha (nesse interstício, a chefia ficou a cargo do professor Leônidas Horta), o segundo governador do Território Federal de Ponta Porã foi o major *José Guiomar dos Santos*, que ficou apenas dois meses, sendo que logo em seguida foi substituído por *José Alves de Albuquerque* (nomeado pelo presidente *Eurico Gaspar Dutra*⁸³, em 1945). Assim, o autor enfatiza que, “[...] durante o seu mandato, concedeu também muitos títulos de ocupação de terras aos agricultores, mandou construir rodovias e pontes, e cuidou com especial carinho do saneamento, dos serviços de assistência médica e da instrução” (ROSA, 2004, p. 66).

Dessa maneira, Pedro Ângelo da Rosa cita como exemplo a saúde, a educação e a segurança, além do lançamento e projeto de obras para o desenvolvimento da região, que foram de fundamental importância para a população fronteiriça do sul de Mato Grosso.

Existiam no Território quatro inspetorias escolares, com professores contratados no Estado de São Paulo, e uma escola de música e canto orfeônico na sede. Os postos de saúde atendiam centenas de pessoas diariamente; a Guarda, sob a direção eficiente de Joaquim Diógenes, mantinha a ordem em todos os setores do Território. Foram criadas muitas escolas, providas de instalação moderna, e distribuído o material didático aos alunos pobres, que contavam com assistência médica e dentária. (ROSA, 2004, p. 66).

⁸³ Os dois principais candidatos à Presidência nas eleições de dezembro de 1945 eram militares: Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) apoiado por Getúlio Vargas, e Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), apoiado pela oposição. Dutra, ministro da Guerra do governo de Vargas, venceu e ocupou a Presidência de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951. Nas eleições gerais de 2 de dezembro de 1945, os eleitores tiveram ampla liberdade de escolha. O Partido Comunista pôde participar pela primeira vez das eleições, lançando candidatos para todos os cargos. Elegeu como senador pelo Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) seu líder Luis Carlos Prestes, que acabara de sair da prisão, e mais catorze deputados, entre os quais o escritor Jorge Amado, eleito por São Paulo. Mas, em 1947, o partido seria novamente colocado na ilegalidade, com a cassação dos parlamentares a ele filiados.

Pedro Ângelo da Rosa evidencia o quanto foi importante a criação do Território Federal de Ponta Porã, além de *afluir* e *refluir* muitas pessoas para a região. Do mesmo modo, foi positivo para o comércio e para toda região, notadamente para a cidade de Campo Grande. “Algumas obras públicas tinham sido iniciadas e outras estavam projetadas. Para o Território *afluía* muita gente; brasileiros que estavam no Paraguai, e procedentes de outras regiões do país. O seu progresso *refluía* em *Campo Grande* e outras cidades do Estado, pelo aumento contínuo das transações comerciais” (ROSA, 2004, p. 66). Nesse sentido, para o autor, “[...] concretizava-se a aspiração patriótica de Getúlio Vargas, expressada na Marcha para o Oeste, propulsora do engrandecimento de um povo esquecido na extremidade da pátria, e que agora se sentia ufano, vendo as suas aspirações satisfeitas, ante um futuro promissor para toda aquela região” (ROSA, 2004, p. 66).

Veio, porém, o golpe fatal, desferido pelo artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, que extinguiu os territórios do Iguazu e Ponta Porã. Os deputados votaram pela extinção do Território sem conhecê-lo. Somente os representantes do Partido Comunista, que àquele tempo estavam na Câmara, se debateram pela sua continuação. As obras iniciadas foram paralisadas e o vultoso material existente, que foi relacionado e amontoado às pressas, perdeu-se pelo estrago, sendo em grande parte extraviado. (ROSA, 2004, p. 66).

Somente o PCB, Partido Comunista do Brasil, votou pela permanência do Território Federal de Ponta Porã. Assim, Pedro Ângelo da Rosa menciona que

[...] os funcionários foram dispensados em massa e, somente depois de muita luta, veio a Lei Café Filho, que lhes concedeu a disponibilidade. Fundou-se a Liga Pró-Restauração do Território, sendo enviado à capital da República o Dr. João Portela Freire, que muito trabalhou junto aos representantes da Câmara, a fim de serem atendidas as suas reivindicações, porém nada mais foi conseguido e o caso ficou definitivamente encerrado. (ROSA, 2004, p. 67).

É curioso o fato de que, em 1945, dos cinco deputados constituintes mato-grossenses, dois eram do *Sul* e três do *Norte* e todos votaram pela extinção do Território Federal de Ponta Porã.⁸⁴

Elpídio Reis que tinha o cargo de vice-presidente da Associação Pró-Restauração do Território Federal de Ponta Porã, proferiu uma palestra a esse respeito na capital federal, na solenidade comemorativa do 1º aniversário da mesma entidade, “[...] realizada na A.B.I, aos 24 de outubro de 1947. Publicação da mesma Associação, Rio de Janeiro, 1948” (REIS, 2005, p.14). Nessa ocasião, o palestrante referiu-se à região da fronteira com o Paraguai (sul de Mato Grosso), que era muito carente, na saúde, segurança, em estradas, pontes e na educação. Segundo Elpídio Reis,⁸⁵ para obter alguma instrução escolar, era necessário deslocar-se para o Paraguai, já que a região fronteira era uma “[...] terra sem escolas, onde quem vos fala neste momento só pôde ingressar numa, já com dez anos de idade! Terra onde os brasileiros atravessavam a fronteira para receber lições nas escolas do Paraguai! Homens nobres os paraguaios, que jamais negaram dar instruções aos nossos patrícios que os procuraram! A eles os nossos agradecimentos! (REIS, 2005, p. 4). Mas, com a instalação do Território Federal e de uma administração direta com a região da fronteira mato-grossense,

Iniciou-se uma era de assistência direta aos homens da fronteira, até então abandonados e esquecidos. No setor ligado à segurança da fronteira – antes de qualquer medida administrativa, necessária era a eliminação dos crimes – tão eficaz foi a ação salutar do governo territorial, que se estabeleceu “no seio da população um clima de confiança assaz promissor, desaparecendo, então, o deprimente espetáculo dos revólveres à cintura, em qualquer das cidades do Território”. Foi criada uma guarda territorial, que deu combate sem tréguas ao contrabando, ao bandoleirismo e aos crimes em geral. (REIS, 2005, p. 6).

⁸⁴ Sobre esse contexto, José de Melo e Silva, avalia que “[...] o Poder Constituinte, em que um punhado de brasileiros em luta, naqueles recantos de Oeste, depositava um mundo de esperanças, votou, displicentemente, o seu desaparecimento, no dia 8 de setembro do ano de 1946. Não se examinou, conscienciosa e decididamente, o assunto; não se deu a mínima importância à palavra autorizada de homens profundamente conhecedores da questão. E consumou-se, destarte, esse erro de nocivas repercussões para a vida nacional” (MELO E SILVA, 2004, p. 106). Sobre o mesmo assunto, Athamaril Saldanha, descreve que “[...] a nova Constituição de 1946 extinguiu o Território Federal de Ponta Porã, consequência da força de representação dos deputados federais de Mato Grosso. Nada pudemos fazer, não tínhamos representantes na Câmara. O Território durou três anos somente, mas a colônia não pôde mais ser extinta e trouxe muito progresso para a região. O sul de Mato Grosso conscientizou-se, então, da necessidade de representantes legítimos junto ao governo federal, para que pudessem, ao menos no futuro, realizar mudanças, principalmente quanto à distribuição de verbas” (SALDANHA, 2004, p. 132). Ver SALDANHA, Athamaril. *História e Estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Janeiro de 2004. 140 p.

⁸⁵ REIS, Elpídio. *Ponta Porã Antes, Durante e Depois*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005. 15. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 1 jan. 2006.

O Território Federal de Ponta Porã (1943-1946) estabeleceu uma confiança no seio da população fronteiriça, segundo Elpídio Reis, e não só o avanço na área de segurança.

A educação foi outro setor que encontrou por parte do Governo Territorial, medidas oportunas e salutares. As 53 escolas que funcionavam ao tempo de Mato Grosso – sendo que dessas, 24 eram mantidas pelos municípios – para atender a uma população escolar de cerca de 20.000 crianças, permitindo que apenas doze por cento desses brasileiros recebessem instrução, foram aumentadas para 223, todas mantidas pelo Território. (REIS, 2005, p. 12).

Desse modo, Elpídio Reis argumenta que, “[...] dentre as escolas criadas, figuravam um Curso Normal Regional, onze Cursos Populares Noturnos, iniciativas das mais promissoras para a região. Nos últimos meses de vida do Território, estava sendo empregada a importância de Cr\$ 340.488,00 exclusivamente em instrução do povo” (REIS, 2005, p. 12).

Com a extinção do Território Federal de Ponta Porã, Elpídio Reis explica que os brasileiros da região estavam sendo prejudicados em todos os setores, com o fechamento de escolas, além de outros problemas, como muitas obras paradas.

Quanto ao setor Educação, basta dizer que quase todas as escolas fundadas pelo Território estão hoje fechadas, inclusive o Curso Normal Regional e os Cursos Populares Noturnos. Destino esquisito o desse Povo Brasileiro, que tendo setenta por cento de analfabetos, permite que se fechem de um dia para outro dezenas e dezenas de escolas! No setor de Obras Públicas o desmoronamento está sendo completo. As obras já iniciadas, mas não terminadas pelo Território, salvo raras exceções para as quais o Governo Federal ainda mantém as verbas, estão hoje ao relento, perdendo-se assim milhares e milhares de cruzeiros. O povo ponta-porãense necessita novamente do Território. Sabemos que o Governo de Mato Grosso não dá maior assistência ao povo da fronteira porque não tem recursos para isso e não porque não quer. Sabemos o quanto de boas impressões estão possuídos os ilustres homens públicos de Mato Grosso. E tanto isto é verdade, que já consideram a restauração do Território Federal de Ponta Porã, medida de interesse nacional, capaz de integrar condignamente na vida do país uma população de cerca de 120 mil almas. (REIS, 1948, p. 12).

Assim, conclama Elpídio Reis que a restauração do Território Federal de Ponta Porã “[...] é uma medida de sadio patriotismo. Reconhecem-na plenamente os dirigentes do País e há dentre as altas autoridades os que possuídos de um amor muito profundo aos altos interesses da Pátria, desinteressados, advogam essa causa vital para a nacionalidade” (REIS, 2005, p. 14).

Elpídio Reis finaliza sua palestra confiante que não tardará o ideal da restauração:

Enquanto nos altos círculos do País movimentam-se os homens de boa vontade para a volta do Território, que – temos convicção – não tardará o povo territorialiano, indomável, audaz e corajoso, cantar em coro: unamos nossas forças num só bloco, de nosso ideal um luminoso foco nos aponta certo a direção; E nós havemos de marchar garbosos, tendo no peito corações radiosos buscando um sonho só: RESTAURAÇÃO. (REIS, 1948, p. 13).

Em 1943, a cidade de Ponta Porã era o terceiro município populoso do estado de Mato Grosso, com uma abrangência econômica considerável, aliada a uma pecuária e uma lavoura crescente, além da pujante erva-mate.

O progresso e o desenvolvimento divulgados pelos líderes sulistas na década de trinta colocam em dúvida os documentos divisionistas, já que esse pronunciamento de Elpídio Reis, realizado no Rio de Janeiro (capital federal) em 1947 mostra que o atraso em relação à fronteira era uma realidade diferente daquela publicada pelos divisionistas de 1933-1934. Ou melhor, a civilização que a Liga Sul-Mato-Grossense e os líderes sulistas expressavam, na década de trinta, era muito mais retórica do que de fato. A não ser o caso da cidade de Campo Grande, que, nesse momento, era o maior município de Mato Grosso. Assim, comprova-se que o movimento divisionista era mais uma estratégia de uma parte da elite campo-grandense que lutava pela ascensão do poder político estadual, com o intuito de ganhar mais espaço, em seu próprio benefício.

A propósito dessa temática, a historiadora Marisa Bittar⁸⁶ pondera que, “a campanha *Marcha para Oeste* iniciou-se nesse quadro sócio-político, com o estabelecimento das colônias agrícolas nacionais, promovidas pelo governo federal em colaboração com os estaduais. Para tanto, criou Vargas, em 1943, a Fundação Brasil Central, cujo objetivo era desbravar e colonizar áreas no Norte e Centro-Oeste” (BITTAR, 1997, p. 189).

Marisa Bittar analisa esse período como fruto da consolidação do capitalismo.

⁸⁶ Segundo Marisa Bittar, a “[...] campanha *Marcha para Oeste*, postulada pelo pensamento político e geopolítico do regime no decorrer dos anos 30 e 40. A retórica criada sobre o fato de o Brasil ter, à época, quase a metade de seus espaços territoriais desocupados, fortaleceu-se após 1930 e, particularmente, com o estabelecimento do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime. Esboçando a intenção de ocupar esses espaços vazios surge o slogan ‘Brasil, país do futuro’, sintetizando a retórica nacionalista sobre a interiorização do país” (BITTAR, 1997, p. 186).

Quanto a Mato Grosso, foi sob a lógica da interiorização nacional e, portanto da consolidação do capitalismo pela *via prussiana*, que Vargas criou, em 1943, a *Colônia Federal de Dourados* e o *Território Federal de Ponta Porã*, ambos por decreto, e ambos no sul do estado. Interessante observar que o Estado Novo voltou a sua atenção para essa parte de Mato Grosso, pretendendo povoá-la e integrá-la ao desenvolvimento capitalista sem, contudo, atender a demanda separatista que havia chegado às mãos dos constituintes de 1934. Vingança pela adesão do sul de Mato Grosso a São Paulo em 1932? Não é hipótese absurda, além do mais Vargas tinha hegemonia política na Constituinte enquanto que São Paulo era um estado derrotado. E uma vez adotada a geopolítica da interiorização e da integração nacional, como poderia Vargas separar o sul de Mato Grosso nos moldes pretendidos desde 1932? (BITTAR, 1997, p. 189, grifo do autor).

Com a criação do Território Federal de Ponta Porã e excluindo Campo Grande, Getúlio Vargas teria feito uma represália⁸⁷ aos líderes políticos campo-grandenses pelos embates ocorridos em 1932. Segundo Marisa Bittar, uma retaliação do governo central *não é hipótese absurda*; é “[...] bem provável que as lembranças de 1932 pesaram negativamente na sua decisão de excluir Campo Grande do Território de Ponta Porã, uma vez que a elite dirigente campo-grandense era contrária a ele, Vargas” (BITTAR, 1999, p. 125).

Nesse sentido, o presidente Getúlio Vargas, coerente com a ideologia de Estado forte criou, sim, um território, “[...], mas *não aquele reivindicado* pelo documento encaminhado à Constituinte. *Foi indisfarçável a decepção dos divisionistas* na medida em que a área sob jurisdição do território criado *não abarcava a agora próspera Campo Grande*, que já aspirava o título de sua rival” (BITTAR, 1997, p. 189-190, grifo meu).

Portanto, para Marisa Bittar, caso o Território Federal de Ponta Porã tivesse sido efetivado, a bandeira do divisionismo teria perdido sua força.

⁸⁷ Segundo Demóstenes Martins, o prefeito Eduardo Machado pediu um empréstimo para resolver os problemas de abastecimento de água e instalação dos esgotos sanitários, mas, dos Cr\$ 10.000.000,00 solicitados, apenas Cr\$ 7.000.000,00 foram liberados. O autor assim descreve: “Baldando-se todos os seus esforços e sentindo as indiferenças dos órgãos governamentais superiores pela solução do grave problema, magoou-se o digno Prefeito a ponto de renunciar ao cargo quando lhe foi comunicada a vinda, em Agosto de 1941, do *ditador* Getúlio Vargas a Campo Grande, pois não se dispôs a homenagear a quem tão indiferente, desinteressado e omissos se mostrara em atender os reclamos dos campo-grandenses nessa angustiante conjuntura. Era, assim, o Prefeito Eduardo Machado – altivo, independente e positivo. Coube-me, como Secretário da Prefeitura, substituto eventual do Prefeito, a tarefa de receber o Presidente Vargas que, rendendo-se à evidência da comprometedor situação, decidiu que a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro fizesse a operação creditícia que somente se concluiu a 13 de Novembro de 1944, na minha administração, como Prefeito, então nomeado para o cargo. Com o regime ditatorial implantado pelo golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937, não houve eleições até 1945 quando, restabelecida a democracia com a queda da ditadura de Vargas a 29 de Outubro e promulgada a Constituição de 1946, reorganizou-se a vida política no país, criando-se, conseqüentemente, os partidos de âmbito nacional que, no Estado, se apresentaram com as suas sessões – a União Democrática Nacional – UDN, o Partido Social Democrático, PSD, o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, e o Partido Social Progressista, PSP (MARTINS, 1972, p. 34-35).

Depois da decisão da Assembléia Constituinte de 1934 de não acatar a questão meridional de Mato Grosso na forma reivindicada pela Liga Sul Mato-Grossense, os separatistas, embora frustrados, tiveram que contentar-se com as medidas de Vargas, que passavam ao largo de suas esperanças. Tanto o Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), quanto a Colônia Agrícola de Dourados, consistiam em estratégias dirigidas a incrementar o povoamento daquela região fronteira do Brasil e, caso não tivesse sido extinto o território que volveu a Mato Grosso, provavelmente o divisionismo teria perdido sua bandeira, pois, como continuar a reivindicar uma unidade federativa no sul de Mato Grosso se ali já existisse o território federal? (BITTAR, 1997, p. 215).

A extinção do Território Federal de Ponta Porã, pelos constituintes, em 1946, segundo Marisa Bittar, “[...] talvez tenha *sido positiva* para os objetivos da Liga Sul-Mato-Grossense, cujo núcleo era Campo Grande e, portanto, essa cidade, antagonista de Cuiabá, teria que incluir-se em qualquer estado ou território que ali se criasse. No entanto, ficara excluída do Território Federal de Ponta Porã, para decepção dos separatistas” (BITTAR, 1997, p. 215, grifo meu). Ainda de acordo com Marisa Bittar, após ter sido surpreendida com a criação desse território, a Liga Sul-Mato-Grossense dispersou-se. “Um de seus mais ardorosos membros, divisionista célebre, Oclécio Barbosa Martins, editou então, em 1944, o livro *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*, em que faz um levantamento histórico das propostas de redivisão territorial desde a independência do Brasil” (BITTAR, 1997, p. 216).

Sobre a obra de Oclécio Barbosa Martins, a historiadora Marisa Bittar⁸⁸ avalia que,

“[...] em suma, a obra de Oclécio Barbosa Martins adota as linhas mestras da geopolítica getulista para construir o arrazoado da questão meridional de Mato Grosso. Além, portanto, da superioridade econômica do sul, onde reside mais da metade dos rebanhos bovinos de todo o Mato Grosso” e dos seus municípios “*que aparentam os melhores índices de prosperidade, os quais canalizam para o Tesouro do Estado, em Cuiabá, a maior parte das rendas públicas*”. (BITTAR, 1997, p. 218, grifo do autor).

De acordo com os estudos de Marisa Bittar sobre a obra de Oclécio Barbosa Martins,

⁸⁸ O livro de Oclécio Barbosa Martins, editado em 1944, segundo Bittar, “[...] é importante para a pesquisa sobre Mato Grosso do Sul, esse trabalho analisa a jornada da chamada *Grande comissão nacional*, constituída, segundo o autor, de ‘*uma plêiade de patriotas*’, incumbida de estudar a questão territorial brasileira, entre 1933 e 1934, embasada nos conceitos de *unidade da pátria e defesa nacional*” (BITTAR, 1997, p. 216).

[...] o determinismo geográfico é a idéia-força de seu argumento, que repete o autor citado, segundo o qual, “*o território, mais do que o povo, forma o estado moderno*”. Mas a auto-administração que permitisse “*o surto das energias latentes*” de Mato Grosso, permaneceu um sonho. Seu livro, porém, não ficou apenas “*nas cabeceiras dos sulistas*” (BITTAR, 1997, p. 219, grifo do autor).

Inspirados na sua leitura, um grupo de separatistas emitiu, em 1959, um manifesto denominado *Movimento pró-divisão de Mato Grosso*” (BITTAR, 1997, p. 220). Assim, no ano de 1959, um *grupo de separatistas*⁸⁹ publica um panfleto em que reivindica a divisão do estado de Mato Grosso.

Segundo Marisa Bittar, o panfleto⁹⁰ divulgado pelo Movimento separatista de 1959 evoca

[...] as linhas mestras da obra de Oclécio que, aliás, é um dos signatários do panfleto, justifica que o movimento não é insólito “mas um novo e oportuno pronunciamento que é uma *constante aspiração dos habitantes desta região*, um imperativo econômico e uma consequência dessa desajustada constituição geográfica do atual Estado de Mato Grosso. (BITTAR, 1997, p. 220, grifo meu).

Divulgam os separatistas de 1959, que o movimento vem de muitos anos, visto como anseio dos moradores do sul de Mato Grosso; relatam que os sulistas “sofrem” com a desajustada questão geográfica, uma vez que o sul, economicamente desenvolvido, sustenta o norte. Nesse sentido, o documento de 1959, igualmente, evoca egos de uma identidade própria sul-mato-grossense.

O documento realizado por parte da elite campo-grandense também ratifica sua força política estadual.

Quanto à questão política propriamente dita, o que chama atenção é o fato de que, diferentemente de 1932, quando a Liga Sul-Mato-Grossense

⁸⁹ Em uma entrevista concedida à Revista *Executivo Plus*, em maio de 1984, Paulo Coelho Machado comenta que, “[...] nesse período eu estava morando no Rio e participei, com consultas junto aos estudantes, de um movimento para ver a viabilidade da Divisão já no governo Jânio Quadros. Foi nessa época que consultei pessoalmente João Mangabeira – o mais importante especialista de Direito Constitucional de seu tempo – e concluímos que seria praticamente impossível. A situação ficou pior quando Jânio veio aqui. Ele precisava de votos do Norte, então ele veio aqui e disse: ‘isso aqui é tudo nosso, e partir isso aqui será o mesmo que partir o meu coração’. Uma demagogia (MACHADO *apud* BITTAR, 1997, p. 223).

⁹⁰ Marisa Bittar esclarece que “[...] o panfleto demonstra em números que, apesar da superioridade demográfica dos municípios do sul, estes contavam com bem menos unidades escolares o que revelava o descaso governamental. O manifesto utiliza dados do censo demográfico de 1950 para apontar as disparidades entre municípios do sul e do norte. Entre aqueles cita Campo Grande, (57000 habitantes) que possuía 30 escolas; Corumbá (37000 habitantes), 27 escolas; Dourados (23.000 habitantes), 19 escolas; enquanto Cuiabá (56.000 habitantes) possuía 64 escolas; Rosário Oeste (17.000 habitantes), 58; Livramento (11.000 habitantes), 47 escolas” (BITTAR, 1997, p. 220).

reclamava da baixa representatividade do sul, a situação de 1959 já apresenta uma mudança significativa que demonstra a força política dos grupos hegemônicos sulistas. Diz o manifesto: “*Temos no sul a maior receita pública, a maior população, o maior eleitorado e também maior desamparo do Estado. De 30 deputados à Assembléia, 21 são do sul; de 7 deputados federais, 5 são também, daqui. Tudo isso espelha uma realidade que não há como esconder*”. (BITTAR, 1997, p. 220, grifo meu).

Portanto, o manifesto realizado pelo “[...] Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso,⁹¹ de 1959, é fruto de uma *fase morna* do *movimento divisionista*, ou seja, que veio na esteira da *ressaca* pós-criação do território de Ponta Porã” (BITTAR, 1997, p. 222, grifo meu). O manifesto mostra a força política do sul de MT, uma vez que este possuía a maioria dos deputados federais e estaduais, além da maioria do eleitorado. Nesse sentido, uma comissão do *Movimento pró-divisão de Mato Grosso* entregou um documento para o candidato a presidente do Brasil, Jânio Quadros.

O Manifesto foi propagandeado no final da década quando Jânio Quadros, um sul-mato-grossense de nascimento, foi candidato a presidente da República. Esperava-se obter a sua concordância, mas, quando ele hospedou-se numa chácara em Campo Grande, pouco antes da campanha eleitoral, foi procurado por uma comissão de separatistas e, ao tomar conhecimento do símbolo do movimento, uma tesoura, teria dito: “*Esta tesoura corta o meu coração!*”. Suas palavras, diz José Barbosa Rodrigues, “*foram águas na fervura*”. (BITTAR, 1997, p. 223).

Em outra oportunidade, em 1963, um *Comitê Divisionista de Campo Grande*, segundo Marisa Bittar, numa última tentativa de dividir o estado de Mato Grosso, “[...] distribuiu panfletos convidando a todos para uma *passeata pela divisão do Estado*, assinados, entre outros, por Plínio Barbosa Martins, Oclécio Barbosa Martins, Paulo Simões Corrêa, Dolor Ferreira de Andrade e Plínio Soares Rocha. Mas, sobreveio 1964” (BITTAR, 1999, p. 129). Desse modo, no governo militar, a bandeira separatista foi arriada, já que a ditadura militar obteve o apoio da classe dominante, tanto do norte quanto do sul de Mato Grosso.

⁹¹ O panfleto do *Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso*, publicado em 10 de junho de 1959, na cidade de Campo Grande, é assinado por: “Anísio de Barros, Nelson Benedito Neto, Cícero de Castro Faria, Adauto Ferreira, Diomedes França, José Fragelli, Brasil Corrêa, Oclécio Barbosa Martins, Diomedes Rosa Pires, Eduardo Salviano Mendes Fontoura, Paulo Jorge Simões Corrêa, Otacílio Faustino da Silva, Assis Machado Metelo, Martinho Marques, Carlos de Sousa Medeiros, Nestor Muzzi, Nelson Mendes Fontoura, Licio Proença Barralho, Nelson Borges de Barros. Esse panfleto político, até hoje não publicado em livro ou trabalho acadêmico algum, foi gentilmente cedido a mim pelo ex-deputado federal Ruben Figueiró” (BITTAR, 1997, p. 219).

CAPÍTULO 3

REPRESSÃO E CORRUPÇÃO NO PODER EM MATO GROSSO

3.1 A CLASSE DIRIGENTE ESTADUAL APÓIA A DITADURA MILITAR

A elite política mandante do estado de MT, tanto do *Sul* como do *Norte*, apoiou o golpe militar em 1964. Demonstra o sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossosense (ASL), Demósthene Martins, que, nesse período, era o Secretário do Interior, Justiça e Finanças do estado de Mato Grosso (governo de Fernando Corrêa, 1961-1966), alerta sobre o *perigo dos comunistas* que se encontravam *aninhados à sombra* do governo de João Goulart.

O retorno ao Presidencialismo, regime que enfeixa nas mãos do Executivo a maior soma de poderes na dinâmica governamental, ensejou prontamente o desenvolvimento *do plano subversivo que os corifeus do regime comunista*, aninhados à sombra de Goulart, se desencapuzavam. Eram as greves, açuladas pelos dominadores dos sindicatos, *insuflando a luta de classes*; a falência da assistência social, explorada por aproveitadores; as Ligas Camponesas de Francisco Julião, e os Grupos dos 11, de Leonel Brizola, tudo isso perturbando, conturbando, inquietando, de mãos dadas com uma inflação disparada. (MARTINS, 1980, p. 237, grifo meu).

Sobre esse contexto, Demósthene Martins, em seu livro de memórias, *A poeira da Jornada* (1980), enfatiza que o ano de 1963 decorreu em meio de permanente agitação, que cada dia mais se agravava. “A amplitude que ia ganhando, extrapolava da área política para a econômica e social, numa porfia de desmoralização das instituições democráticas. [...] Alertava o Governador Fernando Corrêa nas suas Mensagens à Assembléia Legislativa, relativas aos anos de 1962 e 1963” (MARTINS, 1980, p. 238).

De acordo com Demósthene Martins, nesse ambiente “agitado” em que se encontrava o Brasil, “[...] sentíamos claramente a preparação da *subversão* do regime” (MARTINS, 1980, p. 238). Para o autor, o poder estadual mato-grossense encontrava-se vigilante e preparado diante da ameaça dos comunistas, em caso de invasão das

propriedades dos agropecuaristas. “O Governador tornara-se porta voz do sentimento de reação que nosso Partido, como todos os homens de bom senso, articulava para a hora decisiva, quando não fosse mais possível temporizar. Estado de *predomínio da classe média*, cuja economia, se baseia na pecuária e agricultura, passou nossa ação a despertar a atenção do povo para a grave ameaça que se urdia” (MARTINS, 1980, p. 238, grifo meu).

Nesse sentido, o poder de mando estadual mostra o autoritarismo que sempre manteve nessa época, principalmente para coibir as manifestações que reivindicavam melhores condições de vida, terra, trabalho digno, comida, moradia e liberdade de expressão.

Demóstenes Martins explica que, nesse período, não houve cisão política em Mato Grosso entre *Norte e Sul*, pois todos eram contra os *comunistas* que *insuflavam a luta de classe*. Deste modo, há uma união das elites mato-grossenses pela *causa* da “revolução”, ou melhor, os líderes políticos mandantes, tanto da parte Sul como do Norte de MT, apóiam o regime militar autoritário e golpista.

Preocupava-se o Coronel Meira Matos com o perigo de, deflagrado o movimento, que era inevitável, registrar-se no Estado a ocorrência das vezes passadas, em que o *Sul* tomaria uma *Posição* e o *Norte*, outra. Indagou-me sobre isso e eu lhe *respondi que a unidade de ação estava assegurada* pelo respaldo da UDN, era detentora do Governo Estadual, das Prefeituras Municipais e do domínio político que *a repulsa popular* aos extremistas aglutinava. O próprio PTB, o partido do Goulart, em Mato Grosso se embasava no meio rural cujas tendências eram desfavoráveis ao *extremismo da esquerda*. Por isso não iriam os trabalhistas se enforcarem nas próprias tripas. O exemplo dos kolkhozes russos estava à mostra... (MARTINS, 1980, p. 238-239, grifo meu).

Destaca Demóstenes Martins que a UDN estava unida (Norte e Sul de MT) pelo objetivo da *revolução* e o próprio partido da situação em Mato Grosso, o PTB do presidente João Goulart, segundo o autor (os membros do partido no estado, em sua maioria, eram do meio rural), também estava descontente frente ao *extremismo da esquerda*. Sendo assim, para o autor, não há distinção de cores partidárias no enorme estado de Mato Grosso, pois todos eram contra os comunistas.

Afirma Demóstenes Martins que, na cidade de Campo Grande, houve, por parte de *toda a população*, o interesse em *lutar* contra o perigo vermelho, já que à proporção que *a ação solerte dos comunistas* avançava no trabalho de desintegração da democracia, “[...] as forças civis e militares se apresentavam também, para defendê-la. Em Campo Grande, a

ADEMAT – Ação Democrática Mato-Grossense – ganhava prosélitos em todos os escalões de sua população, preparando-se para a luta, sem *distinção de classe* e legendas partidárias” (MARTINS, 1980, p. 239, grifo meu).

Segundo Demósthene Martins, a maior cidade do estado de Mato Grosso *preparou-se* para uma possível “revolução”, unindo as forças militares, além de integrarem militares de outras regiões, como Corumbá e Ladário, cujas tropas estavam acantonadas em Campo Grande. Cita, ainda, o historiador sócio do IHG-MS e da ASL, Demósthene Martins, que, naquele momento, na cidade de Campo Grande, os civis estavam igualmente preparados para a luta.

Recebeu da 9.^a Região Militar, do comando do general Mario Ferreira Barbosa Pinto, e das grandes unidades que a integram – Divisão de Cavalaria, comandada pelo general Moacir Araújo Lopes, acantonada nesta cidade, e a Brigada Mista, de Corumbá, do comando do general Wallenstein Teixeira de Mendonça – da Base Aérea daqui, comandada pelo tenente coronel Niel Vaz Corrêa, e da Marinha, da Base Naval de Ladário, comandada pelo almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha; do governo do Estado chefiado pelo Dr. Fernando Corrêa da Costa, atreito às diretivas do seu partido, a União Democrática Nacional, e da Ação Democrática – ADEMAT – organização campo-grandense arregimentada por destacados *elementos locais dispostos à luta*. (MARTINS, 1972, p. 61, grifo meu).

No cargo de Secretário de Estado, Demósthene Martins recebeu, na capital Cuiabá, alguns fazendeiros de Rondonópolis preocupados com os comunistas que estavam agindo na região. “No dia 10 fui procurado por uma *comissão* composta pelo médico Jurandir Enes, Dr. Juarez Pinto, Cornélio Nunes Viana, Antonio Finase, Homero Villasbôas, Antonio de Matos, Hélio Cavalcante Garcia, que em nome da população de Rondonópolis, vinha solicitar do Governador providências no sentido de ser assegurada *a ordem* naquele município” (MARTINS, 1980, p. 240, grifo meu).

Nesse sentido, a *comissão* de Rondonópolis solicita do Secretário “[...] uma medida preventiva em face da projetada invasão de propriedades rurais por elementos instigados e dirigidos por *Antonio Antero de Almeida*, moço bacharel em direito, *agitador comunista*, respaldado pela inspiração da SUPRA, atuante na região” (MARTINS, 1980, p. 239, grifo meu).

O secretário Demósthene Martins comenta *o perigo comunista* na região, uma vez que, Rondonópolis era pólo de atração de levas de imigrantes nordestinos, “[...] que as

agruras da terra natal impeliam busca de outras paragens, em que se pudessem fixar. E Mato Grosso, com as comunicações propiciadas pelas novas rodovias e pelas facilidades que seu governo concedia para a obtenção de terras, no objetivo de povoar a sua imensa área, tornara-se o ponto de atração para eles” (MARTINS, 1980, p. 239, grifo meu).

Demósthene Martins conta que,

Aproveitando-se dessa circunstância, *os comunistas insinuavam-lhes as apropriações das fazendas de grandes áreas cujos proprietários, geralmente, residiam nas cidades. A terra – diziam eles – deve pertencer aos que nela querem viver. E seria muito mais suave tomarem as terras já desbravadas* do que obtê-las, ainda virgens, doadas pelo Governo, pregava a demagogia comunista. (MARTINS, 1980, p. 240, grifo meu).

Dessa maneira, o Secretário de Estado, Demósthene Martins, ordena reprimir *atos subversivos* em Rondonópolis, no início do mês de março de 1964. Envia um agrupamento policial da capital, dispondo de armas automáticas e uma boa quantidade de carabinas sobressalentes e abundantes munições, rumo à cidade de Rondonópolis reprimir um possível comício que seria organizado por *agitadores comunistas*. Comício esse, previsto para o dia 13 de março de 1964; logo em seguida, *os posseiros* invadiriam as fazendas *lindeiras* da região.

A representação de Rondonópolis acrescentava que essa idéia estava ganhando vulto e os seus pregoeiros haviam emprazado, para o dia 13, um grande comício na cidade, depois do qual partiriam turmas volantes para a invasão das fazendas lindeiras. Nelas seriam localizados os primeiros *posseiros*, que depois teriam a ampará-los a ação da SUPRA. Urgia, portanto, a tomada de providências a fim de que essa manifestação subversiva fosse contida. E o destacamento policial de Rondonópolis era reduzido, não estando em condições de reprimir a desordem em marcha. Estando ausente o Governador, que viajava para Campo Grande, decidi agir preventivamente. Melhor prevenir do que remediar. Chamei a Coronel Luiz Carvalho, Comandante Geral da Polícia Militar, e, depois de examinarmos a situação, assentamos que seguisse logo para Rondonópolis um agrupamento policial, *dispondo de armas automáticas e uma boa quantidade de carabinas sobressalentes e farta munição. Com isso, se necessário, seriam armados civis dispostos a auxiliar a ação repressora*, dado o número insignificante de soldados de que dispúnhamos na própria capital. O comando da diligência seria confiado ao oficial enérgico, tendo o Coronel Carvalho indicado o Major Evaristo da Costa e Silva. Dessas medidas dei conhecimento à representação apreensiva, encarecendo-lhe o apoio que deviam proporcionar ao Major Evaristo, reforçando-o com elementos civis, os quais, Cornélio Nunes Viana, ex-integrante da FEB, se encarregaria de mobilizar. (MARTINS, 1980, p. 241, grifo meu).

O Secretário do Interior, Justiça e Finanças do estado de Mato Grosso, Demósthene Martins, esclarece como organizaria a estratégia de repressão em Rondonópolis aos *agitadores comunistas*, “[...] o Major Evaristo devia deslocar-se em três caminhões, na manhã do dia 12, conduzindo soldados e armas e penetraria na cidade ao toque marcial de cornetas estridentes, a fim de despertar a atenção da população cidadina” (MARTINS, 1980, p. 242). Deste modo, segundo o Secretário, “[...] estabelecido o seu PC, mandaria o comandante da força intimar os promotores do comício a virem à sua presença, notificando-os de que o mesmo, diante de suas características de subversão, que a falta do pedido de localização ressaltava, não se realizaria” (MARTINS, 1980, p. 242).⁹²

Demósthene Martins evidencia como os políticos mato-grossenses, vinculados ao poder, ampararam o governo militar.⁹³ Assim, as mais altas autoridades (secretários, magistrados, militares, deputados) ficaram de sentinela na noite de 31 de março, ou melhor, no aguardo da *revolução*, no edifício da residência dos Governadores,⁹⁴ a que aderiram *pessoas gratas*.

Na tarde de 31, a informação que me transmitia o Coronel Meira Matos, comandante do 16º BC, era de que as forças de Minas estavam marchando no rumo do Rio de Janeiro, em plena Revolução, sem que, até então, tivessem encontrado qualquer oposição. Acrescentou-me que se preparava para ao alvorecer do dia seguinte, deslocar-se com o seu BC para Brasília. A vista dessa informação e de notícias colhidas através do rádio e estando ausente da Capital o Governador, convoquei *as mais altas autoridades* do Governo para, *reunidos no edifício da residência dos Governadores*, ficarmos em vigília e prontidão toda a noite, na

⁹² Segundo o Secretário de Estado, Demósthene Martins, “taxativamente no dia 13 não haveria comício. Desarticulava-se, assim, um movimento que a sua data — uma sexta-feira, dia de trabalho — estava a mostrar a sua identificação com atos semelhantes, marcados em várias regiões. Dessa minha decisão dei conhecimento ao Governador, que a aprovou a despeito das exortações dos *inocentes úteis*, que sempre se apressam a invocar o direito de reunião e a liberdade do cidadão. Assumi, ao justificar a minha atitude, a inteira responsabilidade do ato que praticava, certo de que estava cumprindo com o meu dever, no propósito exclusivo de evitar mal maior” (MARTINS, 1980, p. 242, grifo do autor).

⁹³ Demósthene Martins, narra o acontecimento da *revolução*, “na ante manhã do dia 1º de abril, assisti ao deslocamento do 16º BC no rumo de Brasília, com o ponto de concentração em Jataí, Goiás, utilizando-se dos transportes existentes, inclusive a aéreo a ser dado pelas empresas comerciais que estavam de pernoite no aeroporto local, requisitados os aviões para esse transporte, em viagens repetidas. O seu Comandante, Coronel Carlos Meira Matos, seguiu no pequeno monomotor Cessna 170, de Mário Spinelle, prócer do PSP, que representara na Assembléia em passada legislatura, e seringalista na área do Rio Novo, que a acompanhou até Brasília. O 16º BC chegou, todo, na tarde do, dia 2, depois de percorrer 1.700 Km e foi a primeira unidade militar de outra região a ocupar aquela Capital” (MARTINS, 1980, p. 244).

⁹⁴ Para Demósthene Martins, “é de justiça relembrar-se *que foi de Cuiabá*, ao apagarem-se as últimas estrelas de 31 de Março, ainda nos instantes incertos da sorte do movimento, que partiu o 16.º Batalhão de Caçadores, conduzido pelo seu bravo comandante o coronel Carlos de Meira Matos, rumo a Brasília para combater a resistência que, dizia-se, ali se organizara, usando os transportes disponíveis, aéreos e terrestres (MARTINS, 1972, p. 62, grifo do autor). Segundo o historiador do IHG-MS e da ASL, nesse episódio, merece elogios aos cuiabanos, “ao seu lado, nas minhas funções de Secretário de Estado, naqueles instantes decisivos e na preparação que lhe antecederam para uma luta armada, pude sentir o calor do seu patriotismo, a fulguração de sua culta inteligência e sua *vocação democrática*. Meses, dias e horas de incertezas e apreensões que se não esquecem jamais” (Id., p. 62, grifo meu). Importante frisar que o historiador troca de adjetivos, como por exemplo, *autoritarismo*, por *vocação democrática*.

expectativa de notícias. Assim lá nos encontramos todos componentes do governo, inclusive o Vice-Governador, Dr. José Garcia Neto, além de magistrados, deputados e *peçoas gradas*. Somente não esteve presente o Presidente da Assembléia, Deputado Manoel de Oliveira Lima, que, procurado, não fora encontrado. Aderiu a essa vigília um contingente numeroso de senhoras. (MARTINS, 1980, p. 244, grifo meu).

O governo *revolucionário* para o estado de Mato Grosso foi muito importante, na visão de Demósthene Martins, que realça, igualmente, as *eleições indiretas* como medidas indispensáveis à normalização da vida pública no país. Enaltece ainda o historiador que, pela primeira vez, os mato-grossenses, tanto do *Sul* quanto do *Norte*, estiveram unidos pelo *ideal da revolução*.

A modificação mais importante para o regime foi o da eleição do Presidente e do Vice *pelo sistema indireto*, pelo voto nominal dos membros do Congresso Nacional em sessão pública. As demais, como extinção dos partidos políticos existentes, a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais pelo prazo de 10 anos e a decretação, pelo Presidente, do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias e das Câmaras de Vereadores, foram decisões conjunturais indispensáveis à *normalização do regime nascido da Revolução*. Em Mato Grosso, a nova situação emergente foi recebida com aplausos e apoiada com entusiasmo. *Pela primeira vez*, nos movimentos políticos que culminavam com ações revolucionárias, *os mato-grossenses estiveram unidos*, eis que sempre foi uma constante, nesses episódios, a divergência entre as duas regiões em que se representa o Estado - o Norte e o Sul. *Dessa vez, até os Partidos políticos, de impenitentes rivalidades, estiveram unidos*. Não houve, a favor da ação comunizante do Governo Goulart, a mais leve manifestação. Governo, povo, partidos e Forças Armadas estiveram coesos sob a bandeira de 31 de março, a que deram sua contribuição integral. (MARTINS, 1980, p. 246, grifo meu).

Para o historiador Demósthene Martins, a *integração* política entre o Sul e o Norte, contra o *governo comunizante*, foi recebida com aplausos e acendimento, já que não houve, em Mato Grosso, qualquer ação ou manifestação em favor do governo de João Goulart. Nesse sentido, os políticos mato-grossenses apoiaram todos os atos do governo militar,⁹⁵ bem como as eleições indiretas, as cassações e repressões do regime militar em

⁹⁵ Sobre a repressão militar em Campo Grande, Osvaldo Zorzato assinala que, “[...] no Arquivo Público Municipal de Campo Grande consta a referência à queima de livros apreendidos e considerados subversivos, já em 1965” (ZORZATO, 1998, p. 133).

organizações sindicais, estudantis, entidades civis, além de cassar mandatos de políticos da oposição.⁹⁶

De 1964 a 1985 o Brasil foi governado pelos militares, período conhecido como *ditadura militar*. Nessa ocasião, o Brasil viveu a mais dura, fechada, arbitrária, rigorosa e totalitária ditadura já implantada em terras brasileiras.

O governo militar fechou sindicatos e entidades civis. Proibiu as greves e cassou mandatos de políticos da oposição. Perseguiu intelectuais e profissionais liberais, que se mostravam contrários ao novo regime.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, um golpe militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart. A falta de reação do governo e dos grupos que lhe davam apoio foi notável. Não se conseguiu articular os militares legalistas. Também fracassou uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao governo. João Goulart, em busca de segurança, viajou no dia 1.º de abril do Rio, para Brasília, e em seguida para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar a resistência com apoio de oficiais legalistas, a exemplo do que ocorrera em 1961. Apesar da insistência de Brizola, Jango desistiu de um confronto militar com os golpistas e seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só retornaria ao Brasil para ser sepultado, em 1976. (CASTRO, 2006. p. 1).

No dia 1.º de Abril de 1964, o Brasil mergulhou em uma nova fase da sua história.⁹⁷

Durante 21 anos, o país viveu um regime de governo militar, que marcou a nação, seu

⁹⁶ Segundo Marisa Bittar, “os irmãos Wilson Barbosa Martins e Plínio Barbosa Martins, ambos advogados e com extenso currículo político. Antes do golpe de 1964 pertenciam à União Democrática Nacional (UDN), como também o tio-avô Vespasiano. Em 1966, ingressaram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido pelo qual Wilson se elegeu o deputado federal mais votado de Mato Grosso. Entretanto, por divergir do regime, teve o *mandato cassado*. Voltou a dedicar-se exclusivamente à profissão, enquanto Plínio exercia expressiva atuação como prefeito e vereador de Campo Grande. Em 1970, perdeu por muito pouco a eleição para senador” (BITTAR, 1997, p. 298, grifo meu). Plínio Barbosa Martins foi prefeito de Campo Grande no final na década de sessenta, período de: 31/01/1967 à 09/06/1969 e 26/07/1969 à 31/01/1970. Nesse sentido, é importante salientar que o MDB obteve expressiva votação nos anos da ditadura militar. Portanto, as falas dos *homens de letras* do MS, são carregadas de ideologias.

⁹⁷ O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado pela abertura às organizações sociais. Estudantes, organização populares e trabalhadores ganharam espaço, causando a preocupação das classes conservadoras como, por exemplo, os fazendeiros, os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Todos temiam uma guinada do Brasil para o lado socialista. Vale lembrar, que neste período, o mundo vivia o auge da Guerra Fria. O historiador Mario Furley Schmidt, relata que, “o golpe tinha sido comandado pelo general Castello Branco, que se tornou o primeiro general presidente do Brasil (de 1964 a 1967). Sua primeira providência foi livrar o governo de seus inimigos políticos. Elaborou uma lista de personalidades que tiveram seus direitos políticos cassados (abolidos). O número 1 da lista foi o *líder comunista Luis Carlos Prestes*. Outros nomes famosos foram João Goulart, Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek” (SCHMIDT, 2002, p. 235). Nesse, período é instituído o Ato Institucional, o AI-1, de 9 de abril de 64, transfere poder aos militares, suspende por dez anos os direitos políticos de centenas de pessoas. As cassações de mandatos alteram a composição do Congresso e intimidam os parlamentares (Os Atos Institucionais são mecanismos adotados pelos militares para legalizar ações políticas não previstas e mesmo contrárias à Constituição. De 1964 à 1978 serão decretados 16 Atos Institucionais e complementares). Ainda na gestão do general Castello Branco, segundo o historiador Daniel Aarão Reis “o AI-2, editado sob sua direta responsabilidade depois da derrota eleitoral nas eleições para os governos de Minas Gerais e Guanabara em 1965. Com o novo Ato, reinstaurou-se o estado de exceção, a ditadura aberta. Com ele na mão, o ditador cometeu as arbitrariedades que lhe pareceram necessário: milhares de cassações, deposição de governantes legalmente

povo e suas instituições. Foram duas décadas de confronto entre forças políticas e sociais. Nesse conflito, o governo utilizou todos os seus recursos para conter a oposição: censura, tortura e prisão.

Nesse período,⁹⁸ estabeleceu-se na política brasileira o autoritarismo, a supressão dos direitos constitucionais, a perseguição, a prisão e a tortura dos opositores, além da imposição de censura prévia aos meios de comunicação.⁹⁹

Os presidentes não mais eram eleitos pelo voto dos brasileiros; depois os governadores e, logo em seguida, os prefeitos das capitais, são todos indicados pelos governos militares.¹⁰⁰ Ou seja, em nome da Segurança Nacional, contra o perigo vermelho de Moscou,¹⁰¹ o governo militar (por meio do partido governista, a ARENA) nomeia os

eleitos, recesso do Congresso Nacional, extinção dos partidos políticos tradicionais, imposição de eleições indiretas para governadores e presidente da república, entre muitas e muitas outras decisões de caráter ditatorial” (REIS, 2003, p. 11). Na noite de 13 de dezembro, o presidente general Costa e Silva, fecha o Congresso e decreta o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), mais abrangente e autoritário de todos os outros atos institucionais, que na prática reforça os poderes discricionários do regime e concede ao exército, o direito de determinar medidas repressivas específicas, como decretar o recesso do Congresso, das assembleias legislativas estaduais e Câmaras municipais. O Governo pode censurar os meios de comunicação, eliminar as garantias de estabilidade do Poder Judiciário e suspender a aplicação do habeas-corpus em casos de crimes políticos. O Ato ainda cassa mandatos, suspende direitos políticos e cerceiam direitos individuais.

⁹⁸ Para Celso Castro, “o golpe também foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, satisfeito de ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba, onde a guerrilha liderada por Fidel Castro havia conseguido tomar o poder. Os Estados Unidos acompanharam de perto a conspiração e o desenrolar dos acontecimentos, principalmente através de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e do adido militar, Vernon Walters, e haviam decidido, através da secreta “Operação Brother Sam”, dar apoio logístico aos militares golpistas, caso estes enfrentassem uma longa resistência por parte de forças leais a Jango” (CASTRO, 2006, p. 2).

⁹⁹ Segundo Celso Castro, “nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo, Central Geral dos Trabalhadores, o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife” (CASTRO, 2006, p. 5).

¹⁰⁰ O general Castello Branco, presidente da República declara-se comprometido com a defesa da democracia, mas adota posição autoritária. Decreta três atos institucionais, dissolve os partidos políticos e estabelece eleições indiretas para presidente e governadores. Institui o bipartidarismo com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Cria o Serviço Nacional de Informações (SNI), que funciona como polícia política. Em 17 de abril de 1968, todas as capitais e as cidades das fronteiras do Brasil (no total são 68 municípios), são transformados em zonas de *segurança nacional*, e seus prefeitos passam a ser nomeados pelo presidente do Brasil.

¹⁰¹ Segundo Mario Furley Schmidt, “a Doutrina de Segurança Nacional (abreviadamente, DSN) foi criada por militares e intelectuais do governo norte-americano. No Brasil, por intermédio dos cursos da *Escola Superior de Guerra* (ESG). A ESG tinha sido fundada logo após a Segunda Guerra, com apoio de uma missão militar dos EUA. A DSN refletia os ideais da Guerra Fria. Sua idéia básica era de que os agentes comunistas da URSS se infiltravam nas instituições brasileiras (universidades, sindicatos, jornais, órgãos culturais, editoras de livros, clubes, igrejas) para promover a *subversão*. Ou seja, para a DSN, a luta pelas Reformas de Base, as greves operárias, as ligas camponesas, as ações da UNE, tudo isso estava sendo manipulado pelos comunistas fiéis a Moscou. De acordo com a DSN, os militares brasileiros demonstrariam seu patriotismo impedindo a “subversão comunista” (SCHMIDT, 2002, p. 235).

ocupantes dos principais cargos da administração pública, em toda as suas esferas: municipal (as capitais e fronteiras), estadual e federal.

Sobre o governo militar, Demóstenes Martins evidencia em sua narrativa que, na cidade de Campo Grande, houve apoio total contra os *incendiários comunistas*¹⁰² que se encontravam no governo de João Goulart; dessa maneira, o historiador narra que houve uma *revolução*¹⁰³ e não um golpe.

A Revolução de Março de 1964 teve de Campo Grande apoio decidido. Movimento nascido da *consciência cívica do povo* na condenação do caos a que estava sendo conduzido o Brasil pelo governo João Goulart, que o turíbulo da *solércia comunista* envolvia do incenso camuflante do nacionalismo, com o acumpliciamento dos velhos *profiteurs* da politicagem que lhe davam cobertura legal no parlamento, a sua vitória foi a demonstração de um arraigado sentimento plasmado na abominação do credo comunista. (MARTINS, 1972, p. 60, grifo meu).

Nesse sentido, há um apoio unânime das elites dirigentes de Mato Grosso, em adesão ao “governo revolucionário de 1964”; tanto a classe política dominante do *norte* como a do *sul* sustentaram o regime.¹⁰⁴ Nesse período, uma das maiores preocupações das elites dominantes mato-grossenses era com o perigo ameaçador dos *comunistas*. Havia

¹⁰² Nesse sentido, Celso Castro pondera que, “uma idéia fundamental para os golpistas era que a principal ameaça à ordem capitalista e à segurança do país não viria de fora, através de uma guerra tradicional contra exércitos estrangeiros; ela viria de dentro do próprio país, através de brasileiros que atuariam como “**inimigos internos**” – para usar uma expressão da época. Esses “inimigos internos” procurariam implantar o **comunismo no país** pela via revolucionária, através da “subversão” da ordem existente – daí serem chamados pelos militares de *subversivos*” (CASTRO, 2006, p. 2, destaques meus).

¹⁰³ Nas observações de Daniel Aarão Reis, “os homens do Comando Supremo falavam em nome de uma *revolução*, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma *intervenção de caráter passageiro*, mas algo mais profundo. O que, exatamente, poucos, talvez nem eles mesmos, naquele momento, saberiam dizer. O problema é que o processo todo fora consumado, não em nome de uma revolução, mas no dos valores da civilização cristã e da democracia. [...] Era necessário, portanto, conferir legitimidade ao novo poder e definir alguém com qualificações para assumir a presidência da república. Foi nestas circunstâncias que o nome do general Castelo Branco apareceu. Tinha prestígio entre seus pares e conexões com o IPES, o dispositivo organizado que, inegavelmente, naquele momento, era o mais articulado em termos políticos” (grifo do autor). (REIS, 2003, p. 9).

¹⁰⁴ Marisa Bittar aponta em sua pesquisa o apoio dos políticos mato-grossenses aos militares, “sobre a posição de Mato Grosso diante do golpe militar de 1964, diz o general Odílio Denys, em entrevista publicada pela revista Fatos e Fotos de 02 de maio de 1964: “*São Paulo, Paraná e Mato Grosso eram inteiramente nossos [...] Conosco estavam seus governadores, o General Amauri Kruehl, e generais que o acompanhariam, bem como as forças públicas desses Estados*”. DENYS, Odílio. In: TAVORA, Juarez. *Memórias*. v. 03, anexo 09, p. 250. Já o general Meira Mattos, que à época do golpe dirigia o Comando do 16º. BC em Cuiabá, diz que Cuiabá, “*capital de ricas tradições políticas*”, não poderia ficar insensível “*às preocupações que dominavam o espírito dos democratas brasileiros*’ Quanto às articulações em curso para depor Goulart, assim as descreve: “*Nesta capital encontrou o Cel. Meira Mattos o apoio decidido e franco do Governador do Estado, DOUTOR FERNANDO CORREA DA COSTA, homem de formação democrática e cristã e que, assim como a maioria dos brasileiros de responsabilidade, se impressionava ao ver o Brasil precipitando-se no abismo da desonestidade oficial desenfreada e da subversão de asas sôltas [...]. Passaram-se os últimos meses de 1963 e os primeiros de 1964 em conversas domiciliares freqüentes, nas quais o espírito daqueles que não se conformavam robustecia-se na fé de que um movimento político haveria de surgir breve para conter a avalanche de desmandos que avassalava o país. O ponto preferido desses encontros, verdadeiras tertúlias políticas, era o carramanchão da residência do Governador Corrêa da Costa [...]*”. MATTOS, Meira. Participação de Cuiabá na Revolução de 31 de março. In: MENDONÇA, Rubens de. *História das revoluções em Mato Grosso*, p. 197-198” (conforme original). (BITTAR, 1997, p. 212).

uma certa unidade da *elite condutora* em Mato Grosso contra os “invasores de suas propriedades”.

Em seu livro de estréia no mundo das letras, em 1972, “*Campo Grande Aspectos Jurídicos e Políticos do Município*”, Demósthene Martins,¹⁰⁵ referencia a maior cidade de Mato Grosso, que, graças à “revolução”, estava protegida das desordens dos comunistas.

Graças à *Revolução de Março*, Campo Grande celebra o centenário de sua fundação na segura tranqüilidade da ordem, nas galas do seu extraordinário progresso, no itinerário do seu destino vitorioso. Revolução “destinada a restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social”, na definição do seu eminente chefe, o inolvidável seu primeiro Presidente, o marechal Castelo Branco. (MARTINS, 1972, p. 62, grifo meu).

Desse modo, para o historiador Demósthene Martins, a cidade de Campo Grande é beneficiada pela *Revolução*, pois assegura seu formidável progresso com tranqüilidade, sem a ameaça comunista.

Sob o comando do regime militar instalado no país, em 11 de maio de 1964, o Secretário do Interior, Justiça e Finanças do estado de Mato Grosso, Demósthene Martins, foi nomeado presidente da *Comissão Estadual de Investigação*, órgão instituído no estado de Mato Grosso, para punir *os deslizes* praticados pelos anti-revolucionários e corruptos dos erários públicos.

Para execução das atribuições previstas no artigo 7º, § 1.º do Ato Institucional n.º 2, o Governo Estadual promulgou o Decreto n. 713, de 11 de maio de 1964, criando a Comissão Estadual de Investigação, para a qual fui nomeado Presidente. Essa Comissão, que se compôs de cinco membros, durante o prazo de sua vigência, isto é, até 9 de outubro de 1964, instaurou 22 inquéritos, dos quais resultou a demissão de 12 e a exoneração de 1 servidor, sendo 11 funcionários estaduais, 1 de autarquia e 1 municipal. Dentre eles encontraram-se 3 Juizes de Direito, o da 1.ª Vara da Comarca da Capital e os de Três Lagoas e Porto Murtinho, respectivamente, Drs. João Gonçalo de Moraes, Juarez Mancini e Hilton Coelho Brito Filho. Os primeiros foram *punidos pelos deslizes* apurados em inquéritos procedidos pelo Corregedor da Justiça, Desembargador William Drosghic, e o último, que respondia a inquérito presidido pelo General R 1 Vaz Curvo, solicitou exoneração antes de concluído o mesmo. (MARTINS, 1980, p. 246, grifo meu).

¹⁰⁵ Ver MARTINS, Demosthenes. *Campo Grande – Aspectos Jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande-MT: Alvorada. 1972. [62 p.]. A obra foi escrita no começo dos anos setenta, Campo Grande consolidava-se como uma cidade de porte, a maior de Mato Grosso, o Brasil havia sido tri-campeão no futebol, nesse momento, o país, comparado metaforicamente a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista: *Pra Frente, Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades, Brasil, potência emergente*. Para os que discordavam, a porta de saída: “*Brasil, ame-o, ou deixe-o*”.

O presidente da Comissão Estadual de Investigação, Demósthene Martins, relata que ainda foram punidos, “[...] o 1º Tenente Wilson Carmo de Araújo, os 2º Tenentes José Rodrigues Pimentel e Paulo Xavier de Matos, o 3º Sargento Jurandir Queiroz e o Soldado João Cardoso de Sales, todos da Polícia Militar” (MARTINS, 1980, p. 247). Do mesmo modo, também foram punidos, “[...] o funcionário Ruthenio da Costa, os diaristas Paulo de Lara Pinto, Benedito Pedro Ferraz e Teodoro Lourenço da Costa, aqueles do DOP (Departamento de Obras Públicas) e este da CER (Comissão Estadual de Estradas de Rodagem) e o Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Paranaíba, José Batista de Camargo” (MARTINS, 1980, p. 247).

Para Demósthene Martins, “[...] as punições aplicadas decorreram de atos de corrupção apurados nos inquéritos. *Corrupção*, o cancro que corrói a administração pública brasileira” (MARTINS, 1980, p. 247, grifo meu).

Sobre os *atos de corrupção* ocorridos nesse período em Mato Grosso, o governador Pedro Pedrossian faz uma denúncia na imprensa de São Paulo, chamando Demósthene Martins (pai e filho), de *ladrãozinho do dinheiro público*. A respeito do fato, Demósthene Martins esclarece que,

Nas edições de 26 e 27 de agosto de 1967 do “Diário de S. Paulo”, integrante da grande cadeia jornalística criada por Assis Chateaubriand, foi publicada uma entrevista do Governador Pedro Pedrossian, sob o título “CHEGOU O FIM DAS VELHAS RAPOSAS”. Nessa entrevista o Governador referindo-se a mim, declarou:” (MARTINS, 1980, p. 296, grifo do autor).

E continua, citando as palavras de Pedro Pedrossian:

Eu vou contar um detalhe: um então Secretário da Fazenda, um dos signatários de um recurso recente ao Supremo Tribunal Federal, pai do então Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso, *um dos maiores ladrãozinhos* que passaram por esta terra, *Demosthenes Martins Filho*, pai que há 30 anos atrás *foi demitido* do serviço público *por furto*, cidadão que foi nomeado para Presidente da Comissão de Inquérito, aqui no Estado de Mato Grosso, depois da Revolução. Ele protegeu-se e aos seus filhos e protegeu aos seus amigos, que são da mesma espécie. Para comprovar isso vou citar apenas um detalhe. Eu já podia ter aberto esse inquérito. No passado, conseguimos do Ministro Bulhões, da Fazenda, um empréstimo sob a forma de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do valor de 5 bilhões de cruzeiros para conseguirmos, ou melhor, darmos início a uma linha de transmissão,

de Campo Grande a Aquidauana. Mas, os meses se sucediam. Oito meses havia se passado e nós não conseguíamos retirar o nosso dinheiro porque, em 1962, o Governo de então havia conseguido, da mesma fonte, a importância de 140 milhões de cruzeiros. Nós não encontrávamos registros disso no Tesouro, na Secretaria da Fazenda, no Tribunal de Contas. Não encontramos registro disso em parte alguma. Tive a lembrança de através de um amigo, solicitar a esse cidadão, que se preocupa tanto com a dignidade do primeiro mandatário do Estado, que informasse o destino dos 140 milhões de cruzeiros. Ele me mandou um amontoado de papezinhos, recibos de Prefeitos Municipais. Era o Prefeito dizendo: “recebi do Sr. Demosthenes Martins a importância de 3 milhões de cruzeiros”; recebi do Sr. Demosthenes Martins a importância de 2 milhões de cruzeiros. Isso foi um verdadeiro carnaval. Esse dinheiro, muito desse dinheiro foi empregado para me derrotar nas eleições. Isso é totalmente indigno, é caso de polícia. (PEDROSSIAN *apud* MARTINS, 1980, p. 296-297).

O governador Pedro Pedrossian afirma que Demóstenes Martins era corrupto e, como presidente da Comissão Estadual de Investigação, protegeu a ele próprio e a seus filhos de serem investigados, além dos amigos; segundo o governador, foram 140 milhões de cruzeiros, sendo que não havia prestação de conta nenhuma sobre o destino desse dinheiro. Para o governador, “[...] muito desse dinheiro foi empregado para me derrotar nas eleições. Isso é totalmente indigno, é caso de polícia” (PEDROSSIAN *apud* MARTINS, 1980, p. 297).

Em resposta, para o mesmo jornal paulista, Demóstenes Martins justifica que,

Como o Governador alegava dificuldades em obter mais dinheiro do Governo Federal, por falta desse esclarecimento, entreguei ao Dr. Figueiró as terceiras vias dos recibos, que guardara em meu poder, todos regularmente formalizados, onde em todos se consignava: “recebi do Sr. Demóstenes Martins, Secretário do Interior, Justiça e Finanças, a quantia tal” e não como disse o Sr. Pedro Pedrossian. (MARTINS, 1980, p. 299).

Demóstenes Martins, em sua declaração, responde ao Diário de São Paulo, “[...] como, jamais, tenha sido demitido de qualquer cargo público, venho, revidando a difamação assacada pelo entrevistado, lançar-lhe o seguinte repto: Diga ao Sr. Pedro Pedrossian de que serviço fui demitido por furto e qual a autoridade que subscreveu o ato” (MARTINS, 1980, p. 298). Sendo assim, contesta a afirmação do governador, “[...] quanto à declaração de que, esclarecendo a aplicação da verba de 140 milhões de cruzeiros (velhos), recebidos do Governo Federal pelo Estado e de que fui encarregado, como Secretário de Finanças de dar-lhe aplicação” (MARTINS, 1980, p. 298). Em sua réplica, Demóstenes Martins esclarece que, “[...] solicitado, por intermédio do Dr. Ruben Figueiró, a informar

sobre essa verba, esclareci que a Secretaria de Finanças, em janeiro de 1966, havia encaminhado ao Gabinete do Governador a prestação de sua aplicação, que obedecera, rigorosamente, ao disposto no artigo 6.º do Decreto 1.345, de 31.08.1962 (MARTINS, 1980, p. 298). Demósthene Martins, explica que, “[...] tratando-se de empréstimo ao Estado, nos termos desse Decreto, cabia ao estado dar-lhe livre aplicação, ressalvada a disposto no artigo citado. Dessa aplicação havia referências nas Mensagens anuais do Governador, de 1963, 1964 e 1965” (MARTINS, 1980, p. 298).

Assim, o ex-Secretário de Estado, Demósthene Martins, responde à acusação de Pedro Pedrossian afirmando que

A prestação das contas referia-se a 140 milhões e mais Cr\$ 823.218,00 de juros pagos pelos Bancos em que a dinheiro estivera depositado. Ainda mais: 80 milhões foram aplicados na CEMAT e 11 milhões na Usina de Açúcar de Jaciara e o restante em auxílios aos Municípios. Todos os pagamentos foram feitos em cheques, e, datas, destinação, classificação da despesa se discriminavam em relações que acompanhavam esses recibos. (MARTINS, 1980, p. 298).

Portanto, nota-se, por parte das elites dirigentes mato-grossenses, que a corrupção encontra-se em suas gestões de forma evidente, causando o descalabro público nas instituições e repartições estaduais. Além de fazerem-se empréstimos irresponsáveis, sem prestar a conta devida, dinheiro esse utilizado para financiar campanhas eleitorais ou para benefícios próprios. Apesar de acusados, pai e filho, de desvio de verbas, além do próprio governador, não há penalidade a ambas as partes.

Demósthene Martins, outra vez em 1970, agora na gestão do governador Pedro Pedrossian, é designado membro da *Subcomissão de Investigações do Estado de Mato Grosso*. Assim, “[...] em 21 de maio de 1970 empossei-me nas funções de membro da Subcomissão de Investigações deste Estado, que aceitara pela insistência do meu velho amigo General R 1 Clodoaldo de Oliveira Bastos, seu Presidente” (MARTINS, 1980, p. 301). Demósthene Martins aceitou o cargo de membro da Comissão de Investigação do estado, devido à insistência do general, que era seu velho amigo, “[...] ao seu convite com a observação de que se tratava de cargo gratuito – sem vencimento, gratificação, pró-labore ou jeton – e que somente aqueles que se dedicavam a servir à causa pública a aceitavam. [...] rendi-me a essa invocação, aceitando o cargo” (MARTINS, 1980, p. 301).

Pedro Pedrossian não gostou da nomeação de Demóstenes Martins e denunciou-o ao Ministro da Justiça, alegando que o fato era totalmente comprometedor para a *Revolução*, por isso, o governador exigia sua exoneração,

Às vésperas de deixar o Governo do Estado, Pedro Pedrossian dirigiu ao Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid, o seguinte ofício. Cuiabá, 13 de maio de 1971. Sirvo-me deste para vir à presença de Vossa Excelência denunciar uma situação de fato, altamente comprometedora para a *Revolução*. Refiro-me à presença do Sr. Demosthenes Martins como membro da Sub-Comissão de Investigações, em Mato Grosso. (PEDROSSIAN *apud* MARTINS, 1980, p. 301).

Desse modo, o governador Pedro Pedrossian dirigiu-se ao Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, informando-o que Demóstenes Martins era

[...] pessoa que por um dever de consciência jamais poderia ter aceitado essa honrosa, elevada e delicada investidura; foi, por muitos anos, um político apaixonado, rancoroso e, pode-se afirmar, *até desonesto*, porque consta da crônica mato-grossense *a sua demissão* a bem do serviço público, *por peculato*, conforme se verifica de artigos publicados na imprensa e assinados pelo Dr. José Jaime Ferreira de Vasconcelos, ainda vivo. (PEDROSSIAN *apud* MARTINS, 1980, p. 302, grifo meu).

Ou seja, o governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, recusa integralmente a indicação de Demóstenes Martins para o cargo de membro da Subcomissão de Investigações do Estado, já que o mesmo já havia sido denunciado como corrupto dos cofres públicos, inclusive sendo demitido por latrocínio. “Assim sendo, Senhor Ministro, é este para protestar junto a Vossa Excelência contra a presença desse Senhor na referida Sub-C.G.I., impondo-se a sua exoneração sumária pelos fatos expostos acima” (PEDROSSIAN *apud* MARTINS, 1980, p. 302).

Segundo Demóstenes Martins, em documento sigiloso do dia 8 de junho de 1971, o general Clodoaldo de Oliveira Bastos, presidente da Sub-comissão de Investigações de Mato Grosso informou-lhe sobre o protesto de Pedro Pedrossian. Consta que o “[...] documento sigiloso n. 2.439, datado de 13 de março de 1971 e Termos de Declarações firmados, respectivamente pelos Srs. Pedro Pedrossian e Jaime Ferreira de Vasconcelos, residentes nesta cidade” (MARTINS, 1980, p. 302). O documento sigiloso, enviado pelo general Clodoaldo Oliveira Bastos para o amigo Demóstenes Martins, revelava a sua consideração, “[...] só o cumprimento do dever, que tem sido a bússola da minha vida, faria com que remetesse o presente expediente a V. Exa. Sim, porque conheço V. Exa. há trinta e muitos anos através de homem honrado e digno só tendo ouvido os maiores e os

melhores elogios” (MARTINS, 1980, p. 302). Dessa maneira, o general elogia Demósthene Martins, dizendo que, “[...] até hoje, V. Exa. só tem dignificado esta Sub-comissão, pelo seu saber e pela sua honestidade”.

Nesse sentido, é importante analisar todos esses procedimentos no contexto da ditadura militar, uma vez que as ações dos políticos mandantes em Mato Grosso demonstram o compadrio de amigos e familiares nos cargos estratégicos do Estado. E o que é abominável, os corruptos não são punidos. Desse modo, os líderes políticos mandantes estaduais e seus grupos rivais continuam sendo como velhas e novas raposas.

José Fragelli assume, então, o cargo de governador (indicado pela ARENA do MT e nomeado pelos militares); Demósthene Martins narra que despachou todo o processo para seu amigo, que estava assumindo o cargo de governador. “Prevenindo novas investidas, enviei ao governador José Fragelli cópia do processo acompanhada da seguinte carta”, já que o mesmo se encontrava no conhecimento do Ministro da Justiça.

Campo Grande, 11 de junho de 1971. Meu caro Fragelli, antes que ao amigo, estas linhas são para o Governador, para que julgue como este e não como aquele, sucumbindo às pressões afetivas. Em ofício n. GE/100/71, de 13 de março último, o Pedro Pedrossian dirigiu ao Ministro da Justiça, Prof. Alfredo Buzaid, protesto contra minha participação na Subcomissão de Investigações. [...] Vindo-me a processo às mãos para informar, dei resposta que junto lhe remeto com os documentos que a embasam. Está, assim, o Governador habilitado a julgar. (MARTINS, 1980, p. 310).

Em sua narrativa, Demósthene Martins elogia a ação dos governos militares, especialmente em criar o bipartidarismo (ARENA e MDB) e a *eleição indireta* para governador. “Vitoriosa a Revolução, implantada a estrutura prática que lhe dava suporte, sentiu o ensejo de poder fazer muito do que desejava sem as peias da demagogia e os vícios dos conchavos” (MARTINS, 1980, p. 311). Demósthene Martins relata ainda que,

Criara-se e ainda estava **virgem** dos pecados mortais **da corrupção** e da subversão, um partido novo, a Aliança Renovadora Nacional – que balizaria, de então em diante, as rumas da vida pública brasileira. E tudo levava a crer que encerrava uma somatória dos sentimentos de nossa tradição cristã e dos melhores anseios pela natural evolução do nosso processo democrático. (MARTINS, 1980, p. 311, grifo meu).

Para o autor, “[...] esse rumo que se traçava determinou a escolha do Dr. Fragelli [...] num justo reconhecimento das credenciais de que era portador” (MARTINS, 1980, p. 312).

Os elogios às eleições indiretas e ao bipartidarismo mostram como as elites mandantes mato-grossenses eram autoritárias e desrespeitosas aos princípios democráticos. Nas narrativas do historiador Demóstenes Martins, percebe-se a utilização de adjetivos que não conferem com o próprio depoimento do autor em enfatizar que os novos partidos criados pela “revolução”, tanto a ARENA como um partido “*virgem* dos pecados mortais da *corrupção*” quanto o MDB livre da *subversão*.

Durante os seus dois primeiros anos de Governo tiveram que lutar duramente para recompor as finanças do Estado, destroçadas pela ação criminosa do seu antecessor, como se verificava até nas empresas de economia mista em que o Estado o acionista majoritário, delas tinha a direção a situação do Banco do Estado de Mato Grosso, o BEMAT, excluído da Carteira de Compensação, pelo estado de insolvência em que se encontrava, mereceu do Ministro Delfim Neto a ameaça de ser-lhe declarada a falência; Fragelli respondeu, incisivamente, que aquela era uma realidade consumada, que reconhecia plenamente, mas não era possível excluir a responsabilidade do Banco Central, que, não a ignorando, não fez valer a sua intervenção, acumpliciando-se com ela assim, por omissão. Se o BEMAT está falido, concluiu o Governador declare-se essa extrema medida legal, apurando-se a responsabilidade dos que o conduziram a esse descalabro! (MARTINS, 1980, p. 315).

Para Demóstenes Martins, o governo de Pedro Pedrossian foi um descalabro público; não pagou a energia elétrica durante cinco anos para a CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S/A, e cobrava pontualmente do consumidor. Assim, o autor denuncia a gestão de Pedrossian com um vultoso débito com empreiteiros e fornecedores, além da “[...] CODEMAT, ser um antro de empreguismo e favorecimentos. Era apenas uma cortina de escape de verbas. Para que dizer mais? Fragelli recebeu um acervo que, se fosse numa empresa, qualquer Tribunal declararia sumariamente falida...” (MARTINS, 1980, p. 316). Nesse sentido, o autor realça a importância do governo militar para recuperar o estado ao desenvolvimento integrado; “[...] valeu-lhe, nessa difícil conjuntura, o apoio que recebeu, valioso e oportuno, do presidente Médici que, Chefe do SNI, que fora, conhecia o processo que imperara no governo Pedrossian” (MARTINS, 1980, p. 316).

Em matéria publicada no jornal Correio do Estado, de Campo Grande, em 28 de julho de 1977, com o título, “*Guerra fria*” de Fragelli e Canale contra Pedrossian *conturba Arena*, divulgou-se que, jamais um político teve a vida tão devassada quanto Pedro Pedrossian. “O SNI vasculhou sua vida de cima abaixo até durante um dos períodos mais críticos da Revolução que pune todos os corruptos, mas foi absolvido das acusações.

Canale e Fragelli duvidam da honestidade dos dirigentes que conduziram as investigações e inocentaram Pedro Pedrossian” (*Apud* BITTAR, 1997, p. 333).¹⁰⁶

Em 18 de agosto de 1967, a Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso entra com projeto de impedimento contra Pedro Pedrossian como governador de Mato Grosso.

Considerando que o funcionário público ou autárquico excluído do serviço público por força de demissão qualificada deveria ser impedido de ser admitido, nomeado e de continuar em exercício de qualquer função pública, a Assembléia Legislativa do estado apresentou projeto de impeachment contra Pedrossian. Sua aprovação, de início, seria assegurada por um compromisso subscrito pela maioria dos deputados. Porém, na data de votação, dois parlamentares não compareceram (Manoel de Oliveira Lima e Walter de Castro), o que provocou empate. Cabendo ao presidente de Casa, Emanuel Pinheiro da Silva Prima, o voto de desempate, este foi dado contra o *impeachment*. (BITTAR, 1997, p. 333).

Marisa Bittar pondera que, “[...] na verdade, o que salvou seu mandato de governador foi o prestígio de seu padrinho político Filinto Muller que, do Senado, evitou a sua cassação, antes do processo de *impeachment* em Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 334). Segundo Marisa Bittar, “[...] o caso Pedrossian, abafado em Mato Grosso, repercutiu nacionalmente. O governo federal tinha real intenção de cassar seu mandato com base no *Ato Institucional n. 2* de 1965, por crime de corrupção” (BITTAR, 1997, p. 335). A intervenção do senador mato-grossense Filinto Muller, prevaleceu. “Assim procedendo, o governo Castelo Branco desejava mostrar que não transigiria e a punição teria efeito de ato pedagógico em relação a outros políticos. Pedrossian, entretanto, foi salvo pelo senador Filinto Muller, presidente da ARENA no Senado Federal” (BITTAR, 1997, p. 335). Marisa Bittar explica que, “[...] posicionando-se a Assembléia Legislativa de Mato Grosso contra o *impeachment*, pôde Pedrossian concluir seu mandato de governador. Homem de estilo político personalista, afeito a grandes obras e afamado por denúncias de corrupção” (BITTAR, 1997, p. 335).

Segundo Demóstenes Martins, *as sub-comissões*, nos Estados, na conformidade da estruturação do Órgão, não tinham poder de julgamento. “Este era privativo da comissão,

¹⁰⁶ “Guerra fria” de Fragelli e Canale contra Pedrossian conturba Arena. *Correio do Estado*, Campo Grande, 28 jul. 1977, p. 9 (BITTAR, 1997, p. 333).

sediada no Rio de Janeiro [...] o propósito de subtrair esses julgamentos às idiossincrasias locais, redundou na impossibilidade de sua apreciação, frustrando-se a aplicação de sanções contra os corruptos. (MARTINS, 1980, p. 320).

Ou seja, Demóstenes Martins, apesar de ocupar um cargo relevante no órgão sigiloso do estado, uma vez que, “na SCGI tive um posto de observação excelente”, mesmo assim, o membro do órgão de investigação estadual não conseguiu punir o ex-governador de MT, Pedro Pedrossian, pois quem mandava era o órgão do RJ. Sendo assim, “[...] deixou impunes ostensivos e declarados transgressores da lei” (MARTINS, 1980, p. 320).

Desse modo, a ditadura militar em Mato Grosso encobriu a corrupção¹⁰⁷ de determinados políticos aliados ao governo central, deixando-lhes impunes de qualquer

¹⁰⁷ Mesmo depois em MS, “de 1979 a 1998, dois grupos das oligarquias agrárias disputaram a hegemonia política e governaram Mato Grosso do Sul. Ambos eram herdeiros da bipolaridade exercida entre UDN e PSD no antigo Mato Grosso (anterior à divisão do estado). Esse contexto histórico, até pelo seu ineditismo, nos impõe grandes desafios, pois desde 1979, quando da instalação do primeiro governo pós-divisão de Mato Grosso, o cenário estadual foi hegemonicamente controlado pelos partidos apoiados pelas oligarquias latifundiárias (...) Apenas na primeira fase da história de Mato Grosso do Sul, que coincidiu com o fim do regime militar, essa disputa esteve marcada por divergências políticas de fundo. À época, **Wilson Barbosa Martins**, o primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul, apoiado pelos comunistas do PCB, representava a oposição contrária à ditadura militar no estado, enquanto que **Pedro Pedrossian** era o homem do regime. Depois, com o fim do regime militar, as contendas políticas de fundo desapareceram. O período transcorrido da divisão de Mato Grosso, em 1977, ao final dos anos 90, com o revezamento entre pedrossianismo e anti-pedrossianismo no poder, já permite concluir que ambos os líderes, em essência, podem ser considerados como chefes políticos de facções oligárquicas diferenciadas por questões políticas que haviam-se perdido no passado do presente. Além disso, excetuando-se o primeiro governo Barbosa Martins (1983-1986), eles não se diferenciaram quanto à maneira de administrar a “coisa” pública: **os dois tiveram os seus governos manchados por escândalos de corrupção**” (BITTAR, MATO-GROSSO, FERREIRA JUNIOR, p. 2001, 69/72). Ver BITTAR, Marisa. MATO-GROSSO, Fausto. FERREIRA JUNIOR, Amálio. Política, Partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, Vol. 2, n. 3, Set. 2001, p. 69-78. Ainda sobre a corrupção em MS, em matéria publicada na imprensa de Mato Grosso do Sul, no ano de 2006, o empresário Elizio Brites, denunciou ao Tribunal de Contas de MS **a corrupção no Estado**, realizados por autoridades, que roubam o dinheiro do povo sul-mato-grossense, na gestão do governador **José Orcirio Miranda dos Santos** (Zeca do PT, 1999-2006), “após protocolar uma série de denúncias consideradas graves **que envolvem Instituições, autoridades e políticos de Mato Grosso do Sul**, conforme Processo em tramitação no Tribunal de Contas do Estado (TC/MS Nº. 01421/2006), arquivado por decisão simples em sessão extraordinária reservada, “mesmo se tratando de denúncias muito graves”, como argumenta o autor da denúncia, o empresário Elizio Brites decidiu ajuizar Ação Popular contra o Tribunal. De acordo com Brites, os cinco conselheiros do TCE/MS, mais o representante do Ministério Público Especial, Procurador Chefe Terto de Moraes Valente, decidiram arquivar as denúncias sem apresentar nenhuma justificativa louvável, mesmo tendo o autor das denúncias requerido oficialmente os pareceres que igualmente lhe foram negados. Com base na Lei das Ações Populares e da Constituição Federal, o empresário denunciante requereu oficialmente toda a documentação relacionada com as denúncias. O presidente do TCE/MS, conselheiro José Ancelmo dos Santos, deveria obrigatoriamente entregar a documentação requerida no prazo máximo de 15 dias, a partir do recebimento do requerimento, protocolado no dia 7 de julho deste ano, portanto a mais de 90 dias. **“Isso demonstra claramente porque o Estado de Mato Grosso do Sul recebe o título de campeão nacional da corrupção, diante da certeza da impunidade”**, alerta Elizio Brites, lembrando que já denunciou essa situação ao CNJ – Conselho Nacional de Justiça (presidido pela Ministra Hellen Graice, também presidente do STF – Supremo Tribunal Federal), que imediatamente, menos de uma hora após o recebimento das denúncias, enviou por e-mail as orientações sobre o procedimento que o denunciante deveria adotar nesse sentido. O denunciante disse ainda que Mato Grosso do Sul “ganha longe do estado de Rondônia, em se tratando de corrupção, desvios de dinheiro e dilapidação do patrimônio público”. Naquele Estado, recentemente, o Brasil inteiro assistiu, pela imprensa, o desmantelamento de quadrilhas organizadas com a prisão das principais autoridades dos poderes constituídos, entre eles o presidente da Assembléia Legislativa, do TCE/RO e o desembargador presidente do Tribunal de Justiça” (www.douradosnews.com.br, 2006, p. 1). Ou seja, a corrupção do erário público permanece em MS, o que é condenável. Ver *Empresário ajuizará Ação Popular contra presidente do TCE/MS*. <http://www.douradosnews.com.br/justica/view.php?ma_id=187191>. Acesso dia, 19 de Setembro de 2006.

acusação. Mesmo sendo um governo autoritário e repressor (aos opositores), era brando com os larápios do dinheiro público.

O governo militar foi de grande valia para a elite mandante mato-grossense, uma vez que os problemas sociais foram abafados pela repressão (anticomunista), pela censura e pela cassação dos opositores, entre outras medidas benéficas para a elite política da situação, como a indicação dos prefeitos das fronteiras e da capital, além da nomeação do governador.

Com a instauração do governo militar, os segmentos dominantes locais, boa parte deles grandes proprietários rurais, suspiram aliviados diante do afastamento do que chamam *ameaça comunista*. A modernização da infra-estrutura, o deslocamento da reforma agrária para a colonização e ocupação da Amazônia Legal, além de outras medidas adotadas pelos governos militares não só se *ajustam às reivindicações econômicas e políticas das elites locais*, como também permite que se propagasse no campo simbólico, imagens mistificadoras buscando acomodar a nível ideológico as tensões e conflitos *políticos abafados pela repressão e pela censura*. Assim, enquanto se processa a caça às bruxas em algumas cidades do estado, com prisões, processos e queima de livros, a historiografia local continua procurando heróis, propugnando a harmonia social e relegando ao esquecimento os setores sociais e étnicos que não se enquadram no seu modelo de sociedade. (ZORZATO, 1998, p. 133, grifo meu).

Enfatiza Osvaldo Zorzato que artigos publicados na *Revista Brasil-Oeste*, nos anos de 1963 e 1964, alertavam para o que chamavam os desmandos cometidos pelo governo central com o apoio dos comunistas, “[...] às ameaças de estatização de determinados setores da economia, reagem com a afirmação da existência de um processo em curso que qualificam de *sovietização do país*” (ZORZATO, 1998, p. 131, grifo meu). De acordo com Osvaldo Zorzato, a revista tinha direção certa, já que

Sua referência principal é Mato Grosso. Nesse sentido, a revista publica mensalmente reportagens sobre o estado divulgando suas potencialidades, sua história e seus acontecimentos. Voltada para a elite, traz ainda uma coluna sobre a colônia mato-grossense residente no Rio de Janeiro, formada em sua maioria por políticos e estudantes, estes organizados em torno Associação Mato-Grossense de Estudantes (AME). (ZORZATO, 1998, p. 131)

Para Osvaldo Zorzato, a obra *Histórias das Revoluções em Mato Grosso*,¹⁰⁸ escrita por Rubens de Mendonça, publicada em 1970, “[...] situa-se no contexto ideológico do

¹⁰⁸ Ver MENDONÇA, Rubens. *Histórias das Revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

regime militar instaurado no Brasil em 1964 com o apoio das camadas ‘conservadoras’, isto é, aquelas interessadas em manter o *status quo* como, por exemplo, os grandes proprietários rurais” (ZORZATO, 1998, p. 129). Nesse sentido, Osvaldo Zorzato observa que, em Mato Grosso,

As elites detentoras do poder local nunca deixam de se posicionar frente aos acontecimentos de maiores repercussões na república, seja para fortalecer e reafirmar o seu papel na unidade nacional, seja para resguardar seu interesse de classe diante do surgimento de projetos políticos que ameacem sua hegemonia” (ZORZATO, 1998, p. 129).¹⁰⁹

A historiografia mato-grossense é vulgarizada *oficialmente*,¹¹⁰ segundo Osvaldo Zorzato. “O que denomino aqui de historiografia de Mato Grosso compõe-se de um conjunto de textos, elaborados por pessoas de alguma forma ligadas ao Estado, publicadas em livros e revistas, por iniciativa particular ou institucional, e que formulam explicações pretensamente históricas” (ZORZATO, 1998, p. 129). Os conservadores mato-grossenses¹¹¹ também se autodesignam como *revolucionários*.

Quanto aos golpistas e as forças conservadoras que lhes dão sustentação, se autodenominam revolucionários, utilizando-se amplamente da imagem de mudança profunda, de esperança e de justiça que a idéia de revolução projeta. Desse modo, justifica-se a violência desencadeada pelo Estado contra os cidadãos que ousam pensar e agir de outro modo. Paralelamente

¹⁰⁹ Conforme análises de Osvaldo Zorzato, “o Brasil, após o golpe militar de sessenta e quatro, a *revolução* passa a ser bandeira de luta tanto dos *revolucionários* quanto dos *golpistas*. Os primeiros direcionam suas ações políticas para a luta armada, com a intenção de sublevar as camadas populares contra a ditadura; no plano explicativo, enveredam pela análise do papel dos militares na revolução e não são poucos os trabalhos acadêmicos elaborados nesta direção” (ZORZATO, 1998, 120).

¹¹⁰ Segundo Osvaldo Zorzato, “a expressão “historiografia oficial” refere-se às análises explicativas construídas por entidades simbioticamente ligadas ao poder - como os Institutos Históricos - ou outras produções que se adaptam ao discurso dominante e, por isso, acabam oficializadas pelo Estado” (ZORZATO, 1998, p. 121).

¹¹¹ Sobre esta temática, Osvaldo Zorzato, pondera que, “*revolução* é seguramente um daqueles que mais tem fascinado os estudiosos. Certamente boa parte dos que escrevem sobre este assunto não o fizeram por interesse meramente acadêmico” (ZORZATO, 1998, p. 117). Nesse sentido, o autor também analisa que, “para uns e para outros a expressão *revolução* tem sido tomada no sentido de tentativas de mudanças profundas na sociedade com o intuito de instituir uma nova ordem social, alterando-se a posição das classes e buscando-se estabelecer outro reordenamento jurídico correspondente às mudanças efetuadas” (Id., p. 119). Segundo o pesquisador Osvaldo Zorzato, “inúmeros estudiosos pesquisam sobre este tema, assim, “filósofos sociólogos e historiadores têm insistido no fato de que as *revoluções*, sobretudo aquelas de profunda eficácia nas suas conseqüências históricas, interessam na medida em que se constituem universalmente em modelos de ação. Nesse sentido, não é casual o interesse despertado, por exemplo, pelas revoluções, americana, francesa ou russa” (Id., p. 119). O autor analisa ainda que, “a *Revolução* é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico constitucional e na esfera sócio-econômica”(Id., p. 120). Deste modo, Osvaldo Zorzato, observa que, “nos anos sessenta e setenta deste século, a temática da *revolução* atinge seu ápice por influência das *revoluções* chinesa e cubana. Ao mesmo tempo em que esses acontecimentos indicam novas possibilidades *revolucionárias*, fogem dos esquemas explicativos mais utilizados nas tentativas de apreender o fenômeno *revolução*, principalmente por aqueles que a têm por meta. Seja como for, boa parte das discussões e das práticas políticas que se seguem nortearam-se a partir de reflexões sobre esses acontecimentos” (Id., p. 120). Assim, para o autor, “na década de setenta, em pleno regime militar, o tema das “*revoluções*” é ressuscitado, numa evidente instrumentalização da memória histórica para justificar opções políticas” (Id., p. 129).

à repressão física, à queima de livros, à censura prévia aos meios de comunicação em geral, utiliza-se amplamente de uma veiculação de símbolos em boa parte inventados pela nossa “historiografia oficial”. Dentre esta profusão de elementos apropriados pelos detentores do poder está a própria concepção de uma história cordial, num país cuja unidade nacional teria sido feita pela contribuição pacífica de três raças, cada qual reconhecendo o seu devido lugar, numa harmonia de fazer inveja ao imaginário da vida celeste. Some-se a este quadro, o capital simbólico espalhado pelas diversas regiões do país e teremos uma primeira aproximação dos elementos quase invisíveis que permeiam o processo histórico. (ZORZATO, 1998, 121).

Desse modo, Osvaldo Zorzato, explica que o “[...] regime instaurado no Brasil em 1964 funde-se também com os campos simbólicos produzidos regionalmente. Um exemplo pode ser tomado no campo das invenções das tradições revolucionárias produzidas pelos discursos históricos regionais” (ZORZATO, 1998, p. 122). Para Osvaldo Zorzato, o “[...] discurso do poder estabelece uma simbiose onde as memórias se confundem, se plasmam e se refazem, e com as quais os que sustentam o regime – inclusive as elites regionalizadas – legitimam o seu exercício de dominação” (ZORZATO, 1998, p. 122).

Já em Campo Grande, as elites que mandavam politicamente na cidade, igualmente apóiam o governo militar. Os símbolos regionais, por parte das elites campo-grandenses, são construídos pelos intelectuais que, do mesmo modo, participam de uma forma ou de outra do poder de mando municipal e estadual.

Os governadores campo-grandenses de Mato Grosso foram: Arnaldo de Figueiredo (1947-50), Fernando Corrêa da Costa (1951-1956 e 1961-1966), Pedro Pedrossian (1966-1971) e José Fragelli (1971-1975); ou seja, prevaleceram, em sua maior parte, os representantes campo-grandenses como governadores do estado de Mato Grosso de 1947 até 1974. Após a Constituinte Federal (1946) e Estadual (1947), *os sulistas* mostram sua força pelo voto (excluindo José Fragelli, que foi nomeado por Garrastazu Médici). Demósthene Martins informa que,

Para substituir o governador José Fragelli, *na eleição* que se realizaria a 3 de outubro de 1974, a Arena organizou uma lista de candidatos [...] 1 – Paulo Coelho Machado; 2 - Rachid Saldanha Derzi; 3 – Antonio Mendes Canale; 4 – Itálvio Coelho; 5 - Marcelo Miranda Soares; 6 - Kerman José Machado; 7 – Gastão Müller; 8 - Gabriel de Matos Müller; 9 - Nilson Constantino; 10 - Enio Carlos de Souza Vieira. (MARTINS, 1980, p. 345, grifo meu).

Portanto, dos dez nomes relacionados para a apreciação da executiva da ARENA, somente os últimos quatro eram do “norte”. Demóstenes Martins assinala que, “[...] posteriormente, veio de Brasília, uma solicitação para que nessa lista fosse também incluído o Deputado Federal José Garcia Neto [...] havendo imediatamente Enio Carlos de Souza Vieira desistido de sua indicação” (MARTINS, 1980, p. 346). Ou seja, o presidente da república, general Ernesto Geisel, escolheu o último da lista para ser o governador de MT, um político de Cuiabá. Entretanto, o mesmo presidente criou, em 3 de maio de 1977, o estado de Campo Grande (logo depois, o nome passa a ser *Mato Grosso do Sul* e tem a cidade de Campo Grande como a sua capital em forma de Lei em 11-10-1977).

A partir dos anos setenta do século vinte, parcelas de uma elite de intelectuais campo-grandenses preocupam-se em escrever uma história local própria, conforme seus interesses.

Em 1969, quando Demóstenes Martins completou seu jubileu de ouro em advocacia, decidiu aposentar-se. Começou, então, a se dedicar ao mundo das letras, principalmente aos aspectos da história mato-grossense.

Passei a incursionar pela seara das letras, focalizando, especialmente, os aspectos históricos de Mato Grosso. As pesquisas que fazia antes, nas escassas horas vazias das lides forenses, me apresentavam um campo fascinante. Essa incursão de diletante das letras, aproximou-me do núcleo intelectual em que se destacam Gervásio Leite, Rubens de Mendonça, Ulysses Serra, Antonio Lopes Lins, José Couto Vieira Pontes, Hugo Pereira do Vale, J. Barbosa Rodrigues e Otávio Gonçalves Gomes. (MARTINS, 1980, p. 332).

Segundo Demóstenes Martins, Instalada a Academia de Letras e História de Campo Grande, em 13 de outubro de 1972, “que teve nesse festivo ato a presença da Academia Brasileira de Letras, representada pelo escritor Ivan Lins, e da Academia Paulista de Letras, representada pelo escritor Hernani Donato e da Academia Mato-Grossense de Letras, representada pelo polígrafo Antonio Lopes Lins, fui arrolado entre os seus fundadores. (MARTINS, 1980, p. 332). Assim, o sócio-fundador da academia conta que “[...] tive a meu cargo a publicação de *Aspectos Jurídicos e Políticos do Município*”, que seria um capítulo da “História de Campo Grande”, a ser editada no ano do centenário da fundação da cidade (1972), pela sua Academia de Letras e História. Outros versados no assunto deviam fazer outras partes, mas como alguns não atenderam o encargo, meu trabalho tornou-se publicação independente. (MARTINS, 1980, p. 332). Dessa maneira, “[...]”

alguns amigos de Cuiabá insistiram pelo meu ingresso na Academia Mato-Grossense de Letras” (MARTINS, 1980, p. 332).

Convidado a ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras (AML), Demósthene Martins resiste.

Aos últimos argumentos que aduzi, quando me nomeavam para suceder a Ulysses Serra, lembrando que deveriam sufragar o nome de José Couto Vieira Pontes, que despontava brilhantemente nos cimões literários da nossa terra, replicou-me Gervásio Leite, inteligência cintilante e cultura profunda, a quem tributo um velho apreço e dedicada amizade, nos seguintes termos, em carta de 29 de janeiro de 1973. (MARTINS, 1980, p. 333).

Mas os amigos insistem:

Caríssimo Demosthenes: Não! Não! Caríssimo amigo: não aceitamos a sua infundada recusa. Segue o edital publicado no Diário Oficial para que você peça logo sua inscrição na vaga do nosso saudoso Ulysses Serra. O Dr. Vieira Pontes não será nem pode ser esquecido entre os novos e destacados valores da vida cultural mato-grossense. E tem mais: na última sessão do Instituto Histórico, o Rubens de Mendonça e eu tivemos o prazer de propor o seu nome para sócio efetivo. Não é perseguição! é prêmio justo a um alto valor da vida mato-grossense. Venha, pois, tomar o seu lugar em nosso sodalício, posto que a casa é amiga e a gente é boa. (MARTINS, 1980, p. 333).

Evidentemente, Demósthene Martins aceitou a vaga na academia estadual de letras, assim “[...] eleito para a Academia Mato-Grossense de Letras, para preencher a vaga decorrente do falecimento de Ulysses Serra, que ocupava a Cadeira n.º 28, de que é patrono a General Caetano Manoel de Faria Albuquerque, tomei posse no dia 5 de julho de 1974 (MARTINS, 1980, p. 347). O novo acadêmico tomou posse com a presença de inúmeras autoridades na sessão solene que foi presidida pelo Desembargador Gervásio Leite, presidente da AML,

[...] e teve a solenizá-la as presenças do Governador José Fragelli, do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Milton Pompeu de Barros, do Arcebispo Metropolitano, do Presidente da Academia de Letras e História de Campo Grande, Dr. José Couto Vieira Pontes, de deputados estaduais, magistrados, Comandante da Guarnição Federal, Prefeito do Município, de acadêmicos, estudantes, numerosas senhoras e senhoritas. (MARTINS, 1980, p. 347).

Demóstenes Martins, lembra que os “[...] discursos proferidos pelo Presidente Gervásio Leite, por mim e pelo acadêmico Lopes Lins, que foi quem me recebeu, foram publicados em folhetos pela Academia” (MARTINS, 1980, p. 347).

Uma parte da elite letrada de Campo Grande buscava, ao fundar uma instituição de Letras e História no maior município de Mato Grosso, a adesão dos intelectuais que apoiavam e sustentavam o regime autoritário, a fim de construir símbolos que representassem a cidade como desenvolvida e civilizada. Desse modo, criaram uma história parcial e linear sobre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Privilegiaram fatos, acontecimentos, episódios de seus interesses: por exemplo, os sócios da Academia de Letras e História de Campo Grande denominavam “governo revolucionário” a Ditadura Militar.

3.2 O PODER SIMBÓLICO: A FUNDAÇÃO DA ACADEMIA DE LETRAS E HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE (ALH-CG)

Em 1970, a cidade de Campo Grande contava com 140 mil habitantes, segundo dados do IBGE, publicados no jornal *Correio do Estado*.¹¹² Nesse momento, era a maior cidade em população do estado de Mato Grosso e, do mesmo modo, seguia se expandindo no comércio e na agropecuária, além de se projetar, com a implementação de instituições de Ensino Superior, como uma *cidade universitária*.

No início dos anos 60, Campo Grande abriga a sua primeira instituição de ensino Superior, as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, conhecida por sua sigla FUCMAT, transformada na Universidade Católica Dom Bosco [UCDB]. Nessa mesma década é criada a Universidade Estadual de Mato Grosso [UEMT], com um de seus *campi* instalado em Campo Grande, onde se concentram cursos nas áreas de saúde e ciências

¹¹² Segundo Marisa Bittar, uma matéria publicada no *Correio do Estado*, no dia 14 de outubro de 1970, com o título: *o segredo do crescimento de Campo Grande*, artigo esse, que valoriza o campo-grandense sendo *trabalhador* e o cuiabano *ocioso*, mostra a reportagem que, “o campo-grandense começa o seu dia de trabalho às 5 da manhã chova ou faça sol e luta até por volta das 22 horas não esperando que o governo trabalhe por ele ou lhe dê emprego em repartições públicas. Este é o ‘esquema’, o segredo de Campo Grande que não tem ajuda da SUDENE, da SUDAM e nem incentivos fiscais” (Bittar, 1997, p. 155; in: *Correio do Estado*, 14/10/1970). A matéria do jornal deixa evidente que a cidade de Campo Grande como símbolo de trabalhadores e a capital Cuiabá como ociosa. A autora pondera as reportagens do jornal, “nessa linha, se pautaram as matérias destinadas a distinguir Campo Grande no cenário mato-grossense. O *Correio do Estado*, nesse aspecto, fez muito bem a sua parte. O seu trabalho foi o mais eficaz, pois ininterrupto. Sempre rivalizando com Cuiabá” (Bittar, 1997, p. 156; *grifo do autor*). “Campo Grande tem mais de 140.000 habitantes! *Correio do Estado*. Campo Grande, 11 nov. 1970, p. 1. [...] A reportagem esteve no IBGE confirmando fim da apuração para certificar-se de que Campo Grande é a cidade de maior índice populacional do Estado de Mato Grosso” (*apud* BITTAR, 1997, p. 155).

exatas e tecnológicas. Depois da divisão do Estado, ela se federaliza, tornando-se a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul [FUFMS], hoje [UFMS]. Nos anos 70, criou-se o Centro de Ensino Superior “Professor Plínio Mendes dos Santos” [CESUP], antecessor da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal [UNIDERP]. (www.camaraonline.ms.gov.br).

Parte da elite campo-grandense dominava politicamente o enorme estado de Mato Grosso. Os discursos, em geral, que são produzidos sobre o município de Campo Grande, sempre destacam a cidade como moderna e em pleno desenvolvimento, além de abrigar diversos órgãos federais e instituições de relevância, como a sede da 9.^a Região Militar e da Base Aérea, bem como do Bispado, entre outras autarquias de significativa importância estadual e nacional.

Desse modo, carecia a maior cidade de Mato Grosso de uma entidade cultural que pudesse representar o tamanho do município. Segundo parte da elite letrada campo-grandense, faltava, na *cidade universitária*, uma Academia de Letras.

Na ata de n.º 1, da fundação da Academia de Letras e de História de Campo Grande (ALH-CG), registrada no cartório em 6 de novembro de 1971, assinada pelos fundadores, Ulysses Serra,¹¹³ José Couto Vieira Pontes¹¹⁴ e Germano Barros da Silva,¹¹⁵ consta que,

[...] os três examinaram a atual e magnífica floração de intelectuais que aqui residem, a *trepidante vida universitária* da cidade e a capacidade que Campo Grande tem para manter – e exigir mesmo – um centro de letras e de história, com um museu regional e uma biblioteca de todos os autores mato-grossenses não se podendo prescindir [...] de uma revista, bem feita, para veicular as idéias e as produções dos confrades e agitar o ambiente cultural. (*Apud* ENCISO, 1986, p. 151, grifo meu).

Nota-se que os fundadores não são campo-grandenses natos, são de outras cidades mato-grossenses e do nordeste, mas que incorporaram Campo Grande (como sendo de seu pertencimento e de domicílios de seus familiares); assim, parte de uma elite letrada

¹¹³ “Ulysses Serra (Corumbá, 1906 – Campo Grande, 1972) fundou a Academia de Letras e História de Campo Grande. Publicou uma única obra: CAMALOTES E GUAVIRAI (1971)” (REVISTA ASL n.º 1, 2003, p. 27).

¹¹⁴ “José Couto Vieira Pontes, nasceu em Três Lagoas (MS), em 1933. É juiz de direito aposentado. Foi advogado e professor. É um dos fundadores da Academia de Letras e História de Campo Grande (1971), antecessora da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Foi seu presidente de 1972 a 1982. É autor de DESTE LADO DO HORIZONTE (1972, contos), JORGE LUÍS BORGES, A ERUDIÇÃO E OS ESPELHOS (1976, ensaio) e HISTÓRIA DA LITERATURA SUL-MATO-GROSSENSE (1981). É contista premiado nacionalmente” (REVISTA ASL n.º 3, 2004, p. 27).

¹¹⁵ “Germano Barros de Sousa, nasceu em Corrente (PI), em 1918. Faleceu em Campo Grande, em 1986. Foi médico militar. Foi diretor do Hospital Geral de Campo Grande (Hospital Militar) de 1969 a 1975. Poeta, sua obra está inédita, encontrando-se esparsa em revistas e jornais” (REVISTA ASL n.º 2, 2003, p. 55).

(profissionais liberais) residente no município funda, oficialmente, em 1971, a Academia de Letras e de História de Campo Grande, para, de acordo com seus sócios-fundadores, exigir do poder público um museu e uma biblioteca com livros de escritores de Mato Grosso, além de poder reunir os cultores de Letras e da História para desenvolverem a cultura campo-grandense, com a publicação de uma revista literária.

Portanto, em pleno vigor do AI-5, alguns intelectuais da elite letrada campo-grandense, comprometidos politicamente com a ditadura militar, conseguem fundar uma entidade de Letras e de História nos anos de repressão e censura.¹¹⁶

O presidente da academia, José Couto Vieira Pontes (um dos fundadores e presidente por dez anos consecutivos da entidade, de 1972 a 1982) narra os bastidores da criação da Academia de Letras e da História de Campo Grande,

“[...] dia 13 de outubro de 1971. Vinte horas. Saguão do Hotel Campo Grande. [...] O intelectual e tabelião Ulysses Serra autografa seu livro de crônicas do passado campo-grandense, “Camalotes e Guavirais”. Nenhuma pessoa, de algum modo ligada à arte literária, pelo amor à leitura ou pelo cultivo das letras, conseguiu ficar em casa. (PONTES, 1981, p. 38).

José Couto Vieira Pontes, em seu livro “*História da Literatura Sul-Mato-Grossense*”, de 1981, enfatiza que a fundação da Academia de Letras e de História de Campo Grande deu-se em virtude do sucesso do lançamento do livro de contos, *Camalotes e Guavirais*, de Ulysses Serra, em que o evento se transformou “[...] numa cerimônia literária jamais vista em todo Estado de Mato Grosso, mesmo em Cuiabá, famoso centro de cultivo das letras: uma noite de autógrafos nos moldes de *Rio e São Paulo*” (PONTES, 1981, p. 38, grifo meu). O prefácio desse livro, escrito por José Couto Vieira Pontes, apresenta Ulysses Serra.

Formou-se, contador, em 1932, pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Chegando com o pergaminho a Campo Grande, fundou o Sindicato dos Contadores. Mais tarde, foi deputado classista, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso. [...] Além de político, contador,

¹¹⁶ O regime militar caracterizou-se pela falta de democracia, pelo autoritarismo, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política, repressão, prisão e torturas aos que eram contra o regime militar, além de uma censura as liberdades de expressão. Em 1969, a Junta Militar escolhe o novo presidente: o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo (1969-1974) é considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como “anos de chumbo”. A repressão cresce e a uma severa censura em jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados do país. O DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) atua como centro de investigação e repressão do governo militar.

bacharel em Direito pela Faculdade de Petrópolis e orador renomado, militou no jornalismo, sendo admitido nos quadros da Ordem dos Velhos Jornalistas, do Rio de Janeiro. Pertenceu, ainda, ao Rotary Clube de Campo Grande (ingresso em 5.10.41), à Academia Mato-Grossense de Letras (posse em 8.4.63) e à Associação Comercial de Campo Grande - como sócio honorário, em 1939. [...] A partir de 1940, exerceu o Tabelionato do 5.º Ofício, da comarca de Campo Grande. Instalado na Rua Dom Aquino, *o seu cartório passou a ser ponto obrigatório de advogados e amigos que ali compareciam em busca de seus conselhos.* (PONTES, 1981, p. 6-7, grifo do autor).

O autor enaltece o lançamento do livro de contos de Ulysses Serra, feito esse como um grandioso acontecimento literário, nunca visto antes em todo o estado de Mato Grosso, nem mesmo na capital Cuiabá, afamado *centro de cultivo das letras*. Ou seja, na visão de José Couto Vieira Pontes, a cidade de Campo Grande começa também na vida literária¹¹⁷ como *superior* a Cuiabá. Desse modo, compara a *noite de autógrafos aos moldes* dos grandes centros brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O presidente da academia afirma que a edição e a festa literária proporcionada por Ulysses Serra, no saguão do Hotel Campo Grande, possibilitou fundar uma academia na maior cidade de Mato Grosso.

O lançamento da obra, no saguão do Hotel Campo Grande, na noite de 13 de outubro de 1971, constituiu incontestavelmente a primeira solenidade genuinamente literária de Campo Grande, podendo-se afirmar que influenciou poderosamente na criação da Academia de Letras e História de Campo Grande e no aparecimento de publicações, entidades e programas culturais em nosso meio, e, muito mais do que isso, deflagrou um interesse jamais visto pelas letras e pela cultura em geral, numa cidade que ganhara a fama de aninhar em seu seio tão somente homens práticos, indiferentes às artes e afeitos às lides do comércio e da pecuária, crescendo-se a desagradável achega de que os médicos, advogados, engenheiros e outros portadores de diploma superior, aqui chegando para o exercício da profissão, terminavam por se “bovinizarem” irremediavelmente. (PONTES, 1981, p. 107, grifo do autor).

José Couto Vieira Pontes explica que o lançamento do livro *Camalotes e Guavirais* de Ulysses Serra foi a primeira festa verdadeiramente literária da cidade, além de incentivar novas publicações e programas culturais em Campo Grande. Nesse sentido, foi

¹¹⁷ Segundo José Couto Vieira Pontes, “a partir de então, seguiram-se várias noites de autógrafos, todas concorridas, às vezes 500 pessoas, número expressivo em qualquer grande centro brasileiro. A 3 de maio de 1973, em Cuiabá, o I Encontro Estadual de escritores, patrocinado pelo governo José Fragelli, com lançamento de livros, em sessão de autógrafos na “Casa Barão de Melgaço”. Não tarda muito, Gervásio Leite, uma das expressões máximas da intelectualidade cuiabana, proclama: “parece que o centro cultural do Estado se deslocou para Campo grande” (PONTES, 1981, 39).

um grande feito para o município, pois o mesmo tinha a fama de acomodar “*em seu seio tão somente homens práticos*”, pessoas que não ligavam para as artes, somente para o comércio e pecuária, até os portadores de diploma se “*bovinizavam*”; por isso, a importância da festa literária de Ulysses Serra para os moradores da cidade de Campo Grande ambientarem-se no meio cultural,¹¹⁸ já que, Campo Grande era carente de eventos culturais.

O lançamento da edição do livro de contos *Camalotes e Guavirais*, a que compareceram inúmeras autoridades e convidados, possibilitou executar o empreendimento de fundar uma Academia de Letras e de História no município de Campo Grande, segundo José Couto Vieira Pontes.

Finda a solenidade, altas horas, muitos dos que saem não podem avaliar que, muito mais do que uma festa a mais, o evento literário breve desencadearia, em nosso meio, uma verdadeira revolução cultural. Na verdade, *pondo em prática paciente plano*, Ulysses Serra consegue convocar os cultores da literatura, em tertúlias domiciliares semanais. (PONTES, 1981, p. 38, grifo meu).

Assim, após a “festa literária”, com a liderança do escritor Ulysses Serra, em reuniões literárias semanais realizadas em sua residência, reúnem-se escritores campo-grandenses para efetivar uma Academia de Letras na cidade de Campo Grande.

Ou seja, a festa literária de lançamento do livro *Camalotes e Guavirais*, de Ulysses Serra, serviu para motivar alguns intelectuais da cidade de Campo Grande em se mobilizar e fundar uma entidade nos moldes de uma Academia Brasileira de Letras, conforme relata José Couto Vieira Pontes. Com um adendo em História, ou melhor, a entidade incluiu também a *responsabilidade* de produzir uma História da cidade, evidentemente, escrita pelos sócios da entidade.¹¹⁹

¹¹⁸ Sobre a produção literária de Ulysses Serra, o presidente da Academia descreve que “até 1971, ano do lançamento de “*Camalotes e Guavirais*”, a produção de Ulysses Serra achava-se esparsa em jornais e revistas de Mato Grosso, principalmente no *Correio do Estado*, onde chegou a manter uma seção permanente de crônicas, trazendo no alto da coluna um pequenino retrato do autor” (PONTES, 1981, p. 106; grifo do autor). José Couto Vieira Pontes, assegura que Ulysses Serra é a maior figura da crônica sul-mato-grossense e a sua obra, *Camalotes e Guavirais*, garante o presidente da ASL como sendo um *clássico* da literatura de MS.

¹¹⁹ Segundo José Couto Vieira Pontes, o livro de Ulysses Serra é a própria história cotidiana de Campo Grande, além de constituir uma verdadeira obra-prima da literatura sul-mato-grossense. “Adquirindo o seu volume, o leitor passa a folheá-lo curioso, e passa a descobrir cenas da história municipal, em que aparecem pessoas conhecidas, parentes, celebridades e, às vezes, até mesmo ele próprio, todo ilustrado pelo traço de Fausto Furlan. Como os olhos, pela escassez de tempo, não se detém por muito tempo por sobre as páginas do livro, ele não vê nem lê duas primorosas produções que o volume encerra e que constituem obras-primas de nossa literatura: “*Maria Bolacha e Josetti*” e “*Ciladas da Vida*”. Quem possuir o volume em casa, poderá hoje, no lazer de fim de semana, lê-las, ainda há tempo. Ou relê-las” (PONTES, 1981, p. 38).

A acadêmica Oliva Enciso, que ocupou a cadeira de número 22 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, em seu livro de memórias *Mato Grosso do Sul - minha terra*, lançado em 1986, apresenta os bastidores da fundação da ALH-CG, em um tópico específico de seu opúsculo. Segundo a autora, logo após o evento literário, o escritor Ulysses Serra convidou dois escritores atuantes em Campo Grande, com o intuito de fundar uma entidade literária no município.

Na manhã de sábado, 30 de outubro, isto é, 17 dias depois, ele foi convidar o seu dileto amigo Dr. GERMANO BARROS DE SOUZA para um passeio. Passaram na casa de outro grande amigo, Dr. JOSÉ COUTO VIEIRA PONTES, que estava acabando de chegar de São Paulo, onde fora assistir ao lançamento da ANTOLOGIA - “VOCÊ SABE O QUE ESTÁ ACONTECENDO OU FAZ COMO TODO MUNDO?” - da qual participara com o seu famoso conto “*A Casa dos Ofendículos*”, da Editora do Escritor. (ENCISO, 1986, p. 150, conforme original).

Segundo Oliva Enciso, nesse momento, o escritor *José Couto Vieira Pontes* também lançou, em 1971, na capital de São Paulo, o seu *famoso* conto “*A Casa dos Ofendículos*”, em uma coletânea promovida pela Editora do Escritor. Já o médico *Germano Barros*, a autora apresenta como sendo um sonetista *reconhecido*¹²⁰ no município.

Saíram então os três no automóvel do Ulysses, que no caminho desceu para fazer compras num armazém. E um disse ao outro rindo: - *Não parece que estamos sendo seqüestrados?* O Ulysses voltou cheio de embrulhos: decerto pão, carne etc. e se dirigiram para a “ESTÂNCIA GISELE”, de sua propriedade, a 10 km da cidade, onde foram recebidos pelo caseiro. (ENCISO, 1986, p. 150, grifo do autor).

Ainda sobre a fundação da ALH-CG, a acadêmica Oliva Enciso, em sua narrativa, iguala a fundação da Academia de Letras e História de Campo Grande à da academia (dos filósofos) da Grécia antiga.

E os três à sombra de uma árvore, se alegravam naquela luminosa manhã como costumam ser as manhãs de Campo Grande, numa verdadeira tertúlia: Ulysses recordava as poesias do seu falecido pai, o poeta

¹²⁰ Segundo Otávio Gonçalves Gomes, “o sonetista Germano Barros de Souza é natural de Corrente, Estado do Piauí, e nascido a 12 de janeiro de 1918. Casado com Tarsila Passareli Barros de Souza, é médico, coronel reformado do Exército. Sonetista exímio. Germano Barros de Souza radicou-se em Campo Grande onde constituiu família. Médico humanitário, dedicado e devotado ao atendimento dos menos favorecidos da sorte, extravasa na poesia os sofrimentos que não pode minorar através da ciência médica. Boêmio e seresteiro, adepto daquela boêmia romântica saudosista, à qual comparece muitas vezes a sua própria consorte, tocando e cantando ao violão. Admirador de Da Costa e Silva e Júlio Salusse. Adora declamar-lhes os poemas nos seus sonetos, o lírico e a romântico estão presentes. O amor materno e saudade da infância, a saudade [...]. O poeta Germano conviveu em Recife, quando estudante, com as poetas da sua geração entre eles, Ariano Suassuna, hoje consagrado internacionalmente. Suassuna inclusive declara que aprendeu rima e métrica com Germano Barros. Apesar de sua origem humilde, conseguiu diplomar-se em Medicina após ingentes sacrifícios” (GOMES, 1982, p. 69-70).

ARNALDO SERRA; o Dr. Couto deliciava os dois com os seus vastos conhecimentos literários, tendo se lembrado até de uns versos de Augusto dos Anjos e o Dr. Germano declamava versos dos seus autores preferidos, inclusive JÚLIO SALUSSE. Os três intelectuais amigos imitavam, sem pensar, os filósofos gregos sombra das árvores, na imortal e pequenina Grécia. E, num momento de inspiração e maior entusiasmo, Ulysses subiu num caixote e disse aos dois companheiros: “A ACADEMIA DE LETRAS E HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE – hoje está fundada!” (ENCISO, 1986, p. 151, conforme original).

Assim, na visão de Oliva Enciso, a reunião da implantação da entidade é realizada em um lugar bucólico e inspirador, portanto, um ambiente favorável para se contemplar e também para se instituir uma academia, assim como no ateneu da Grécia antiga.

Logo em seguida, Oliva Enciso conta que igualmente foi convocada a participar da academia. “Fui convidada por Ulysses e, em consideração a ele, que era meu conterrâneo e amigo, mesmo não vendo mérito nenhum em mim, passei a fazer parte do grupo que se reunia em sua casa, sendo recebida sempre com solicitude por ele e sua esposa D. Constancinha” (ENCISO, 1986, p. 155).

Deste modo, a acadêmica Oliva Enciso descreve como eram as sessões literárias semanais domiciliares.

Depois as reuniões passaram a se realizar nas residências dos companheiros, até que o Acadêmico Luis Alexandre de Oliveira ofereceu a sala do seu escritório na Rua Rui Barbosa, onde a Academia funcionou provisoriamente por uns meses, passando depois para um salão do edifício do jornal “CORREIO DO ESTADO”, gentilmente cedido pelo seu proprietário, o Acadêmico José Barbosa Rodrigues, onde funciona até hoje. (ENCISO, 1986, p. 155, conforme original).

O acadêmico Demóstenes Martins, publica a história da criação da Academia de Letras e de História de Campo Grande.¹²¹

Consoante atas lavradas, para a perenidade da história, a idéia da fundação da Academia desvanecedoramente festejada, nasceu quando, em 13 de novembro de 1971, na residência do saudoso *Ulysses Azulil de Almeida Serra*, renomado intelectual, trocando idéias com os Drs. *Germano Barros de Souza* e *José Couto Vieira Pontes*, concluíram que o evidente desenvolvimento de Campo Grande repontava também na área da literatura, o que estava a reclamar a criação de um centro que

¹²¹ Com o título, “16.º Aniversário da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras”, p. 8-12 (capítulo I). In: CADEIRA N.º 40. *Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas. Patrono: General José de Lima Figueiredo*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987. 40 p.

aglutinasse o magnífico contingente de que era detentor. (MARTINS, 1987, p. 9, grifo meu).

Sobre a história da instituição da ALH-CG, Demósthene Martins relata que, no ano de 1971, em reuniões subseqüentes, sempre realizadas na residência de confrade, previamente designada, foi decidido que a novel instituição seria agnominada de “[...] *Academia de Letras e História de Campo Grande*, observando-se intransigentemente os estatutos redigidos por Ulysses Serra, aprovados em *discussões anteriores*. (MARTINS, 1987, p. 10, grifo meu).

Demósthene Martins evidencia, também, os três intelectuais (Ulysses Azul de Almeida Serra, Germano Barros de Souza e José Couto Vieira Pontes), os quais relacionaram os nomes dos intelectuais campo-grandenses credenciados para compor a nova entidade.

Examinada em reuniões sucessivas a idéia inicial de Ulysses, os três decidiram levar a efeito em seguida a organização de uma lista de nomes de portadores de credenciais que os capacitassem à posse do título de habilitados para ocuparem as Cadeiras da seleta Academia de Letras e de História de Campo acadêmico. (MARTINS, 1987, p. 9).

Assim, os nomes escolhidos, recomendados e indicados, segundo Demósthene Martins, foram ajustados com muito zelo e compromisso, em uma relação nominal para a indicação dos futuros acadêmicos.

Em adequadas diligências, foi constituída a relação nominal respectiva e depois de serem eles consultados, na reunião de 13 de novembro de 1971, foi a mesma assim composta Ulysses Serra, Germano Barros de Souza, José Couto Vieira Pontes, José Barbosa Rodrigues, Otávio Gonçalves Gomes, Júlio Alfredo Guimarães, Hugo Pereira do Vale, Antônio Lopes Lins, Jorge Antonio Siuff, Abel Freire de Aragão, Inah Machado Metelo, Maria da Glória Sá Rosa, Henedina Hugo Rodrigues, Oliva Enciso, Demósthene Martins, Paulo Coelho Machado, Luiz Alexandre de Oliveira, Mariano Cebalho, Ângelo Venturelli, Alcindo Figueiredo, Felix Zavattaro, José Manoel Fontanillas Fragelli, Luiz Sá Carvalho, Lycurgo de Oliveira Bastos e Ruy Garcia Dias. (MARTINS, 1987, p. 9).

Os novos membros da ALH-CG, em reunião realizada no dia 22 de janeiro de 1972, deliberaram, nessa assembléia, a efetivação de uma data solene para a fundação oficial da Academia. Desse modo, os presentes decidiram quem poderia e deveria ser os convocados para a festividade, confeccionaram e entregaram os convites; ao mesmo tempo, nessa reunião, “[...] aprovou-se a sugestão de Ulysses de fazer-se a instalação solene da Academia

com a presença do presidente da Academia Brasileira de Letras, detentora do título máximo na culminância da literatura nacional e do presidente da Academia de Letras de São Paulo” (MARTINS, 1987, p. 10). Para a instalação definitiva da academia, determinaram os sócios da entidade convidar os representantes da Academia Brasileira de Letras (entidade máxima) bem como da Academia de Letras de São Paulo, “[...] dada a integração entre nós existente, desde o tempo do Brasil colonial, de cuja Capitania fomos desvinculados pela Carta Régia de 9 de maio de 1748”. (MARTINS, 1987, p. 10). Dessa maneira, os novos membros (parte de uma elite campo-grandense letrada) decidiram organizar um evento de relevo e representatividade social para a data solene de fundação da ALH-CG.

Demósthene Martins relata que,

[...] fixada a data para essa solenidade e aceitos os convites endereçados, realizou-se a mesma em 13 de outubro de 1972, que teve a presidi-la o confrade José Couto Vieira Pontes que substituíra Ulysses, em virtude do seu falecimento, em 30 de junho, desoladora ocorrência que magoou profundamente os nossos corações. (MARTINS, 1987, p. 10).

Assim, a escolha da data para a fundação da ALH-CG, foi feita em homenagem a Ulysses Serra, o mesmo dia do lançamento de seu livro *Camalotes e Guavirais*, dia 13 de outubro.

Desse modo, na data solene, o presidente José Couto Vieira Pontes, lembra que,

[...] em 13 de outubro de 1972 – ironia da vida – sem que ninguém, de início, desse pela coincidência, no mesmo local, justamente um ano depois do lançamento de “Camalotes e Guavirais”, instala-se solenemente a Academia de Letras e História de Campo Grande, com a honrosa presença do acadêmico Ivan Lins, da Academia Brasileira de Letras, e do ficcionista Hernâni Donato, da Academia Paulista de Letras. (PONTES, 1981, p. 38).

Assim, estiveram presentes autoridades significativas do estado, militares, políticos e escritores representativos da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Letras de São Paulo e da Academia Mato-Grossense de Letras.

Assim, nos amplos salões do Hotel de Campo Grande, presentes o Dr. Paulo Coelho Machado, representante do governador do Estado, Dr. José Fragelli, impedido de comparecer em virtude de viagem à Bolívia em missão oficial, o Dr. Antonio Mendes Canale, prefeito do município, o general Reynaldo Melo de Almeida, comandante da 9.^a Região Militar, os

acadêmicos eleitos, numerosas autoridades civis e militares e pessoas gradadas, o ministro Ivan Lins. (MARTINS, 1987, p. 9-10).

Após a solenidade realizada no espaçoso salão do Hotel Campo Grande, os convidados foram recepcionados com um banquete no Rádio Clube (cidade). Constam, na lista de presença da data solene de fundação da ALH-CG, as seguintes autoridades,

Estavam presentes, às 20 horas, no salão nobre do Hotel Campo Grande, o acadêmico Ivan Lins, representante da Academia Brasileira de Letras (ABL); o escritor Hernâni Donato, representante da Academia Paulista de Letras; Hugo Pereira do Vale, representante da Academia Mato-Grossense de Letras; acadêmico Paulo Coelho Machado, representante do Exmo. Sr. Dr. José Fragelli, governador de Mato Grosso; o General Reynaldo Mello de Almeida, comandante da 9ª Região Militar; o General Heitor Luis Gomes de Almeida, comandante da 4ª Divisão de Cavalaria; o Cel. Agostinho Perlingeiro Perissé, comandante da Base Aérea de Campo Grande; o Dr. Antônio Mendes Canale, prefeito Municipal de Campo Grande; o Dr Humberto Canale Neto, presidente da Câmara Municipal de Campo Grande; Dr. Athayde Nery de Freitas, juiz de Direito, representante do Poder Judiciário; Assaf Trad, cônsul do Líbano; João Batista Fernandes, cônsul de Portugal; Armando Silvestrini, cônsul da Itália; Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, ex-governador de Mato Grosso; Cel. Afrânio Fialho de Figueiredo e Cel. José de Oliveira Lavor, da 9ª Região Militar; Horácio Lemos, do comércio e da pecuária sul-mato-grossense; Sras. Constança Correa Serra e Marly Serra, esposa e filha do inesquecível fundador da ASL; Noninho e Gisele, netos de Ulysses Serra. Após a solenidade no Hotel Campo Grande, houve um banquete no Rádio Clube (cidade), no qual o acadêmico Hugo Pereira do Vale proferiu uma oração alusiva ao acontecimento, como membro da nova entidade e como representante da Academia Mato-Grossense de Letras. (www.clicnews.com.br).

Portanto, forma-se a Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG) com respeitabilidade, no início da década de setenta, com a presença de inúmeras autoridades e personalidades representativas da sociedade (militares, ministro, secretário de estado, políticos, juiz, cônsul, prefeito, presidente da câmara municipal), mostrando, assim, o poder simbólico da entidade na maior cidade do estado de MT. Nesse sentido, a ALH-CG veio para solidificar um movimento cultural à altura do desenvolvimento da cidade de Campo Grande.

O sócio fundador e presidente da ALH-CG, José Couto Vieira Pontes, prefacia a obra, *Campo Grande Aspectos Jurídicos e Políticos do Município*, escrita pelo acadêmico Demóstenes Martins, em junho de 1972, promovida pela recente ALH-CG.

A importância dessa obra, no preâmbulo do presidente da entidade, José Couto Vieira Pontes, é incentivar teses e trabalhos sobre a cidade, divulgar a novel Academia de Letras e História de Campo Grande, além de servir para consultas sobre a história do município,

A Academia de Letras e História de Campo Grande lança, com a obra de Demóstenes Martins, o primeiro volume da Coleção de História, um precioso trabalho de pesquisa nos domínios do passado campo-grandense, explorando a formação jurídica e política de nosso município, redigido em estilo claro e escoreito, tão característico do conhecido escritor e jurista. É uma obra que passara a figurar obrigatoriamente em nossas estantes e servirá de luta na elaboração de teses e trabalhos a respeito de nossa cidade, como compêndio de consulta inestimável. As Edições Acadêmicas sentem-se felizes e honradas em poder inaugurar a Coleção de História com a publicação desse valioso livro, principalmente por tratar-se seu autor de uma das mais expressivas figuras do mundo cultural mato-grossense. (PONTES, 1972, p. 5).

José Couto Vieira Pontes relata que a cidade estava ascendendo economicamente e, ao mesmo tempo, apresentava ambiente para o desenvolvimento cultural, de igual nível aos grandes centros do Brasil. “Não há como negar possuía já Campo Grande, a despeito de seus verdes anos, comungando com seu assombroso progresso econômico, condições básicas para o desenvolvimento de uma vida cultural à altura e de nível igual à de outros grandes centros do país” (PONTES, 1972, p. 5).

Uma das finalidades da ALH-CG, segundo José Couto Vieira Pontes, era poder viabilizar publicações de livros de seus sócios, divulgar a Academia e, ao mesmo tempo, promover concursos literários. Desse modo, pode a “[...] Academia de Letras e História de Campo Grande não só tornar conhecida de nosso público a obra de seus membros, mas também acolher e publicar trabalhos de mérito de outros escritores locais, inclusive de futuros laureados nos concursos anuais de literatura, que vai instituir brevemente” (PONTES, 1972, p. 5). O currículo de Demóstenes Martins:

DEMÓSTHENES MARTINS, filho de João Martins da Silva e Emilia Pinto de Abreu e Silva, nascido a 26 de Outubro de 1894. Telegrafista de 1911 a 1919. Prefeito de Nioac, em 1922, de Bela Vista, em 1923 e de Campo Grande, de 12 de Outubro de 1942 a 11 de Abril de 1945. Coletor Estadual de Bela Vista de Janeiro de 1924 a Fevereiro de 1927. Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Maracaju em 1937. 1.º Tenente do Batalhão de Sapadores, das Forças Constitucionalistas de Mato Grosso, em 1932 Secretário da Prefeitura de Campo Grande de Abril de 1937 a Outubro de 1942. Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande de 1948 a 1951. Secretário do Interior, Justiça e Finanças de Fevereiro de 1951 a Outubro de 1952 e desta data a Janeiro de 1956 foi

Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Secretário do Interior, Justiça e Finanças de Julho de 1962 a Janeiro de 1966. Diretor da CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá S. A.) de Janeiro de 1961 a Dezembro de 1965. Pertenceu à UDN, tendo sido presidente Diretório Regional em 1963/64. Advogado titulado desde 1919. Jornalista, colaborou em diversos jornais, dirigindo por vários anos “O PROGRESSISTA”, de Campo Grande. Publicou “Marechal Rondon” conferência feita em 1963. Atualmente é membro da SCGI - MT. Na Academia de Letras e História de Campo Grande, é titular da cadeira nº 05. (PONTES, 1972, p. 5, grifo do autor).

Assim, a ALH-CG apresenta Demósthene Martins, como um dos protagonistas da história de Campo Grande. Foi prefeito (de Nioac, Bela Vista e Campo Grande), Presidente de Partido, Secretário de Estado, Secretário de Município, Vereador, Presidente da Câmara, ainda era Jornalista, Advogado e Historiador. Também o presidente da ALH-CG, José Couto Vieira Pontes, elogia o autor como um intelectual responsável e idôneo, de uma reputação ilibada.

Demósthene Martins, pelo seu passado de homem público e pela dedicação profunda que sempre revelou pelas coisas do espírito, um exemplo de cidadão honrado e trabalhador, apaixonado pelos estudos sociais, políticos e históricos, principalmente quando se relacionam com Mato Grosso, de que é demonstração sua biblioteca vasta e seus arquivos históricos cheios de preciosidades. (PONTES, 1972, p. 5).

Desse modo, o presidente da ALH-CG declara que o livro de Demósthene Martins inaugura o progresso editorial nos campos das letras e da história de Campo Grande.¹²²

A edição de *Campo Grande, aspectos jurídicos e políticos do Município de Demósthene Martins*, publicado em 1972 (na plenitude da ditadura militar), narra uma história que engrandece uma *elite condutora* de Campo Grande. Portanto, narra uma visão parcial da história política de Campo Grande. Sendo assim, os acadêmicos da ALH-CG, também estavam preocupados em construir uma história própria, em que a *elite mandante*, fosse a protagonista do *progresso* de Campo Grande. Por exemplo, o autor *modifica*, em sua narrativa, a *derrota* da elite campo-grandense em episódios como de 1932, descrevendo-a como se fossem *os vencedores*. Entre outras expressões trocadas, como o *golpe militar* por *Revolução de 1964*.

¹²² É importante ressaltar que em 1967, pela imprensa nacional, Demósthene Martins e seu filho foram acusados pelo governador Pedro Pedrossian de corruptos e desonestos.

Portanto, a obra de Demóstenes Martins, promovida pela ALH-CG, demonstra uma história comprometida com uma elite atrelada ao poder de mando municipal e estadual. Mas é importante frisar que essas fontes memorialistas são consideráveis para ponderar sobre a história mato-grossense e sul-mato-grossense. No entanto, devemos estar atentos à carga ideológica de que essas obras são carregadas. Nesse sentido, o usuário dessas riquíssimas fontes deve formular a sua leitura com muita atenção e precedê-la por uma crítica realista precedente.

O propósito que tem a Academia de Letras e História de Campo Grande em lançar periodicamente livros que atestem o interesse e a dedicação dos campo-grandenses pelas letras e pela cultura em geral, tanto no campo das pesquisas históricas e sociais, quanto no da ficção (romance, novela e conto), do ensaio e da crítica literária e da poesia. Que a obra de Demóstenes Martins constitua o primeiro marco luminoso na luta que a Academia de Letras e História de Campo Grande pretende empreender no campo das letras e do progresso editorial de nossa terra. [...] A edição desta obra, *Campo Grande, aspectos jurídicos e políticos do Município*, de autoria de Demóstenes Martins, constitui-se um marco histórico em nossas letras. Que ela dure e signifique sempre. Campo Grande, Junho de 1.972. José Couto Pontes. (PONTES, 1972, p. 5).

Maria da Glória Sá Rosa¹²³ apresenta José Couto Vieira Pontes como um grande articulador da literatura de Mato Grosso do Sul além de detentor de muitas histórias do Estado.

[...] como membro fundador da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e um de seus primeiros presidentes, foi responsável pela instituição de concursos, que descobriram e incentivaram autores. Como estudioso de nossa história, de nosso folclore, é possuidor de vasto repertório de histórias, que planeja transformar num romance, em que estejam refletidas as contradições de Mato Grosso do Sul. (SÁ ROSA, 1992, p. 27).

José Couto Vieira Pontes, conforme seu depoimento editou seu primeiro livro¹²⁴ em 1972, com o título, *Deste Lado do Horizonte*, financiado pelo próprio autor, que lançou na capital de São Paulo, com presenças de autores de reconhecimento nacional como Ricardo Ramos, Marina Colassanti e Ligia Fagundes Telles, entre outros. Com esse livro ganhou

¹²³ Ver ROSA, Maria da Glória Sá; MENEGAZZO, Maria Adélia; RODRIGUES, Idara Negreiros Duncan. *Memória da Arte em MS - Histórias de Vida*. Campo Grande: UFMS/CECITEC, 1992.

¹²⁴ Segundo o escritor, “Editei 5000 exemplares à minhas próprias custas. Foram 45.000 cruzeiros, em 1972, que paguei através de financiamento obtido no Bamerindus. Como era advogado do Banco, consegui liquidar a dívida em quatro ou cinco prestações. O coquetel, tanto em São Paulo, como aqui, foi por minha conta. A vida era tão boa naquela época, que em São Paulo convidei vinte pessoas para jantar comigo e ainda financeiei a vinda do Benedito Luz e Silva a Campo Grande” (PONTES, 1992, p. 33).

também um prêmio no Estado do Rio de Janeiro. O lançamento em Campo Grande foi destaque da imprensa e com presenças de inúmeras autoridades política e da literatura.

Sempre desejei publicar um livro, só que não sabia como. Foi então que descobri no Jornal de Letras que o escritor Benedito Luz e Silva, havia fundado a Editora do Escritor, destinada à publicação de autores inéditos. Entrei em contacto com ele, tornamo-nos amigos, e ele publicou meu primeiro livro de contos *DESTE LADO DO HORIZONTE*, lançado em 1972, em São Paulo. Me lembro de terem estado naquele lançamento Ricardo Ramos, Marina Colassanti e Ligia Fagundes Telles. No dia seguinte, fui à casa da Ligia, em companhia do Benedito e lá ficamos conversando até tarde da noite. Com esse livro ganhei o prêmio ADELINO MAGALHAES, que me foi conferido pelo Estado do Rio de Janeiro. Recebi apenas um diploma. A Secretaria de Estado, que instituiu o prêmio, não dispunha de verbas, penso eu. Enviei o livro a todos os escritores conhecidos de Portugal e também de Angola e recebi cartas de cumprimento de Joaquim Montezuma de Carvalho, de Fernando Namora, de Marques Rebelo e até do próprio Carlos Drummond de Andrade. Aqui em Campo Grande, o lançamento aconteceu no Hotel Campo Grande com a presença de um público enorme, do editor de São Paulo e de uns amigos dele. Estavam presentes *três governadores* e *dois generais*, além de muitos escritores e pessoas interessadas em literatura. A imprensa deu grande destaque ao livro, que recebeu menção especial nos jornais da terra. Esse livro foi adotado em várias de nossas escolas, tendo merecido atenção dos profissionais de Português. (PONTES, 1992, p. 32, grifo meu).

A publicação desse livro, para José Couto Vieira Pontes foi válida; mesmo não tendo lucro, houve uma satisfação pessoal.¹²⁵

José Couto Vieira Pontes enfatiza que a academia tem um papel importante no desenvolvimento da cultura, por isso resiste na contemporaneidade.

Sou um dos fundadores da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e, durante vários anos, ocupei a presidência. As academias são combatidas, mas, apesar disso, sobrevivem até hoje. [...] Apesar de censuradas por uns, ridicularizadas por outros, elas se esforçam por estimular vocações literárias e desenvolver projetos culturais. (PONTES, 1991, p. 38-39).

A Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG) promoveu, em 1975, um concurso literário em homenagem ao centenário de nascimento de Eduardo Olímpio Machado (ex-prefeito de Campo Grande). O autor da biografia vencedora foi o acadêmico ocupante da cadeira número um, Antonio Lopes Lins. Publicada em 1976, foi financiada pela Fundação Cultural de Mato Grosso.

¹²⁵ Segundo José Couto Vieira Pontes, “O livro foi bem aceito, teve venda satisfatória, além do prazer pessoal, que proporcionou a mim e à minha família. Na época, a Secretaria de Cultura de Cuiabá promoveu ali o Primeiro Encontro Estadual de Escritores, no qual ele foi lançado. Isso tudo aconteceu em 1973, um ano que me deu grandes alegrias. A Secretaria comprou 500 exemplares, para divulgar o livro nas bibliotecas e escolas do Estado, o que representou considerável apoio para a obra” (PONTES, 1992, p. 33).

A Academia de Letras e História de Campo Grande, com o objetivo de comemorar, condignamente, o centenário de nascimento de um dos seus mais ilustres patronos – Eduardo Olímpio Machado – lançou, no ano passado, um concurso de sua biografia, ao qual, excetuados apenas os parentes do homenageado, todos poderiam concorrer, inclusive os que compõem o quadro do sodalício. Ao concurso, julgado no dia 8 de agosto de 1975 – data em que ocorreu o centenário – se apresentaram oito escritores. O primeiro colocado recebeu um prêmio, em dinheiro, de dez mil cruzeiros. A comissão julgadora, composta do poeta e escritor Manoel de Barros – um dos literatos de maior projeção da geração atual, de dona Edite Penha Vale, professora de literatura na Federação Universitária Católica de Mato Grosso e de Eduardo Machado Metelo, advogado e também professor universitário, neto do biografado, houve por bem atribuir o primeiro lugar ao trabalho que tomara o número cinco e estava subscrito com o pseudônimo Gastão Portocarrero. [...] Seu autor era o acadêmico Antonio Lopes Lins (ocupante da cadeira de número um de nossa academia e de número oito da Academia Mato-grossense de Letras), escritor (com livros publicados), ex-deputado, Economista e Professor de Economia Política da FUCMAT. [...] O concurso despertou o justo e incontido interesse que provocaram todas as grandes vidas e foi notável iniciativa de nossa Academia. Os seus resultados, se mostraram, por todos os títulos, excelentes. (*Apud* LINS, 1976, p. 3-5).

Em setembro de 1972, o sócio da recente ALH-CG, Otávio Gonçalves Gomes, lança seu livro de poesias, *Lampejos*.¹²⁶ O prefácio, feito pelo acadêmico Hugo Pereira do Vale, apresenta, “[...] estamos diante de LAMPEJOS. E estes clarões fazem aparecer, como se fossem ‘flashes’, a beleza esplendorosa do grande Mato Grosso – *rincão de epopéias*, de *lendas* e de *riquezas*” (VALE, 1972, p. 5). Nesse sentido, para o autor,

“[...] o livro de Otávio Gonçalves Gomes me autoriza a chamá-lo de Quero-Quero Mato-grossense – observador, metucioso e vigilante! Observador traz no bob do livro todas as minúcias características do solo que lhe deu o berço, que nos deu o berço. Sentimos neste punhado de versos o perfume das rosas da *Cidade Universitária* e toda a beleza do lago, que ele, na magia da sua pena singela e pura, tinge de azul como se fossem as águas do Danúbio distante e romântico. (VALE, 1972, p. 5).

Desse modo, Hugo Pereira do Vale chama a atenção do leitor para a florescente *cidade universitária*, para o lago da UFMS, que inspirou o poeta a cantar sua pena.¹²⁷ Os

¹²⁶ O poeta Otávio Gonçalves Gomes, em sua obra, *Lampejos* de 1972, canta Campo Grande como uma cidade universitária, em constante progresso, de arranha-céu e católica, “Cidade Morena/De moças bonitas;/Pele queimada,/Face trigueira,/Da cor da poeira./Progresso estuante,/Sirena tocando,/Fumaça subindo,/Voando pras nuvens,/Subindo pro céu./Arranha-céu subindo,/O progresso fremindo,/Crescendo pra cima,/Envolto em neblina,/Em nuvem de pó./Na torre dos templos,/A cruz bem no alto,/Aponta para Deus/Os dedos da fé./ Cidade Morena,/Campo Grande é o teu nome,/De asfalto calçada,/Feérica de luz./Mocidade garbosa,/Na Universidade reluz;/A luz da ciência/Iluminando a porvir./Terra roxa, vermelha;/De primaveras colorida/- Buganvílias chamadas -/Cidade Morena/ Do coração tem a cor.” (GOMES, 1982, p. 3-04).

¹²⁷ Ver GOMES, Otávio Gonçalves. *Lampejos*. Campo Grande: Alvorada, 1972.

sócios da ALH-CG, constróem obras com desígnios de divulgar a beleza da cidade de Campo Grande e a sua história vencedora.

Deste modo, as publicações realizadas pelos sócios fundadores¹²⁸ da Academia de Letras e História de Campo Grande, nesse período, têm o compromisso de realçar a cidade morena, de acordo com o presidente da ALH-CG, José Couto Vieira Pontes. “Surgem as Edições Acadêmicas no afã de criar uma bibliografia sul-mato-grossense, destinada a conservar e preservar os fatos de nossa história, o seu folclore, a sua tradição e as suas obras de literatura mais representativa” (PONTES, 1991, p. 38). Segundo José Couto Vieira Pontes,¹²⁹ “[...] agruparam-se em torno do ideal de Ulysses Serra intelectuais de todas as tendências, escritores dos mais variados estilos, historiadores e poetas, conservadores e modernistas, exploradores do regional e do universal, considerando aqui não somente os sócios efetivos mas também os correspondentes” (PONTES, 1991, p. 40).

A relação das obras produzidas pelos acadêmicos da ALH-CG (antes de Campo Grande, tornar-se capital, em 1979), segundo Otávio Gonçalves Gomes, é a seguinte:

Antônio Lopes Lins: “Caminhos de Lama”, romance, 1973; “Velho Maquinista e Outros Contos”, 1974; “Janaína - A Canção do Minuano”, poemas e prosa, 1976; “Eduardo Olimpo Machado - O Homem, O Meio, Seu Tempo”, 1976. - **Demóstenes Martins:** “Campo Grande - Aspectos Jurídicos e Políticos do Município”, ensaio, 1972; “História de Mato Grosso”, história, 1975. - **Germano Barros de Souza:** “Antologia de Poetas do Piauí”, Edição do Senado Federal, 1973. - **Hugo Pereira do Vale:** “Glória dos Cem Anos”, conferência, centenário de Santos Dumont, 1973; “Atrás das Muralhas da Razão”, 1975; “Areia do Deserto”, poesia, 1975. - **José Couto Vieira Pontes:** “Deste Lado do Horizonte”, contos, 1972; “Jorge Luís Borges, a Erudição e os Espelhos”, ensaio, 1976. - **Júlio Guimarães:** “Rondon e a Natureza”, poesia, 1965; “Refúgio D’Alma”, poesia, 1969. “Mensagem de Amor e Paz”, poesia, 1978. - **Jorge Antônio Siufi:** “Catiça de Gato”, crônicas, 1973. - **Oliva Enciso:** “Biografia de Vespasiano Martins”, in: Biografia de Patronos. Edição da Academia de Letras e História de Campo Grande, 1973. - **Otávio Gonçalves Gomes:** “Lampejos”, poesia, regionalismo, 1972; “Biografia do Visconde de Taunay”, in: Biografia de Patronos da Academia de Letras e História de Campo Grande, 1973; “Onde Cantam as Seriemas”, memórias, regionalismo, 1975; “200 Anos de Forte de

¹²⁸ Entre eles, Demóstenes Martins, José Couto Vieira Pontes, Otávio Gonçalves Gomes, Antônio Lopes Lins e Germano Barros de Souza.

¹²⁹ Na avaliação de José Couto Vieira Pontes, “até a divisão do Estado, em 1977, nossa literatura era essencialmente cuiabana. O nome mais conhecido era José de Mesquita [...]. Os escritores cuiabanos sempre foram muitos fechados. Cuiabá dispõe de riquíssimo manancial de fatos históricos, lendas, guardadas a sete chaves” (PONTES, 1992, p. 36). Para José Couto Vieira Pontes, “não me sinto em condições de fazer qualquer previsão otimista em relação ao futuro da literatura de nosso Estado. Vivendo entre o feijão e o sonho, lutando pela sobrevivência, preocupados com as contas particulares, com o bem estar da família, como vamos dispor de tempo e de coragem para imprimir um livro, nesse tempo de homens partidos” (Id., p. 42).

Coimbra”, história, 1975. - **Rui Garcia Dias**: “Biografia de Sabino José da Costa”, in: Biografia de Patronos - Edição da Academia de Letras e História de Campo Grande, 1973. (p. 206). - **Ulysses de Almeida Serra**: “Camalotes e Guavirais”, crônicas, 1971. - **Paulo Coelho Machado**: “Parceria Pecuária”, sem data. (GOMES, 1982, p. 201-206, grifo meu)

A Academia de Letras e História de Campo Grande conquistou espaços relevantes nos meandros do poder municipal e estadual; conseguiu realizar o concurso da biografia de Eduardo Olímpio Machado, com o patrocínio da Fundação Cultural do Estado, e alguns autores, como no caso o presidente da ALH-CG, venderam parte de seus livros publicados para a Secretaria de Educação do estado.

Nesse sentido, a efetivação do poder simbólico realizado pela ALH-CG não foi como em Cuiabá, quanto a uma certa unidade dos intelectuais cuiabanos em defesa da capital. Portanto, em Cuiabá houve um apoio oficial do governo, principalmente, no início das instituições das entidades (IHMT/AML). Em Campo Grande, a maioria das publicações é paga pelos próprios autores. Evidentemente que há exceções, como aqui mencionadas.

Como já mencionado, quando, em 1971, Ulysses Azul Almeida Serra lançou o livro *Camalotes e Guavirais*, em noite festiva nas dependências do luxuoso e vistoso Hotel Campo Grande, no centro da maior cidade do estado de Mato Grosso, alguns intelectuais começaram a articular e a organizar a criação de uma Academia para divulgar as Letras e a História dos campo-grandenses. O debate intelectual era nutrido pela convicção de que ainda havia muito a fazer para conferir a Campo Grande um papel proeminente no quadro estadual e nacional, compatível com a sua pujança econômica. Para tanto, uma série de esforços seriam necessários, envolvendo não só a ampliação de bibliografias de autores do município, como também a sua projeção cultural – especialmente artística e literária.

A cidade estava crescendo populacionalmente (além de chegar imigrantes de outras culturas), precisava organizar uma história feita por pessoas que moravam em Campo Grande e que tivessem gabarito para tal função.

A partir de 1945, nas sucessivas eleições diretas ou indiretas de governadores originados do sul do estado de MT, como Arnaldo Estevão de Figueiredo, Fernando Correa da Costa, Pedro Pedrossian e José Fontanillas Fragelli. Assim, a cidade de Campo Grande dominava politicamente o estado deste 1945. Por exemplo, muitos governadores, deputados estaduais e federais, senadores, secretários eram moradores da *cidade morena*, assim tinham conquistado uma representatividade política de peso e de projeção no estado

de MT, em outras palavras alguns políticos de Campo Grande mandavam no estado. Mas a cidade não possuía uma representatividade organizada culturalmente, por isso a necessidade de implantar uma entidade que pudessem sistematizar uma história e uma literatura campo-grandense.

Em agosto de 1976, Hildebrando Campestrini, lança a obra, *Artes e Cultura em Campo Grande*, realizado pelos alunos do primeiro ano de Psicologia da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciência e Letras de Campo Grande da FUCMAT - Faculdade Unidas Católica de Mato Grosso. O livro traz um panorama geral do município de Campo Grande-MT, da arquitetura, artesanato, cinema, escultura, folclore, literatura, música e dança, pintura e teatro, com fotos e dados sobre aspectos urbanos da cidade. Assim, nas vésperas de Campo Grande (em 1976), se tornar uma capital, era a cidade mais importante de Mato Grosso,

CAMPO GRANDE, no Sul do Estado, é a maior e mais importante cidade do Estado. [...] Em 1914 chegavam os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Campo Grande esta entre as cidades do Brasil que mais crescem. Conta com mais de duzentos mil habitantes, sede da nona Região Militar, de Base Aérea, de Bispado e de representação dos principais órgãos federais. As populações formadas por diversas raças: japonesa, libanesa, paraguaia. Os brasileiros aqui radicados são, em grande número, oriundos de outros Estados. Há, portanto, diversas religiões, predominando o Catolicismo. Conta a cidade com a TV-MORENA, Canal 6, em funcionamento e outro canal já autorizado; três estações de rádio: RÁDIO DIFUSORA, a mais antiga; RÁDIO CULTURA e RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL, de longo alcance; três jornais diários: DIÁRIO DA SERRA, CORREIO DO ESTADO, JORNAL DA MANHÃ; e sete cinemas, numerosas bibliotecas, na maioria modestas. A maior e a Biblioteca Central das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, fundada em 1947, atualmente com 42.000 volumes, em seguida, aparece a Biblioteca Central da Universidade Estadual de Mato Grosso, fundada em 1966, contando com 8.513 volumes; a Biblioteca Municipal, criada em 1940, conta com 5.300 volumes. Segundo relatório publicado pela Secretaria de Educação e Cultura de Campo Grande, o município tem 54.005 alunos de primeiro e segundo grau; 46.400 no primeiro grau e 7.605 no segundo. As escolas municipais absorvem 14.113 alunos, as estaduais 24.227 e as particulares 15.665. (CAMPESTRINI, 1976, p. 12, grifo do autor).

Em 1976, Campo Grande era uma cidade que crescia populacionalmente, um município considerado moderno, com ruas largas, universidades, bibliotecas aparelhadas e canal próprio de televisão.

Em suma, uma parte da elite letrada campo-grandense sentia a sua cidade como moderna e a representavam assim, em crônicas de jornais, poesias, imagens e discursos

variados. Deste modo, os intelectuais constroem no imaginário social de que a cidade de Campo Grande é uma cidade-moderna que, sem correspondência efetiva com o real concreto, tinha uma existência claramente delimitada pelos padrões de referência conceitual vigente no mundo capitalista. Ou seja, para os intelectuais do município da maior cidade mato-grossense, Campo Grande se sentia moderna sem o ser realmente¹³⁰, mas esta sensibilidade fazia com que a representação imaginária ganhasse força de realidade. Nesse sentido, cumpririam o mesmo papel de representação simbólica da modernidade desejada. O que importante ressaltar, é que a “cidade do desejo”, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar.

A ALH-CG, instrumentaliza e incentiva projetos literários e históricos, em conjunto, somam-se ao saber empírico local e tornam efetivos e produtores os conhecimentos sobre o lugar. Nesse sentido, o encaminhamento para a afirmação de uma História homogênea é imprescindível ao fortalecimento da condução do processo de desenvolvimento da cidade, possibilitando o fortalecimento dos mandatários do poder.

Portanto, os intelectuais sócios da ALH-CG (1972-1978) têm uma escrita direcionada à *história* de Campo Grande. Os *homens de letras* escreviam, produziam (livros, mais principalmente poesias, artigos e crônicas nos jornais), sempre enaltecendo Campo Grande como sendo o maior município populacionalmente do estado de Mato Grosso, além de divulgar a cidade como moderna e desenvolvida.

3.3 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

As eleições parlamentares de 1974 marcaram um novo quadro político brasileiro. A ascensão do partido de oposição ao regime militar, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), principalmente nos grandes centros, em que reforça, desse modo, as tendências a democratização do país.

¹³⁰ Segundo as declarações de José Couto Vieira Pontes, que ao retornar do Rio de Janeiro formado em Direito para Campo Grande nos anos sessenta do século vinte, “estranhei muito a cidade, um quadradinho de ruas, vivendo a típica rotina do interior. Ambiente cultural tímido, o que subsiste até hoje, sem nada de novo ou de importante para ser visto no campo da Música, da Literatura, do Teatro. Foi um choque” (PONTES, 1993, p. 31).

Segundo Mario Schmidt, a cada eleição para o legislativo, o MDB recebia mais votos. “Agora que a euforia do “milagre” econômico, tinha acabado, sobrava a insatisfação popular. (...) Geisel e Figueiredo perceberam que o governo militar estava esgotando seus recursos. A imagem pública dos militares como “honestos e competentes” começou a ser questionada” (SCHMIDT, 2002, p. 282).

O presidente Ernesto Geisel (1974-1978), inicia a discussão sobre “distensão lenta e gradual” e logo em seguida, o último presidente militar, João Batista Figueiredo, faria a “abertura política”. Para Mario Schmidt, “a idéia era a mesma: abrandar o regime, permitir algumas liberdades retirar os militares do governo”. Ou seja, a saída dos militares do poder deveria ser vagarosa e totalmente controlada. Exemplo, o último militar o general João Batista Figueiredo teve o seu mandato ampliado para seis anos.

Mas como ter certeza de que os políticos da ARENA conseguiriam se manter no poder? Como garantir que o Brasil se tornasse “democrático” e não se votasse no MDB? (...) o governo militar criou várias regras que deveriam garantir as vitórias eleitorais. Por exemplo, a Lei Falcão (1976), que determinava que na propaganda eleitoral no rádio e na televisão só poderiam aparecer a foto 3X4 e o currículo do candidato. Nenhuma crítica nem propostas poderiam ser apresentadas! Em 1977, Geisel utilizou o AI-5 (que ele extinguiria meses depois) para fechar o Congresso Nacional e aprovar o **Pacote de Abril**. O “pacotão” era um conjunto de leis eleitorais que favoreciam a Arena. Determinava que um terço dos senadores passaria a ser “eleito indiretamente”. Ou seja, na prática, os senadores seriam **biônicos** (apelido popular para os senadores nomeados pelo governo, que não tinham sido eleitos democraticamente). Outra medida do pacote de abril de 1977 foi aumentar o número de cadeiras de deputados federais. E onde haveria mais deputados eleitos? Nos estados do Norte e do Nordeste, onde tradicionalmente a Arena vencia as eleições. Ou seja, a Arena não precisou ter mais votos para conseguir mais deputados no Congresso Nacional. (SCHMIDT, 2002, p. 284, grifo meu).

Nas eleições de 1974, o crescimento das oposições mostrou-se evidente. Em troca, em 24 de junho de 1976, o governo militar promulgou a *Lei Falcão*, que impedia o debate político nos meios de comunicação, particularmente no rádio e na televisão. Ainda como estratégia, prevendo uma vitória da oposição nas eleições de 1978, Ernesto Geisel fechou o Congresso por duas semanas e decretou em abril de 1977, o “Pacote de Abril”, que alterava as regras eleitorais, ou seja, as bancadas estaduais da Câmara não podiam ter mais do que 55 deputados ou menos que seis. Com isso, os estados do Centro Oeste, Norte e do Nordeste, menos populosos, porém mais controlados pela ARENA, garantiriam uma boa representação no Congresso e no Senado, para poder contrabalançar as bancadas do Sul e

Sudeste, onde a oposição era mais expressiva, e o número de eleitores era muito superior.¹³¹

O *pacote de abril* mantém as eleições indiretas para governadores e criou a figura do senador biônico: um em cada três senadores passaria a ser eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas de seus estados. Em 15 de outubro de 1978 o MDB apresentou seu candidato ao colégio eleitoral, o general Euler Bentes, que recebeu 266 votos, contra 355 votos do candidato do governo, João Baptista Figueiredo. Nas eleições legislativas de 15 de novembro a ARENA obteve em todo o país *13,1 milhões* de votos para o *Senado* e *15 milhões para a Câmara*; o MDB conseguiu *17 milhões* de votos para o *Senado* e *14,8 milhões para a Câmara*. O presidente militar Ernesto Geisel conseguiu que a “distensão” seguisse nos seus moldes, lenta, gradual e segura. Deste modo, Ernesto Geisel garantiu a eleição de João Baptista Figueiredo, mas não impediu o avanço incontestado da oposição. Portanto, as manobras golpistas permitiram que a ARENA continuassem no comando do Congresso e do Senado com ampla maioria.

Por isso, é importante entender a criação do estado de Mato Grosso do Sul, no contexto do governo militar, pois tudo indica que foi uma estratégia dos militares (Lei Falcão, pacote de abril), primeiramente, garantir a eleição do general João Baptista Figueiredo e, logo em seguida, obter igualmente uma maior bancada no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Sobre a ação da ditadura militar no estado de Mato Grosso, a historiadora Marisa Bittar assinala que o governo mato-grossense aceitou o regime militar, por acreditar que

¹³¹ Segundo Marly Motta, “o Planalto estava preocupado com as eleições de 1978, principalmente para governador, as quais, segundo estipulava a Constituição em vigor, deveriam ser diretas. Uma emenda, mantendo as eleições indiretas, era a saída. Mas havia uma pedra no caminho: a ARENA, o partido do governo, não tinha os 2/3 de votos necessários para emendar a Constituição. Sob o pretexto de que o MDB estava obstando o projeto, o presidente Geisel, no dia 1.º de abril de 1977, decretou tanto o fechamento do Congresso, quanto, por meio do AI-5, uma série de reformas constitucionais. Um conjunto de medidas voltadas principalmente para garantir a preservação da maioria governista no Legislativo, especialmente no Senado. Geisel não podia se esquecer da estrondosa vitória nas eleições de 1974 do partido opositorista, que elegeu 16 das 22 cadeiras senatoriais então em disputa. Por isso mesmo, uma das “novidades” do chamado “Pacote de Abril” foi a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de *biônicos*” (MOTTA, 2006, p. 3). Deste modo, “o desafio seguinte enfrentado por essa política foram as eleições de 15 de novembro para a renovação das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado já que outro 1/3 foi eleito indiretamente, garantindo assim a maioria governista). Geisel participou intensamente da campanha da Arena, que elegeu 15 senadores e 228 deputados federais contra 8 senadores e 196 deputados do MDB. Entretanto, a oposição venceu na soma total de votos para o Senado (17 milhões e quatrocentos mil contra 13 milhões e cem mil dados à Arena) e permaneceu majoritária nos principais estados do país, levando o vice-presidente eleito, Aureliano Chaves, a pedir para o governo “não tapar o sol com a peneira”, ou seja, admitir a nova correlação de forças no Congresso” (COUTINHO & GUIDO, 2006, p. 20).

obteria uma melhoria regional¹³². Para Marisa Bittar, “de *fato*, os governos militares pós-64 estavam bem apetrechados de estudos geopolíticos sobre o Centro-Oeste. A lógica do “*progresso*” e do “*desenvolvimentismo*”, como se observou, vinculada intimamente ao conceito de segurança nacional não descuidaria dos destinos de Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 213, grifo do autor).

De acordo com a historiadora, tão logo assumiu a presidência da República, o general Ernesto Geisel (1974-1978), “[...] que na juventude engajara-se na Revolução de 1930 e exercera funções de secretário de estado, primeiro no Rio Grande do Norte, e, depois, na Paraíba, integrando-se, em 1932, às forças legalistas contra São Paulo, deu mostras de que estaria disposto a intervir na configuração geográfica de algumas partes do país” (BITTAR, 1997, p. 213).

Assim sendo, Ernesto Geisel, com sua estratégia geopolítica¹³³, “sua primeira medida respeitante ao assunto foi a fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, medida que se enquadrou perfeitamente no panorama geopolítico desenhado por Golbery” (BITTAR, 1997, p. 213).¹³⁴

¹³² A destituição do presidente João Goulart, em 1964, obtivera a anuência do governo mato-grossense, entre outras razões, por acreditar que haveria a “*valorização regional*”. Demosthenes Martins, a propósito, julga que até 1964, Mato Grosso estivera relegada ao abandono pelo governo federal, situação que começou a mudar com a “*revolução*” (...). Por isso, a celebração do advento do regime, que, segundo o autor, teve *apoio unânime* em Mato Grosso, tanto na parte *norte* quanto no *sul*, ao contrário do que ocorrera nos movimentos de 1930 e de 1932, quando não houve concordância entre as duas porções (grifo meu). (BITTAR, 1997, p. 212).

¹³³ Em 1975, o presidente Ernesto Geisel, faz uma fusão entre o Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Segundo Helio de Araújo Evangelista, “a idéia da fusão é antiga, decorre das primeiras discussões sobre a transferência da capital federal do Rio de Janeiro e a preocupação com o futuro da cidade. Isso proporcionou uma cultura favorável à fusão. Mas, provavelmente, sem a ditadura militar não teria ocorrido a fusão. Em 1967 e 1969 este regime de governo realizou profundas mudanças na ordem constitucional de modo que viabilizou mudanças na federação, como a fusão, sem a necessidade de um plebiscito (como era indicado, para um caso como este, na Constituição de 1946). Havia uma visão técnica (econômica) para se defender a fusão como uma forma de otimizar o desenvolvimento regional. A idéia era de que havia um pólo rico (a cidade do Rio de Janeiro), com grande arrecadação, e uma periferia pobre (a Baixada Fluminense) com muita carência de infra-estrutura. Assim, como um estado não poderia investir no outro, a fusão faria desaparecer o impedimento político administrativo da transferência de recursos entre as duas áreas. Os empresários cariocas se empenharam na defesa técnica da fusão, através de argumentos econômicos. No entanto, essa fase aconteceu em 1969, logo após a edição do Ato Institucional nº 5 e não próximo ao período que ocorreu a fusão (1973/1974). Também existia uma visão política, para a qual a cidade do Rio de Janeiro era um foco de oposição ao regime militar. Como o Estado da Guanabara era o único estado governado pelo MDB, partido da oposição, esperava-se com a fusão debelar este foco ao juntar o “*conservadorismo*” fluminense com a “*vanguarda*” carioca. A perspectiva era de que com a fusão seria possível alterar a representatividade da população numa Assembléia Legislativa Estadual unificada, através de uma nova correlação de forças entre os partidos o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional)” (EVANGELISTA, 2006, p. 2-3). Ver EVANGELISTA. Helio de Araújo. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. < www.feth.ggf.br >. Acesso dia, 10-06-2006.

¹³⁴ Segundo Cesar Maia, “quando Geisel começa a formular a estratégia dele, o mapeamento eleitoral exigiu reduzir a proporção avassaladora de votos que o MDB tinha na Guanabara. Geisel dá a versão de que ele queria ter grandes estados, mas ele queria na verdade juntar os legislativos. O governo de Faria Lima, mesmo eficiente, tirou a alma do Rio, não queria ter expressão nacional” (MAIA, 2006, p. 1). Para Cesar Maia, essa fusão, “fracassou porque o objetivo dela nada tinha a ver nem com o Rio nem com a Guanabara, e sim com a política nacional. A política levava os militares a um receio enorme desse centro irradiador de idéias” (MAIA, 2006, p. 1). Ver MAIA Cesar. *A fusão do estado da Guanabara*. <http://oglobo.globo.com/jornal/especiais/fusao/167273095.asp>. Acesso, 10-06-2006. Portanto, a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, diminuiu a representatividade do MDB no Congresso e no Senado.

De acordo com Marisa Bittar, “[...] o II PND afirmava que a prioridade em matéria de divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso. Assim, a demanda separatista do sul de Mato Grosso encontrava, pela primeira vez, respaldo num governo federal” (BITTAR, 1997, p. 214).

Desta maneira, em Mato Grosso, o governo federal depararia como o apoio dos políticos do sul, uma vez que era a maioria em termos de representatividade (deputados, senadores), nesse sentido, o próprio plano governamental precava recursos financeiros específicos para esses casos, “o II PND previa no programa de investimentos (1975-1979), no item *Integração nacional*, recursos financeiros que aparecem sob os termos “*transferências da União para os Estados e Municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste*” (BITTAR, 1997, p. 213, grifo do autor).¹³⁵

Ou seja, para a historiadora Marisa Bittar, os militares já planejavam no orçamento uma provável criação de novos estados no Brasil, assim, “embora não explicitasse a destinação para uma possível divisão de Mato Grosso, a previsão orçamentária era bastante ampla, nos termos em que se formulou para atender, se fosse o caso, como de fato o foi, às necessidades que surgiriam com a criação de uma nova unidade federativa” (BITTAR, 1997, p. 215). Assim, os militares usam como estratégia a *segurança nacional* para a ocupação dos *espaços vazios das áreas desintegradas* com projeto de “vias de penetração”.

O regime autoritário instalado então, pelos objetivos a que se propôs, encarou a secular questão meridional de Mato Grosso. Segundo os ideólogos do regime, não poderia haver *segurança nacional* sem um alto grau de desenvolvimento econômico, pois a segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território. Um país subdesenvolvido, disse Golbery do Couto e Silva, é particularmente vulnerável à estratégia do “*inimigo comunista*”, por isso, a contra-ofensiva deveria consistir em promover uma rápida arrancada do desenvolvimento econômico para obter o apoio da população. Preocupava o regime, sobretudo, a

¹³⁵ Nas observações de Amélia Coutinho e Maria Cristina Guido “as principais metas da política econômica do governo Geisel foram definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso no segundo semestre de 1974. Pretendendo ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o “milagre brasileiro”, o plano dava ênfase especial à diminuição da dependência do país das fontes externas de energia e, ao mesmo tempo, considerava prioritário o desenvolvimento das indústrias básicas, das comunicações, ferrovias, navegação e portos. Esses setores deveriam ser cobertos pela ação governamental direta, pois demandavam investimentos gigantescos, com longo prazo de maturação e baixa rentabilidade relativa, ficando garantido ao setor privado o fornecimento de equipamentos e matérias-primas, com ênfase especial nas empresas nacionais. A presença maciça de capital estrangeiro nas áreas de infra-estrutura devia ser evitada, estimulando-se em compensação seu crescimento nos setores considerados não básicos, onde a taxa de lucro era maior”(COUTINHO; GUIDO, 2006, p. 20). Ver COUTINHO, Amélia. GUIDO, Maria Cristina. *Movimento político-militar de 1964*. <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso dia, 10-06-2006.

vulnerabilidade dos amplos espaços vazios, as “*vias de penetração*” que deviam ser eficazmente “*tamponadas*”. (BITTAR, 1997, p. 224, GRIFO DO AUTOR).

Segundo as análises de Marisa Bittar, o separatismo, finalmente, deparava-se com a conjuntura nacional mais propícia, “[...] uma vez que a ideologia do desenvolvimento defendida pelo regime de 64, no aspecto da ocupação de áreas “*desintegradas*” encontrou respaldo nas lutas históricas pela criação de uma unidade federativa no sul de Mato Grosso. (BITTAR, 1997, p. 225).

Com o presidente Ernesto Geisel no comando do governo brasileiro, com sua geopolítica de interiorização, volta a tona “a causa separatista”, novamente em Campo Grande, por uma parte da elite mandante, “as intenções de Geisel reaqueceram a causam separatista, que, aliás, andava esmorecida” (BITTAR, 1997, p. 215). Nesse momento, o país vivia a ditadura militar, o presidente general Ernesto Geisel, determinou criar um novo estado na federação, não precisando dar satisfação, já que as elites mandantes de Mato Grosso apoiavam o governo militar.

Inclusive o fato de o país estar submetido a uma ditadura facilitou os intentos estratégicos de Geisel já que poderia prescindir de consultas populares sobre a aceitação ou não da medida, o que teria sido impossível na época anterior, isto é, no populismo (1946-1964). O depoimento de Paulo Coelho Machado, por exemplo, esclarece esse ponto ao revelar que Jânio Quadros, necessitando dos votos do norte (Cuiabá) para eleger-se presidente da República, rejeitara a petição separatista em 1960. Geisel não teria que lidar com esse problema. Nem mesmo fazer qualquer articulação política de gabinete. Por isso sua decisão aparentou ter sido algo de pessoal, como lembra Paulo Coelho Machado: “*Decorrente de uma sua decisão pessoal foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul*” (grifo do autor). (BITTAR, 1997, p. 226).

É fundamental destacar o papel da *classe ruralista* campo-grandense na efetivação de Mato Grosso do Sul em 1977, uma vez que se formou no sul de Mato Grosso, uma elite forte economicamente, encabeçada pelos grandes proprietários de terras, principalmente pelos pecuaristas campo-grandenses que dominaram a política no estado de Mato Grosso a partir dos anos quarenta do século vinte.

Paulo Coelho Machado costuma enfatizar o papel da “*classe rural*” no progresso e na divisão de Mato Grosso. Como se demonstrou, desde as primeiras manifestações e desejos autonomistas, essa causa foi

encabeçada por representantes dos grandes proprietários rurais do sul do estado. Muzzi, por exemplo, era um dos maiores fazendeiros do sul; Mascarenhas, além de fazendeiro, influente chefe político na região. Pode-se afirmar, sem dúvida, que o isolamento em que vivia o sul fez com que ali se formasse uma classe economicamente poderosa que rivalizava com a classe dominante do norte. Ela, com o tempo, sobrepujou as oligarquias tradicionais do centro-norte. (BITTAR, 1997, p. 232-233, grifo do autor).

Marisa Bittar pondera que a *classe rural* no sul de Mato Grosso, economicamente mais poderosa, “[...] essa classe latifundiária vinha tentando, particularmente após 1930, despojar do aparelho de Estado os grupos que monopolizavam “*o governo de Cuiabá*”. O que passou a ocorrer foi uma inadequação entre a condição de superioridade econômica dessa classe situada geograficamente no sul, e o fato de ela não dispor de um aparelho de Estado próprio, isto é, naquela porção de Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 232-233). Já que a parte meridional de Mato Grosso, na visão de sua *classe dirigente* é que sustentava economicamente todo o enorme estado. Por isso, a reivindicação de um estado autônomo, por parte de uma elite sulista mandante.

Em outras palavras, mesmo que os sulistas já tivessem conquistado maioria na Assembléia Legislativa e que até chegassem a exercer a chefia do Executivo, como muitas vezes aconteceu, isto não foi suficiente para resolver a questão meridional, pois, na lógica do separatismo, os recursos financeiros do sul continuariam canalizados para Cuiabá. Não bastaria, portanto, que os grupos economicamente dominantes do sul chegassem a participar do governo “*do norte*”: na sua concepção haveria que existir um governo *no sul*. Um governo que finalmente adequasse a condição de *classe dominante* desses grupos à de *classe dirigente* já que eles tinham tudo, exceto a direção política do Estado, como dizia Oclécio Barbosa Martins, “*o sul possui tudo, menos administração*”. (BITTAR, 1997, p. 232-233, grifo do autor).

Nesse sentido, para a historiadora Marisa Bittar, a questão objetiva da superioridade econômica do sul sobre o centro-norte gerou, “[...] ao longo do tempo, como se observou, uma situação de intolerância e impasse que só a divisão resolveria. Uma evidência da concepção conflitiva é o fato de que para os sulistas, o centro-norte passou a ser sinônimo de Cuiabá” (BITTAR, 1997, p. 233).

Desse modo, Marisa Bittar analisa que,

“é compreensível. Na medida em que essa cidade vinha mantendo, desde a Colônia, a posição de centro político decisório, as sucessivas vitórias governistas sobre o separatismo do sul acabaram fortalecendo, nos grupos dominantes sulistas, o desejo de eles próprios possuírem a sua máquina político-administrativa” (BITTAR, 1997, p. 233).

A partir dos anos trinta do século vinte, os líderes sulistas continuamente desejaram possuir um estado independente de Cuiabá.

Marisa Bittar pondera que, “esse interesse, inicialmente implícito, começou a ser aliado à representação que a elite sulista criou e difundiu sobre o centro-norte, chamado simplesmente de “*norte*”. É o *cuiabano* a imagem-chave, se assim se pode dizer, da animosidade que as elites elaboram” (BITTAR, 1997, p. 233, grifo meu). A elite dirigente de Campo Grande constrói uma imagem *negativa* dos cuiabanos *nortistas* e apresentam uma imagem *positiva* do *sul*, desta forma, ao longo do tempo os intelectuais dirigentes produzem seus próprios símbolos de representação, seu sentimento de pertença sulista, “[...] é como se fosse preciso construir uma figura emblemática, símbolo dos problemas e vicissitudes vividos no sul, e essa figura passou a ser o cuiabano, “*atrasado*”, diziam os separatistas” ((BITTAR, 1997, p. 233, grifo meu). Segundo Marisa Bittar, após 1932, há uma recusa evidente por parte de uma elite campo-grandense, em rejeição ao cuiabano.

Assim, às condições objetivas (superioridade econômica, maior “*progresso*” do sul etc), aliaram-se as subjetivas, ou seja, o sentimento difundido pelas elites sulistas de que “*o povo do sul*” não pertencia ao mesmo universo cultural do “*cuiabano*”. Disso resultou, historicamente, uma espécie de sentimento de “*não pertença*” em relação ao norte. Especialmente após 1932 essa noção de não pertencer a Cuiabá, de já constituir o sul, *de fato*, um estado distinto, aparece em todos os manifestos, discursos e obras que se redigiu sobre o separatismo (grifo do autor). (BITTAR, 1997, p. 233).

Desta maneira, principalmente no início dos anos trinta do século vinte, a elite condutora de Campo Grande, em sua maioria os pecuaristas, constroem objetivamente e subjetivamente, uma identidade sul-mato-grossense, de não pertencer ao mesmo universo do *norte* e principalmente de *Cuiabá*. Já que aparece em todos **os manifestos** a porção **sul** um estado distinto (civilizado) da porção norte (atrasada).

Apesar do agravamento dos problemas sociais costuma-se dizer em Mato Grosso do Sul que “*a pecuária vai bem, os criadores melhor ainda*”. A frase define a situação da classe social que tem dominado economicamente e que dirige o estado desde a sua criação. A estrutura agrária calcada na concentração fundiária engendrou? ao longo do século passado a formação da classe dominante sul-mato-grossense: os grandes proprietários rurais. Poder-se-ia dizer que o seu fortalecimento econômico, aliado ao isolamento físico em relação ao centro-norte do antigo Mato Grosso, levou-a a postular a criação de um estado para si. Sua força econômica necessitava de um território autônomo “*do governo de Cuiabá*” para que exercesse também a hegemonia política. Por isso, mesmo quando conquistou espaço significativo naquele governo, que, aliás, não considerava seu, ela não se viu realizada. Sua completa

realização de classe só ocorreu com a concretização de um sonho, um objetivo histórico do qual ela mais se orgulha: *a criação de Mato Grosso do Sul*. Esse processo verificado ao longo de quase um século de história, mostra a transição de uma classe em si que se tornou classe para si: ela não apenas domina economicamente como passa a exercer o controle político de um estado que nasce, em grande parte, para atender aos seus objetivos de classe. (BITTAR, 1997, p. 290, grifo do autor).

Para a historiadora, a criação do estado de Mato Grosso do Sul foi para atender os objetivos da classe ruralista campo-grandense. Aponta Marisa Bittar, que o presidente militar Ernesto Geisel, “também levou em conta fatores políticos. Sabia ele que, ao criar uma unidade federativa ali, contaria com um governo e toda a estrutura política regional, a favor do regime, que já se encontrava em seus momentos de exaustão procurando uma auto-reforma para manter-se” (BITTAR, 1999, p. 126).

Por isso, para a historiadora é imprescindível entender que,

o lema da divisão não foi alçado nesse período da ditadura militar. Um dos aspectos dessa questão é o fato em si da própria existência de uma ditadura, mas outro é o fato de que esta ditadura, diferentemente do período Vargas, quando sul e norte estiveram em lados políticos opostos, obteve o apoio da classe dominante do norte e do sul, indistintamente. (BITTAR, 1999, p. 129, grifo meu).

Desta maneira, Marisa Bittar indaga: como poderia, em uma ditadura militar, “levantar um lema divisionista, inclusive quando os próprios governadores eram nomeados pelo regime?” (BITTAR, 1999, p. 129). Ou seja, o movimento separatista, estava adormecido nesse período da ditadura militar.

Em sua gestão, o presidente Ernesto Geisel (1974-1977) promoveu a união do estado da Guanabara ao Rio de Janeiro e criou o estado de Mato Grosso do Sul, dentro da estratégia de fortalecer a ARENA, “a resolução de dividir Mato Grosso e a geopolítica de modo geral, fazia parte da sua estratégia de desenvolvimento e concretizou-se sem que houvesse consulta às populações interessadas” (BITTAR, 1999, p. 130).

Em 1977, o governo de Ernesto Geisel decidiu criar um novo estado em Mato Grosso; “[...] dentro da lógica da ditadura, Geisel, simplesmente encarregou os ministros do Interior, Justiça e Planejamento de providenciarem o aparato legal estava tão seguro de sua aprovação” (BITTAR, 1999, p. 130). Assim, os órgãos responsáveis organizaram as medidas necessárias para a implantação do novo *Estado Modelo*.

Decidida nos altos escalões do Exército e na Presidência da República, o ministro do Interior encarregou então a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) de efetivar as medidas para a divisão e o órgão, por sua vez, solicitou assessoria “a *quatro pessoas de expressão de Campo Grande*”, Paulo Coelho Machado, Kerman Machado, Cândido Rondon e José Fragelli, que procederam a minucioso levantamento sobre a situação sócio-econômica de Mato Grosso, enfrentando, segundo Paulo Coelho Machado, a resistência do governador José Garcia Neto que “*não dava qualquer informação*”. Ainda de acordo com ele, esse trabalho que durou três meses, foi grande e realizado também em “*sigilo absoluto*”. Evidente que todo esse “*sigilo*” só foi possível naquelas circunstâncias do regime militar em que a liberdade de expressão e organização estava impedida. É importante perceber, inclusive, que a divisão oriunda desse contexto, isto é, prescindindo da participação popular, completou a trajetória do “*movimento divisionista*” como demanda que esteve sempre vinculada às elites políticas e econômicas do sul de Mato Grosso. Nem mesmo a Liga Sul-Mato-Grossense chegou a desempenhar função mobilizadora, especialmente após o golpe militar e mesmo sob o governo Geisel a sua estratégia não consistiu em estimular ações populares, como manifestações políticas, de rua etc. O grupo que auxiliou o governo federal confiava na tática presidencial, tanto que só pensou em reativar a Liga em 1977 (BITTAR, 1997, p. 230).

Os estudos sócio-econômicos levantados pelos Ministérios e pelo grupo sigiloso mato-grossense duraram cerca de três meses. Paulo Coelho Machado em entrevista a Revista Plus, conta como aconteceram os bastidores da divisão, “ao temer pelo término do governo Geisel uma vez que todo o levantamento havia sido encaminhado à SUDECO mas a situação não se resolvia” (MACHADO, apud, BITTAR, 1997, p. 231). Paulo Coelho Machado lembra que o governo federal não se decidia prontamente se criava o novo estado, na dúvida resolveram fazer um movimento reivindicando a divisão, desta maneira, “convidei alguns companheiros à minha casa e propus a *reativação da Liga Sul-Mato-Grossense*, que tinha sido desativada em 1934, para reiniciar a luta pela divisão, com os mesmos objetivos e o mesmo estatuto, apenas atualizado” (MACHADO, apud, BITTAR, 1997, p. 231, grifo do autor).

Segundo Paulo Coelho Machado, reativada a Liga Sul-Mato-Grossense¹³⁶,

¹³⁶ Segundo consta da ata de reestruturação da Liga Sul-Mato-Grossense, “Em março de 1977, reuniu-se na residência de Paulo Machado, grande número de militantes divisionistas e pelo consenso geral foi reestruturada a organização da Liga Sul-Mato-grossense [...]. Representando a maioria exigida pelos estatutos elegemos seguintes associados para composição do Diretório Central: Afonso Simões Corrêa, Abílio Leite de Barros, Eduardo Machado Metelo, Flávio de Andrade, Renato Ribeiro, Elizabete G. Lorentz de Figueiredo, Paulo Coelho Machado, José Fragelli, Kerman Machado, Antonio Lopes Lins, Nelson Benedito Neto, Cândido C. Rondon, Eduardo Contar Filho, Cláudio Fragelli, Nelly Bacha, Lélia Rita de Figueiredo Ribeiro, Haroldo S. Ribeiro, Eloy Pereira, Demóstenes Marfins, Gen. César B. Araújo, e no *Diretório Ala Jovem* José Antonio Palhano, Eduardo Olímpio Machado Neto e Alexandre G. Lorentz de Figueiredo. Nada mais tendo a tratar foi lavrada a presente ata que, eu secretária assino com o presidente da mesa e demais associados [...] Campo Grande, 25 de março de 1977” (RIBEIRO, 1993, p. 469-471).

[...] então começamos a fazer um *trabalho subterrâneo* para que saísse a divisão. Montamos a estratégia. Provocamos os cuiabanos para que eles reagissem, pois eles não podiam nem ouvir falar no assunto. A criação de atritos entre os cuiabanos e nós (o sul) era uma forma de acelerar o processo. E pegou [...]. Tudo o que era publicado na Imprensa nós mandávamos para o Geisel e dizíamos que não era possível continuar essa situação, e isso funcionou”. (MACHADO *apud* BITTAR, 1997, p. 231, grifo meu).¹³⁷

Ou seja, a estratégia dos membros da Liga Sul-Mato-Grossense em 1977, foi provocar os cuiabanos e não fazer movimento divisionista, nem organizar passeatas ou abaixo-assinados, pelo contrário, o caminho segundo Paulo Coelho Machado, foi secreto e sigiloso, a não ser os artigos (provocativos) publicados na imprensa campo-grandense para incitar os cuiabanos.

Deste modo, analisa Marisa Bittar, a criação de um novo estado, deu-se nos meandros do poder, realizado nos subterrâneos da ditadura militar, ou seja, feito em acertos de gabinetes dos políticos mandantes.

No caso da divisão de Mato Grosso foi o que se deu. Todo o processo foi encaminhado pelos assessores mais próximos de Geisel, cabendo à Liga Sul-Mato-Grossense, recém reativada, montar a estratégia que consistia em “*provocar os cuiabanos para que eles reagissem*”, criando, assim, falsos “*atritos*” para “*acelerar o processo*”. (BITTAR, 1997, p. 231, grifo do autor).

A Liga Sul-Mato-Grossense em 1977 deliberou atormentar e incitar os cuiabanos nos bastidores, para que os mesmos pudessem rebater as críticas sobre a divisão, assim, os campo-grandenses empregando atitudes de baixo nível, como idealizar atritos e conflitos com os cuiabanos e o que é pior, divulgar na imprensa para depois entregar ao presidente Ernesto Geisel. Conforme pondera Marisa Bittar, “pequenas querelas e manifestações ocorridas em Cuiabá depois de noticiadas, eram enviadas a Geisel, pelos divisionistas, para convencê-lo de que havia conflitos entre a população das duas partes do estado e que esses

¹³⁷ Segundo a acadêmica da ASL (Cadeira, n.º 27), Lélia Rita E. de Figueiredo, o “[...] governador de Mato-Grosso, José Garcia Neto, totalmente contrário à idéia divisionista, cria inúmeras polêmicas, que a imprensa campo-grandense, principalmente o *Correio do Estado*, noticia. Por outro lado, o mesmo noticioso publica crônicas, poesias, opiniões, favoráveis ao *Divisionismo*, como era chamada a Campanha. O que se nota e se destaca nesta ocasião é que o cunho dado a este movimento, desta feita, se reveste de *ética* e *respeito* pelos cuiabanos, que são tratados como irmãos, e não como inimigos. A Liga Sul-Mato-Grossense, cujo espírito nunca fenecera, ressurgiu como *Phoenix* e reaviva nos espíritos, tanto separatistas como divisionistas, a chama que haveria de incendiar o coração de todos os mato-grossenses. Assim, por iniciativa de Paulo Coelho Machado em meados da década de 1970, inicia-se a discussão pela imprensa campo-grandense e cuiabana, argumentando uns pela conscientização da Divisão, e outros, principalmente cuiabanos, pela manutenção do *status quo*” (RIBEIRO, 1993, p. 470). Note-se, a **campanha** realizada pela Liga Sul-Mato-Grossense em 1977 **não foi nada ética**, pelo contrário, foi sigilosa, provocativa e de baixo nível.

“conflitos” tendiam a agravar-se” (BITTAR, 1997, p. 231). Deste modo, a Liga Sul-Mato-Grossense, empenhou-se nas manobras e nos arranjos políticos secretos e obscuros, apoiados pela ditadura militar, para criar um estado independente de Cuiabá.

De acordo com os estudos de Marisa Bittar, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, foi uma determinação pessoal do general Ernesto Geisel¹³⁸. Deste modo, sendo uma decisão tomada de cima para baixo, igualmente trouxe uma gafe, o nome inicialmente lançado pelo governo federal do futuro estado da federação chamava-se: *Estado de Campo Grande*.

Como foi fruto de um ato da ditadura, portanto, não precedida de um processo popular, *veio acompanhada de alguns absurdos*, entre os quais, o próprio nome, da nova unidade: *estado de Campo Grande!* Provavelmente, *a gafe*, do governo federal fosse decorrente do desejo de agradar ao grupo campo-grandense engajado na Liga, prestigiando a cidade. A correção não tardou. É que, logo fora anunciado, o nome foi contestado em algumas regiões do sul como um privilégio exacerbado de Campo Grande, já que os demais municípios que comporiam o novo estado não se sentiam representados. (BITTAR, 1999, p. 134, grifo meu).

Em 3 de maio de 1977, o presidente Ernesto Geisel¹³⁹, logo após o “pacotão de abril”, em nome da Segurança Nacional, *divide*¹⁴⁰ o estado de Mato Grosso e apresenta

¹³⁸ Paulo Roberto Cimó Queiroz pondera que “[...] a divisão enfim ocorreria, em 1977, à revelia das populações tanto do Sul como do “Norte”. [...] De fato, embora não se possa de antemão descartar a ação de líderes políticos sulistas na efetivação da divisão, parecem suficientemente convincentes os argumentos segundo os quais a *decisão* a esse respeito partiu efetivamente do governo central” (QUEIROZ, 2005, p. 21).

¹³⁹ Sobre essa temática, a acadêmica da Academia Sul-Mato-Grossense, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, afirma que “[...] quando, a 03 de maio, a nota do Governo Federal oficializava a divisão de Mato Grosso, veio concretizar o que *os sulistas* sonharam e por que lutaram por mais de 50 anos: a criação de um Estado, o do Mato Grosso do Sul – *só que o nome Campo Grande*, dado à nova unidade não agradou a ninguém. No centro/norte acirrou-se a rivalidade entre os cuiabanos e, no sul, criou um disfarçado despeito, principalmente entre os moradores de Corumbá e Dourados, que não encontravam motivos para que o novo Estado tivesse o mesmo nome da principal cidade sulista” (RIBEIRO, 1993, p. 142, grifo meu).

¹⁴⁰ Lenine Póvoas ressalta que “[...] o ressentimento que ficou em Cuiabá, contra o presidente Ernesto Geisel, na hora da divisão, foi que ele marginalizou totalmente, as lideranças do norte na elaboração da lei que criaria o novo Estado” (PÓVOAS, 1992, p. 123). Lenine Póvoas afirma que os nortistas até 1959 eram contra a divisão, “[...] numa visão clara de futuro, que o grande Mato Grosso seria, pela potencialidade de suas riquezas naturais um dos maiores e mais importantes Estados da Federação” (PÓVOAS, 1992, p. 122). Mas, os nortistas cansaram das campanhas, “[...] do menosprezo que lhes era dirigido e da ofensa que se lhes atirava dizendo-se que viviam *às expensas do Sul*, o que evidentemente, era uma afirmativa inverídica, como ficou comprovada com a própria divisão” (PÓVOAS, 1992, p. 122, grifo do autor). Um manifesto dos nortistas em favor da divisão circulou em 22 de agosto de 1963, em Cuiabá, relata Lenine Póvoas, “Manifesto Pró Divisão do Estado de Mato Grosso, assinado por elementos das profissões liberais e pelas mais expressivas lideranças do empresariado e da sociedade cuiabana” (PÓVOAS, 1992, p. 122). Ainda para o autor, se “[...] fosse realizado um plebiscito, o norte votaria esmagadoramente a favor da divisão” (PÓVOAS, 1992, p. 122). Lembro que essa afirmação de Lenine Póvoas foi escrita em 1992, ou seja, após a divisão ocorrida em 1977, quando já estava materializada a criação de Mato Grosso do Sul.

oficialmente uma nova unidade da federação, o “*Estado de Campo Grande*”, sendo a sua capital, a cidade de Campo Grande. Constituída por 55 municípios, pertencente a porção meridional do então estado de Mato Grosso.¹⁴¹

Por parte dos moradores do novo **Estado de Campo Grande**, há uma reação *ao nome* (e não pela divisão ou criação), da nova unidade da federação, por parte dos intelectuais, jornalistas e políticos do interior, principalmente das cidades de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, entre outros municípios constituídos ao novo estado da federação.

Em Dourados, Wilson Valentim Biasotto lembra que, nesse período de 1977, foi realizada uma reunião para definir o nome do novo estado¹⁴²: “discutíamos o nome para o Estado que nasceria em breve. Muita gente apostava as fichas em *Estado de Campo Grande*, especialmente os habitantes da capital; no interior falava-se muito em *Estado de Maracaju* e, com menor entusiasmo, *Entre-Rios*” (BIASOTTO, 1999, p. 2, grifo do autor). Explica Wilson Valentim Biasotto: “nós estávamos firmando opinião a respeito. Entre-Rios não nos parecia boa opção. É verdade que o Estado constitui-se numa mesopotâmia, mas era coisa batida, o nome fora usado para cidade do Estado e não colara: Entre-Rios passou a chamar-se Rio Brilhante” (BIASOTTO, 1999, p. 2).

Wilson Valentim Biasotto, esclarece que,

Estado de Campo Grande também não nos pareceu boa idéia. Representava, é verdade, uma realidade geográfica, boa parte do Estado é composta por terras de campo, mas, ponderávamos, estender o nome da Capital a todo o Estado seria um estímulo muito grande aos *já reconhecidamente bairristas campo-grandenses*. (BIASOTTO, 1999, p. 2, grifo do autor).

Deste modo, afirma o autor que,

Maracaju também dá nome ao relevo, além da serra temos ainda o planalto com o mesmo nome, mas não nos pareceu correto termos uma serra, um planalto, uma cidade e um estado com o mesmo nome. Além do mais, da mesma forma que o estado não se constitui única e

¹⁴¹ Campestrini & Guimarães, relatam que, “no desmembramento, Mato Grosso ficava com trinta e oito municípios, com uma população estimada (1977) de 900.000 habitantes, distribuídos em 903.386,1 quilômetros quadrados, Mato Grosso do Sul, abrangia *cinquenta e cinco municípios*, com uma população estimada (1977) de 1.400.000 habitantes, em 357.139,9 quilômetros quadrados” (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002, p. 248/249).

¹⁴² Segundo Wilson Valentim Biasotto, “O artigo de Valfrido foi inspirado em uma conversa de fim de tarde entre ele, eu e o professor Ivan Aparecido Manuel, hoje na Unesp” (BIASOTTO, 1999, p. 2).

exclusivamente de campos, para chamar-se Campo Grande, não é também uma única serra ou planalto. (BIASOTTO, 1999, p. 2).

Para finalizar, Wilson Valentim Biasotto assegura que

[...] deveria ser *Mato Grosso do Sul*, concluímos àquela época. Manteríamos a tradição e o povo, especialmente os mais velhos, guardariam suas lembranças. A separação seria apenas política e territorial, manteríamos os nossos laços, inclusive através do nome. E assim nem precisaríamos abrir mão do *nosso símbolo, consagrado* através da música: *a seriema*. (BIASOTTO, 1999, p. 2).

Após a reunião, Valfrido Silva, publicou um artigo no jornal *Folha de Dourados*, com o título: “Pra quem fica a Seriema?”, que teve repercussão no estado, principalmente em Campo Grande e Cuiabá.

Uma discussão surgida quando o Presidente Geisel anunciou oficialmente a disposição de dividir o velho Mato Grosso, para criar o Estado de Campo Grande. De pronto, a polêmica foi formada, surgiram as pressões políticas e o presidente cedeu, criando o Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977. Naquela ocasião, uma conversa deste jornalista com o professor de história Wilson Biasotto, transformou-se num artigo para o jornal *Folha de Dourados*, com grande repercussão em Campo Grande e até nos jornais de Cuiabá. O questionamento era, se uma vez persistindo o nome de *Estado de Campo Grande*, com quem ficaria a Seriema, ave símbolo de nossos campos. Sim, porque numa das canções sertanejas mais cantadas por aqui, fala-se (ou canta-se): “*ó Seriema de Mato Grosso, teu canto triste me faz lembrar... daqueles tempos em que eu viajava, sinto saudades de seu cantar...*”. O professor Wilson Biasotto sugeria, então, que se revisse a proposta do nome de Estado de Campo Grande ou que se transferisse a Seriema para o Mato Grosso. Mas como a música “Seriema de Mato Grosso” faz referências às cidades de Maracaju e Ponta Porã, não seria justo levar o bichinho embora. Trocar a letra para “Seriema de Campo Grande”, também não resolveria o problema. É claro que as elucubrações do jornalista e do professor não devem ter pesado na decisão da troca de nome. Era o anseio popular que falava mais alto. E assim começamos a construir nossa história, *a história* do Mato Grosso do Sul. (SILVA, 1999, p. 2).

Portanto, o reconhecimento da *história* para o nome do vigésimo sétimo estado da federação: *Mato Grosso do Sul*. Segundo João Barbosa Rodrigues, “[...] a denominação inicial de Campo Grande, para o novo estado não perdurou por iniciativa da *população*, através da Liga Sul Mato-Grossense, que preferiu conservar o Mato Grosso de *passado glorioso* na vida brasileira” (RODRIGUES, 1985, p. 164, grifo meu). Deste modo, o autor elucidou que, “Campo Grande contenta-se em ser a capital político-administrativa. Foi assim que o Estado ficou com a denominação de *Mato Grosso do Sul*” (Id., p. 164). De

acordo com João Barbosa Rodrigues, por meio da Liga Sul-Mato-Grossense, que vinha há meses colaborando com os trabalhos de desmembramento, concordou como o nome de MS, mas a capital tinha que ser a cidade morena, “[...] foi taxativa quando em seu artigo 3.º do Cap. I estabeleceu de forma lacônica e contundente: *a cidade de Campo Grande é a capital do Estado*” (RODRIGUES, 1985, p. 164, grifo do autor).

Para a instituição¹⁴³ do novo estado com o nome de Mato Grosso do Sul, segundo as análises de Marisa Bittar, dois aspectos foram contemplados; primeiro, “[...] todos os mato-grossenses do sul ficaram representados, e não apenas Campo Grande, que abarcaria uma parte, jamais o todo” (BITTAR, 1999, p. 134). O outro aspecto assinalado pela historiadora foi que o “[...] *passado comum* do sul e do norte não foi desprezado, isto é, tanto o sul quanto o norte, têm raízes históricas, que fazem nutrir sentimento de pertença pelo antigo Mato Grosso. Por isso, o termo Mato Grosso que nomeia os dois estados contempla as origens histórico-culturais comuns” (BITTAR, 1999, p. 135, grifo do autor). Assim, a *história* foi decisiva na escolha do nome.

Mas a atribuição do nome, embora temporário, de “estado de Campo Grande” revela uma face do divisionismo que deve ser lembrada: o seu caráter restrito, de demanda que nunca chegou a ser popular e de uma decisão que prescindiu de participação democrática. Além disso, expressa também o traço que aqui revelamos: a causa separatista, depois de haver se tornado movimento separatista, teve nos quadros dirigentes de Campo Grande os seus maiores defensores. Em outras palavras: pode-se afirmar que a elite dirigente formada na cidade nos anos 30 empalmou essa bandeira acreditando não apenas que o estado devesse ser dividido, mas que a capital teria que ser Campo Grande. (BITTAR, 1999, p. 135).

Os líderes políticos da cidade de Campo Grande, a partir de 1932, apresentam um papel homogêneo em divulgar a parte *Sul* de Mato Grosso, como sendo uma porção *diferente* do Norte, assim, os intelectuais atuam organizadamente por meio da Liga Sul-mato-grossense, além da imprensa, especialmente os jornais, (em que se destaca, o Correio do Estado de Campo Grande) que no dizer da historiadora Marisa Bittar, funcionou como uma “espécie de partido”, na causa divisionista.

¹⁴³ Segundo Campestrini e Guimarães, no “[...] dia 24 de agosto de 1977, o então presidente da república Ernesto Geisel enviava a Mensagem n.º 91, de 1977-CN, com o projeto de lei complementar de criação do novo Estado. No dia 11 de outubro de 1977, o mesmo presidente assinava, em solenidade histórica, a Lei Complementar n.º 31, criando a *Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso*, com a capital em Campo Grande. O anteprojeto criava o *Estado de Campo Grande*, nome não aceito pelas lideranças sul-mato-grossenses. Qualquer consulta à população sobre o nome do novo Estado colocaria (não havia tempo) *em risco* o projeto. Assim, optou-se por Mato Grosso do Sul, esperando que Mato Grosso passasse a Mato Grosso do Norte, o que não ocorreu. Ainda: em momento algum se falou em divisão do Estado de Mato Grosso e, sim, em criação do Estado de Mato Grosso do Sul, como esta na lei complementar” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 249).

O grupo dominante não se torna dirigente senão quando chega, por meio dos seus intelectuais, a exercer a sua hegemonia sobre a sociedade inteira. A classe dominante sul-mato-grossense, como se verá, na trajetória da criação de Mato Grosso do Sul, contou com a elaboração de idéias sobre a necessidade de um novo estado, fazendo com que seu projeto fosse incorporado por toda a sociedade, tornando-se hegemônico. Ela gerou seus próprios intelectuais. Esses intelectuais atuaram na obtenção de convencimento, tanto de forma individual quanto coletiva, destacando-se a *Liga Sul-Mato-Grossense*, e o jornal *Correio do Estado*, espécie de partido político da divisão de Mato Grosso desde os anos 1940. (BITTAR, 1997, p. 3, grifo do autor).

A criação de Mato Grosso do Sul, concretizou-se em parte devido aos pecuaristas campo-grandenses, uma *classe* que dominou politicamente o estado de Mato Grosso (a partir dos anos quarenta do século vinte). A classe rural reivindicou a separação do estado de MT bem como a cidade de Campo Grande a sua capital. É importante ressaltar que a fundação do estado de MS deu-se no contexto de uma ditadura militar, a quem interessava aumentar seus votos no colégio eleitoral entre deputados e senadores da ARENA.

Para a historiadora Marisa Bittar,

As regiões *norte* e *sul* de Mato Grosso nunca chegaram a constituir exatamente *a mesma história*: estado de conformação geográfica acentuadamente alongada no sentido longitudinal gerou, na verdade, *duas* formações históricas distintas de modo a justificar o uso dos termos *norte* e *sul*, mais salientes do que em qualquer outra unidade federativa. Por isso, *norte* e *sul* cresceram separados. (BITTAR, 1997, p. 12).

O sócio do IHG-MS e da ASL, José Barbosa Rodrigues, publicou um livro em 1978, com o título: *Isto É Mato Grosso do Sul – nasce um estado*, que narra a viagem dos sul-mato-grossenses que participaram da realização do ato solene da fundação do MS,

[...] de Campo Grande, naquele dia, às 7 horas da manhã, partiu do Aeroporto Internacional de “Antônio João”, o avião Boeing da VASP, de prefixo SMS [...], conduzindo 110 autoridades e pessoas gradas de municípios do novo Estado, fretado pelos próprios “divisionistas”, independentes de coloração política, de credo religioso e de agremiações outras. De Cuiabá, fretado pelo governo do Estado, dois aviões levaram à Capital Federal autoridades estaduais e convidados. (RODRIGUES, 1978, p. 21).

A solenidade realizada na capital federal com a participação de autoridades mato-grossenses e sul-mato-grossenses, José Barbosa Rodrigues lembra que,

[...] ocorrido no Palácio do Planalto, em Brasília, perto de mil pessoas assistiram ao nascimento oficial de Mato Grosso do Sul. O ato oficial

teve a duração de 13 minutos, tendo usado da palavra, na oportunidade, o ministro do Interior, General Maurício Rangel Reis e o Presidente Ernesto Geisel. (RODRIGUES, 1978, p. 7).¹⁴⁴

Com muito alento, narra José Barbosa Rodrigues, o dia histórico da assinatura da criação de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar Nº 31, de 11 de Outubro de 1977), acontecido em Brasília.

Aos onze dias do mês de Outubro do ano de 1977, dia histórico da divisão, às sete horas, à bordo do avião da VASP que conduz a Brasília a maioria dos companheiros de jornada, para assistir ao ato de assinatura da Lei de criação de Mato Grosso do Sul, realiza a Liga Sul-Mato-Grossense uma reunião cívica comemorativa do maravilhoso evento do nascimento de um novo Estado, o corolário justo de uma grande luta. *Finalmente, nosso objetivo de tantos anos foi atingido, nosso movimento logrou alcançar o seu êxito, por todos os títulos justo e lógico.* Mato Grosso do Sul, uma realidade de tantos anos no coração de todos nós, nascerá grande e forte para cumprir uma tarefa histórica no desenvolvimento brasileiro, uma tarefa que será tanto material e econômica, como grande produtor de alimentos e matérias primas, como cívica e política. Ao alvorecer de um dia tão belo cumpre-nos, antes de mais nada, elevar ao nosso Deus uma prece de agradecimento e uma súplica de graça. Que ele, inspirador do Presidente, ao receber a gratidão que nos invade, permita a realização das nossas tarefas básicas a salvo de calamidades telúricas e humanas, dando-nos força e entusiasmo para enfrentar as dificuldades e tropeços, contingências como as incompreensões e as faltas naturais das criaturas. [...] Nesse momento nosso coordenador, Paulo Coelho Machado, entregará em nome da Liga, ao Presidente Ernesto Geisel – o grande artífice da criação de nosso Estado – uma placa de ouro medindo 12 cm por 18 cm, com os dizeres. “Ao Presidente Ernesto Geisel como penhor de eterno reconhecimento pela sanção da Lei que acaba de criar o Estado de Mato Grosso do Sul, concretizando assim, um velho sonho dos sul-mato-grossenses acalentado através de tantas lutas e aspirações. Liga Sul Matogrossense 11.10.77” e tendo em alto relevo o mapa do novo Estado, enquanto o prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda, lhe dará a caneta de ouro com a qual assinará a Lei e que voltará a Campo Grande como parte do “Museu da Divisão”. (RODRIGUES, 1978, p. 109-110, grifo meu).

Na ata de n.º 09, da Liga Sul-Mato-Grossense, publicada no livro de José Barbosa Rodrigues, *Isto É Mato Grosso do Sul – nasce um estado*, de 1978, relata que,

¹⁴⁴ A sócia da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, sobre a data histórica para o Mato Grosso do Sul, informa que, no “[...] Palácio do Planalto, completamente lotado das mais altas personalidades do País e do Estado de Mato Grosso, com as presenças ilustres do Exmo. Sr. Presidente da República Gal. Geisel, Ministros de Estados, Governador de Mato Grosso, ex-Governadores, Secretários de Estado, Senadores, Deputados Federais e Estaduais por Mato Grosso, deu-se início à solenidade de promulgação da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, pela qual desmembrara-se de Mato Grosso, o território de Mato Grosso do Sul. Às 11h30 de Brasília, em meio a aplausos da multidão que se acotovelava nos salões do Palácio do Planalto, S. Exa o Presidente assinou a referida Lei Complementar, e em seu estilo moderado de ser, dissera em seu discurso: “foi preocupação do governo abrir o caminho no sentido de um melhor equilíbrio da Federação, nos dias de amanhã. Essa divisão é necessária devido a imperativos de toda ordem, inclusive as aspirações das populações que ali vivem. Nesta luta estaremos todos juntos, governo e povo. Eu lhes confesso: tenho em mim seguras esperanças de que nós vamos construir dois futuros grandes Estados do Brasil” (RIBEIRO, 1993, p. 477, grifo do autor). Ver RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. *O homem e a terra*. Campo Grande: IHG-MS, 1993.

[...] os participantes do “vôo da divisão” dirigiram-se ao Palácio do Planalto conforme o previsto, às 11,30 horas o Presidente da República, Ernesto Geisel, sancionou a Lei. Após rápidas palavras do Ministro do Interior Maurício Rangel Reis. Falou também o sr. Presidente da República e a seguir foi feita a entrega da placa de ouro. (RODRIGUES, 1978, p. 111).

Consta também da ata o registro dos discursos dos participantes do “vôo da divisão”, realizado em uma churrascaria do lago na capital federal, onde foi realizado o almoço de confraternização, “[...] a alegria era contagiante, muitos fizeram uso da palavra, entre eles o Dr. Paulo Jorge Simões Corrêa, Nerone Maiolino, Antonio Tonani (de Dourados), Prof. J. Barbosa Rodrigues, Hugo Pereira do Vale, Pe. Antônio Antunes de Barros Sobrinho e, encerrando, com comovente alocução carregada de júbilo e felicidade agradeceu aos companheiros, o Presidente da Liga, Paulo Coelho Machado” (RODRIGUES, 1978, p. 111).

A secretária da Liga Sul-Mato-Grossense, Elizabete Gomes Lorentz de Figueiredo, lavra a ata, que finaliza assim, “[...] às 20,25 horas novamente a bordo, a caravana retornava à sua cidade – já capital de fato e de direito – e ao novo Estado vibrante e forte – o tão sonhado Mato Grosso do Sul. Deste ato que passará às páginas da história brasileira, eu Elizabete Gomes Lorentz de Figueiredo lavrei a presente ata que após lida será assinada por todos aqueles que participaram do *Vôo da Divisão*” (RODRIGUES, 1978, p. 111, grifo do autor).

Segundo José Barbosa Rodrigues, *o vôo da divisão* decorreu sem anormalidades, com muita alegria dos divisionistas ao regressaram para a mais nova capital do Brasil.

Faltavam dez minutos para a descida quando o Presidente da Liga Sul-Mato-Grossense, Dr. Paulo Coelho Machado ocupou o microfone de bordo para a sua mensagem final, quando agradeceu o comparecimento de todos aqueles que prestigiaram o ato presidencial, que era um dos objetivos da Liga levar grande número de pessoas a Brasília, a fim de mostrar a satisfação e o entusiasmo dos sulistas pela criação do novo Estado. Finalizando enalteceu o trabalho da coordenadora do vôo da Divisão e Secretária da Liga, a Dra. Elizabete Gomes Lorentz de Figueiredo, pela organização de toda a operação, que satisfez plenamente, por tudo transcorrer na mais perfeita ordem. Na tomada de campo a Comissária anunciou, sob aplausos gerais, que o aviso desceria dentro de poucos instantes na “*Capital de Mato Grosso do Sul*”. No aeroporto uma multidão de pessoas aguardava o regresso dos membros da Liga, que ao vê-los desembarcarem estrugiram em vivas ao Mato Grosso do Sul, aplausos e abraços efusivos. (RODRIGUES, 1978, p. 112, grifo do autor).

O presidente Ernesto Geisel nomeou em 31 de março de 1978 (aniversário da *revolução* de 1964), para ser o primeiro governador de Mato Grosso do Sul, do vigésimo sétimo estado da Federação, um gaúcho, o engenheiro *Harry Amorim Costa*.

Diante da inviabilidade do consenso entre as duas facções da ARENA sul-mato-grossenses, o governo militar, apostando numa “*solução técnica*”, indicou Harry Amorim Costa. [...] Tudo se resolvera numa sessão secreta do Senado Federal, realizada a 30 de março de 1978, que aprovou a indicação de Harry Amorim Costa para governar Mato Grosso do Sul por 37 votos a favor, 8 contra e uma abstenção: eis como se escolhia um governador durante a vigência dos governos militares. [...] Consta que os senadores emedebistas Franco Montoro (SP), Marcos Freire (PE) e Leite Chaves (PR) rejeitaram a indicação e lamentaram que o 1.º governador não fosse um matogrossense. (BITTAR, 1997, p. 352, grifo do autor).

De acordo com a historiadora Marisa Bittar, os jornais e políticos envolvidos na disputa não esconderam a decepção. “Manchete do dia anunciava em letras garrafais: “*Harry Amorim Costa, o governador de Mato Grosso do Sul— dentre todos, o único nunca lembrado*”. A alusão ao nome “*nunca lembrado*” apenas confirma a existência de extenso e inútil rol de políticos componentes das listas que veiculavam do estado para o Planalto” (BITTAR, 1997, p. 352, grifo do autor).¹⁴⁵

José Barbosa Rodrigues, em obra publicada com o título, *História de Mato do Grosso do Sul* de 1985, descreve que, “várias reuniões se sucederam em Brasília e em Campo Grande. Vários assuntos foram debatidos, estudados e soluções foram adotadas nos gabinetes, nem sempre atentas à realidade da região” (RODRIGUES, 1985, p. 169).¹⁴⁶ Assim, o historiador sócio do IHG-MS e da ASL esperava que os *líderes divisionistas* fossem contemplados na instalação do novo estado, aprovada a lei complementar que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, “*a população*”¹⁴⁷ acreditava ingenuamente, que os

¹⁴⁵ Marisa Bittar lembra que, divulgada “[...] a decisão presidencial, Pedrossian declarou ao *Jornal do Brasil* que desistia da candidatura indireta ao governo de Mato Grosso do Sul para disputar a eleição direta ao Senado, pois esta seria, segundo acreditava, a forma de se submeter ao julgamento popular. Os jornais locais reproduziram a nota na qual se auto-intitulava um ‘*revolucionário*’, criticava seus ‘*detratores*’ como ‘*rebeldes*’ e classificava Mato Grosso como um ‘*mundo montado sobre a base feudal*’ ” (BITTAR, 1997, p. 352, grifo do autor).

¹⁴⁶ José Barbosa Rodrigues informa que, “[...] ao mesmo tempo em que isso tudo acontecia em Campo Grande, em Brasília corria uma ‘luta terrível de foice no escuro’. Eram os políticos, as velhas raposas, procurando levar vantagem nas suas pretensões junto ao governo federal. De um lado, o senador *Pedro Pedrossian* e seus companheiros políticos procurando empalmar a chefia do executivo estadual. De outro, os seus adversários, representado por outros senadores e deputados federais, tais como *Antônio Mendes Canale, Rachid Saldanha Derzi, Levy Dias*” (RODRIGUES, 1986, p. 170, grifo do autor).

¹⁴⁷ Segundo Marisa Bittar, a “[...] **população**, privada da participação, mostrou, com o seu silêncio, um misto de indiferença e aprovação” (BITTAR, 1997, p. 238). Somente os noticiários divulgaram uma passeata monstro; “[...] por seu lado, o jornal *Correio do Estado*, talvez a única entidade a sustentar ininterruptamente, em toda a sua trajetória de 40

chamados *divisionistas* – cidadãos que mais se haviam destacado no movimento em prol da divisão de Mato Grosso – seriam convocados para orientar os trabalhos de instalação do novo Estado” (RODRIGUES, 1985, p. 169, grifo meu). O que efetivamente não ocorreu.¹⁴⁸

Indiscutivelmente era uma Comissão de alto nível à qual cabia a responsabilidade de “construir dois futuros grandes Estados do Brasil”, conforme preconizara o Presidente Ernesto Geisel no seu discurso de assinatura da Mensagem ao Congresso. Esperava-se que Mato Grosso do Sul se torna-se em “Estado modelo para futuras redivisões territoriais... O que a *população* viu foram, porém, *medidas decepcionantes*. O “modelo” esperado foi apenas um “parto da montanha”. Todos os erros do passado foram transportados para Mato Grosso do Sul. (RODRIGUES, 1985, p. 169, grifo meu).

A frustração de José Barbosa Rodrigues não foi só por ter nomeado um “*desconhecido da população em geral*”, mas pelas medidas tomadas que foram decepcionantes, já que preconizavam um estado-modelo e, segundo José Barbosa Rodrigues, “dezenas de veículos de luxo foram adquiridos para serviço dos membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário, deputados, repartições públicas” (RODRIGUES, 1985, p. 170). Para José Barbosa Rodrigues, “o Estado Modelo ao invés de começar pequeno, com os pés no chão, dava os seus primeiros passos de forma nababesca” (RODRIGUES, 1985, p. 170). Ou seja, não houve modéstia dos administradores (que vieram de fora), que alugavam prédios caríssimos, contratavam funcionários, “com salários muito acima do que se pagava na região”, desta maneira, o historiador enfatiza que, “o esperado Estado Modelo tão decantado era modelar em gastos astronômicos a que a população assistia estarecida” (RODRIGUES, 1985, p. 170). José Barbosa Rodrigues descreve que, “assumindo o cargo de governador, Harry Amorim Costa nomeou os seus auxiliares, na sua maioria elementos de pouca ou quase nenhuma vivência com a terra a que vinham servir” (RODRIGUES, 1985, p. 171).

anos, a bandeira pró-divisão, organizou em Campo Grande a ‘*passeata monstro*’, distribuindo faixas e cartazes padronizados, com os dizeres: ‘*Obrigado Geisel. Bem-vindo Pedrossian*’. O agradecimento demonstrava que, do seu ponto de vista, tinha sido o presidente o autor principal da divisão. As boas vindas a Pedrossian declinava o apoio do jornal ao senador que pleiteava ser nomeado o 1.º governador da nova unidade. Embora referindo-se a 50 mil, o número real dos presentes à passeata foi muito mais modesto. É o que dá a perceber as fotos publicadas pelo próprio jornal” (BITTAR, 1997, p. 240-241, grifo meu). Quando se fala em **população**, é importante ressaltar que eram as elites de políticos, raposas velhas e novas que ambicionavam o poder.

¹⁴⁸ José Barbosa Rodrigues explica que, “[...] não encontrando consenso entre as facções políticas em luta, dentro do mesmo partido, a ARENA, o governo federal procurou um **nome estranho à luta** e que poucas ligações tinha com a nascente unidade federativa. Já que os políticos não se entendiam, a solução era a escolha de um técnico, sem atuação política expressiva” (RODRIGUES, 1986, p. 170, grifo meu).

A efetivação do estado de Mato Grosso do Sul deu-se em acertos de gabinetes, concretizado nos subterrâneos da ditadura militar. Ou seja, a instituição de Mato Grosso do Sul foi algo autoritário, imposto, uma decisão de cima para baixo. A criação de um estado exige uma delimitação de território, sede administrativa, com os poderes constituídos: legislativo, executivo e judiciário, entre outros, mas necessita também de uma **história** que a identifique perante sua população e uma identidade própria para diferenciá-la dos outros estados da Federação. Além de símbolos culturais como, hino, brasão e bandeira.

Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães¹⁴⁹ descrevem que, por falta de unidade entre os mandantes políticos do novo estado, “em 31 de março de 1978, era nomeado governador o engenheiro Harry Amorim Costa. O presidente viu-se obrigado a indicar um *estranho* ao Estado, porque os políticos sul-mato-grossenses não conseguiram um acordo sobre o candidato local da confiança do presidente (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 249, grifo meu). Para os autores, a disputa dos oportunistas políticos pelo comando do poder, fez com que, o presidente decidisse em indicar um forasteiro para o cargo de primeiro governador do Estado Modelo,

[...] o que aconteceu foi uma indevida e injusta disputa do cargo de mandatário deste Estado, por parte de políticos oportunistas e fisiológicos do poder, que não acreditavam na criação do novo Estado, e muitos deles eram desfavoráveis, outros neutros, ou sem visão nenhuma, desta necessidade, mas quando viram-no criado e cheio de esperanças – o queriam todo, para si próprios e sua clientela. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 249).

Segundo Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães¹⁵⁰, “o governador nomeado coordenou o processo de organização do novo Estado, dando-lhe estrutura moderna, formada de oito secretarias abrangentes e diversas fundações, optando pela municipalização de recursos e tarefas” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 251).

Sobre os símbolos de Mato Grosso do Sul, Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, contam que,

¹⁴⁹ Ver CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: IHG-MS, 2002. (1. ed. 1988; 5. ed. 2002).

¹⁵⁰ Os governadores de Mato Grosso do Sul indicados (nomeados pelo presidente da república) foram: **Harry Amorim Costa** (01/01/1979 até 12/06/1979); **Londres Machado** (13/06/1979 até 29/06/1979; e 30/10/1980 até 06/11/1980); **Marcelo Miranda Soares** (30/06/1979 até 30/11/1980); **Pedro Pedrossian** (07/11/1980 até 15/03/1983); Os governadores de Mato Grosso do Sul eleitos pelo voto direto foram: **Wilson Barbosa Martins** (15/03/1983 até 15/05/1986; e 01/01/1995 até 31/12/1998); **Marcelo Miranda Soares** (15/03/1987 até 15/03/1991); **Pedro Pedrossian** (15/03/1991 até 31/12/1994). **José Orcirio Miranda dos Santos [Zeca do PT]** (01/01/1999 até o presente, 2006).

[...] houve concurso para a escolha da bandeira, do brasão e do hino do Estado. Instituiu-se, para a nova unidade da federação, pelo Decreto n.º 1 (de 01-01-1979), a bandeira, desenhada por Mauro Miguel Munhoz, vencedor do concurso; pelo Decreto n.º 2 (da mesma data), o brasão do Estado, criado por José Luiz de Moura Leite, vencedor do concurso; pelo Decreto n.º 3 (da mesma data). (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 251).

Sobre o concurso do hino, os autores ressaltam que, “vale registrar que o concurso para o hino **não teve vencedor**. Diante da urgência, o governo encomendou ao maestro Radamés Gnatalli a música, que recebeu letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 251).

A Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, por meio de seus sócios são convidados em assessorar atividades culturais extra-oficialmente ao novo Governo Harry Amorim Costa que se instalava. O novo governo cria uma comissão que coordena a escolha da bandeira, do hino, do brasão, por meio de concursos. Conta o sócio da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Otávio Gonçalves Gomes do qual era integrante da *comissão* que estava ajudando ao novo governo que se instalava, a organizar os símbolos que seriam implantados no estado de Mato Grosso do Sul, deste modo, como o mesmo iria participar do concurso, resolveu sair da comissão, para poder se inscrever e também concorrer na composição do Hino oficial.

No período da instalação do nosso governo de Mato Grosso do Sul, nós e José Couto Pontes, na qualidade de membros da Academia de Letras, extra-oficialmente fomos convidados para assessorar os funcionários do Governo, em assuntos culturais. Mal iniciamos nossas atividades, foram abertos concursos para escolha dos símbolos do novo Estado. Interessado em concorrer aos concursos, eu me afastei para concorrer ao certame (GOMES, 2005, p. 2).¹⁵¹

Dessa forma, o acadêmico da ASL, Otávio Gonçalves Gomes, lembra que nenhum “[...] dos concorrentes conseguiu aprovação da COMISSÃO, mais por imposição de pessoas de fora do Estado que desconheciam as realidades nossas do que propriamente falta de qualidade dos trabalhos” (GOMES, 2005, p. 2). Ou seja, as letras inscritas no concurso para o Hino, não agradaram os organizadores do governo de Harry Amorim Costa, assim, a comissão determinou que contratassem compositores de prestígio e poetas reconhecidos no Rio de Janeiro.

¹⁵¹ Ver GOMES, Otávio Gonçalves. *Hino do Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <<http://www.acletrasms.com.br/texto>>. Artigo do dia 24 fev. 2005. Acesso em: 25 maio 2005.

Dada a urgência da criação do Hino resolveu a Comissão encarregada do concurso que se procurasse no Rio de Janeiro compositores consagrados e poetas de renome e conseguir compor o nosso HINO. José Couto Vieira Pontes foi enviado ao Rio de Janeiro e, levado ao MAESTRO RADAMÉS GNATTALI, por Odílio da Costa Filho, da Academia Brasileira de Letras, segundo declarou, em artigo publicado recentemente, o então presidente da Academia. O maestro compôs a melodia, portanto. Quanto ao poema, disse-nos o emissário que foi ao Rio de Janeiro – depois de consultados alguns especialistas, declararam, que ao que sabiam do ambiente cultural do nosso Estado, haveria certamente, poetas capazes de realizar aquele trabalho; e declinaram o convite. (GOMES, 2005, p. 2, grifo do autor).

Ou seja, o autor do hino oficial de Mato Grosso do Sul, Otávio Gonçalves Gomes, explica que não adianta trazer gente de fora para compor o hino, já que a solução era consultar os poetas do próprio estado, “ter-se-ia repetido o acontecido com Osvaldo Cruz quando da epidemia de peste bubônica, na antiga capital. Solicitaram ao Instituto PASTEUR, um sanitarista, e a resposta foi aquela já conhecida. A pessoa procurada está aí no Brasil e se chama OSVALDO CRUZ” (GOMES, 2005, p. 2, grifo do autor). Assim, a comissão mesmo procurando em outro lugar, não conseguiu criar o Hino oficial de Mato Grosso do Sul.

Nas vésperas da instalação oficial do governo da nova unidade federação (MS), o Hino não se encontrava pronto, “convocada às pressas a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, lhe foi dada a missão de compor o poema do Hino do Mato Grosso do Sul. Faltava possivelmente uma semana para a instalação do Governo do novo estado” ” (GOMES, 2005, p. 2). A incumbência dos sócios da ASL de fazer o hino oficial de Mato Grosso do Sul com urgência (em uma semana) de apresentar na solenidade de instalação do governo, conta Otávio Gonçalves Gomes, “os acadêmicos reunidos iniciaram as conversações. O primeiro a se manifestar foi o saudoso poeta Germano Barros que declarou-se sonetista e sem condições de produzir um poema em exíguo tempo; os demais consultados, dada a responsabilidade, e exigência do curto espaço de tempo, desistiram” (GOMES, 2005, p. 2).

Segundo o representante da ASL, Otávio Gonçalves Gomes, “os dois únicos que consultados disseram estar disposto a tentar, nós, estudiosos da nossa HISTÓRIA e com um livro de poesia publicado; e Jorge Siúfi, apresentador musicista e cantor de seresta. E COUTO PONTES, na qualidade de Presidente da ACADEMIA, na coordenação” (GOMES, 2005, p. 2, grifo do autor). Desta maneira, os acadêmicos da ASL, Otávio Gonçalves Gomes e Jorge Siufi se encarregaram de compor o Hino na coordenação do presidente José Vieira Couto Pontes.

O acadêmico Otávio Gonçalves Gomes relata que,

[...] iniciamos a composição, cientes de que, devido, à urgência, o poema seria composto em versos branco, estilo modernista. Nós que havíamos concorrido ao concurso com uma letra baseada em temas históricos e da nossa natureza, continuamos usando os mesmos temas que julgávamos deveras oportunos. (GOMES, 2005, p. 2).

Nesse sentido, o representante da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Otávio Gonçalves Gomes, conta que, “a professora NEUSA G. GOMES, convocada, ia executando a melodias ao piano. Nós, o Jorginho fomos tentando as fases e o COUTO PONTES opinava. Assim foi composto o esboço do HINO, em aproximadamente duas horas. O passo seguinte era a adaptação técnica do poema à melodia” (GOMES, 2005, p. 2).

O acadêmico da ASL, Otávio Gonçalves Gomes, lembra as dificuldades encontradas para efetivar o hino, o “[...] Maestro Peter Hans; que conseguiu harmonizar a letra à partitura. E continuava a corrida contra o tempo. Neste intervalo ainda tentamos a execução da partitura com a BANDA DA POLÍCIA MILITAR” (GOMES, 2005, p. 2). Mas não deu certo com a banda da polícia militar, Otávio Gonçalves Gomes afirma que, “em razão dos membros da corporação terem concorrido ao concurso ou porque os executores da música não estavam motivados, a interpretação não era boa” (GOMES, 2005, p. 2).

Foi quando a professora NEUSA exasperada tomou a si a regência do ensaio e pediu mais entusiasmo na execução. Nesse momento veio-nos a idéia de dizer aos participantes da Banda, o significado histórico do poema do Hino. Acreditamos ter conseguido transmitir aos músicos algum entusiasmo patriótico, porque um oficial militar ali presente, entusiasmado com as nossas palavras, em vibrante alocução exortou aos músicos a executarem a partitura com mais vibração e sentimento, o que foi conseguido. Nesse ínterim, o Coral Universitário realizava os ensaios, e chegava a Orquestra Sinfônica Brasileira, que executou a partitura de Radamés Gnattali no ensaio geral, junto ao Coral Universitário. (GOMES, 2005, p. 2).

O acadêmico Otávio Gonçalves Gomes finaliza sua narrativa afirmando:

Resultado: na festa de instalação do novo Estado no, Teatro Glauce Rocha, o Hino¹⁵² de Mato Grosso do Sul foi aplaudido de pé. Depois o Hino foi esquecido. Tempos depois, a Fundação Barbosa Rodrigues mandou fazer um novo arranjo e a Assembléia Legislativa, num gesto digno de aplausos, mandou gravar o Hino e o distribuiu pelas Escolas. (GOMES, 2005, p. 2).

¹⁵² Hino de Mato Grosso do Sul (Decreto n.º 3 de 1º de Janeiro de 1979). Letra: Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes; Música: Radamés Gnattali. Ver <www.acletras.ms.com.br>.

O Hino de Mato Grosso do Sul (oficializado por meio do Decreto n.º 3, de 1º de Janeiro de 1979) tem letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes e música de Radamés Gnattali. Ficou assim constituído:

Hino de Mato Grosso do Sul

Os celeiros de farturas,
Sob um céu de puro azul,
Reforjaram em Mato Grosso do Sul
Uma gente audaz.

Tuas matas e teus campos,
O esplendor do Pantanal,
E teus rios são tão ricos,
Que não há igual.

A pujança e a grandeza
De fertilidades mil,
São o orgulho e a certeza
Do futuro do Brasil.

Moldurados pelas serras,
Campos grandes: Vacaria,
Rememoram desbravadores,
Heróis, tanta galhardia!

Vespasiano, Camisão
E o tenente Antônio João,
Guaicuru, Ricardo Franco,
Glória e tradição!

A pujança e a grandeza
De fertilidades mil,
São o orgulho e a certeza
Do futuro do Brasil.

O hino oficial de Mato Grosso do Sul mostra um estado belo, formoso, esplêndido, grande, enorme, admirável, de uma beleza extraordinária, proporcionada pela natureza abundante de tuas terras, tem “o esplendor do Pantanal”, possui também “um céu de puro azul”, constituídos por harmoniosos “rios ricos”, ou melhor, águas cheias de opulências, “que não há igual”, a terra apropriada para a agricultura, já que, “os celeiros de farturas” e “de fertilidade mil”, estão carregados, cheios, recheados de riquezas, com depósitos em abastanças e opulências, texto que celebra o encanto da abundância da natureza, como que se fosse pertencente de todos os moradores de Mato Grosso do Sul e não apenas de alguns privilegiados fazendeiros que são os proprietários “da beleza” natural de *tuas terras*. O

hino de MS referencia os heróis de tanto grandeza: “*Vespasiano, Camisão/E o tenente Antônio João, /Guaicuru, Ricardo Franco, /Glória e tradição*”. O hino realça os heróis que lutaram na Guerra do Paraguai, *Camisão* e *Antonio João*, por isso, o reconhecimento deles como defensores das terras sul-mato-grossenses; *Vespasiano Martins*, como líder político sulista, foi prefeito de Campo Grande e senador, representante da porção sul de Mato Grosso; *Ricardo Franco* defensor do Forte Coimbra dos “inimigos espanhóis” em 1801; e os *Guaicuru* como representante das inúmeras comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, além de que os Guaicuru eram amigos dos portugueses e brasileiros.

O hino reforça uma imagem idílica sobre o estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que, “*tuas matas e teus campos, /o esplendor do pantanal, /e teus rios são tão ricos, /que não há igual*”, ou seja, a letra do hino descreve um ambiente campestre, suave e terno. Nesse sentido, os rios que compõem o estado são algo incomparável de riquezas. A letra do hino também coloca uma visão edênica de Mato Grosso do Sul, comparando como o próprio Jardim do Éden; um lugar igualmente paradisíaco, pertencente ao paraíso terrestre, “um céu de puro azul”, algo como celeste, divino, admirável e gentil.

O conteúdo do hino descreve o estado de Mato Grosso do Sul, como lindo e rico, mas também como enorme, grandioso, majestoso, imponente e diferente. Fazendo parte grandes rios, lindo céu, a admirável auréola do Pantanal, composta de terra fértil, com uma abundância inigualável de recursos natural, por isso o estado de MS é *o orgulho e o futuro do Brasil*.

É necessário lembrar que a letra do Hino de Mato Grosso do Sul mostra as terras de farturas, as características naturais, mas não mencionam a destruição predatória dos espanhóis, portugueses e brasileiros, das extrações de madeiras, derrubando matas, poluindo os rios, extinguindo espécies de animais e vegetais, para atender demanda da economia de exportação mundial, com plantações em grande escala, mecanizada, em que se aplica grande quantidade de tóxicos nas lavouras, envenenando as águas dos rios e do aquífero guarani. O hino também não cita os problemas da opressão das autoridades com as comunidades indígenas expulsa de suas terras, acabando com sua cultura e costumes, sem contar que a maioria da população sul-mato-grossense vive em miséria absoluta, moram em lugares degradantes nas cidades (principalmente, Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Corumbá, Três Lagoas, entre tantos outros municípios que compõem o estado de MS), formando verdadeiros bolsões de pobreza. Com sérios problemas de “sem terra”,

“sem teto”, “sem dignidade”, “sem emprego”, fazendo com que o estado de MS ganhe destaque também em índice de miserabilidade, causado pela má distribuição de suas riquezas, já que estão concentradas em mãos de poucos, ou seja, só uma minoria que tem o privilégio de suas farturas.

O herói, de uma maneira geral, é uma figura simbólica, escalada para representar valores que inspirem a sociedade. No processo de criação de um herói, há uma dose alta de manipulação na qual a pessoa é aliviada das imperfeições humanas para funcionar como objeto de culto. A maioria das pessoas consideradas heróicas matou ou foi morta. As sociedades aceitam e estimulam esse ritual. Os heróis lembrados no Hino oficial de Mato Grosso do Sul, são os militares que defenderam o Brasil na Guerra do Paraguai ou defenderam as terras portuguesas e depois brasileiras, o índio recordado (Guaicuru) é o que ajudou os portugueses e brasileiros contra os invasores de suas terras, conhecidos como os índios cavaleiros, exímios assassinos de guerra, portanto, é importante observar que no Hino de MS, não são celebrados como heróis os gênios da arte, da ciência, grandes pensadores, estadistas, personalidades brilhantes que nunca estiveram metidos numa guerra.¹⁵³

Os heróis de Mato Grosso do Sul, citados na letra do hino, se comparar com outros estados da federação até que o estado de MS tem um panteão bem modesto de heróis, já que na letra do hino apenas um herói político, só um mereceu a honra de ser lembrado no hino oficial: *Vespasiano Martins*, ou seja, o jovem estado carece de heróis no campo da política, já que é marcado pela “corrupção” (como as ponderações aqui tratadas entre Demóstheneis Martins e Pedro Pedrossian). Como o estado de MS foi criado de cima para baixo, concretizado em gabinetes políticos, há carências de heróis políticos sul-mato-grossenses, os heróis não são aceitos facilmente por todos, a razão disso, é a falta de identificação dos sul-mato-grossenses com o sentir-se ser sul-mato-grossense.

Desse modo, ganha notoriedade na composição oficial do Hino de MS, os heróis militares, *Camisão/Antônio João,/ Ricardo Franco*, reforça uma imagem do passado

¹⁵³ Segundo José Murilo de Carvalho, os “[...] mitos nacionais, especialmente os mitos de origem, e os heróis nacionais são alguns dos instrumentos mais poderosos para a construção das identidades nacionais. A natureza polissêmica dos mitos faz com que estes sejam capazes de expressar, de uma maneira mais eficaz do que as elaboradas ideologias, os interesses, aspirações e medos nacionais. Os heróis nacionais fazem parte do panteão cívico de todas as nações. Eles servem de imagem e de modelo para a nação. No processo de construção de um herói, é possível detectar qual o tipo de personalidade e quais os valores mais altamente considerados pelo povo, tal como um espelho ou como uma aspiração. A criação de uma memória nacional, de mitos e de heróis ajuda as nações a desenvolver uma unidade de sentimentos e de propósito, a organizar o passado, a tomar o presente inteligível e a encarar o futuro” (CARVALHO, 2003, p. 398). Ver CARVALHO, José Murilo de. Nação Imaginária: Memória, Mitos e Heróis. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A crise do Estado Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

distante de *glória e tradição*, mas que “*reforjaram em Mato Grosso do Sul*” uma população de “*uma gente audaz*”, ou seja, segundo o hino oficial de MS, compõe-se o estado de Mato Grosso do Sul de pessoas: aguerridas, corajosas, destemidas, valentes, audaciosas, bravas, valentes, verdadeiros defensores da pátria, por isso, o reconhecimento dos *homens de letras* aos Heróis Militares que lutaram em defesa do solo brasileiro e conseqüentemente de Mato Grosso do Sul, na Guerra contra o invasor paraguaio e na luta dos portugueses diante dos espanhóis expulsando-os de Corumbá. O prestígio dos heróis referenciados no hino confere a importância dos “guardiões da fronteira”, em dar um sentido de brasilidade e de ser visitado pela história constantemente para ser lembrados e cultuados na memória dos sul-mato-grossenses. Por isso, a Guerra do Paraguai ganha suntuosidade no conteúdo do Hino.

O estado “*Futuro do Brasil*” ainda permanece uma inspiração, porque as riquezas do estado de MS, de “*celeiros e farturas*” e de “*fertilidades mil*”, não são aproveitadas pela maioria de sua população. O hino valoriza o orgulho pelas belezas e riquezas das terras, dando uma noção de um paraíso terrestre em campos, matas e ricos rios, mostra como que se fosse algo que pertence a todos os moradores do estado, o que não é verdade, já que as formosuras de *tuas matas* e de *teus campos* são propriedades de particulares.

O Hino de MS traduz a beleza, a generosidade, a grandiosidade da natureza, visto como algo de todos os moradores de Mato Grosso do Sul, “*moldurados pelas serras/Campos grandes: Vacaria*”, deste modo, a letra do hino é passada como um objetivo a ser aproveitado e não para ser alcançado.

O *Futuro do Brasil* revelado por meio da letra do hino mostra, também, uma ânsia em transformar o estado de MS em uma grande potência brasileira. Mas as belezas de suas terras foram destruídas, repartidas em fazendas, esgotando grande parte dos recursos naturais, contrastando os belos campos com a pobreza da maioria da população.

O *esplendor do Pantanal* trouxe no seu bojo a perspectiva de expansão do turismo como nova fronteira econômica. Localizado no interior da América do Sul, o **Pantanal** é uma densa planície aluvial, situada a sudoeste do estado de Mato Grosso e noroeste do estado de Mato Grosso do Sul. Com mais de 200 mil quilômetros quadrados, estende-se fora do Brasil, pela Bolívia e Paraguai, formando nestes países a região do Chaco, palavra que em linguagem indígena *quéchua* significa “terra de caça”. Em território brasileiro, o

Pantanal tem uma extensão de cerca de 140 mil km², com 600 km no sentido Norte-Sul e em certos lugares 250 km de largura. A Unesco reconheceu o Pantanal¹⁵⁴ como uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do Planeta, integrando-o ao acervo dos Patrimônios Naturais da Humanidade.

Segundo a historiadora Marisa Bittar,

O Pantanal, apesar do nome, não consiste em região pantanosa. Divide-se em três áreas distintas: uma sempre alagada; outra temporariamente alagada; e áreas a salvo das inundações. Pela enorme variedade de gramíneas, constitui-se no maior centro de criação de gado bovino do Brasil. Além disso, é o destaque paisagístico de Mato Grosso do Sul, ocupando quase um quarto de seu território. Apresenta paisagem única, portando flora e fauna de grande exuberância. (BITTAR, 1997, p. 259).

É importante ressaltar, que são constituídos por propriedades particulares o Pantanal. Ou seja, não pertence a maioria da população, mas aos grandes latifundiários, fazendeiros, hoteleiros, comerciantes entre outros que exploram “*o esplendor do Pantanal*” economicamente para si e não para os demais moradores “pantaneiros” de Mato Grosso do Sul.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Em artigo intitulado *Por que todo fazendeiro do Pantanal é doutor?* Abílio Leite de Barros, conta que, “[...] diante de um mapa da Nhecolândia, com o qual ajudava um companheiro na identificação de rumos e caminhos, ouvi dele uma observação que ainda não me havia ocorrido. Disse-me: ‘conheço muitos de vocês pantaneiros, conheço a zona, mas uma coisa não entendo: por que todo fazendeiro pantaneiro é doutor?’ Tratava-se de um velho zebuzeiro, serrano, criador de muito gado, homem de observações agudas, mineiro. Estávamos diante desse mapa do pantanal de Corumbá em que o agrônomo Renato Vaz, pantaneiro doutor, pacientemente desenhou limites de todas as fazendas da época, escrevendo o nome de seus donos. Conferi os nomes. Não eram todos doutores, mas, por certo, em torno de 80%. Por que todo fazendeiro da Nhecolândia é doutor? [...] A tônica da resposta está na origem dessa gente pantaneira de que muito já falamos, fundamentalmente em seu esquema de valores, inconscientemente estratificado. Ser doutor é uma maneira de ‘ser grande’, expressão cuiabana que, como já dissemos, tem vestígios de seu sentido mais antigo, sinônimo de nobreza. Mais do que posses, a ambição daqueles pioneiros pantaneiros se dirigia à busca de ascensão social da qual o canudo de doutor era símbolo [...]. Voltando à profusão desses fazendeiros doutores, no fundo poucos doutores e, mais das vezes, grandes vaqueiros, tenho com muita clareza que não há maior originalidade em termos de Brasil. Sabemos todos que este sempre foi tido como o país dos coronéis e filhos bacharéis. A originalidade aqui, em primeiro lugar, é que esses pantaneiros não eram ‘coronéis’, longe disso. Mandavam os filhos ao estudo em estado de quase pobreza, nos primeiros tempos. Mais original, sem dúvida, seria aquela quase compulsão ao doutoramento, que chamou a atenção do meu amigo serrano. Parece que os pais exerciam uma espécie de pressão para desviar os descendentes de seus próprios negócios” (BARROS, 2005, p. 58). Os latifundiários ou ‘pioneiros’ pantaneiros, que tiveram a oportunidade de estudar em outro Estado brasileiro e virar ‘doutor’, mas que ainda cuidam das suas grandes fazendas, ou melhor, o ‘lucro’ ou a ‘renda’ permanece oriundos de tuas terras, administradas por seus familiares há várias gerações. Ver *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 7, p. 58-60, mar. 2005.

¹⁵⁵ O pesquisador Gilson Lima Domingos assinala que os fazendeiros pantaneiros da região da Nhecolândia, especificamente os pecuaristas, construíram a sua própria memória, divulgada e publicada pelas “famílias tradicionais”. “José de Barros Maciel fundou em 1928, juntamente com outros pecuaristas, o Centro de Criadores da Nhecolândia, com sede em Corumbá, que teve por objetivo promover o progresso material da região, além de defender os interesses do segmento que representava. Esse Centro demonstrou como o grupo de fazendeiros estava bem organizado. A fase em que se vendiam peles e penas de animais silvestres e carne seca para sobreviverem tinha passado. [...] Nos anos 20, muitos filhos dos pioneiros voltavam dos grandes centros, onde estudavam. Coexistiram nesse momento, duas gerações: os *desbravadores-pioneiros* e os *fazendeiros-doutores*; esses últimos com um refinamento cultural, diferente dos primeiros que, mesmo sendo proprietários de terras, possuíam, com algumas exceções, a mesma instrução que os seus camaradas. Além disso, a relação de proprietários recebia alguns *estranhos*, como Gastão de Oliveira, que não pertencia a nenhuma

Um ponto considerável a ser ponderado é que a letra do Hino oficial de Mato Grosso do Sul, continua sendo uma linha horizontal da história divulgada e publicada pelos Homens de Letras, como a Guerra do Paraguai, em especial, a Retirada da Laguna, uma vez que sempre rememoram em suas narrativas, *Camisão* e *Antonio João*, como verdadeiros heróis. Outro exemplo, *os Guaicuru* como índios cavaleiros e acima de tudo excelentes guerreiros, aliados dos portugueses e brasileiros, sendo que, constantemente *os Guaicuru* são visitados e lembrados *tradicionalmente*, em espaços especiais como: obras de artes, mídia, projetos, nomes de avenidas, livros e principalmente na história e na literatura. Ou seja, o passado, lembrado no hino oficial de MS, continua, ainda, sendo escrito pelos *homens de letras* como um dever e uma missão a cumprir para com a “cultura” do estado de MS.

Deste modo, os antepassados sul-mato-grossenses idealizam-se como herdeiros de uma *tradição* de valentia e de audácia ao conquistar as terras e delas gerar farturas e riquezas em abundância.¹⁵⁶ Não referenciando a miséria, a exploração econômica, a

das duas famílias originais que se afazendaram na região: os Gomes da Silva e os Barros, mas era perfeitamente integrado ao grupo. Reunidos em torno do Centro de Criadores, tinham o objetivo de unir o grupo de proprietários da Nhecolândia. [...] Reforçando essa situação, o Centro editou em 1934 o Boletim da Nhecolândia, periódico oficial dos criadores da região, que se transformou em um dos veículos da memória, nobilitando a ação de seus *desbravadores*. Os seus artigos evidenciavam como os fazendeiros gostavam de ser vistos: cultos, progressistas e até com veios artísticos. E, realmente, os assuntos abordados por aquele jornal eram variados: veterinária, agronomia, zootecnia, saúde, poesias e acontecimentos sociais. Porém, o mais relevante, era conter em suas páginas a lembrança dos chamados pioneiros que efetuaram ocupação (re-ocupação) da Nhecolândia, exaltando-os. [...] Na realidade, o Boletim foi um dos primeiros instrumentos na elaboração de uma memória nhecolandense, evidenciando ainda noções que identificam o pertencimento ou não a esse espaço social e econômico. O outro, segundo o texto citado, era compreendido como forasteiro, a quem cabia apenas admirar os campos *amansados* daquela parte do Pantanal. Não existia lugar para estranhos se fixarem. Recorre-se então, de início, ao casamento entre parentes, numa maneira de perpetuar a posse da terra ou testamar aos herdeiros para não disporem de suas propriedades. Como muitos jornais, o Boletim também sofria as devidas seleções daquilo que deveria ou não ser editado, sempre com a preocupação de não constranger os fazendeiros da região. Assim, possíveis conflitos, sejam eles de qualquer natureza, eram suprimidos” (DOMINGOS, 2005, p. 5-7). Ver DOMINGOS, Gilson Lima. *A Memória e História no Pantanal Sul-mato-grossense*. UFMS/Câmpus de Dourados, Setembro de 2005. 9 p. (Mimeo).

¹⁵⁶ O presidente da Academia Sul-Mato-Grossense, José Couto Vieira Pontes, assinala que, ao “[...] estudar a literatura de Mato Grosso, o pesquisador não tardará a perceber um fato curioso: a ausência de prosa de ficção, a despeito de um manancial riquíssimo de temas e motivos, principalmente regionalistas. O fenômeno verifica-se tanto no Norte quanto no Sul do Estado. [...] Não obstante a escassez de obras em prosa de ficção, principalmente no passado (sim, porque os melhores autores parecem ser os atuais), vamos encontrar ao longo de nosso estudo algumas contribuições dignas de menção, se bem que não possamos alinhá-las com as obras dos autores nacionais de nomeada reputação. Salvo se colocarmos, na galeria dos ficcionistas do Sul de Mato Grosso, o nome de um dos maiores romancistas da língua portuguesa, que, embora não tendo nascido nesta região, a ela pertence de coração, porque a conheceu e a amou: o **Visconde de Taunay**. O primoroso romance ‘Inocência’ desenrola-se em nosso território, seus personagens são bem mato-grossenses do Sul, as paisagens, as fazendas, os rios, o ermo sertão de Camapuã e Santana de Paranaíba constituem telas representativas de nosso passado. Pena que o talentoso autor da ‘Retirada da Laguna’ não tenha escrito um romance da época da Guerra do Paraguai, perdendo-se em relatos e descrições dessa epopéia, sem encarnadura ficcional. Se o fizesse, teria sido o nosso Tolstoi ou talvez o nosso Stendhal” (PONTES, 1982, p. 56-57). José Couto Vieira Pontes explica que, no livro do Visconde de Taunay, *Céus e Terras do Brasil*, “[...] acha-se a célebre descrição do rio Aquidauana, através da qual muito se acentua a afeição do povo sul-mato-grossense para com o Visconde de Taunay. Na verdade, de outro modo não poderia ser, porque o autor de ‘Inocência’ considerou o confluente do Miranda como um dos rios mais

violência, a ignorância e a falta de atitude das autoridades constituídas de construir de fato uma sociedade com dignidade, especialmente aos índios e aos pobres residentes em Mato Grosso do Sul.

A criação do hino de Mato Grosso do Sul, em que representa um estado com uma imagem idílica e edênica, ou seja, com o argumento de enormidade, de beleza, de riqueza, paradisíaco, paraíso terrestre e de muita abundância em tuas terras, celebrando os heróis do estado de MS, dos quais tentam inculcar uma imagem positiva de MS, são criações dos sócios do IHG-MS e da ASL, portanto, carregadas de ideologias e produto de uma visão parcial sobre Mato Grosso do Sul.

Outro **símbolo** importante realizado pelos *homens de letras* sul-mato-grossenses foi à definição do epônimo para Mato Grosso do Sul, segundo o historiador José Carlos Ziliani, “a questão **Guaicuru** configura-se e ganha espaço, quando da criação do novo Estado, pela necessidade da sua fundação imaginária. Uma iniciativa partiu de membros da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras” (ZILIANI, 2000, p. 60, grifo meu).

Em estudos realizados por uma comissão nomeada pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, em setembro de 1983, para pesquisar e indicar o “**natural**” de Mato Grosso do Sul, “diante de tais fatos, a Academia nomeou uma comissão compostas pelos acadêmicos, prof. Licurgo de Oliveira Bastos, padre Ângelo Jayme Venturelli, Dr. José Couto Vieira Pontes e prof. Hildebrando Campestrini, para estudar e propor o **gentílico** para Mato Grosso do Sul” (CAMPESTRINI, 2003, p. 5, grifo meu). Esses trabalhos foram concluídos em outubro de 1983. Assim, o acadêmico da ASL, Hildebrando Campestrini¹⁵⁷, explica a escolha do apelido para os moradores de Mato Grosso do Sul.

IV - A Constituição de Mato Grosso do Sul consagrou a forma sul-mato-grossense [...]. Do extenso arrazoado, conclui-se que, para Mato Grosso do Sul, o Gentílico é **sul-mato-grossense** [...]. Do hífen em sul-mato-grossense. Ouve-se com certa frequência, que o emprego do hífen em

formosos do mundo. [...] Em ‘Céus e Terras do Brasil’, Taunay descreve magníficas cenas de nossa natureza, embevecido pelo seu esplendor selvático, detendo-se maravilhado ante o **cenário virgem dos campos e sertões**. Descobre, então, o céu, à noite, com ‘raras e cambiantes estrelas’, o despontar da aurora, o cair da chuva no sertão e as róseas tardes de inimitável beleza. Essa obra data de 1882. Participando da Expedição de Mato Grosso, na Guerra da Tríplice Aliança, Taunay escreveu ‘A Retirada da Laguna’, dramático relato dos sofrimentos da coluna enviada para invadir o Paraguai pelo sul de Mato Grosso, destacando-se a epopéia do ‘recuo efetuado desde a Laguna, a três e meia léguas do rio Apa, fronteira do Paraguai, até o rio Aquidauana, em território brasileiro, trinta e nove léguas, ao todo, percorridas em trinta e cinco dias de dolorosa recordação’ ” (PONTES, 1982, p. 88-89, grifo meu).

¹⁵⁷ Ver CAMPESTRINI, Hildebrando. *Questões gramaticais sul-mato-grossenses*. Campo Grande: IHG-MS e Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2003.

sul-mato-grossense é subjetivo, facultativo. A ortografia da língua portuguesa, é regida pelas Instruções do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, publicada pela Academia Brasileira de Letras, em 1943, oficializado pela Lei n.º 2.623, de 21.10.55, com as modestas alterações introduzidas pela Lei n.º 5.765, de 18.10.71. Logo, ortografia não se discute; cumpre-se. [...] Nada há que impeça o emprego, para *o natural* de Mato Grosso do Sul, do epônimo **guaicuru**, tirado dos Guaicuru, índios cavaleiros e criadores, soberbos, altivos, dominadores, dissimulados e astutos. [...] A eles deve-se à soberania do oeste sul-mato-grossense, em cuja defesa não conheceram esmorecimentos, deixando-nos um legado de coragem e galhardia. [...] Não fora a amizade, destreza e destemor dos Guaicuru, o Sul do nosso Estado a esta hora estaria *hablando* e não *falando* português. [...] De tudo que ficou explicado, conclui-se que: a) o gentílico de Mato Grosso do Sul deve ser *sul-mato-grossense* [...]; b) estes gentílicos devem se, por força de lei, escritos com hífen; c) deve ser estimulado o emprego, para Mato Grosso do Sul, do epônimo *guaicuru*. Campo Grande, 17 de outubro de 1983. Nota. Este parecer (aprovado por unanimidade pelo plenário da Academia) foi por ela enviado a Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que incorporou os gentílicos a seu DICIONÁRIO [2.ª ed.]. (CAMPESTRINI, 2003, p. 13-20, grifo do autor).

Nesse sentido, fica decidido que o epônimo de Mato Grosso do Sul é o *Guaicuru*, também ficou instituído que o gentílico de MS é o: *sul-mato-grossense* (com dois hífen).

A escolha do epônimo de Mato Grosso do Sul, da comunidade “*Guaicuru*”, demonstra a preferência dos intelectuais em fazer-se uma menção de um *índio idealizado* (pertencente ao passado, ou seja, não existe mais e nem incomoda mais ninguém no tempo presente), sobre essa temática, o pesquisador José Carlos Ziliani observa que,

Tomar o índio idealizado e transformá-lo em instrumento legitimador ou fundador de uma identidade regionalizada, não é um fenômeno específico de Mato Grosso do Sul. Como já foi dito anteriormente, outros Estados da Federação tornaram simbologias indígenas para definir seu gentílico ou legitimador de uma ancestralidade ou genealogia. O caso de São Paulo com os Guaianás nos parece revelador. (ZILIANI, 2000, p. 63).

O antropólogo Darcy Ribeiro¹⁵⁸ sobre a etnia Guaicuru acentua que, “montando sem sela, agarrando-se à crina do animal, o corpo inclinado para o lado a fim de não constituir alvo fácil, os índios cavaleiros avançam em formação cerrada, munidos de boleadora e lança” (RIBEIRO, 1995, p. 35). Para Darcy Ribeiro, outra característica dos Guaicuru foi que, “adotando o cavalo, que para os outros índios era apenas uma caça nova

¹⁵⁸ Ver RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 34-36.

que se multiplicava nos campos, eles se reestruturaram como chefaturas pastoris que enfrentaram vigorosamente o invasor, infringindo-lhes derrotas e perdas que chegaram a ameaçar a expansão européia” (RIBEIRO, 1995, p. 35).

Nos campos abertos, um ataque de cavalaria dos *Guaicuru* era o perigo mais temido pelos bandeirantes. Os *Guaicuru* são narrados como homens muitos fortes e gigantes, Darcy Ribeiro, assinala que,

[...] por sua própria constituição física, que maravilhou a quantos europeus os observavam na plenitude do seu desempenho. Eles são descritos como guerreiros agigantados, muitíssimo bem proporcionados, que, nos diz, duvido que haja na Europa povo algum que, em tantos e tantos, possa comparar-se com estes bárbaros. (RIBEIRO, 1995, p. 35).

Por isso, existe um certo *inculcamento* de se comparar os sul-mato-grossenses com os *Guaicuru*.¹⁵⁹

Athamaril Saldanha¹⁶⁰ descreve os índios *Guaicuru* como cavaleiros e criadores soberbos, além de outras particularidades que sempre engrandece os *Guaicuru* como exímios guerreiros e “diferentes” de outras etnias.

Os *Guaicuru* são uma tribo diferente da maioria que habita a mesma região. Medem até seis pés de altura, são bronzeados e os homens da tribo andam nus, usam enfeites de plumas na cabeça, pulsos e pernas, furam o lábio inferior costumavam colocar um pedaço de madeira de aproximadamente cinco centímetros atravessado no lábio, que depois substituíram por um canudo de prata [...]. Os homens costumavam ainda arrancar a sobrancelha e os cílios, pintavam a testa com tinta de jenipapo, perfurando-a com espinhos, à guisa de tatuagem. Os trabalhos eram assim divididos: às mulheres cabiam as fiações, a tecelagem, confecção de

¹⁵⁹ Poema em homenagem aos *Guaicuru*, como sendo um símbolo sul-mato-grossense; assim o poeta Mariano Cebalho os descreve: “Colado à ilharga de corcel fogo, / Em difícil, horizontal postura, / Lança aguda detêm à destra, segura, / E em disparada pelo campo, vai, / Num ataque ofensivo, vigoroso, / Este solo, e estas plagas, defendendo. / Um índio é da tribo *Guaicuru*, / Que outrora nestes pagos, habitavam. / Ginetes hábeis, corajosos, eram; / Dominando esta região, mandavam: / Aliados na guerra, muito fizeram, / Em viveres provendo nossas tropas. / Os feitos aqui no sul, conta a história, / Que de bravura se reveste e glória. / Valorosos os índios *Guaicuru*. / Deles, o físico aspeto, seduz. / Tais nossos soldados, heróis na luta. / Bateram-se em defesa deste sul. / Novo Estado, nascendo, auspicioso, / Este símbolo seria adequado: / Do brasão, a história sugere estudo / Dos valorosos índios *Guaicuru* / Colado à ilharga do corcel fogo: um emblema eterno em bronze no escudo” (CEBALHO, 1983, p. 128-129). Ver CEBALHO, Mariano. *Guaicuru* um símbolo. In: GOMES, Otávio Gonçalves. *A poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1983. p. 128-129. Desse modo, o papel dos indígenas é de amigo dos portugueses e brasileiros, além de valentes e destemidos.

¹⁶⁰ Hildebrando Campestrini apresenta o escritor Athamaril Saldanha em um breve currículo: “Filho de pecuaristas e comerciantes, Athamaril nasceu em Ponta Porã, em 1908, onde faleceu em 1990. Em São Paulo graduou-se guarda-livros e cursou dois anos da Faculdade de Engenharia Elétrica. Foi delegado do Instituto Nacional do Mate [...] elegeu-se vereador, cujo mandato foi cassado por Getúlio. [...] aposentando-se como delegado regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal” (CAMPESTRINI, 2003, p. 6;). Ver SALDANHA, Athamaril. *História e Estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: IHG-MS, 2004. 140 p.

cintos e adornos, o trato das crianças; e aos homens, a caça, o amanho de gado, cavalos e principalmente a guerra. Os misteres da cozinha eram deveres de ambos os sexos [...]. Os Guaicuru têm uma forma peculiar de viver e lutar, que em nada se assemelha aos índios da região. Desde 1600, já possuíam um numeroso rebanho de gado, cavalos e ovelhas, animais raros por aqui, e costumavam lançar os animais sobre o inimigo para dispersá-lo, antes de os homens da tribo, a cavalo, investirem matando quantos pudessem [...]. Na guerra do Paraguai formaram ao lado dos brasileiros [...]. Assim eram nossos amigos Guaicuru, que, em número de duzentos, integraram as tropas do coronel Camisão, na guerra com o Paraguai. (SALDANHA, 2004, p. 100-104).

A representação dos Guaicuru em se destacar de outras etnias residentes em Mato Grosso do Sul, Athamaril Saldanha escreve que os Guaicuru são diferente em tudo, vestimenta, tamanho, cor e que igualmente são aliados dos brasileiros na Guerra do Paraguai, por isso, descritos como fortes, valentes, cavaleiros, guerreiros e amigos.

A questão de engrandecer os Guaicuru como gente inteligente, formoso e diferente dos outros povos indígenas de MS, principalmente do tempo presente, já que muitos dos índios residentes em Mato Grosso do Sul vivem em uma miséria notável nas cidades do interior e na própria capital. Em Dourados, por exemplo, as etnias: Caiuás, Terena e Guarani, a maioria absoluta de sua população sobrevivem em um infortúnio nas aldeias (diga-se periferia da cidade), em que milhares de seres humanos habitam em completa miserabilidade, a maioria das habitações são constituídos de casinhas de lonas plásticas, sapés, pequenas alvenarias, muitas delas sem água tratada (os córregos poluídos pelos sítios, fazendas, casas, hortas, etc), apenas pontos isolados de águas (longe das casinhas), sem mata, sem caça, sem rio, sem lugar descente para morar. Ou seja, essas comunidades vivem à margem de uma vida saudável. Excluídos da natureza, já que as fazendas (propriedades particulares), estão plantando e criando para abastecer o mercado de exportação.

Ao abordar a história pelo viés das etnias indígenas deve-se levar em consideração a formação histórica que se processa a partir do início do século XVI com a conquista da América pelos europeus. Estabelece-se desde aquele momento um paradoxo. De um lado os *vencedores*, os europeus com visão eurocêntrica, tomada e definida como superior em seus mais amplos aspectos de significados e significâncias. De outro lado os *perdedores*, sujeitos aos imperativos e a lógica do colonizador que os submete a toda uma carga de atribuições pejorativas e inferiorizantes. (ZILIANI, 2000, p. 57, grifo meu).

Nesse contexto, os *Guaicuru* sempre mereceram um destaque na literatura mato-grossense e sul-mato-grossense, por isso, a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e o

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, adotam o *guaicuru* como sendo *epônimo* de Mato Grosso do Sul.¹⁶¹

De acordo com José Carlos Ziliani, em Mato Grosso do Sul, desde a criação do Estado até nossos dias, a temática Guaicuru tem sido constantemente visitada. “Ora com mais, ora com menos intensidade. Decorre que a questão começa a ganhar contornos e espaços no imaginário coletivo e por vezes transformando-se em atitudes concretas, como construções simbólicas. (ZILIANI, 2000, p. 64).¹⁶²

Vale a pena ressaltar que os índios, de uma maneira geral (narrados pelos intelectuais do IHG-MS e da ASL), sempre foram considerados como um empecilho para o “progresso” e para a “civilização”, um exemplo, a obra *Resenha Histórica de Mato Grosso*, de 1962 (relançada pelo IHG-MS em 2004), de Pedro Ângelo da Rosa¹⁶³, em sua narrativa deixa claro o papel das comunidades indígenas como barreira para os fazendeiros brasileiros, “toda a região do sul de Mato Grosso [...] um vasto sertão, dominado unicamente pelos *índios selvagens*, sobressaindo-se entre eles, pela ferocidade, os

¹⁶¹ Publicado pela Revista da *Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, em junho de 2005, com texto de Francisco Rodrigues do Prado, que fala sobre os **Guaicuru**, como essas comunidades viviam no século XVII. “As famílias vivem em casas portáteis, cobertas de esteiras de uma espécie de junco, abertas pelos lados. Quando chove a esteira começa a vazar; esfregam-na por dentro com vassouras, e assim vedam de alguma sorte a água. Dormem sobre a pele de animais e dous pequenos feixes de palhas. As mulheres fazem travesseiros, e cobrem-se com o pano e com esteiras feitas de entrecasca de certas árvores ou couros de veados. Comem todos os animais silvestres, jacarés, sucuris, e todos os pescados e sevandijas; castanhas, palmitos, e algumas batatas bravias, tudo assado ou cozinhado com bastante sordície, sem outro tempero que o que lhes dá a fome. Nesta miserável vida vivem satisfeitos, sem apetercerem as delícias de Cápua, nem os tesouros de Creso. As moças não comem muitos animais que os homens, as velhas e as meninas comem. Os homens cuidam na caça e na pesca, em tirar carandás e palmitos, nos cavalos e na guerra: as mulheres fiam algodão, tecem panos e cintas, fazem cordas, louça e esteiras. No mister da cozinha são ocupados os dous sexos igualmente: comem quatro ou cinco vezes desde que nasce o sol até que é posto, e passam toda a noite sem comer. Os intervalos de uma a outra comida levam-nos no regaço das mulheres; e elas se ocupam em arrancar-lhes os cabelos da barba, das sobrancelhas e pestanas, e em pintar-lhes o rosto e o corpo; outras vezes os maridos fazem às mulheres os mesmos serviços. São fiéis e verdadeiros nos seus contratos. Quando a noite é clara, juntam-se os rapazes e raparigas a brincarem na frente de seus pobres toldos. [...] Nas festas, correm cavalhadas; as mulheres que são asseadas botam sobre pequenos feixes de palha, que lhes servem de sela, um pano de cinco palmos em quadra, pintado de contas e conchas, o qual serve de xairol e capeladas; a cabeçada é toda guarneçada de pedaços de arame de bacia, que tem três dedos de largura, com guizos e uma chapa de prata na testeira. Como não usam de estribos, na ação de montar a cavalo a mulher pega nas crinas, e ergue o pé esquerdo para trás, e o marido segurando-lhe no pé a ajuda a cavalgar” (PRADO, 2005, p. 91-92, grifo do autor). Ver PRADO, Francisco Rodrigues do. Os Guaicuru. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 8, p. 91-92, jun. 2005.

¹⁶² José Carlos Ziliani, pondera como exemplo, “durante o ano de 1999, constituiu-se um grupo formado por profissionais, intelectuais e instituições públicas e privadas, com a finalidade de promover eventos comemorativos dos 500 Anos de Descobrimento do Brasil. Mais uma vez a temática **Guaicuru** é visitada e tomada como apelo simbólico e representativo de identidade regional. O projeto ostenta no logotipo um ícone da cultura guaicuru, acompanhado dos dizeres: 500 Anos do Brasil/Mato Grosso do Sul/Conquista e Resistência” (ZILIANI, 2000, p. 64).

¹⁶³ Segundo José Couto Vieira Pontes, o escritor de Ponta Porã, “*Pedro Ângelo da Rosa* desenvolveu louvável atividade cultural em Ponta Porã. Fundou o primeiro jornal impresso em sua cidade, “A Bigorna” — literário e humorístico — cuja edição inaugural circulou no dia 10 de janeiro de 1920. No pioneirismo da imprensa local, só se lhe avanteja o quinzenário “Ponta Porã”, fundado em agosto de 1914, mas impresso em Concepción, no Paraguai, chegando os exemplares à redação no lombo de cavalos, após penosas viagens, trezentos e sessenta quilômetros distante ficava de Ponta Porã aquela cidade guarani” (PONTES, 1982, p. 167).

Guaicuru, índios cavaleiros e inimigos de todos. Somente pela região do norte haviam penetrado alguns sertanistas de São Paulo e Paraná, afixando-se ao solo” (ROSA, 2004, p. 34, grifo meu). O autor sempre reforça que em Mato Grosso do Sul, era um *deserto*, onde apenas viviam *índios ferozes*, “antes da guerra do Paraguai, Ponta Porã constituía uma *zona deserta*, habitada somente por índios selvagens, sobressaindo-se as tribos caiuás e guaranis, que se alimentavam da pesca e da caça” (ROSA, 2004, p. 11, grifo meu). O índio na visão Pedro Ângelo da Rosa era um obstáculo para o povoamento (branco) no território de Mato Grosso do Sul.

O historiador sócio fundador da ASL e do IHG-MS, José Barbosa Rodrigues, assim descreve a questão indígena “quando as caravelas de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, aportaram às terras do Brasil, estas *eram incultas*, mas habitadas por povos selvagens, bastante primitivos nos seus usos e costumes” (RODRIGUES, 1985, p. 13, grifo meu). Sendo assim, o historiador da ASL e do IHG-MS escreve uma história eurocêntrica, ou seja, o europeu como civilizador. E os índios como incultos, selvagens e primitivos.

Conquistado o litoral, os colonizadores portugueses foram aos poucos assenhoreando, com muito suor e sangue, da vastidão interiorana. Transposta a Serra do Mar, marcharam eles para a região das alterosas que compreende o atual Estado de Minas Gerais, e para o Oeste, onde atualmente estão localizados os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A cada rio que vadeavam ou a cada serra que transpunham encontravam os mesmos habitantes, a mesma gente selvagem. [...] As suas grandes plantações de cana de açúcar, que passaram a exigir grande quantidade de braços para o amanho da terra e o cultivo das roças, não se falando nas atividades auríferas de Vila Rica, em Minas Gerais. Para suprir tal necessidade, apelou-se para o braço escravo. Os indígenas que constituíam centenas de tribos apareciam como presa fácil e o seu aproveitamento foi imediato. (RODRIGUES, 1985, p. 13).

De um modo em geral, os *homens de letras* do IHG-MS e da ASL escrevem os mesmos discursos dos europeus conquistadores, não fazendo questão de relatar os milhões de índios dizimados, exterminados, escravizados, pelos “povoadores”. A história narrada pelos sócios dessas entidades silencia que o empreendimento colonizador matou milhões de nativos e que também foi responsável pela importação de milhões de nativos africanos para escravizá-los em benefício dos colonizadores europeus em terras americanas. Do mesmo modo não relatam que nestas terras se produzia em grande escala um único produto (açúcar, algodão, etc), exclusivamente para o mercado europeu.

O livro de Acyr Vaz Guimarães, “*Mato Grosso do Sul, Sua Evolução Histórica*”, de 1999, sobre a ocupação do território sul-mato-grossense no decorrer do século XVIII, assim se expressa,

Tudo era **sertão, apenas índios por todas as partes**, desde o extremo sul, onde estavam os caiuás, até as divisas com as terras de Goiás, onde estavam os caiapós. Os **Guaicuru** varavam todo o pantanal [...] Os paiaguás não saíam em terra, mas corriam todo o rio Paraguai [...] Nem mesmo a abundância de gado nativo e campo farto para a criação em clima bom, terras boas, de rios navegáveis, fazia alguém aportar ao grande território, onde só índios viviam. (GUIMARÃES, 1999, p. 35, grifo meu).

Segundo o autor, mesmo com muita fartura de gados nativos em campos abundantes, o colonizador não fixava sua moradia; apenas os “índios viviam” nestas regiões. Ou seja, o índio não é tratado como gente. Mas como inferior, selvagem, atrasado e um empecilho para a “civilização”.

Igualmente no livro do presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), José Couto Vieira Pontes, *História da Literatura Sul-Mato-grossense*¹⁶⁴, de 1981, não aparece em sua obra o índio, alias, é totalmente desprezada. Em sua visão o estado de Mato Grosso do Sul é de *povoamento recente*.¹⁶⁵

Como nossa região é de povoamento *recente*, ao contrário do Norte, Nordeste e Leste do País, podemos pensar num fenômeno de transposição, de natureza sócio-econômica, em que populações de outras unidades da Federação, principalmente paulistas e mineiros se teriam transferido para cá com suas experiências e promovido o nosso desenvolvimento. (PONTES, 1982, p. 19, grifo meu).

Apesar do epônimo de Mato Grosso do Sul representar as comunidades indígenas por meio da etnia Guaicuru, não lhe é atribuído o papel de desenvolvimento do estado ou como sendo a base de uma nação civilizada, tarefa que os historiadores do Instituto e da Academia de Mato Grosso do Sul atribuem aos espanhóis, portugueses e aos imigrantes europeus, além dos brasileiros paulistas e mineiros e não pelos Guaicuru.

¹⁶⁴ Ver PONTES, José Couto Vieira. *História da Literatura Sul-Mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor. 1981.

¹⁶⁵ José Carlos Ziliani, sobre esse assunto explica que, “[...] no Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1977, ano da criação do Estado e mesmo antes, como região sul de Mato Grosso, na maioria das narrativas produzidas, e **como se na região não existissem índios**, pois os mesmos simplesmente **não aparecem**, seja como personagens ou como cenários. No livro *História da Literatura Sul-Mato-Grossense*, de José Couto Vieira Pontes, encontramos a sustentação dessa afirmação negadora. Em nenhuma das abordagens há presença das etnias indígenas, seja nas obras ou autores, elencados como legítimos representantes da produção literária do Estado” (ZILIANI, 2000, p. 60, grifo meu).

Distanciando-se das temporalidades aludidas anteriormente pela história, **atualmente Guaicuru é o índio idealizado**, como em *Iracema*, em *O Guarani*, e em *Ubirajara*, do romântico José de Alencar. O índio que não existe mais. Não existindo mais não traz problemas, índio idealizado não ocupa terras, não cobra política indigenista, não manifesta desejo de cidadania. Guaicuru não existe mais, foi uma etnia extinta. O que existe são grupos remanescentes, como as Kadiweu e os Guató. (ZILIANI, 2000, p. 62, grifo meu).

O epônimo de Mato Grosso do Sul, o *Guaicuru*, escolhido pelos acadêmicos da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, segundo José Carlos Ziliani, perpassa um índio idealizado, ou seja, o Guaicuru (enquanto etnia) não existe mais e não existindo mais, não ocasiona problema para os dirigentes e proprietários de grandes fazendas do estado de MS. Assim, o preferido para ser o gentílico de Mato Grosso do Sul é o **Guaicuru** (índio imaginado no tempo presente), sendo aludido pela história, apenas lembrança do passado, uma vez que esta etnia não subsiste mais.

A construção *identitária sul-mato-grossense* por parte dos *homens de letras* de MS, tem um destaque especial para a *história*, especialmente para criar e estabelecer os heróis, o hino, o epônimo, o gentílico entre outros símbolos culturais para o estado de Mato Grosso do Sul. Evidentemente, instituído de concordância com a elite dominante do estado.

Nesse sentido, os *homens de letras* de Mato Grosso do Sul constróem, heróis, mitos, acontecimentos e fatos. Para serem cultuados, adorados, lembrados, idolatrados e amados. Portanto, tentam estabelecer uma *identidade* que devem ser *homenageadas* e *homogeneizadas* por todos os sul-mato-grossenses. Justificando deste modo, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, como que se fosse um anseio local, natural e sem traumas.

Não existe nenhum fundador de Mato Grosso do Sul no imaginário sul-mato-grossense aceito por todos. Apesar das tentativas realizadas de se criarem tais figuras, mas sem sucesso. Uma das razões é pelo fato de que a criação do estado de Mato Grosso do Sul, foi uma decisão de cima para baixo, ou melhor, imposto, não foi algo conquistado pela população, já que foi por meio do processo ditatorial, feito nos bastidores, no subterrâneo, para beneficiar (o alto escalão) do jogo político em permanecer no poder e não por reivindicação de sua população propriamente entendida.

CAPÍTULO 4

HISTÓRIA E IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS SUL-MATO-GROSSENSSES

4.1 A HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL DIVULGADA PELOS INTELCTUAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL E DA ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS

A instituição do estado de Mato Grosso do Sul, no término da década de setenta do século XX, foi uma estratégia da gestão do governo federal para assegurar a maioria dos votos no Colégio Eleitoral (eleição indireta que, na ocasião, garantiu a vitória do general João Batista Figueiredo) para a sustentação do regime militar. Nesse período, os governadores, os prefeitos das capitais, de algumas cidades fronteiriças¹⁶⁶ e parte dos senadores eram nomeados (os chamados “biônicos”).

A idéia ou concepção de um estado vem associada a dados concretos e evidentes, tais como sistema de serviços implementados, rede viária, rodoviária, ferroviária, hidrográfica, aeroportos; infra-estrutura de lazer e comercial, etc. É um organismo político-administrativo que ocupa um território determinado, dividido em regiões¹⁶⁷ que se integram em municípios, com uma sede administrativa (capital), e dirigido por governo próprio.

A criação de um estado exige uma delimitação de território e uma sede administrativa, com os poderes constituídos: legislativo, executivo e judiciário, mas necessita, também, de uma **história** que o identifique perante sua população. Assim, precisa de uma *identidade própria*, para diferenciar-se dos outros estados da Federação.

¹⁶⁶ Em Mato Grosso do Sul, os municípios considerados de área de segurança nacional eram: Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas e a capital Campo Grande, ou seja, era o governador que nomeava os prefeitos desses municípios. Os senadores do novo estado foram todos da ARENA: Pedro Pedrossian (eleito em 1978), Antônio Mendes Canale (eleito em 1974, que, na divisão optou por MS) e Rachid Saldanha Derzi, indicado senador “biônico” em janeiro de 1979.

¹⁶⁷ O estado de Mato Grosso do Sul possui 78 municípios (dados do IBGE de 2006), reunidos em 11 (onze) microrregiões: MR-01 - Baixo Pantanal; MR-02 - Aquidauana; MR-03 - Alto Taquari; MR-04 - Campo Grande; MR-05 - Cassilândia; MR-06 - Paranaíba; MR-07 - Três Lagoas; MR-08 - Nova Andradina; MR-09 - Bodoquena; MR-10 - Grande Dourados e MR-11 - Iguatemi.

É no bojo do processo de consolidação de uma nova unidade da federação (MS) que se viabiliza um projeto de divulgar uma *história* própria sul-mato-grossense. Os *homens de letras* da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972) ampliam os seus poderes simbólicos e fundam, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades essas considerados pelos sócios como co-irmãs.

Assim sendo, os *homens de letras* de MS articulam-se em tentativas de construir uma *história* que contemple e contenha o estado de Mato Grosso do Sul como um todo.

A representação econômica do jovem estado de Mato Grosso do Sul era das melhores possíveis, em documento apresentado por ocasião do Fórum das Américas, no mês de outubro de 1983, com o título *Mato Grosso do Sul – Uma Opção de Investimento de Baixo Risco*,¹⁶⁸ organizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretária de Planejamento e Coordenação Geral e da Fundação Instituto de Desenvolvimento-MS – IDESUL. Nele, divulga-se que pretende, “[...] através de rápidas informações, ‘vender’ aos participantes deste Encontro a real imagem do Estado, com o intuito inegável de pleitear aos empresários que examinem Mato Grosso do Sul como das poucas regiões de baixo risco para investimentos nos diversos setores econômicos” (IDESUL-MS, 1983, p. 3). O estado de Mato Grosso do Sul, segundo o documento, tem a população estimada em:

1.370 mil habitantes [...]. A Capital, Campo Grande, conta com 292 mil habitantes e um elevado crescimento demográfico de 7,81% a.a., em média. A pecuária, como atividade tradicional e a agricultura, já consolidada e em forte processo de expansão, em virtude da existência de solos de elevada fertilidade, constituem sua base econômica principal”. (IDESUL-MS, 1983, p. 3).

Ainda assegura-se, no texto divulgado por parte do governo estadual, que o jovem estado de Mato Grosso do Sul possui excelente potencial de recursos naturais, “[...] com destaque para as jazidas de ferro, manganês e calcário, no campo mineral; fauna e flora de inigualável variedade, em particular na região do Pantanal e ampla rede de rios de rara piscosidade, pertencentes a duas bacias, do Paraguai e Paraná” (IDESUL-MS, 1983, p. 3). A esse respeito, o governo mostra que o clima apresenta grande regularidade e boa

¹⁶⁸ Ver MATO GROSSO DO SUL – UMA OPÇÃO DE INVESTIMENTO DE BAIXO RISCO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Desenvolvimento-MS – IDESUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Gestão de Wilson Barbosa Martins (1983-1986). Documento apresentado por ocasião do Fórum das Américas – Outubro de 1983.

pluviosidade na estação das chuvas, “[...] não ocorrendo fenômenos climáticos prejudiciais à produção rural” (IDESUL-MS, 1983, p. 3). O documento também destaca o estado de MS como um dos maiores do Brasil, tanto na pecuária bem como na agricultura, já que “[...] o Estado conta hoje com o 4º maior rebanho bovino do País, sendo o 3º produtor de soja, o 4º de trigo e o 5º de arroz” (IDESUL-MS, 1983, p. 3). Menciona, ainda, o texto, o excepcional potencial turístico do estado de MS, constituído pelas reservas naturais do Pantanal e pelas grutas do município de Bonito, de rara beleza. Acrescenta: “[...] investir em Mato Grosso do Sul é contribuir para a retomada do desenvolvimento do País” (IDESUL-MS, 1983, p. 3). Ou seja, o jovem estado de MS, por meio desse documento oficial, “vendia” aos participantes do Fórum das Américas uma imagem de um estado promissor, como um dos melhores do país, além de uma rica beleza, abundante de fauna e flora.

Marisa Bittar afirma que a paisagem bucólica do estado de Mato Grosso do Sul compõe-se, igualmente, de contradições sociais evidentes.

Mato Grosso do Sul é um estado agrário, afamado por suas grandes e belas fazendas, pelos numerosos rebanhos de gado nelore, branco, que contrastam com o verde de seus campos e convivem com a exuberante fauna e flora pantaneiras. Paisagem bucólica, composta por lagoas que pintam o cenário de verde-azul, pela cor branca do nelore e pelas imensas lavouras de soja, Mato Grosso do Sul encerra contradições. A mais evidente delas talvez resida na urbanização paradoxalmente acelerada, tendo em vista a predominância na economia estadual das atividades primárias. (BITTAR, 1997, 270).

Segundo a historiadora Marisa Bittar, Mato Grosso do Sul é carregado de incoerência e distorção:

[...] o panorama contrastante de campos verdes (soja, cana-de-açúcar, pastagens) e gado branco é, porém, vazio de população humana. O célere processo de urbanização, ocasionado pela estrutura fundiária concentradora, se fez acompanhar do baixo índice de investimentos sociais, provocando deterioração da qualidade de vida nas cidades. (BITTAR, 1997, 272).

Ou seja, em Mato Grosso do Sul nem tudo é belo, principalmente nas cidades, em que a pobreza mostra a degradante paisagem urbana dos excluídos de uma vida digna; além disso, “[...] o estado apresenta grandes distorções na distribuição salarial da força de trabalho, semelhantes ao perfil nacional: em 1985, 81% de seus componentes ganhavam até três salários mínimos enquanto que 1,5% mais de vinte” (BITTAR, 1997, 272). As características que marcaram a ocupação do estado, conforme analisa Marisa Bittar,

decorrem, principalmente, “[...] da implantação da agricultura moderna voltada para o mercado externo, cujo resultado foi a concentração fundiária e produtiva, em prejuízo do abastecimento alimentar interno” (BITTAR, 1997, 271). Outro dado importante, de acordo com a pesquisadora: “[...] até a década de 60 o território que hoje compreende Mato Grosso do Sul era majoritariamente rural. Em 1960 o grau de urbanização era de 42%. Em 1972, 45% da população residia no meio rural enquanto que em 1980 esse percentual saltou para 67%” (BITTAR, 1997, p. 270).

O *vazio humano* é causado pelo alto grau de concentração de terras cultivadas por fazendeiros e latifundiários, que plantam e criam animais conforme a vantagem do mercado externo; assim sendo, os dirigentes estaduais não se preocupam verdadeiramente com as comunidades indígenas e nem com a maioria da população pobre residente nas cidades e nos campos do estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, em 1970, segundo o IBGE, somava uma população de 140.233 habitantes; em 1981, contava com 292 mil habitantes; já em 2000, a população atingia a cifra aproximada de 700 mil habitantes. Ou seja, a partir da década de 70, a população duplicou, aproximadamente, a cada ciclo de 10 anos.¹⁶⁹ Preocupado com o crescimento da cidade e da jovem capital Campo Grande, devido à chegada de muitos imigrantes, em 1980, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), Paulo Coelho Machado, assinala a importância da *história* para a sociedade sul-mato-grossense: “[...] a *heterogeneidade* da população de Mato Grosso do Sul, com as enormes massas de migrantes, tem *desfigurado* rapidamente a antiga comunidade, que não se dá conta dos *fatos do passado*” (MACHADO, 1980, p. 6, grifo meu). Portanto, a *história* terá um papel fundamental no constructo cultural por parte dos intelectuais do novo estado.

Urge que os sul-mato-grossenses mais autênticos, *os verdadeiros Guaicuru*, como forma de reação, se concentrem nas suas tradições mais caras, nos acontecimentos, nos cultos maiores *de sua história*. Assistimos hoje, com pesar, ao autóctone imitar o alienígena nos costumes, no sotaque, adotando o folclore *estranho* e até a contração da proposição com o artigo para designar nosso estado: **no** Mato Grosso do Sul, **do**

¹⁶⁹ De acordo com os dados da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso do Sul, Marisa Bittar analisa em sua pesquisa que “[...] a população economicamente ativa representava, em 1970, 31% da população total. A maioria (59%) ligada ao setor primário, um terço (30%) ao terciário e a décima parte (11 %) ao setor secundário. Esse aspecto evidencia um estado cuja economia estava voltada principalmente para as atividades agrícolas, destacando-se a pecuária e a agricultura. De acordo com o que se observa nas tabelas elaboradas por essa Secretaria, apenas a micro-região Pastoril de Campo Grande tinha a maior parte de sua população vinculada ao setor terciário. Essa micro-região mais a de Três Lagoas eram as únicas que apresentavam a maior parte de sua população economicamente ativa nos setores secundário e terciário, o que é explicado por um processo de urbanização mais acentuada, enquanto que nas demais a população economicamente ativa concentrava-se nas atividades agrícolas e no extrativismo” (BITTAR, 1997, p. 261).

Mato Grosso do Sul, em lugar daquilo que sempre usamos aqui: **em** Mato grosso, **de** Mato Grosso. Pouco importa se as pessoas são daqui ou de fora, desde que amem a terra, que a façam crescer e *adotem nosso estilo de vida*. Os de fora é que se devem adaptar ao meio e se vincular às tradições locais, aquilo que já constitui nossa civilização. Tais fatos devem ser desarquivados de vez em vez e revelados aos que se empenham pelas coisas da cultura, daqueles que são responsáveis pelo desenvolvimento do Estado, para que se mantenham vivos e atuais” (MACHADO, 1980, p. 6, grifo meu).

Após a divisão, com a chegada de imigrantes ao novo estado, os *homens de letras* do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) tentam reforçar a difusão da *história regional*, uma vez que há um empenho, por parte dos sócios dessas entidades, em construir símbolos que representassem *os verdadeiros Guaicuru* e uma *tradição* em amor às terras sul-mato-grossenses.¹⁷⁰ O presidente do IHG-MS, Paulo Coelho Machado, lembra que “[...] nosso Estado, se por um lado é muito jovem em sua organização política, por outro lado é antigo no que diz respeito a seus fatos históricos” (MACHADO, 1980, p. 5). O autor defende a divulgação e a publicação de uma *história* própria de Mato Grosso do Sul. Para Machado, “tais fatos devem ser desarquivados” pelos que se esforçam em valorizar a cultura sul-mato-grossense e devem ter o apoio dos dirigentes que comandam o poder do Estado, para que os acontecimentos realizados nos *cultos da história* “se mantenham vivos e atuais”. Em uma região fortalecida economicamente,¹⁷¹ cuja tradição estava para ser firmada, os *homens de letras* preocupam-se com *o imigrante que chega carregado de outra cultura*. Segundo o presidente do IHG-MS, o imigrante é que tem que adotar o “nosso estilo de vida” e, com isso, “se vincular às tradições locais, aquilo que já constitui nossa civilização”. Desse modo, a *história* tem papel fundamental em divulgar a *tradição* dos sul-mato-grossenses.

¹⁷⁰ São publicados pelos sócios fundadores da ASL e do IHG-MS (primeiro momento, 1978-1988): MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada*. Campo Grande: Alvorada, 1980; PONTES, José Couto Vieira. *História da Literatura Sul-Mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981; GOMES, Otávio Gonçalves. *A poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1984; RODRIGUES, José Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul* (1978), *História de Campo Grande* (1980), *Histórias da Terra Matogrossense* (1983) e *História de Mato Grosso do Sul* (1985). No segundo momento (1988-1996), publica-se a Coleção Historiográfica (14 títulos) patrocinada pelo Tribunal de Justiça (TJ-MS). O terceiro momento consiste na publicação regular da Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (período de 2002-2006, com dez edições até agosto de 2006). Igualmente, inúmeros livros são publicados sobre a literatura e a historiografia de MS, por meio de convênios com a prefeitura de Campo Grande, universidades e projetos de incentivo à cultura estadual, como o Fundo de Investimentos Culturais (FIC/MS).

¹⁷¹ Marisa Bittar pondera que o recente estado de Mato Grosso Sul, “[...] vocacionado para a agropecuária, segundo os documentos oficiais aqui referidos, tendo se dedicado, até a década de 60, à pecuária extensiva, possuidor de um dos maiores rebanhos bovinos do país, o quarto em 1975, terceiro produtor de soja, e colocado entre os cinco maiores produtores de trigo e de arroz: tal era o perfil econômico do estado nascido a 11 de outubro de 1977” (BITTAR, 1997, 262).

Nesse sentido, ressalta-se a importância em ponderar os discursos dos sócios da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, para compreender a *missão* desses intelectuais em construir uma *literatura* e uma *história* do estado de Mato Grosso do Sul.

Por ocasião da solenidade de posse de Elpídio Reis (cadeira de n.º 29 da ASL), no ano de 1982, ocorrida no município de Ponta Porã, fronteira do Brasil com o Paraguai, o orador oficial e também presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), Otávio Gonçalves Gomes, profere que, passados tantos anos, “[...] a nossa Academia foi buscar Elpídio Reis, residente no Rio de Janeiro – um tanto tardiamente é verdade – para, juntando o seu talento à sua experiência, representar condignamente a sua terra natal: Ponta Porã” (GOMES, 1982, p. 7).

O presidente da ASL, Otávio Gonçalves Gomes, evidencia brevemente a biografia e bibliografia de Elpídio Reis; informa, igualmente, os seus livros publicados, as escolas frequentadas, as atividades culturais importantes desempenhadas pelo púbere acadêmico e, do mesmo modo, o presidente da ASL chama a atenção do novo ocupante da Cadeira 29 para a responsabilidade dos *homens de letras* em viabilizar publicações da História e da Literatura de Mato Grosso do Sul.

Otávio Gonçalves Gomes, em seu discurso, mostra a incumbência e a obrigação dos acadêmicos sul-mato-grossenses, perante o estado e o Brasil, de escrever a História e a Literatura de Mato Grosso do Sul, visto como um estado repleto de valiosos e ricos acontecimentos de *nossa história*:

Não desejamos que a nossa Academia permaneça uma entidade consagradora dos valores antigos; desejamo-la ativa, forjando os pensamentos vivos da pátria, abrigo e amparo das energias renovadoras da língua, das tradições e dos costumes. A nossa entidade tem uma imensa responsabilidade perante o nosso Estado e a própria nação brasileira. Temos que pesquisar, descobrir e fixar, para a posteridade, as nossas raízes, *a nossa História e escrever a nossa própria Literatura*. Nós temos que fixar em bronze a própria memória da pátria, tão rica e tão valiosa, repleta de fatos heróicos da nossa História (GOMES, 1982, p. 12, grifo meu).

Segundo o presidente da ASL, Otávio Gonçalves Gomes,¹⁷² os fatos e os acontecimentos considerados heróicos na *história* de Mato Grosso do Sul estão ainda para

¹⁷² Ver GOMES, Otávio Gonçalves. *Discurso do Presidente da Academia, Dr. Otávio Gonçalves Gomes, Saudando o novo Acadêmico*. In: ELPÍDIO REIS NA CADEIRA N.º 29, Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1982.

serem editados: “[...] aí estão: o Rio Paraguai, o Forte Coimbra, a Epopéia de Antônio João, a Retirada da Laguna e tantos outros fatos históricos para serem estudados” (GOMES, 1982, p. 12). Por isso, a responsabilidade dos acadêmicos sul-mato-grossense é maior, se comparada a outros estados da federação, que tem consolidado sua *história* com muitas publicações materializadas, o que não é verdade para o jovem estado de Mato Grosso do Sul. Mas não é por falta de *história* (considerada gloriosa), mas de ausência de apoio material, logístico e incentivo por parte do governo, além da falta de pesquisas específicas por parte dos intelectuais. De acordo com o presidente da ASL, compete aos sócios da entidade a missão de resgatar a história sul-mato-grossense e divulgar o seu passado glorioso.

Por sua vez, Elpídio Reis, em seu pronunciamento de posse, agradece a presença de todos: “[...] minhas senhoras, meus senhores, jovens – esperança de Mato Grosso do Sul. Nobre Prefeito Oldemar Sanches: dedico à nossa Ponta Porã o significado desta solenidade” (REIS, 1982, p. 14). Nessa formalidade, o acadêmico recipiendário da Cadeira de n.º 29 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) cumprimenta os convidados presentes na magna sessão, profere sua gratidão e satisfação de pertencer, como titular efetivo, à respeitada Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e salienta sua satisfação de ter conseguido realizar um ideal; portanto, um sonho que se concretizava efetivamente: “[...] e tendo como outro ideal o desejo de enquanto tiver um sopro de vida consciente, fazer alguma coisa, por pequenina que seja, por minha Ponta Porã” (REIS, 1982, p. 14).

Em resposta às autoridades presentes, Elpídio Reis promete dedicar-se ao máximo em favor da cultura sul-mato-grossense: “O amparo da já respeitável Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, me abrirão novas portas, que cruzarei com alegria, portanto o que me for possível, dentro de minha área de atuação, em favor de meus conterrâneos. Vós sois idealistas autênticos e desse ideal, beberei” (REIS, 1982, p. 14).

O novo sócio da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Elpídio Reis, afirma que a função da Academia é poder ajudar a consolidar a cultura regional:

A literatura - espelho onde se reflete a cultura de um povo, e fim último do vosso ofício, irmãos acadêmicos é assunto dos mais sérios e dignos da atividade humana. É a narração, o registro, com forma artística, do pensamento público, dos fatos do dia-a-dia ou da ficção mais condizente com uma época. (REIS, 1982, p. 15).

Por isso, Elpídio Reis defende a importância da cultura para o desenvolvimento do estado e coloca-se à disposição da Academia para viabilizar, junto aos órgãos competentes, o amparo de incremento à cultura regional, argumentando:

A nossa Academia é uma casa de cultura, mesmo que materialmente ainda *não tenha a sonhada casa própria*.¹⁷³ E cultura - eu já disse em artigo de jornal - é estrutura, é viga mestra, é coluna que além de contribuir com seu precioso quinhão de esforço para a sustentação do todo, irradia luz que ilumina as outras áreas, igualmente imprescindíveis do edifício estatal. Eis porque Estado culturalmente bem servido é Estado iluminado. Cultura é exclusivo produto humano, é instrumento de adaptação do homem ao grupo onde vive. É matéria de aprimoramento individual e comunitário. A cultura ocupa-se com a organização social e política, com o idioma do povo, usos e costumes, religião, educação, instrução, evolução da sociedade e, por fim, *registra*, em termos de *memória* da comunidade, o que de *mais válido* merece passar de *geração* a *geração*. O amparo à cultura é preceito constitucional, Federal, Estadual e Municipal. (REIS, 1982, p. 14, grifo meu).

Para o sócio da ASL, Elpídio Reis, torna-se imperativo o empreendimento dos acadêmicos sul-mato-grossenses em cobrar das autoridades e do poder público um maior incentivo às atividades culturais, principalmente das prefeituras municipais e do próprio estado, já que cultura é preceito constitucional, pois está amparada na Constituição. Durante a gestão dos primeiros governadores indicados pela ditadura militar (1979-1982), Harry Amorim Costa, Londres Machado, Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian, não havia uma pasta específica que amparava a cultura. Por isso a indignação do acadêmico diante da omissão do poder público para com as atividades culturais e, principalmente, literárias. Mas ainda esperava acolhimento por parte do poder constituído:

Quem tiver nítida noção do conceito de Nação, Estado, Município, povo, comunidade, não pode contestar nem pôr em dúvida esse dever do poder

¹⁷³ O discurso de Elpídio Reis ressaltava que a ASL não possuía *a sonhada casa própria*, já que a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras se estabeleceu com sua sede provisória: “[...] sem imóvel próprio, a Academia, naquela fase, inicialmente com sede na casa de seus dirigentes, fixou-se nas dependências do jornal CORREIO DO ESTADO, por cortesia do sócio J. Barbosa Rodrigues” (CAMPESTRINI, 2003, p. 14). Para a acadêmica da ASL, Oliva Enciso, a maior bandeira de luta da academia era conquistar uma sede própria: “[...] a maior preocupação dos Acadêmicos tem sido, desde o início, conseguir a sede própria, para que a Academia possa preencher as finalidades para que foi criada. A esperança ajuda a viver. E a Academia bem merece uma sede própria, por tudo o que já fez: – a influência que exerceu nas novas gerações – os valores que despertou para as letras: prosa e poesia – os livros que já publicou ou ensinou a sua publicação – os concursos que realizou – e ainda: foi o ponto de partida para a fundação do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL, que tem na sua presidência o Acadêmico PAULO COELHO MACHADO, um dos mais cultos e brilhantes membros da Academia” (ENCISO, 1986, p. 155, grifo do autor). Atualmente, a ASL tem, no centro da capital, sua sede própria, esclarece Hildebrando Campestrini: “O acadêmico Luís Alexandre de Oliveira doou, em vida, para a Academia, sua ampla casa, situada no centro da cidade, na Rua Rui Barbosa, 2.624. Com o seu falecimento, a Academia pôde transferir-se para sua sede definitiva, em 1.º de outubro de 1999. Destaque-se por fim, que o atual presidente recuperou alguns espaços do imóvel, o que *permitiu instalar*, na parte do fundo, *o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul* e implantar, na área vaga, um excelente espaço cultural, inaugurado no dia 14 de agosto de 2003” (CAMPESTRINI, 2003, p. 17, grifo meu).

público. Esse preceito, diga-se por oportuno, não é apenas brasileiro, mas de todos os povos civilizados. O Estado, em termos de sociedade administrativamente organizada, não pode agir condicionado a interesses passageiros, porque tal atitude se configurará como anti-cultura. E anti...cultura é retrocesso. [...] O vosso trabalho intelectual, nobres Acadêmicos, é de elevado interesse coletivo, daí esperar-se que o Poder Público desta nossa unidade da Federação, através do Governo Estadual e das Prefeituras Municipais, dê guarida à conscientização de que as atividades culturais devem ser estimuladas, ajudadas, impulsionadas, com a aplicação de incentivos que possibilitem a edição de livros de interesse para a comunidade sulmato-grossense, realização de conferências, palestras, simpósios de fundo cultural. (REIS, 1982, p. 14).¹⁷⁴

No encerramento de seu discurso, Elpídio Reis ratifica que a literatura também é serviço público de alta valia e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras “[...] há de firmar-se e consolidar-se como a bandeira da consciência intelectual em nosso Estado” (REIS, 1982, p. 17). O novo acadêmico deixa claro que “[...] dúvidas não temos de que os altos dirigentes de nosso Estado e das Prefeituras Municipais, por seus poderes Executivo e Legislativo hoje e do futuro – também assim entendem e entenderão”. (REIS, 1982, p. 17). Deste modo para Elpídio Reis, “[...] melhores dias, portanto, em favor das atividades culturais literárias, não se farão esperar. Esta não é uma simples ou sonhada esperança, mas uma racional e justificada convicção. (REIS, 1982, p. 17). Elpídio Reis foi presidente¹⁷⁵

¹⁷⁴ Ver REIS, Elpídio. *Elpídio Reis na cadeira n.º 29*. Rio de Janeiro: ASL, 1982. 22 p.

¹⁷⁵ Hildebrando Campestrini enaltece a gestão do presidente da ASL, Elpídio Reis (1988-1997): “Pode-se dividir a história da Academia em *antes e depois da presidência de Elpídio Reis* [...]” (CAMPESTRINI, 2003, p. 14, grifo meu). Quando assumiu a presidência em 1988, Elpídio Reis, a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras promoveu e se envolveu em inúmeras atividades culturais, palestras, publicações, solenidades, cursos, festejos literários, campanha de arrecadação de livros, entre outras, assim como a mudança de prédio: “Quando assumiu a presidência, Elpídio Reis propôs alguns projetos, iniciando pela mudança de endereço. Alugou-se um sobrado na Rua Euclides da Cunha, com espaço para ali implantar alguns serviços e oferecer cursos” (CAMPESTRINI, 2003, p. 14). Assim, a ASL assinou um convênio com a Prefeitura de Campo Grande, que pagou o aluguel da sede até 1999, o que possibilitou uma maior efetivação dos acadêmicos com a comunidade. Nesse período, foram fornecidos cursos e palestras, todos ministrados na sede pelos sodalícios, além de que a Academia foi até as escolas de Campo Grande, para dar conferências aos educandos. De acordo com Hildebrando Campestrini, a gestão de Elpídio Reis merece eloqüentes elogios, por muitas realizações prestadas por meio da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras: “[...] a Campanha de Angariação e Distribuição de Livros, que conseguiu alguns milhares de volumes, com os quais a Academia formou numerosas minibibliotecas, distribuídas a escolas, presídios, clubes de serviço, entre outros. Anote-se que esta Campanha teve a colaboração intensa do sócio efetivo Hélio Serejo. [...] Foram ministrados, na sede, diversos cursos, como Arte Poética, Arte de Escrever, Arte do Conto. E para os alunos das escolas da capital foi criada a campanha A Academia nas Escolas, que levava acadêmicos para falar aos alunos. Só Elpídio Reis proferiu mais de trezentas palestras a estudantes, não incluídas as diversas que proferiu no interior do Estado” (CAMPESTRINI, 2003, p. 15). Sobre as palestras, Elpídio Reis relata que não havia um tema específico; eram realizadas conforme o interesse da comunidade: “No mês de agosto as escolas pediam quase sempre palestras sobre a fundação de Campo Grande. Em setembro, sobre a Independência do Brasil. Em outubro sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Por ocasião do centenário da proclamação da república, o assunto mais solicitado foi a que deu origem ao acontecimento histórico de 15 de novembro de 1889. Por ocasião do plebiscito para a escolha do Presidencialismo ou Monarquia, esse foi um tema muito requisitado” (REIS, 1996, p. 11). Segundo o autor, Elpídio Reis, nesse período, administrou a ASL com eficiência e com um contato direto com o público, especialmente com os alunos de Campo Grande. “Foi criada a Estante de Mato Grosso do Sul e, pouco depois, foram ativados o Centro de Pesquisa e o Clube do Livro para incentivar a leitura e facilitar a pesquisa principalmente de estudantes” (REIS, 1996, p. 15). Ver REIS, Elpídio. *Academia: Jubileu de Prata*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1996. Ainda na presidência de Elpídio Reis, a Academia expandiu-se para o interior, com alguns cursos e algumas sessões solenes, em Dourados, Aquidauana e Ponta Porã. Além de que, “[...] incentivando o intercâmbio, a Academia recebeu a visita do então presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Ataíde, e de Afrânio Coutinho” (CAMPESTRINI, 2003, p. 15).

da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) de 1988 até 1997 (quando veio a falecer).

As dificuldades em se escrever uma história e uma literatura de Mato Grosso do Sul pelos *homens de letras*, e a carência de apoio logístico pelos dirigentes do estado e das prefeituras são os empecilhos apontados pelos sócios da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras para poder divulgar uma cultura própria sul-mato-grossense.

No olhar de José Couto Vieira Pontes, a literatura sul-mato-grossense é muito recente, já que as primeiras manifestações sociais foram por meio da pecuária, o que dificultou o desenvolvimento de atividades culturais.

Assim, debuxados o meio, a fisionomia histórica e a paisagem sócio-cultural do sul de Mato Grosso, podemos começar a analisar a sua literatura, as influências por ela sofridas, as suas origens e os seus valores. Comenta o nosso historiador Demosthenes Martins que a atividade humana dominante no Sul de Mato Grosso, desde os primórdios de seu desbravamento, capaz de modelar a feição do homem e detonar as primeiras manifestações sociais e psicológicas, foi a pecuária. **“O boi criava o homem, essa é a verdade”** – diz ele, com sua lucidez. – “Primeiro o couro, para a comercialização com o exterior, depois a carne”. Assim, numa sociedade de homens afeitos às duras e arriscadas lides do campo, **sujeitos aos constantes assédios dos índios e aos ataques dos bandoleiros**, dificilmente se desenvolveria, naqueles rudes tempos, alguma atividade cultural. (PONTES, 1982, p. 21, grifo meu).

Entre os obstáculos relatados pelo presidente¹⁷⁶ da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, José Couto Vieira Pontes, está o fato de que o sul de Mato Grosso foi, inicialmente, dominado pela pecuária, ou seja, habitado por vaqueiros, pessoas rudes, homens “afeitos às duras e arriscadas lides do campo”. Com isso, impossibilitava-se aos “primeiros moradores” do sul de Mato Grosso desenvolver ocupações literárias e artísticas.

¹⁷⁶ Em *Pequeno histórico da Academia*, artigo de Hildebrando Campestrini, publicado na primeira revista da ASL, o autor destaca as principais realizações da entidade, bem como relata brevemente **os presidentes** efetivos e temporários da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras: “No dia 30 de outubro de 1971, **Ulysses Serra** fundou a Academia de Letras e História de Campo Grande [...] No ano seguinte, no dia 30 de junho, falecia Ulysses Serra [...] Assumia a direção da Academia o vice-presidente **José Couto Vieira Pontes** que, reeleito sucessivamente, esteve à frente dos destinos da Casa até outubro de 1982. [...] De 1982 a 1985, foi presidente **Otávio Gonçalves Gomes**; sucedeu-o **J. Barbosa Rodrigues**. Em 1988 foi eleito **Elpídio Reis**, que presidiu a Academia até 1997, quando faleceu, sendo substituído pelo vice-presidente **Arassuay Gomes de Castro**, que, por motivos de saúde, renunciou em 29 de janeiro de 1999. [...] Assumiu interinamente o secretário-geral, **Hildebrando Campestrini**, que convocou imediatamente novas eleições, tendo sido eleito, em 11 de fevereiro do mesmo ano, **José Pereira Lins**, que completou o mandato e foi reeleito, tendo renunciado em 13 de novembro de 2002, substituído pelo secretário-geral, Hildebrando Campestrini (o vice-presidente, Júlio Alfredo Guimarães, falecera), que reorganizou os serviços da Academia, convocou novas eleições e passou o cargo, no dia 30 de janeiro de 2003, ao novo presidente, **Francisco Leal de Queiroz**” (CAMPESTRINI, 2003, p. 13-14, grifo meu). Ver CAMPESTRINI. Pequeno histórico da Academia. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 14, 2003. Disponível em: <<http://www.acletrasm.com.br>>.

As comunidades indígenas também eram consideradas como contratempo para que os sul-mato-grossenses pudessem progredir em atividades e manifestações culturais, já que os índios viviam atacando os fazendeiros, o que impedia o gosto pelas artes, pois tinham que se defender dos ataques belicosos dos *índios selvagens*, fazendo com que a preocupação dos *pioneiros* fosse a de defender suas terras.

A **história** divulgada sobre o estado de Mato Grosso do Sul, segundo os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), é construída com dificuldades (de um modo em geral, os governos e prefeituras não investem em literatura); mesmo assim, os *homens de letras* conseguem organizar e publicar uma história do *passado glorioso* do estado de MS:

Épica tem sido, desde o alvorecer, a *história* do território correspondente ao atual Mato Grosso do Sul. Atravessado, em muitas direções, nos séculos 16, 17 e 18, por aventureiros e, posteriormente, por bandeirantes, só pouco antes da metade do século 19 é que começou a ser colonizado; cobiçado e disputado pelo vizinho Paraguai, viveu, com a colonização, uma fase de sobressaltos e insegurança pela constante ameaça de invasão e ocupação pelas forças paraguaias, o que se concretizou com a guerra do Paraguai (1864-1870), em que parte da campanha – por certo a mais heróica – se realizou em terras hoje sul-mato-grossenses. Acrescente-se que sempre houve, nesta área, tropelias e movimentos armados. A Coluna Prestes atravessou-a em 1925; em 1932, ocorreu a revolução constitucionalista, de que resultou a efêmera emancipação do sul de Mato Grosso uno. Infelizmente, *esta tradição* é ainda pouco conhecida. A Academia SulMato-Grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul têm incentivado a pesquisa da história do Estado e, dentro de suas conhecidas limitações, buscam divulgá-la. (CAMPESTRINI, 1988, p. 5, grifo meu).

O sócio do IHG-MS e da ASL, Hildebrando Campestrini, ilustra a importância da *história* para a sociedade sul-mato-grossense, especialmente porque, na ocasião da Guerra do Paraguai, o território do estado de Mato Grosso do Sul foi ocupado pelas tropas paraguaias; por isso, o episódio mais considerável e heróico da guerra (a Retirada da Laguna) realizou-se em terras de Mato Grosso do Sul. Explica, ainda, o autor, que sempre houve, na *história* de MS, movimentos e fatos significativos, como a “Coluna Prestes” e a “Revolução Constitucionalista de 1932”. O autor defende que essa “tradição” tem que se tornar conhecida pelos habitantes do estado de MS; dessa maneira, apesar dos obstáculos, os sócios, tanto do IHG-MS como da ASL, empenham-se em divulgá-la por meio de publicações que privilegiam os *fatos épicos* ocorridos em Mato Grosso do Sul.

Segundo Hildebrando Campestrini, graças ao seu empenho pessoal, foi possível a realização da *Série Historiográfica*, editada a partir de 1988, publicada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, num total de 14 livros, reunindo obras consideradas clássicas e de fundamental importância para a cultura sul-mato-grossense, iniciada na gestão do recente presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Elpídio Reis, e do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Paulo Coelho Machado:

Em 1988, como contribuição maior à cultura sul-mato-grossense, surgiu a *Série Historiográfica* (com 14 títulos), publicada pelo Tribunal de Justiça, graças ao empenho do sócio Hildebrando Campestrini, que era diretor naquele órgão. Dessa coleção se destacam obras que atualmente são clássicas em nossa bibliografia: *SEISCENTAS LÉGUAS A PÉ* (de Acyr Vaz Guimarães, reeditada pela Biblioteca do Exército), *CAMALOTES E GUAVERAIS* (de Ulysses Serra), *CANAÃ DO OESTE* (de José de Melo e Silva), *PELAS RUAS DE CAMPO GRANDE* (1.º volume - A RUA VELHA; 2.º - A RUA PRINCIPAL; 3.º - A RUA BARÃO - de Paulo Coelho Machado, observando-se que o 4.º volume e 5.º foram editados posteriormente pela prefeitura municipal) e *HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL* (de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães). CAMPESTRINI, 2003, p. 14).

Elpídio Reis, presidente¹⁷⁷ da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), apresenta o livro *Seiscentas Léguas a Pé*,¹⁷⁸ do sócio do IHG-MS e da ASL Acyr Vaz Guimarães, publicado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que faz parte da coleção *Série Historiográfica*.

Acyr calçou botas de seiscentas léguas, revestiu-se de coragem admirável, munuiu-se de lápis, papel, petrechos próprios para desenho de mapas, reconstituição de locais, atualização de nomes e, durante longos anos, dedicou-se ao seu invejável trabalho. [...] *SEISCENTAS LÉGUAS A PÉ*, é coisa nossa, sobre assunto nosso, ocorrido em terras de Mato Grosso do Sul, livro que honra a cultura e a fibra do povo deste rincão da Pátria. É livro que mostra, com impressionantes detalhes, a trajetória de uns bravos, de uns poucos heróis que lutaram, que morreram em holocausto ao Brasil, num dos momentos mais dramáticos de sua História, (com H maiúsculo). É livro que merece o superior amparo de todos os brasileiros de esclarecida visão patriotismo *no peito* (REIS, 1988, p. 5, grifo meu).

O livro de Acyr Vaz Guimarães, segundo Elpídio Reis, demonstra os valentes, destemidos, corajosos, bravos e guerreiros que lutaram pela pátria, os verdadeiros heróis

¹⁷⁷ Elpídio Reis foi presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras no período de 1988 a 1997.

¹⁷⁸ Ver REIS, Elpídio. In: GUIMARÃES, Acyr Vaz de. *Seiscentas Léguas a Pé*. Campo Grande: TJ-MS, 1988, p. 5. (*Série historiográfica*).

brasileiros, os guardiões da fronteira. O presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Elpídio Reis, indica a importância de se conhecer a História com o “H” maiúsculo de Mato Grosso do Sul, para os habitantes “*deste rincão*” amar muito mais a “*sua terra*” e a “*sua gente*”. Nesse sentido, o discurso procura divulgar uma *identidade sul-mato-grossense*, privilegiando *os heróis* que lutaram na Guerra do Paraguai e que retomaram as terras para o Brasil (atualmente território de Mato Grosso do Sul).

Elpídio Reis garante que Acyr Vaz Guimarães, para escrever o livro *Seiscentas Léguas a Pé* caminhou além disso:

Alguém poderia perguntar: – Não é distância demais? Eu responderia: – Não. O autor, meu conterrâneo, o ponta-poranense Acyr Vaz Guimarães, para escrever este livro, palmilhou muito mais. Fez-se ermitão viandante, com obstinada decisão, idéia fixa, horizonte longínquo. Queria conhecer – palmo a palmo – os campos sem fim por onde passaram os soldados brasileiros componentes da Expedição de Mato Grosso, que fizeram a Campanha do Apa, da qual resultou a heróica e inesquecível retirada da Laguna, que Taunay, em pinceladas de grande escritor, deixou registrada na sua imortal obra. [...] O resultado aqui está. Em suas mãos, diante de seus olhos indagadores ou – quem sabe! – de sua inteligência sequiosa por novos lances, referências atualizadas, retrato feito com a policromia de hoje sobre, sem dúvida, a luta mais heróica de soldados brasileiros durante a chamada Guerra do Paraguai. (REIS, 1988, p. 5).

Hildebrando Campestrini¹⁷⁹, que, na época, era o Diretor da Secretaria de Divulgação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS), considera a obra de Acyr Vaz Guimarães um clássico da historiografia sul-mato-grossense:

Vem a lume, assim, o *Seiscentas Léguas a Pé*, de Acyr Vaz Guimarães, com a missão de atualizar as informações sobre o conflito Brasil-Paraguai, em terras então mato-grossenses, relatando, detalhadamente e com isenção de ânimo, as vicissitudes pela quais passou a Expedição de Mato Grosso, que, formada em São Paulo, atravessou aquele Estado, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, invadiu, sem sucesso, a terra guarani e alcançou Cuiabá, após quase seiscentas léguas a pé. (CAMPESTRINI, 1988, p. 6).

De acordo com Hildebrando Campestrini, o autor de *Seiscentas Léguas a Pé*, Acyr Vaz Guimarães, levantou e checkou informações, analisou, mediu e, principalmente, ouviu o clamor da terra. “Surgiu, daí, uma obra telúrica, como que gerada pela natureza,

¹⁷⁹ Ver CAMPESTRINI, Hildebrando. In: GUIMARÃES, Acyr Vaz de. *Seiscentas Léguas a Pé*. Campo Grande: TJ-MS, 1988, p. 6. (Série historiográfica).

inconformada com o esquecimento a que estava relegada tão *épica campanha*. Acyr atendeu a este apelo e escreveu, com rara felicidade, a saga do Apa. Agora a terra está liberta; seus numes, livres e imortalizados. (CAMPESTRINI, 1988, p. 6, grifo meu).

Segundo Hildebrando Campestrini, o também sócio do IHG-MS e da ASL, Acyr Vaz Guimarães, além de ser um extraordinário historiador, é igualmente um fantástico escritor, já que “[...] sua linguagem é simples, solta, envolvente. Os episódios desfilam naturalmente, sem qualquer esforço de colocação, em narrativa dinâmica, em que a natureza é vivificada, participante” (CAMPESTRINI, 1988, p. 7). Hildebrando Campestrini afirma que esse livro é imprescindível para a juventude aprender a história de Mato Grosso do Sul, conhecer os autênticos heróis de MS, uma vez que essa obra possui “[...] uma narrativa humana, a que não poderia faltar o sentimento lírico. O autor, talvez sem pretender, concebeu um canto de exaltação à força humana, ao heroísmo, à solidariedade” (CAMPESTRINI, 1988, p. 7).

A *história* publicada pelos *homens de letras* de Mato Grosso do Sul tem uma intenção objetiva de convencionar uma *tradição*, ou seja, eles tentam “recuperar fatos” para entrarem no *culto da história*, difundindo, em seus escritos, acontecimentos belicosos, aguerridos, combativos e audaciosos,¹⁸⁰ com o desígnio de divulgarem os antepassados

¹⁸⁰ Em artigo publicado na Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, n.º 4, de junho de 2004, com o título “**A saga da divisão**”, Hildebrando Campestrini ilustra a **Guerra do Paraguai**: “Em 1864 começa o conflito. O Paraguai invade o sul de Mato Grosso, por terra e por água, dominando toda a vasta região da Vacaria e do Campo Grande, até além de Coxim; arrasa as prósperas vilas de Nioaque, de Miranda e Corumbá e Beliago iniciante. Para expulsar o insolente invasor, formou-se a Expedição de Mato Grosso, por terra e por água, com cerca de 2.600 homens, que, partindo de Coxim e atravessando, pela região do Taboco, o Pantanal inundado, alcançou Miranda, depois Nioaque, para penetrar, eufórica, nos limites inimigos, até Laguna, de onde se retirou, infernizada pelas doenças, pela fome e pelos ataques da tropa paraguaia, até atingir o porto Canuto, perto de Aquidauana. Dos 2.600 – regressaram setecentos. Pelos caminhos abertos nas vastas campinas, pereceram muitos: de fome, de febres, de beribéri, de cólera, de inanição, ficando, este chão, semeado de cadáveres de heróis, preço que este recanto cobrou para ser livre. Parafraseando Tertuliano, que afirmava que o sangue dos mártires era semente de cristãos, pode-se proclamar, com firmeza, que só o sangue de heróis pode gerar um povo pujante. Este sagrado chão nosso, que guarda zelosamente tantas façanhas, deve ser percorrido em respeitoso silêncio: – na curva enganosa do Miranda, sob as águas claras, dormem esquecidos canhões; – adiante, o cemitério dos guerreiros, onde repousam, em carícias com a glória, Guia Lopes, Camisão, Juvêncio e numerosos soldados anônimos; – cada capão de mato esconde, na sua penumbra, histórias de ciladas, de fugas, de entreveros, de sobressaltos; – as águas frias e calmas do Apa, em seu sepulcral silêncio, rolam segredos ardentes de soldados homens; – o Miranda, o Mondego brasileiro, não testemunhou, extático, os amores de D. Pedro e Inês de Castro, e sim a luta, o entrecocar das armas; e exalta hoje, e exaltará sempre, num cântico já não-entendido, o rosicler das esperanças daqueles moços que não retornaram ao pátrio torrão; – nos campos dilatados, sem fim, da ema fugidia, abrem-se as curiosas vergôntes em homenagem a Antônio João, impávido, alevantado nos confins da Pátria, na Colônia do Dourados, rio que cantará sempre, no *frisson* de suas águas, a epopéia do tenente e de seus soldados; – e as estrelas, ao passarem e repassarem por estas plagas, lembrarão e relembraão os lamentos, os vivas, as angústias daqueles soldados – que não eram mato-grossenses e, sim, brasileiros; – e a lua, nas noites plácidas, nas campinas verdejantes, em catadupas de luar, entre os olores dos guavirais em flor, quebrando a argêntea mudez, contará aos ipês floridos as comoventes histórias que ouviu de soldados noivos, de soldados pais, de soldados filhos; descreverá, emocionada, soldados carregando feridos, doando sua reduzidíssima ração a mulheres, a crianças, a moribundos, e apontará, em direções invisíveis, gritos rasgados no ar e gestos petrificados; – os Morros que vigiam o caudaloso Aquidauana jamais reviverão o momento em que, estupefactos, perplexos, tintos da cor do arenito, contemplaram, inertes, a chegada daquela horda de seminus e famintos, espectros de homens, aos vivas e urros, cambaleando, carregando feridos, como que saindo do inferno, erguendo bem alta, orgulhosos, a bandeira do Império, imaculada das mãos inimigas. Bravos soldados! Bravos soldados brasileiros! Divino chão – o nosso! Quantos segredos oculta ainda e defende, para sempre, esta terra dadivosa – que é nossa, que devemos amar com a alma genuflexa e defender com ânimo forte” (CAMPESTRINI, 2004, p. 19-21).

sul-mato-grossenses como valentes, corajosos, destemidos, temerários e patrióticos. Além disso, afirmavam que as famílias “pioneiras” conquistaram e povoaram esse território com muita luta e persistência, já que havia constantemente ataques de “índios selvagens”; desse modo, os intelectuais silenciam as comunidades indígenas e, quando estas aparecem em suas narrativas, são como empecilho ao desenvolvimento do progresso e da civilização; os índios são denominados de “selvagens” e “invasores” das terras, e não ao contrário.

O livro de José Barbosa Rodrigues, *História de Mato do Grosso do Sul*, editado em 1985, aborda, no primeiro capítulo, *Antes de ser português, Mato Grosso do Sul foi espanhol*; dividido em diversas partes, relata o período dos colonizadores espanhóis como elemento integrante da história do estado de Mato Grosso do Sul.

Na visão de José Barbosa Rodrigues,¹⁸¹ é impossível separar a herança espanhola da *história regional*, uma vez que os primeiros devassadores brancos do estado de Mato Grosso do Sul estavam a mando da Coroa Espanhola.

A verdade, a grande verdade é que antes de ser possessão portuguesa, o interior brasileiro, principalmente Mato Grosso do Sul, foi possessão espanhola. Justo é, portanto, que conheçamos a história, ainda que sucinta, do *Adelantazgo do Rio da Plata*, ao qual estivemos sujeitos antes que os mamelucos de Piratininga aqui chegassem, conduzidos pelos conquistadores portugueses. (RODRIGUES, 1985, p. 35-36, grifo do autor).

José Barbosa Rodrigues¹⁸² procura *diferenciar*, em suas narrativas, a história de Mato Grosso do Sul da história de Mato Grosso (ou seja, dos cuiabanos ou nortistas). A história de Mato Grosso, escrita pelos *homens de letras*, destaca a fundação de Cuiabá, na primeira metade do século XVIII, com a partida de inúmeras bandeiras provenientes de São Paulo, com o objetivo de “prear” índios para escravizar. José Barbosa Rodrigues afirma que Mato Grosso do Sul foi primeiramente devassado pelos espanhóis, no início do século XV. Desse modo, o presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras ressalta a importância desse fato para os historiadores:

¹⁸¹ José Barbosa Rodrigues (Poços de Caldas, MG, 1916 - Campo Grande, 2002) foi jornalista e historiador. Membro da Academia Brasileira de História. Ocupou a Cadeira de n.º 13 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. É agraciado como Patrono da Cadeira de n.º 18 do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Obras publicadas: *Palavras de um professor - discursos* (1949), *Mato Grosso do Sul para a 3ª série do 1º grau* (1978), *Campo Grande Meu Amor*, (1978), *Isto É Mato Grosso do Sul* (1978), *História de Campo Grande* (1980), *Histórias da Terra Matogrossense* (1983) e *História de Mato Grosso do Sul* (1985). Ver PIRES, Enilda Mongenot. Boa história sobrevive da simplicidade. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, v. 1, p. 81-87, set. de 2004. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/>>.

¹⁸² José Barbosa Rodrigues foi presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras no período de 1985 a 1988.

Assim é que, para os estudiosos da nossa *historia regional*, torna-se impossível separar política e administrativamente as duas regiões. Conseqüentemente, a história do *Adelantazgo ou da Província do Rio de La Plata* é a mesma de Mato Grosso do Sul. Os primeiros povoadores do Paraguai são os primeiros devassadores do nosso Estado. As terras sul mato-grossenses e a dos guarani devem ser consideradas como irmãs gêmeas, umbilicalmente unidas, união essa de liames muito mais fortes que aqueles que nos legaram a *gente cuiabana* ou *norte-matogrossense*. (RODRIGUES, 1985, p. 35, grifo meu).

Para José Barbosa Rodrigues, a herança guarani-espanhola é muito mais forte para a história de Mato Grosso do Sul do que a história dos *cuiabanos* ou *nortistas* mato-grossenses. O autor chama a atenção dos *historiadores modernos* para, “[...] sempre que possível, reconhecer e proclamar a existência dessa ligação histórica” (RODRIGUES, 1985, p. 35).

Nesse sentido, o autor enfatiza que *os primeiros povoadores do Paraguai são os primeiros devassadores do nosso estado*; assim, a história de Mato Grosso Sul é diferente *da gente cuiabana* ou *norte-mato-grossense*, já que a população branca do Sul de Mato Grosso foi, inicialmente, governada pelos Adelantados.¹⁸³ Por isso, o autor solicita, aos novos historiadores de Mato Grosso do Sul, contemplarem, em suas escritas, *o legado natural dos espanhóis*. Para o presidente da ASL, José Barbosa Rodrigues, os territórios de Mato Grosso do Sul e do Paraguai *devem ser considerados como irmãs gêmeas, umbilicalmente unidas*.

Segundo José Barbosa Rodrigues: “A História de Mato Grosso do Sul tem o seu início nos primeiros anos após a descoberta do Brasil, com o malogro da expedição de Juan Diaz de Solís em 1516” (RODRIGUES, 1985, p. 29). O autor explica que os expedicionários espanhóis, em uma missão de interesse da Coroa Espanhola, procuravam um ponto de união entre o oceano Atlântico e o Pacífico. Nessa viagem, encontraram, no sul do continente americano, um enorme estuário, “[...] mais tarde denominado Rio de La Plata. Desembarca na costa do atual Uruguai, onde sucumbe vítima dos índios da região” (RODRIGUES, 1985, p. 29). Em retorno a Espanha, um dos barcos da expedição naufragou próximo ao litoral de Santa Catarina, quando onze tripulantes se salvam, e “[...] são acolhidos pelos índios guaranis, senhores da região” (RODRIGUES, 1985, p. 29).

¹⁸³ Adelantados. Unidades Administrativas. Cargos pessoais de confiabilidade da Coroa Espanhola para administrar as regiões conquistadas, em caráter hereditário.

De acordo com José Barbosa Rodrigues, os espanhóis foram abrigados pela comunidade guarani e, no convívio de oitos anos com esses povos, conseguiam se comunicar e se informar sobre os adereços de prata que os índios possuíam, além do caminho para encontrar as minas de prata.

Entre os náufragos está Aleixo Garcia, de nacionalidade portuguesa, para uns, e espanhola, para outros. Durante oito longos anos. Aleixo Garcia e seus companheiros convivem com indígenas adotam os seus costumes e aprendem a sua língua, descobrem os seus segredos, inclusive a origem dos seus adornos de prata, que segundo os nativos procedem do lado do Oeste de uma terra rica em metais e pedras preciosas. (RODRIGUES, 1985, p. 29).

José Barbosa Rodrigues, em sua narrativa, realça o europeu Aleixo Garcia com seu *dom de literatura*, de convencer e de entusiasmar as pessoas; assim, com a sua liderança, conseguiu *seduzir* os índios da região em busca da *serra da prata*, organizando uma expedição com dois mil homens.

Aleixo Garcia como todo aventureiro vindo da Europa, deixa-se dominar pela *auri sacra fames*, entusiasma os companheiros pela idéia de fortuna fácil e com o seu dom de literatura, atrai os silvícolas para a sua aventura, o que não foi difícil dada à crença destes na existência, para os lados do Oeste, do *ava'án etá*, ou seja, a “pátria das almas dos homens”. Um exército de dois mil silvícolas, sob o comando de Aleixo Garcia, parte para o interior do continente rumo aos Andes, onde deveria localizar-se a serra de prata, segundo a lenda corrente entre os primitivos habitantes do litoral atlântico. Garcia, nessa arrancada escreve, sem o saber, a primeira página da história de Mato Grosso do Sul, *pois é o primeiro homem branco a cruzar o seu território, o que o faz merecedor da glória de ser o descobridor do seu território*. Isto no ano de 1524. No Peru encontra as minas de prata, de onde recolhe grande quantidade do precioso metal. (RODRIGUES, 1985, p. 29-30).

Dessa maneira, Aleixo Garcia, em 1524, foi o primeiro branco a cruzar o solo sul-mato-grossense, segundo José Barbosa Rodrigues que na sua narrativa elucida em nota de rodapé (onde cita Roberto Southey), a definição da palavra guarani, *ava'án etá* (pátria das almas dos homens), descrevendo que, “os indígenas acreditavam na existência de regiões muito ricas em alimentos, verdadeiros paraísos, onde o milho e as maçãs (sic) cresciam em abundância, raízes de que os naturais faziam vinho; onde peixe e carne andavam a rodo, e as ovelhas eram do tamanho de mulas” (RODRIGUES, 1985, p. 29). Com a crença dos guarani no *ava'án etá* facilitou para Aleixo Garcia organizar uma expedição com dois mil homens da comunidade guarani para encontrar o caminho das pratas. Para José Barbosa

Rodrigues o europeu também *deixou-se levar* pela fascinação do *auri sacra fames*, ou melhor, Aleixo Garcia tinha fome por ouro, por riquezas fabulosas que prometiam a nova terra.

Nessa viagem, descreve José Barbosa Rodrigues, a expedição trilhou um caminho conhecido como Peabiru:¹⁸⁴ “[...] este trilheiro tinha oito palmos de largo e ligava o Atlântico, desde as praias do atual Estado de Santa Catarina, ao Rio Paraná, de onde bifurcava-se para o território de Mato Grosso do Sul e para a região de Lambaré (Paraguai)” (RODRIGUES, 1985, p. 30). Portanto, para o autor, o europeu Aleixo Garcia merece a *glória de ser o descobridor* desse território.

José Barbosa Rodrigues faz questão de registrar as administrações do governo espanhol colonial, dos Adelantados, como parte da história de Mato Grosso do Sul, ao referenciar, por exemplo, o Puerto de Nuestra Señora de la Candelaria (atual município de Corumbá). Desse modo, para ele, iniciava-se a presença definitiva da gente espanhola em terras da América do Sul, principalmente nos rios da Bacia do Prata e, especialmente, no Rio Paraguai.

Assim, José Barbosa Rodrigues, deixa bem evidente, em sua narrativa que o povoamento branco no território de Mato Grosso do Sul foi, primeiramente, realizado pelos espanhóis. Igualmente, destaca a gestão de Domingo Martinez de Irala,¹⁸⁵ que governou o Adelantado por dois períodos, de 1539 a 1542 e de 1544 a 1556. O autor enfatiza inúmeras realizações da administração do Adelantado espanhol:

Entre as suas iniciativas destaca-se o estabelecimento da capital em Assunção, a fundação do forte de Ontiveros, à margem do rio Apa; a *incentivação* da união de espanhóis com donzelas indígenas; a fundação de reduções ou doutrinas, entregues a frades franciscanos, aos poucos se transformou em povoações; incentivo ao desenvolvimento da agricultura;

¹⁸⁴ Uma rede de caminhos indígenas, segundo José Augusto Colodel: “[...] partindo da Capitania de São Vicente, em São Paulo, essa vasta rede de caminhos que possuía uma direção geral Leste-Oeste, atravessava todo o território paranaense indo dar no rio Paraná na altura da foz do rio Piquiri. Saindo do atual território brasileiro, ele cortava o Chaco paraguaio até chegar aos planaltos peruanos e dali ao Oceano Índico” (COLODEL, 2006, p 4). Ver COLODEL, José Augusto. *Portugueses, espanhóis e indígenas: os conflitos pela posse da Região Oeste manifestam-se desde cedo*. Cascavel: Assoeste, 1988.

¹⁸⁵ Na visão de José Augusto Colodel, as qualidades administrativas de Domingo Martinez Irala logo se fizeram sentir: “Enérgico, organizado e inflexível em suas decisões, deu início a todo um trabalho de melhorias nos núcleos urbanos que sobreviveram aos ataques indígenas, quais sejam: Buenos Aires, Corpus Christi e Boa Esperança. Usando de métodos violentos logrou impor rígida disciplina. Consolidou na ponta da lança tanto a lei como as ordens espanholas. Com os poucos soldados que tinha sob o seu comando jamais teria conseguido atingir aos seus intentos. Para tanto, contou com a ajuda inestimável dos guerreiros da nação Guarani, que a ele aliaram-se porque estavam envolvidos em mais de uma das suas incontáveis guerras com as tribos vizinhas” (COLODEL, 2006, p 4).

a criação de escolas para os filhos de espanhóis e índios; a fundação de estaleiro para fabricação de bergantins e outros barcos; a fundação de ferraria, para o fabrico de armas e instrumentos de trabalhos; o estabelecimento de encomiendas, sistema pelo qual os índios prestavam serviços aos espanhóis; a edificação de igrejas, inclusive a Catedral de Assunção, etc. (RODRIGUES, 1985, p. 38-39, grifo meu).

José Barbosa Rodrigues demonstra, em sua narrativa, o “progresso civilizatório” do governo de Domingo Martinez Irala em Assunção, no século XVI. Cita, como exemplos, a construção de estaleiros, a fundação de ferraria, fortes, portos, a edificação da Igreja da Catedral de Assunção e o estabelecimento de *encomiendas*.¹⁸⁶ O autor descreve, assim, o “desenvolvimento” realizado pelos espanhóis, principalmente na bacia do Rio Paraguai. Afirma, ainda, o autor, em nota de rodapé (4), o *incentivo* de Domingo Martinez de Irala para que os espanhóis se relacionassem com as índias: “*Dizem as crônicas da época que Irala uniu-se a sete mulheres indígenas, assim incentivando os colonos*” (RODRIGUES, 1985, p. 38, grifo meu).

Oculto José Barbosa Rodrigues, em suas narrativas, que os adelantados espanhóis foram violentos e sanguinários; nesse sentido, existe uma transmutação de adjetivos: troca-se “*estuprar*” por “*incentivar*”. Na verdade, o estabelecimento de encomiendas foi uma forma de controlar os indígenas em benefício da Coroa Espanhola.

Não foi nada pacífica a conquista de terras na Bacia do Prata para a Coroa Espanhola; segundo José Augusto Colodel, as comunidades indígenas combateram os invasores e, muitas vezes, conseguiram expulsá-los de suas moradias.

A conquista das terras do Prata não se dava de maneira pacífica, embora os primeiros contatos entre as tropas de João Ayolas e os índios tivessem sido relativamente pacíficos. Os espanhóis logo abandonaram a política da boa vizinhança e passaram a investir brutalmente sobre as tribos indígenas, utilizando-se para tanto de métodos sanguinários. Aldeias eram completamente destruídas pela passagem dos espanhóis. Os homens eram assassinados e as mulheres violentadas. Nem mesmo as crianças eram poupadas. Os naturais da terra se revoltaram e passaram a combater desesperadamente os invasores de além mar. Não demorou muito para que todas as povoações fundadas pelos espanhóis sofressem o assédio belicoso dos indígenas. Muitos dos seus habitantes foram mortos e o restante teve que se abrigar em Buenos Aires. O próprio Ayolas foi vitimado pela violência que trouxe para a região. Foi emboscado e morto em terras paraguaias. (COLODEL, 2006, p. 7).

¹⁸⁶ A *encomienda* foi um sistema criado pelos espanhóis, e consistia na exploração de um grupo ou comunidade de indígenas por um colono, a partir da concessão das autoridades locais, enquanto o colono vivesse. Em troca, o colono deveria pagar um tributo à metrópole e promover a cristianização dos indígenas. Dessa forma, o colono de origem espanhola era duplamente favorecido, na medida em que se utilizava da mão de obra e ao mesmo tempo, impunha sua religião, moral e costumes aos indígenas.

É importante salientar que a ação colonizadora espanhola foi responsável pela destruição e desestruturação das comunidades indígenas, quer pela força das armas contra aqueles que defendiam seu território, quer pela exploração sistemática do trabalho, ou ainda através do processo de aculturação, promovido pelo próprio sistema de exploração e pela ação catequética dos missionários católicos.¹⁸⁷ Sem contar que o processo colonizador foi violento e genocida.

Os habitantes do continente americano foram, nesses séculos de colonização e, infelizmente, continuam, até hoje, submetidos a um verdadeiro extermínio pelos conquistadores assassinos europeus, tanto físico, o chamado *genocídio*, como o cultural, o *etnocídio*, ou seja, o desaparecimento forçado de parte de seus hábitos, religiões, tecnologia, línguas, etc.

As conquistas (ou roubo) das terras americanas, por parte dos europeus, não foram feitas pacificamente, mas com uma violência sem precedentes, já que destruíram nações inteiras, em uma humilhação social e cultural cujas conseqüências podem ser percebidas até os dias de hoje. Portanto, a violência, o terror e o extermínio dominaram toda a história colonial, imperial e republicana brasileira e, conseqüentemente, mato-grossense e sul-mato-grossense.

A história dos “colonizadores”, entendida como ética de partilha de valores culturais, foi construída brutalmente e na dependência direta da sedimentação de esquecimentos e lembranças atualizados pela escrita da história.

Quanto à *história* de Mato Grosso do Sul, José Barbosa Rodrigues vai recuperar alguns momentos do passado que necessitam ser lembrados e que devem entrar na construção de uma tradição. Entre os eventos e feitos do passado histórico, ele recupera os primitivos habitantes (os índios como de índole dócil); o governo dos Adelantados (os espanhóis como os *descobridores* de Mato Grosso do Sul); os jesuítas (que garantem a presença do catolicismo na formação do Brasil); as monções e as bandeiras (conquistadores das riquezas mato-grossenses e da formação do herói como símbolo de brasilidade); a Guerra do Paraguai e a Retirada da Laguna (que valorizam o espírito militar

¹⁸⁷ Na visão do historiador José Carlos Ziliani, “[...] os *católicos* detentores da hegemonia colonizadora arrogavam-se racionais, virtuosos e superiores, enquanto que aos outros – os índios – recaiam conceitos de bárbaros, espíritos inferiores, incapazes de religiosidade e, em última instância, incapazes de civilização. Esses argumentos serviram de justificativas para a escravização e espoliação” (ZILIANI, 2000, p. 57, grifo meu).

e a coragem das famílias pioneiras sul-mato-grossenses); a extração da erva-mate (a pujança do poder econômico e o monopólio de terra controlada pela empresa Mate Laranjeira); a estrada de ferro (o desenvolvimento da região sulista); a migração gaúcha (como trabalhadores e conhecedores da agropecuária); o movimento divisionista (como um século de lutas); o nascimento do estado de MS (como uma conquista dos divisionistas).

Portanto, a *história* divulgada por meio de obras publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), em suas narrativas, privilegia os pioneiros (brancos, portugueses, espanhóis e as famílias tradicionais), na medida em que eleva suas conquistas pelas Guerras e combates ocorridos no passado em territórios de Mato Grosso do Sul.¹⁸⁸

A *história* divulgada sobre o estado de Mato Grosso do Sul é realizada por *idealistas isolados*, segundo a sócia da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Enilda Mongenot Pires,¹⁸⁹ em *Boa História Sobrevive da Simplicidade*, artigo publicado na Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, n.º 05, em setembro de 2004, que assinala:

A divulgação da história sul-mato-grossense e sua importância para o desenvolvimento econômico, social e político tem sido feita, salvo honrosas exceções, por idealistas isolados, muitos dos quais folcloristas, poetas e jornalistas. Um deles é o jornalista J. Barbosa Rodrigues, tanto que entrou na Academia Brasileira de História. Hélio Serejo, Raquel Naveira e Paulo Coelho Machado também têm olhos na história. As Guerras do Paraguai e do Contestado estão presentes na poesia de Raquel; alguns livros de Hélio Serejo narram a história do mundo bruto da erva-mate. Paulo Coelho Machado é um clássico que escreve sobre as memórias da terra. (PIRES, 2004, p. 81).

Nesse artigo, Enilda Mongenot Pires destaca o livro *Mato Grosso do Sul para a 3.ª série do I grau*, do jornalista e historiador do IHG e da ASL, José Barbosa Rodrigues, como uma obra de fundamental importância para os alunos aprenderem sobre a História de Mato Grosso do Sul: “Foi publicado em 1978, com a finalidade de oferecer subsídios à disciplina

¹⁸⁸ São muitas as obras existentes sobre a história de Mato Grosso do Sul, principalmente nas edições publicadas a partir do século XXI. A esse respeito, o meu olhar dirige-se às publicações que tratam das identidades sul-mato-grossenses divulgadas pelo IHG-MS e pela ASL (1978-2006), ciente de que são produzidos outros olhares sobre essa temática, por múltiplos pesquisadores e artistas de inúmeras entidades e instituições.

¹⁸⁹ PIRES, Enilda Mongenot. Boa história sobrevive da simplicidade. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 5, v. 1, p. 81-94, set. 2004. Um breve currículo: “Enilda M. Pires nasceu em Aquidauana (MS) em 1949. Professora universitária (UFMS). Autora de *Fronteiras da Crítica, a Geometria do Espaço Temporal do Romance e Avalovara de Osman Lins*” (*Revista da ASL*, 2004, p. 81). A acadêmica ocupa a cadeira de n.º 5 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL).

de Estudos Sociais. Percebe-se ao longo de suas páginas uma preocupação com a clareza, uma legítima aspiração à comunicação imediata com os estudantes” (PIRES, 2004, p. 81).

Para a acadêmica Enilda Mongenot Pires, o livro contém informações sobre a história de Mato Grosso do Sul, com uma leitura de fácil entendimento, já que

[...] o formato é de um livro pequeno, com poucas páginas impressas que se tornam atraentes pela relação com a localização, superfície, população, clima, relevo do solo, bacias e rios principais, divisão territorial, cidades principais, riquezas naturais, vegetação, pecuária, agricultura, indústria, usinas hidrelétricas, meios de comunicação, meios de transporte e turismo, sobre o Estado que acabava de nascer. (PIRES, 2004, p. 82).

A autora elogia a forma como o historiador do IHG-MS e da ASL, José Barbosa Rodrigues, publicou esse livro, “[...] em séries curtíssimas, talvez fossem coisas óbvias para um estudioso da cultura regional, contudo para os estudantes era uma chance de se aproximar das terras formadas pelo Novo Estado” (PIRES, 2004, p. 82). Enilda Mongenot Pires assinala que a obra de José Barbosa Rodrigues mostra, de forma clara e com fotos (especialmente para os estudantes), os fatos ocorridos em 1977, além de apresentar relatos exclusivos sobre a divisão:

Apresentado em estilo didático, é uma espécie de materialização técnica dos fatos sul-mato-grossenses daquele ano de 1977. Em especial o desmembramento da área territorial de Mato Grosso, que tem existência legal desde 11 de outubro de 1977, quando o presidente Ernesto Geisel sancionou a lei e o criou conforme a foto logo abaixo apresentada. Uma produção simples, mas é uma forma de estar junto, de informar, difundir com rapidez. É reveladora, como exemplo, desse processo, a dimensão narrativa do francês Fernand Braudel. Foi o historiador do século 20 que mais tentou desnarrativizar a história. Naquele ano, o que mais preocupava **Barbosa Rodrigues** eram os danos que a falta de informação direta, interativa, coletiva, podia causar. “Seria incompreensível”, escrevia ele em sua nota introdutória, “que os alunos dessa série continuassem estudando o que há sobre o antigo Mato Grosso, deixando de conhecer o novo Estado. [...] Uma oportunidade de se ver uma das mais notáveis obras da arquitetura e engenharia brasileiras contemporâneas – a ponte sobre o rio Paraguai. Um microtexto fala da mansidão de suas águas: “o rio Paraguai desliza mansamente pela superfície pantaneira ajudando a construir a riqueza de Mato Grosso do Sul.” Concentrado nas belezas das águas prateadas do rio Paraguai, **Barbosa Rodrigues** lembra que elas são a marca legítima de um mesmo ideal político. Pontes e águas pulsam na superfície de terras internacionais, criando uma unidade fragmentada que a todo momento é refletida diante de nós. É impressionante a tensão formada pelo contraponto de metais que vibram inteiros nas faces abertas e fortes da estrutura de volumes ociosos. Contemplá-las, passar por seus contornos exatos, é reviver um novo pensamento arquitetônico, e afeito à luz e à

razão, signo da nova era que se instaurava. O todo está em sintonia com os preceitos arquitetônicos, modernos. (PIRES, 2004, p. 81;84, grifo do autor).

O elogio feito pela acadêmica da ASL, Enilda Mongenot Pires, em comparar “a dimensão narrativa do francês Fernand Braudel” com o historiador do IHG-MS e da ASL, José Barbosa Rodrigues, revela o exagero na análise da autora, pois o livro de José Barbosa Rodrigues, muito pelo contrário, privilegia, em suas narrativas, os “grandes acontecimentos”. Portanto, o que o autor escreve é uma história dos “vencedores”, por isso mesmo **não** “tentou desnarrativizar a história”, realizando uma narrativa tradicional e eurocêntrica.

O historiador Barbosa Rodrigues costuma dizer algo que sempre me pareceu muito produtivo e original e que, sem dúvida, foi usado na construção de sua própria obra. Explica que “a história tem estrutura de folhetim, quando vista em seu dia-a-dia”. Ele conseguiu captar a segmentação dramática, implícita da vida na História. Mas há outro ponto sobre o qual o escritor disse algo que, na minha opinião, pode ser útil para a compreensão dessa ciência. O historiador convoca fatos extraordinários, lutando contra tensão e dramas profundíssimos. “E isso é muito atraente”, confessa o escritor. O passado histórico gera muita resistência, mas também muita atração. (PIRES, 2004, p. 82).

Enilda Mongenot Pires considera José Barbosa Rodrigues um grande historiador do estado de Mato Grosso do Sul; a autora o compara até mesmo com o historiador francês George Duby, dizendo o quanto suas obras são especiais para a historiografia de MS:

Aos 82 anos, autor de vários livros, Barbosa Rodrigues foi o responsável por um dos “*ossos*” da empreitada. José Couto Vieira Pontes lembra que ele editou a primeira obra a respeito dos nossos fatos históricos, “abordando desde os primórdios da colonização até os governos dos nossos dias” (Correio do Estado - 30-3-96). Para reencontrar essa história, catalogá-la e dividi-la em capítulos, levou vários anos de pesquisa. Vieira Pontes ressalta nesse artigo duas importâncias fundamentais em Barbosa Rodrigues: a primeira foi ter mudado a forma de estudar a história – não a restringindo a aspectos políticos ou econômicos e, jogando luz sobre questões cotidianas, que nunca receberam o selo de cultura legítima. O segundo aspecto foi ter popularizado a história. Isso se refere à dimensão literária de sua obra, sobre a consciência que a história não tem apenas uma dimensão científica. Está muito próxima de um gênero literário. Como o historiador francês George Duby (falecido em 3/12/96), ele situa a história entre ciência e literatura. Duby, um dos mais renomados historiadores franceses da nova geração, está para a Idade Média como Barbosa Rodrigues está para a história sul-mato-grossense. (PIRES, 2004, p. 82).

As obras publicadas pelo historiador do IHG-MS e da ASL, José Barbosa Rodrigues, não mudaram a forma tradicional de se escrever a história. Percebe-se claramente que, em sua narrativa, são privilegiados os aspectos políticos e econômicos do poder. O autor sempre enaltece os “ditadores” (os Adelantados) como povoadores de uma civilização e, sendo assim, escreve uma história linear e determinista. Também em suas obras não foi “popularizada a história” e, muito menos, se aproxima de um gênero literário.

Apesar de José Barbosa Rodrigues tentar criar uma história diferente do estado de Mato Grosso, no que diz respeito aos primeiros povoadores do estado, há, por parte dos *homens de letras* sul-mato-grossenses, o reconhecimento da *história* escrita, mantida e divulgada pelos cuiabanos, por meio de suas entidades representativas, como a Academia Mato-Grossense de Letras (AML) e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT). Estas são saudadas, pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), como grandes cultoras da história gloriosa de Mato Grosso.

Segundo Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, o estado de Mato Grosso possui uma história palpável e homogênea, preservada pelos seus dirigentes e por meio de suas escolas tradicionais.¹⁹⁰ Já o estado de Mato Grosso do Sul *não* apresenta o mesmo cuidado dos mato-grossenses com a *tradição histórica*. Os autores justificam que Mato Grosso do Sul foi inicialmente “povoado” pelos pecuaristas, homens rudes, dedicados ao trabalho duro dos campos, ou seja, habitado por pessoas que não se preocupavam com manifestações culturais. Por isso, segundo os *homens de letras*, não houve interesse, por parte dos “primeiros povoadores”¹⁹¹ de Mato Grosso do Sul, de cultivar uma tradição cultural.

O norte (centrado em Cuiabá) possui uma tradição cultural mais sólida, mais homogênea, um número significativo de destaques na história, nas letras, nas artes e nas ciências, ao lado de escolas tradicionalmente competentes, com um povo que *preserva sua história*. O sul *já não* apresenta tais condições: povoado recentemente, seus habitantes, voltados à produção agropecuária, pouco se preocupavam com suas manifestações culturais, tanto que a região *não* possui *identidade cultural* consistente; ao contrário, nela se misturam as mais diversas origens, destacando-se

¹⁹⁰ Ver CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: IHG-MS, 2002.

¹⁹¹ Nesse sentido, os índios, que já moravam no território sul-mato-grossense há milhares de anos, em suas inúmeras comunidades, não são lembrados nessas narrativas, nem mesmo como possuidores de uma cultura.

atualmente as paraguaias e as rio-grandenses. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 248, grifo meu).

Após a criação de Mato Grosso do Sul (1977), há um reconhecimento e um apreço por parte dos intelectuais sul-mato-grossenses pela *preservação* da *história* mantida pelos confrades cuiabanos mato-grossenses da Academia Mato-Grossense de Letras, além de considerar o seu papel de fundamental importância para o desenvolvimento cultural e da manutenção da tradição histórica. Em gratidão e agradecimento, os *homens de letras* de MS prestigiam o estado co-irmão (MT) com uma cadeira efetiva de membro titular e oito cadeiras de patronos mato-grossenses.

Em homenagem ao estado de Mato Grosso, é garantido pelo estatuto da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, que o titular da cadeira 40, ou melhor, a última cadeira dos sodalícios, tem que pertencer a um intelectual mato-grossense.¹⁹²

Em razão disso, para o preenchimento da derradeira Cadeira de n.º 40, foi escolhido *Lenine de Campos Póvoas*, que apresentou todos os requisitos exigidos pelo estatuto, ou seja, um mato-grossense nato, além de ser uma personalidade de significativa expressão do estado de Mato Grosso.

Desse modo, há, por parte dos intelectuais sul-mato-grossenses, o reconhecimento “oficial” pela produção histórica realizada pelos *homens de letras* do estado de Mato Grosso, considerado, pelos sócios dessas entidades, como um *estado co-irmão*.

A posse do Acadêmico Lenine Póvoas na Cadeira de n.º 40 ocorreria durante a solenidade comemorativa do 16.º aniversário da fundação da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, transcorrida no dia 13 do mês de novembro de 1987, solenemente comemorada pelos seus integrantes, familiares e intelectuais, com amparo de autoridades civis, militares e convidados.

Nessa solenidade, o orador oficial da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, o acadêmico Otávio Gonçalves Gomes, que também foi o autor da proposição que culminou

¹⁹² Segundo consta no Estatuto da entidade: “Os candidatos que queiram ingressar na academia, pelas suas normas, devem ser indicados por pelos menos três acadêmicos, além de ter contribuído com relevo em serviços públicos à sociedade sul-mato-grossense e acompanhar de um vasto currículo, [...] só poderá ser apresentado quem tiver: I - publicado obra original de significativo valor literário e/ou cultural; II - reputação ilibada; III - residência habitual no Estado de Mato Grosso do Sul, *excetuando-se o ocupante da cadeira 40, destinada a mato-grossense*” (ESTATUTO... , 2003, p. 2, grifo meu).

na eleição de Lenine de Campos Póvoas para assumir a titulação da última cadeira da ASL assim decorreu:

O Acadêmico recipiendário de hoje, nasceu em Cuiabá, no dia 4 de julho de 1921. Vejam bem: filho de um casal de autênticos professores: Nilo Póvoas e Rosa de Campos Póvoas. Os cursos primário e ginásial foram concluídos em sua terra natal. Coursou a antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se diplomou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1945. Retornando à sua terra natal, elegeu-se dois anos depois, à Assembléia Constituinte Estadual. Reelegeu-se deputado estadual em 3 de outubro de 1950. Em 1954 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Estado, cargo no qual se aposentou, em 1968. Elegeu-se Vice-Governador do Estado pelo voto direto, nas eleições de 3 de outubro de 1965. Professor titular da cadeira de Direito Penal da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor por concurso da cadeira de Geografia Humana da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. Exerceu o cargo de Secretário de Administração do Estado de Mato Grosso e o de presidente da Fundação Cultural de seu Estado. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, da qual é o seu presidente. É, também membro correspondente da Academia Paulistana de História. (GOMES, 1987, p. 37-38).

O orador oficial da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras apresenta o novo acadêmico Lenine de Campos Póvoas, titular da cadeira 40, com um extenso currículo literário e tendo exercido inúmeros cargos públicos relevantes no estado de Mato Grosso, como professor, historiador, jurista, deputado constituinte estadual, ministro de Estado, vice-governador, secretário de estado, presidente da Fundação Cultural de MT; além disso, sócio do IHG-MT, membro correspondente da Academia Paulistana de História e atual presidente da Academia Mato-Grossense de Letras. Segundo Otávio Gonçalves Gomes,¹⁹³ o acadêmico Lenine de Campos Póvoas escreve há muito tempo na imprensa mato-grossense, além de receber prêmios de valores admiráveis:

É detentor das seguintes lãureas: - agraciado com a insígnia da Ordem do Mérito de Mato Grosso, no Grau de Grande Oficial; - Detentor do Prêmio Internacional Pero Vaz de Caminha, referente a Portugal; - Jornalista desde os tempos de estudante, fundou *A Centelha* e *A Batalha*, órgãos estudantis, em 1939, e sempre escreve para os principais órgãos da imprensa estadual. (GOMES, 1987, p. 38, grifo do autor).

¹⁹³ Na ocasião, Otávio Gonçalves Gomes também cita os livros que Lenine Póvoas editou até aquele momento: 01 - *Introdução ao Estudo da Geografia Humana* - 1944; 02 - *Panorama Sombrio*, análise financeira do Estado de Mato Grosso - 1950; 03 - *Síntese Geográfica dos Estados Unidos* - 1955; 04 - *Radiografia do Estado de Mato Grosso* (Conferência) - 1970; 05 - *Viagem a Portugal* - 1970; 06 - *Uma Nova Secretaria de Estado* - 1974; 07 - *Mato Grosso um Convite à Fortuna* - 1977; 08 - *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*; 09 - *História da Cultura Mato-Grossense* - 1983; 10 - *Influência do Rio da Prata no MT* - 1983; 11- *Cuiabá de Outrora* - 1983; 12 - *O Ciclo do Açúcar em MT* - 1984; 13 - *Roteiro Sul-Americano* - 1984; 14 - *História de Mato Grosso* - 1985; 15 - *Fronteiras* - Edição Esteve Irmãos. 1985 (Em Português – Inglês); 16 - *Cuiabanidade* - 1987; 17 - *Reminiscências* - 1987; 18 - *Tribuna da Imprensa* - 1987.

Em nome da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), Otávio Gonçalves Gomes elucida a importância de homenagear os beletristas mato-grossenses; desse modo, os intelectuais do Estado co-irmão são reconhecidos na composição da ASL, já que os mesmos foram agraciados com oito cadeiras de patronos e uma cadeira efetiva de n.º 40. Segundo Otávio Gonçalves Gomes, um feito acolhedor, de prestígio, consideração e reconhecimento de um passado glorioso e heróico do estado de Mato Grosso uno e da consagrada Academia Mato-grossense de Letras, além da cultura cuiabana.

Referimo-nos à homenagem que estamos prestando ao passado heróico de Mato Grosso uno, e bi-secular, e, em especial, à cultura da “Capital Verde”, e também à veneranda Casa do Barão de Melgaço, fundada por D. Aquino Corrêa, em 7 de setembro de 1921, com o nome de Centro Mato-Grossense de Letras. Discorrer sobre Mato Grosso antigo e tradicional é destacar a sua influência intelectual desde os tempos da Capitania, herança gloriosa transmitida à Província e ao Estado e, conseqüentemente, a Mato Grosso do Sul. A própria fundação da nossa Academia de Letras originou-se de um membro da Academia de Letras de Cuiabá – Ulysses de Almeida Serra e mais cinco outros intelectuais nascidos no antigo norte de Mato Grosso. Quanto aos patronos do nosso egrégio sodalício cultural, oito deles são nascidos no Estado de Mato Grosso. (GOMES, 1987, p. 29).¹⁹⁴

Nesse sentido, era muito grande o significado da posse de Lenine de Campos Póvoas para a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, pois estava preenchendo uma lacuna do passado de todos os mato-grossenses do estado uno. O orador da ASL perfaz todo um retrospecto das principais instituições de ensino de Cuiabá:

Em homenageando os heróis da Pátria, os guardiães da cultura mato-grossense, temos que buscar as origens e as suas raízes, nos primeiros estabelecimentos de ensino fundados e oficializados na então Província de Mato Grosso o princípio e a base de toda a cultura do Estado, em Cuiabá. Os primeiros e mais tradicionais centros de ensino foram Seminário da Conceição, o Liceu Cuiabano e o Liceu Salesiano São Gonçalo. [...] Para homenagear condignamente Mato Grosso heróico e tradicional, não poderíamos esquecer os nomes imperecíveis que engrandeceram política e culturalmente essa terra indômita e brava; berço de vultos inolvidáveis. (GOMES, 1987, p. 30).

Para o representante da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), Otávio Gonçalves Gomes, existe uma herança do passado glorioso e heróico do estado de Mato

¹⁹⁴ GOMES, Otávio Gonçalves. In: CADEIRA N.º 40. *Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987.

Grosso antigo e tradicional, transmitido para o estado de Mato Grosso do Sul por meio desses intelectuais.

O orador oficial da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras enaltece a intelectualidade mato-grossense, citando versos de Dom Aquino Corrêa, com o poema “Capital Verde”, em homenagem a Cuiabá, e o poema “Campo Grande”, em realce à *cidade morena*. Otávio Gonçalves Gomes também comenta, brevemente, as obras e as bibliografias de José de Mesquita, Candido Mariano da Silva Rondon, Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Philippe Pereira Leite, Nilo Póvoas, Rubens de Mendonça, José Venâncio Pereira Leite, Corsindio Monteiro da Silva e Antônio Cesário de Figueiredo.

Otávio Gonçalves Gomes profere seu discurso, sempre enaltecendo os heróis de sangue mato-grossense:

Não poderíamos olvidar neste momento de emoção cívica, a bravura dos heróis mato-grossenses que derramaram o seu sangue rubro e quente, oferecendo suas vidas em defesa da Pátria, tais como: Antônio João na Colônia Militar de Dourados, Cunha e Cruz na Retomada de Corumbá e Carlos Camisão, na Retirada da Laguna. (GOMES, 1987, p. 32).

Dez anos após a criação de Mato Grosso do Sul, o reconhecimento, por parte dos *homens de letras*, do passado glorioso de Mato Grosso uno.

Por sua vez, Lenine de Campos Póvoas, em seu discurso de posse, demonstra toda a sua gratidão e agradece a retribuição, em nome de muitos intelectuais mato-grossenses que se destacaram no mundo das Letras, desde os tempos da Colônia, do Império e da República:

Minha responsabilidade neste momento é imensa, porque a minha escolha para este Areópago é uma homenagem que se presta não a mim, mas aos *homens de letras* do meu Estado, à intelectualidade mato-grossense, em cujo cenário e em cujo horizonte histórico repontam, como cumiadas inatingíveis, os talentos fulgurantes de um PADRE JOSÉ MANOEL DE SIOUEIRA, o descobridor da quina, que nascido em Cuiabá em 1750, foi brilhar nos meios intelectuais de Portugal, integrando a famosa “Colméia Brasileira” da Universidade de Coimbra; de um MANOEL PEIXOTO CORSINO DO AMARANTE, que da pobreza do seu ninho humilde, na Cuiabá do século passado, alçou seu vôo de águia para ser mestre na antiga escola Militar da Praia Vermelha e para ser o preceptor dos filhos do imperador Pedro II, DOM FRANCISCO DE

AQUINO CORRÊA, que [...] da consagração na Academia Brasileira de Letras. (PÓVOAS, 1987, p. 15, grifo do autor).¹⁹⁵

Lenine de Campos Póvoas agradece os discursos de veneração em nome dos intelectuais “titãs” de Mato Grosso, lembrando-os por meio de um breve currículo a cada um deles;¹⁹⁶ assim, o novo acadêmico da Cadeira n.º 40 da ASL ilustra a retribuição dos sodalícios e reconhece a merecida homenagem, enaltecendo seus conterrâneos.

Representar aqui, perante os mais brilhantes expoentes da cultura desta nova estrela da constelação brasileira aqueles *titãs* da intelectualidade mato-grossenses evidentemente é tarefa muito acima das minhas forças. Por outro lado, entretanto, devo dizer-vos que o orgulho que sinto por esse extraordinário patrimônio cultural que hoje merece a vossa homenagem, não é apenas meu, nem só dos mato-grossenses, mas é também vosso, dos intelectuais de Mato Grosso do Sul, pois tendes nele o vosso quinhão, como integrantes do velho Mato Grosso e herdeiros legítimos de suas glórias. (PÓVOAS, 1987, p. 17, grifo meu).

Assim, em seu discurso, igualmente atendendo à tradição da Academia e do seu estatuto, o novo acadêmico, empossado na Cadeira n.º 40, relata a vida e as obras efetuadas pelo seu Patrono, o general *José de Lima Figueiredo*. Desse modo, o orador recipiendário elogia o patrono Lima Figueiredo, que era oficial de Engenharia.

Lenine de Campos Póvoas relata as atividades militares realizadas por Lima Figueiredo no Brasil e no Japão, bem como sua atuação como Deputado Federal por SP; ao mesmo tempo, elogia a cátedra do patrono como Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, explana os títulos honoríficos recebidos de institutos históricos e das academias de letras estaduais (SP, PR, RS, RJ, MT, MS) e descreve os inúmeros livros publicados pelo ilustre patrono da Cadeira n.º 40:

Com o conhecimento da nossa realidade, que lhe adveio do exercício do cargo de Diretor da Noroeste, Lima Figueiredo escreveu uma de suas mais preciosas obras intitulada *A Noroeste do Brasil e a Brasil-Bolívia*. O livro, editado em 1950 e que nasceu de uma Conferência pronunciada no Instituto de Engenharia de São Paulo [...]. Numa antevisão dos problemas ecológicos futuros, condenou o desmatamento gerado pela utilização do combustível florestal nas caldeiras das locomotivas, que consumiam

¹⁹⁵ PÓVOAS, Lenine de C. In: CADEIRA N.º 40. *Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987.

¹⁹⁶ Do mesmo modo, o novo acadêmico da ASL continua com seu discurso, exaltando inúmeras personalidades mato-grossenses: Cândido Mariano da Silva Rondon, Joaquim Duarte Murinho, José de Mesquita, Virgílio Corrêa Filho, Manoel Cavalcanti Proença, Frederico Augusto Rondon, Estevão de Mendonça, João Villasbôas, Alyrio Hugueney de Mattos, Luís Philippe Pereira Leite, Rubens de Mendonça, José Venâncio Pereira Leite, Corsindio Monteiro da Silva e Antônio de Arruda. Evidenciando cada um deles, com um breve currículo, além de os apresentar como excepcionais intelectuais mato-grossenses.

800.000 metros cúbicos de lenha por ano, ou seja, a vestimenta de 2.666 alqueires de terra! E preconizou para a Noroeste a necessidade de sua eletrificação, que não se compreende por que até hoje não se realizou, uma vez que a via férrea cruza uma das maiores fontes de energia elétrica do mundo, que é o rio Paraná. (PÓVOAS, 1987, p. 24, grifo do autor).

Segundo o novo acadêmico da Cadeira n.º 40, a gratificação e o reconhecimento merecido dos ingratos trabalhos escritos atualmente pelos valorosos acadêmicos sul-mato-grossenses encontra-se ainda por vir, já que “[...] escrevemos muito mais para os de amanhã que para os de hoje” (PÓVOAS, 1987, p. 26). Assim, elogia a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras como uma congregação da elite intelectual sul-mato-grossense: “Os que se debruçarem nas mesas das pesquisas sentirão que salvamos um patrimônio histórico que sem o nosso esforço estaria irremediavelmente perdido” (PÓVOAS, 1987, p. 26). Deixa um lembrete aos acadêmicos: “[...] será na preciosa produção dos ilustres membros deste cenáculo, onde se congrega a nata da intelectualidade sul-mato-grossense, que irão se deter para reconstituir as suas origens históricas e para encadear os elos da história de sua própria cultura” (PÓVOAS, 1987, p. 26). Para Lenine de Campos Povoas, destaca-se a importância dos acadêmicos em escrever a história de Mato Grosso do Sul, uma vez que “Os estudiosos das gerações vindouras, tanto os saídos de suas já tradicionais Universidades como os que aqui chegaram, oriundos de outras áreas do país, à procura do El-Dorado que lhe assegurará uma vida melhor, todos irão por certo, investigar, no tempo, as raízes de sua cultura” (PÓVOAS, 1987, p. 26). Portanto, para o acadêmico, com o tempo, muitos outros intelectuais residentes no estado, mesmo sendo de outros lugares, irão pesquisar a cultura e a história de Mato Grosso do Sul.

Para finalizar o seu discurso de posse, o ocupante da cadeira n.º 40 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) e presidente da reverenciada Academia Mato-Grossense de Letras (AML), Lenine de Campos Póvoas, descreve que se sente honrado com tamanha proeza, que considera como um dos maiores prestígios já concedidos em toda a sua vida:

Será na obra dos mais antigos manejadores da pena que aqui se congregam, como *Hélio Serejo*, *Demosthenes Martins*, *Lecio Gomes de Souza*, *Elpídio Reis*, *Lopes Lins*, *José Vieira Couto Pontes*, *Barbosa Rodrigues*, *Otávio Gonçalves Gomes*, *Paulo Coelho Machado*, *Luis Alexandre de Oliveira*, e na dos mais novos, cujas inteligências aqui florescem à sombra desses frondosos jequitibás, que os pesquisadores do futuro irão encontrar as fontes cristalinas em que irão se abeberar. Pertencer a tão ilustre confraria é um dos maiores galardões que já me

foram outorgado, em toda minha existência. (PÓVOAS, 1987, p. 26, grifo do autor).

Ou seja, após consolidar o estado de Mato Grosso do Sul, os *homens de letras* sul-mato-grossenses reconhecem os cuiabanos e nortistas mato-grossenses como co-irmãos do *glorioso passado* e elogiam as publicações **históricas** divulgadas pelos sócios da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico de Mato Grosso.¹⁹⁷ Diferentemente das narrativas publicadas pelas elites campo-grandenses, anteriores à divisão do Estado, principalmente nos documentos da Liga Sul-Mato-Grossense dos anos trinta do século XX, em que desprezavam os cuiabanos que ficavam “engrolando *história*, tradição e amor único a Mato Grosso”.¹⁹⁸

Em 2004, o presidente do IHG-MS, Hildebrando Campestrini,¹⁹⁹ *Em Pequeno Histórico do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*, enfatiza que o IHG-MS tem exercido uma função determinante no desenvolvimento da cultura sul-mato-grossense.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, fundado em 1978, vem, ao longo desses últimos anos, contribuindo decididamente com o desenvolvimento da cultura do Estado. Estruturado nos moldes tradicionais (com quarenta cadeiras e seus ocupantes), vem, todavia, a partir de 2000, assumindo aos poucos uma visão mais empresarial, buscando recursos regulares para sua manutenção e a realização de seus projetos mais imediatos, bem como uma proposta mais arrojada de participação dos destinos do Estado. As principais atividades estão ainda concentradas no resgate e *publicação* de obras da cultura *regional*. (CAMPESTRINI, 2004, p. 1, grifo meu).

¹⁹⁷ O presidente da Academia Sul-Mato-Grossense, José Couto Vieira Pontes, assinala que a prosa histórica mato-grossense “[...] é consideravelmente rica, com bons monografistas e ensaístas, versando aspectos de Mato Grosso, desde a Colônia até os tempos atuais, comparecendo até mesmo, neste campo, as memórias e a biografia, como em Generoso Ponce Filho. Assim, se a história mato-grossense é rica e brava, parece que os autores do Oeste procuraram se esmerar nesse terreno literário através de produções sérias, pesquisadas, em que se denota a preocupação com o debate, inexistente na historiografia literária” (PONTES, 1982, p. 75).

¹⁹⁸ Conforme o documento da época: “O cuiabano, no seu estadismo econômico, à sombra do Tesouro, defende-se engrolando história, tradições, amor único a Mato Grosso, trapaceando, enganando a gente sulista com palavrórios e promessas risíveis” (A DIVISÃO..., 1934, p. 26).

¹⁹⁹ “**Hildebrando Campestrini** nasceu em Rio dos Cedros (SC), em 1941. Radicado em Campo Grande desde 1960. Professor. Autor de, entre outras obras, LITERATURA BRASILEIRA PARA O SEGUNDO GRAU (FTD), PORTUGUÊS PARA O SEGUNDO GRAU (FTD), COMO REDIGIR EMENTAS (Saraiva), COMO REDIGIR PETIÇÃO INICIAL (Saraiva, co-autoria de Ruy Celso B. Florence), HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL (co-autoria de Acyr Vaz Guimarães), SANTANA DO PARANAÍBA e CARTAS A SARA. Ocupa a cadeira n. 31 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras” (CAMPESTRINI, 2004, p. 15, grifo do autor).

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul – IHG-MS, fundado em 1978, dedica-se a incentivar os estudos históricos, geográficos, artísticos, estéticos e turísticos que difundem o estado de Mato Grosso do Sul, para contribuir com a cultura do estado, conforme referenda o seu estatuto: “[...] estudar e divulgar a história, geografia, arte, estética e turismo de Mato Grosso do Sul e de todos os seus municípios, distritos e localidades; de contribuir para a construção, preservação e difusão da cultura de Mato Grosso do Sul” (ESTATUTO... , 2003, p. 1).

De acordo com o estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul,²⁰⁰ são atribuições da entidade: “[...] regularizar o propósito de contribuir para a construção, preservação e difusão da cultura de Mato Grosso do Sul, de recolher e preservar documentos de valor histórico” (ESTATUTO... , 2003, p. 13). Especialmente das fontes oriundas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Desse modo, o IHG-MS fica encarregado também de incentivar “[...] os estudos históricos, geográficos, artísticos, estéticos e turísticos sobre Mato Grosso do Sul” (ESTATUTO... , 2003, p. 13).²⁰¹

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, no olhar de seu presidente, inclui uma visão empresarial para a sua manutenção e efetivação dos seus projetos: “[...] as principais atividades estão ainda concentradas no resgate e publicação de obras da cultura regional”; principalmente a partir dos anos 2000, o IHG-MS tem mantido a regularidade em suas publicações.

Segundo Hildebrando Campestrini, em sua gestão o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, publicou as seguintes obras:

²⁰⁰ ESTATUTO... , 2003, p. 1. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2005.

²⁰¹ “Art. 1º. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL (IHG-MS), fundado em 3 de março de 1978, nesta cidade de Campo Grande (MS), [...] Art. 2º. São finalidades do Instituto: I - incentivar os estudos históricos, geográficos, artísticos, estéticos e turísticos sobre Mato Grosso do Sul; II - estudar e divulgar a história, geografia, arte, estética e turismo de Mato Grosso do Sul e de todos os seus municípios, distritos e localidades; III - contribuir para a construção, preservação e difusão da cultura de Mato Grosso do Sul. [...] Art. 3º. Para atingir suas finalidades, o Instituto deverá: I - estabelecer e manter relações de intercâmbio com entidades culturais estaduais, do país e do exterior; II - recolher e preservar documentos de valor histórico, especialmente os que se referem a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul; III - promover congressos, simpósios, seminários, conferências e palestras ligados às finalidades do Instituto; IV - diligenciar, junto às autoridades, a demarcação de sítios históricos e a ereção de marcos e monumentos; V - promover a edição de obras e documentos; VI - manter acervo documental à disposição da comunidade sul-mato-grossense [...] Capítulo V - DOS NÚCLEOS REGIONAIS Art. 14. Os núcleos regionais são órgãos do Instituto, com territorialidade definida pela diretoria, que se destinam a promover e divulgar os trabalhos do Instituto em sua região, bem como a suprir o Instituto com matérias e informações da sua jurisdição visando ao registro histórico regional e demais atividades atinentes às suas finalidades. *Parágrafo único.* O núcleo regional será composto por todos os associados efetivos e correspondentes residentes na região, cujo diretor será indicado pela diretoria e terá o mesmo mandato desta” (ESTATUTO... , 2003, p. 1-2;14).

HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL. Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães. 5. ed., 2002; SANTANA DO PARANAÍBA. Hildebrando Campestrini, 3. ed., 2002; A GUERRA DO PARAGUAI – Verdades e Mentiras. Acyr Vaz Guimarães. 2000; PIONEIROS DA ARQUITETURA E DA CONSTRUÇÃO EM CAMPO GRANDE. Ângelo Marcos Vieira de Arruda. 2002; O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE EM 1922. Arlindo de Andrade Gomes. 2004; CAMPO GRANDE DE OUTRORA. Valério D’Almeida. 2003; O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE. Rosário Congro. 2003; A SAGA DOS RODRIGUES – 150 Anos de História em Mato Grosso do Sul. José Corrêa Barbosa. 2005; FRONTEIRAS GUARANIS. José de Melo e Silva. 2. ed., 2002; LIGEIRA NOTÍCIA SOBRE A VILA DE CAMPO GRANDE e RELATÓRIO DOS ESTUDOS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS QUARTÉIS DE CAMPO GRANDE. Temístocles Paes de Sousa Brasil. 2005. Além das relacionadas acima (publicadas e distribuídas), o Instituto mantém a biblioteca eletrônica, em sua página, disponibilizando outras obras, importantes na historiografia sul-mato-grossense, como RESENHA HISTÓRICA DE MATO GROSSO (de Pedro Ângelo da Rosa), CANAÃ DO OESTE (de José de Melo e Silva), INOCÊNCIA (do Visconde de Taunay), entre outras. (CAMPESTRINI, 2004, p. 2).

Hildebrando Campestrini destaca também as ações da entidade: “[...] outro projeto em desenvolvimento é EU SOU HISTÓRIA, que resgata a narrativas das pessoas simples, principalmente da terceira idade. Seus depoimentos são transformados em livretos de 16 a 32 páginas. O primeiro deles – PETRONILHA – TRABALHO E CIDADANIA, já foi publicado” (CAMPESTRINI, 2004, p. 1). O presidente do IHG-MS assinala que o Instituto está desenvolvendo uma política de interiorização, criando, na sede dos municípios, núcleos regionais, com a participação de todos os sócios correspondentes da localidade. “Já foram instalados os núcleos de Paranaíba e Aquidauana. Até o final do ano serão criados o de Ponta Porã, o de Coxim, o de Rochedo, o de Corumbá. (CAMPESTRINI, 2004, p. 1).²⁰²

Hildebrando Campestrini ainda enfatiza: “O Instituto tem sócios correspondentes em Brasília, Rio de Janeiro, no Uruguai, na República Argentina e na República do Paraguai. Por fim, vale acrescentar que o Instituto está diariamente aberto ao público, disponibilizando sua biblioteca ao público” (CAMPESTRINI, 2004, p. 1).

O papel do IHG-MS em construir uma historiografia para o estado de MS significa a própria fundação de uma história regional; portanto, divulga um passado glorioso e um

²⁰² Matéria divulgada no dia 10 de junho de 2005, no site do IHGMS, com o título “Núcleo Regional de Ponta Porã”, informa que “[...] dia 7 de junho último, o presidente e o vice-presidente do Instituto, Hildebrando Campestrini e Heitor Rodrigues Freire, estiveram em Ponta Porã, para ultimar providências para a criação e instalação do Núcleo Regional do Instituto naquela cidade. Foram recebidos pelo assessor de imprensa da prefeitura de Ponta Porã, prof. Nivalcir Almeida, que será o diretor do referido núcleo; e pelo prefeito, Flávio Kayatt, que disponibilizou para o Instituto uma sala na nova sede da Fundação de Cultura. Estiveram ainda visitando o dr. Odilon de Oliveira, juiz federal, a quem entregaram uma moção de louvor pelo trabalho que vem realizando no combate ao narcotráfico. Em Pedro Juan Caballero convidaram a professora Ângela Gonzalez para associada correspondente do Instituto. Foram acompanhados por Paulo Carvalho, presidente da Fundação de Cultura de Coxim” (IHGMS, 2005, p. 1).

futuro promissor, em que legitima a constituição do estado, reconhecendo-o e engrandecendo-o perante os outros estados da federação. Cabe ao IHG-MS imortalizar os feitos memoráveis de seus grandes homens, coletar e publicar fatos e acontecimentos relevantes; nesse sentido, compete ao IHG-MS estimular os estudos históricos de Mato Grosso do Sul e manter relações com seus congêneres nacionais e internacionais.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul celebram entre si convênio de cooperação mútua, com o objetivo de promover a articulação e a interação de atividades, visando a proteção dos bens de valor cultural, estético, histórico, turístico e paisagístico. Assim, por esse convênio, o IHG-MS presta assessoria e assistência técnica, colocando à disposição recursos humanos para atuar como peritos nos autos dos inquéritos civis e nas medidas judiciais cabíveis; conforme o acordo entre ambos, visa a proteção dos direitos e interesses difusos e coletivos do Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso do Sul.²⁰³

²⁰³ CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O IHG/MS. Convênio de cooperação mútua que entre si celebram o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, objetivando promover a articulação e a interação de atividades, visando a proteção dos bens de valor cultural, estético, histórico, turístico e paisagístico. [...] CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - 2.1. O presente Convênio tem como objeto a promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, visando à proteção do patrimônio cultural, estético, histórico, turístico e paisagístico, para fins previstos na Lei nº 7.437, de 24 de junho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), e em outras leis específicas sobre os mesmos direitos e interesses [...] CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES - 3.1. Compete ao MP (por intermédio de seus órgãos de execução, de seus departamentos técnicos e da Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural). a) instaurar Inquérito Civil ou provocar a atividade jurisdicional, por meio de ações civis públicas e/ou outras vias judiciais, se presentes os requisitos legais, sempre que o IHGMS prestar informações a respeito da violação aos bens e direitos difusos e coletivos previstos na Cláusula Segunda deste Convênio; b) prestar ao IHGMS, sempre que solicitado, todas as informações técnicas-jurídicas de que dispuser, inclusive a respeito de novos instrumentos legais pertinentes aos direitos e interesses objeto deste Convênio; c) custear as despesas com diárias nos deslocamentos dos técnicos que integrarem o Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX, bem como daqueles que prestarem serviços técnicos fora da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul.; d) fornecer meios de locomoção, equipamentos e demais recursos necessários ao desempenho dos componentes do DAEX, bem como dos demais profissionais do MP que prestarem serviços auxiliares na área de proteção do patrimônio cultural, estético, histórico, turístico e paisagístico, quando requisitados pelos órgãos do Ministério Público; e e) solicitar ao juízo competente a destinação dos recursos, em favor do FUNLES, decorrentes de condenações judiciais por danos causados ao patrimônio cultural, estético, histórico, turístico e paisagístico no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como das multas judiciais e daquelas decorrentes do descumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta. 3.2. Os serviços referidos no item anterior serão prestados somente mediante autorização do Procurador-Geral de Justiça ou de pessoa por ele designada. 3. Compete ao IHGMS: a) prestar assessoria e assistência técnica, por intermédio de perícias, vistorias, pareceres ou informações, em casos específicos de interesse do MP, colocando à sua disposição recursos humanos para atuar como peritos nos autos dos inquéritos civis e dos procedimentos administrativos preparatórios ou assistentes técnicos, nas medidas judiciais cabíveis, visando à proteção dos direitos e interesses difusos e coletivos elencados na Cláusula Segunda deste Convênio; b) indicar ao MP a vinculação dos direitos e interesses relacionados na Cláusula Segunda deste Convênio que eventualmente constatar por meio de suas atividades, sugerindo as respectivas soluções; e c) disponibilizar profissionais com formação específica na área do patrimônio cultural, estético, histórico e paisagístico, para auxiliarem o DAEX do MP, objetivando a realização de perícias e inspeções, em atendimento a requisições oriundas das Promotorias de Justiça da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural. (...) CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E EXTINÇÃO 9.1. O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos Convenientes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou extinto por superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexecutável. 9.2. Nos casos de denúncia ou extinção deste, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento de Convênio, que defina e atribuirá as responsabilidades relativas à conclusão ou à extinção de cada um deles, inclusive no que se refere ao destino de bens eventualmente colocados à disposição deste ou dos correlatos Termos Aditivos, assim como os direitos correspondentes (IHGMS, 2006, p. 1-3).

A história divulgada por meio do IHG-MS começa a ter destaque a partir do ano de 2000, quando sua diretoria articula convênios e financiamentos com órgãos instituídos, universidades, prefeituras e estado, enquanto entidade cultural de fundamental importância para o estado de Mato Grosso do Sul.

4.2 O MOVIMENTO DIVISIONISTA E A TENTATIVA DOS INTELECTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA SUL-MATO-GROSSENSE

Em artigo intitulado *Mato Grosso do Sul: Uma trajetória divisionista*, publicado pela professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e sócia do Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner,²⁰⁴ esta escreve uma história linear sobre o *movimento divisionista*, pois apresenta uma *trajetória divisionista*, perpassando desde o final do século dezanove, chegando até ao governo da ditadura militar nos anos setenta do século vinte.

Segundo Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner, “[...] a criação do Estado de Mato Grosso do Sul é resultado de um *longo movimento*, com características sócio-econômicas, políticas e culturais, que permeou sua formação histórica recente” (WEINGÄRTNER, 2005, p. 1, grifo meu). Realça ainda a autora que “[...] a resistência sul-mato-grossense é uma das peculiaridades que entremeiam a história de Mato Grosso do Sul desde os primeiros tempos de conquista espanhola, depois luso-brasileira. Em cada período histórico e resistência sul-mato-grossense aparece com uma conotação” (WEINGÄRTNER, 2005, p. 1). Para a autora, o movimento divisionista no Sul de Mato Grosso tem sua origem nos fins do século XIX, no ano de 1889, “[...] quando alguns políticos corumbaenses divulgam um manifesto, no qual propunham a transferência da capital de Mato Grosso para Corumbá, a atitude desses políticos não se tornou vitoriosa, mas, mostrou que essa tímida ação política permitiu marcar o início de uma longa história de lutas e revezes. (WEINGÄRTNER, 2005, p. 1). Segundo Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner, o desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso gerou um movimento divisionista, ou seja, que pretendia separar o Sul do Norte de MT. Desse modo, explica a autora que “[...] alguns fatores como a sistematização da pecuária, o desenvolvimento sócio-econômico das

²⁰⁴ WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. *Mato Grosso do Sul: Uma trajetória divisionista*. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/cgr/historia/divisao.htm>>. Acesso em 1 maio 2005.

vilas e cidades, a exploração da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira e a ligação entre o Sul de Mato Grosso e São Paulo, marcaram a origem do movimento divisionista” (WEINGÄRTNER, 2005, p. 1).

Nesse artigo, Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner divide o **movimento divisionista**, realizado pela elite campo-grandense, em quatro fases. A primeira fase vai de 1889 a 1930; a segunda fase, de 1930 a 1945; a terceira fase, de 1945 a 1964; e a quarta fase, de 1964 a 1977.

A primeira fase, de 1889-1930, é marcada pela formação das oligarquias sul-mato-grossense que lutam pelo reconhecimento da posse da terra, fazendo oposição aos privilégios da Companhia Matte Laranjeira. É nessas lutas, que, nos ervais e Campos de Vacaria, se manifesta à idéia divisionista. As oligarquias sulinas, nas lutas políticas, uniram-se, nas primeiras décadas da República Velha, às oligarquias de Cuiabá, adversárias da Companhia Matte Laranjeira e que tinham interesses nos ervais. Através dessa aliança as oligarquias sul-mato-grossenses fizeram oposição armada ao governo estadual e a Matte Laranjeira. Inicialmente, o movimento divisionista não tem um plano, um programa político definido. **A Segunda fase, de 1930-1945**, é o período em que o movimento começa a organizar-se; as lutas armadas, gradativamente, são substituídas por pressões políticas junto ao Governo Federal. Em 1932, os sul-mato-grossenses aliam-se aos paulistas e lutam na Revolução Constitucionalista. Neste confronto armado liderado por Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar em Mato Grosso e Comandante Geral das tropas rebeldes instalada no sul de Mato Grosso num governo dissidente para o qual nomeia Vespasiano Martins. Após três meses de governo e de luta, os divisionistas e constitucionalistas são derrotados, e o novo Estado desaparece. Essa revolução serviu para divulgar a idéia divisionistas e Campo Grande torna-se o centro político de difusão do movimento. Dois anos depois, 1934, o Congresso Nacional reunia-se para elaborar uma nova Constituição. Jovens estudantes fundam a Liga Sul-Mato-Grossense que, inicialmente objetiva angariar apoio dos sul-mato-grossenses para o manifesto que seria encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional Constituinte. [...]. **A terceira fase vai de 1945 a 1964**. Após a deposição de Getúlio Vargas, o novo Presidente da República é o General Eurico Gaspar Dutra, que era mato-grossense de Cuiabá. Ele adota uma política de redemocratização do país, a qual reforça a política de integração nacional que incentiva a manutenção da unidade estadual. Em 1946, após a promulgação da Constituição, o governo federal extingue o Território de Ponta Porã reintegrando a região ao Estado de Mato Grosso. Apesar dessa política, os divisionistas, durante as reuniões da Assembléia Constituinte, reorganizam-se e tentam a transferência da Capital de Cuiabá para Campo Grande. As iniciativas divisionistas desse período são frustradas, em parte, devido a grande representatividade política dos sul-mato-grossenses nas esferas estadual e federal, e também, por causa da política de integração nacional do governo federal. [...] **A Quarta fase é de 1964-1977**. O golpe de 31 de Março de 1964 põe fim a um período de democracia e inicia um regime militar autoritário. Os militares, buscando um maior controle dos problemas da sociedade, adotam a política do desenvolvimento com segurança, o que permitiu a criação de programas que facilitam o desenvolvimento de alguns Estados, entre eles Mato Grosso. Nesse período, os políticos divisionistas aproximam-se dos militares o que lhes permite tomar parte de algumas comissões que estudam (secretamente) as potencialidades políticas que impediam a divisão de Mato Grosso. Após vários estudos, negociações, acordos políticos, o Presidente Ernesto Geisel assina em 11 de Outubro de 1977 a Lei Complementar nº 31 que cria o Estado de Mato Grosso do Sul. [...] Em síntese, estudar a História do Movimento divisionista é resgatar a História do Estado de Mato Grosso do Sul, é conhecer a História do Brasil contemporâneo. (WEINGÄRTNER, 2005, p. 1-2).

Nesse longo artigo, a autora afirma ter havido um *movimento divisionista* dividido em quatro fases; assim, o discurso de Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner reforça o ícone de se tentar criar uma identidade específica sul-mato-grossense, pois sua narrativa mostra que ocorreu, ao longo da história, um movimento organizado para se criar um estado independente no sul de Mato Grosso, desde o início da República Velha até a Ditadura Militar (final do século XIX até os anos setenta do século XX). Assim, a autora escreve uma história linear e dos vencedores, já que realça a conquista do estado (MS), e credita o sucesso para uma parte da elite de Campo Grande; igualmente, em seu discurso, revela um *sul-mato-grossense* determinado, obstinado e persistente a conquistar seus objetivos.

Nos discursos narrados pelos sócios²⁰⁵ do IHG-MS sobre o “movimento divisionista”,

são consecutivamente celebrados os protagonistas da separação como homens extraordinários. Esses líderes são tratados pelos *homens de letras* como verdadeiros heróis na articulação e conquista de Mato Grosso do Sul como um estado independente de Cuiabá.

²⁰⁵ Outro exemplo de uma história linear sobre a divisão de MT, escrita pela sócia do IHG-MS, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, no seu livro, *O homem e a terra, de 1993*: “Desde o século XIX, vários surtos separatistas marcaram o processo de criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Ora aqui, ora ali, manifestava-se à idéia, baseada comumente na inconformidade da gente sulista, contra a estagnação, o isolamento e a ausência de comunicação com os centros administrativos e de produção. [...] Quando no início do século XX, José Garcia Leal, lançara seu grito de revolta separatista, com pedido de anexação da região de Paranaíba do sudeste mato-grossense ao Estado de Goiás, sua manifestação contra o isolamento e as dificuldades de toda sorte, para sobreviver naquela região, já continham o embrião separatista do sul de Mato Grosso, que haveria de percorrer longa e árdua campanha revolucionária até se concretizar de fato e de direito. Em 1894 e 1900, dois movimentos armados tomaram vulto e cunho separatista na avaliação de alguns, no cenário sul-mato-grossense: a partir de Nioaque, centro de convergência política da região, caracterizando-se como de lutas armadas contra o governo sediado em Cuiabá. O primeiro movimento tinha duas facções: fora um confronto de coronéis, e uma cisão partidária republicana, geradora de dois partidos, o Partido Autonomista liderado pelo Coronel João Caetano Teixeira Muzzi e o Partido Republicano Popular, chefiado pelo Coronel João Mascarenhas, (Jango) com conotações separatistas, sendo que as forças do Cel. Muzzi saíram vencidas pelas do Cel. Jango. O segundo movimento em 1900 notabilizou-se como uma reação mais forte ao governo do Estado, e liderado ainda por Jango Mascarenhas que desta feita teve o apoio do Cel. Muzzi, e na oposição legalista, as forças do Cel. José Alves Ribeiro, chamado Cel. Jeje, fazendeiro na região do Taboco Jango reuniu forças de cerca de 200 homens, a maioria paraguaios e correntinos, invadiu o sul de Mato Grosso, desde Nioaque até Miranda, com objetivo, segundo esparsas notícias, de que vencida a tropa legalista do Coronel Jeje em Aquidauana, invadiria Cuiabá. De 1906 até 1911, Bento Xavier domina o painel coronelista, realizando várias investidas separatistas infrutíferas contra o Governo do Estado sediado em Cuiabá. Consegue, no entanto, organizar força armada só de gaúchos com o apoio do Regimento de Cavalaria, sediado em Bela Vista, e com financiamento da Cia. Mate-Laranjeira. Esta, a maior interessada no sucesso da empreitada, a fim de manter o monopólio das terras, e da situação econômico/financeira da região. Fez oposição a Bento Xavier nesta empreitada, ainda, o Cel. Jeje, cujas forças governistas por ele chefiadas, composta de elementos civis de Aquidauana, confrontaram-se em Bela Vista. Bento Xavier saiu derrotado, exilando-se no Paraguai. (RIBEIRO, 1993, p. 461-462). Dessa maneira, a autora igualmente publica uma história linear sobre a divisão de Mato Grosso. Ou seja, relata que o movimento divisionista começa no século XIX e termina com a divisão em 1977. Ver RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. *O homem e a terra*. Campo Grande: IHG-MS, 1993.

Portanto, a *história* escrita por Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner, em seu artigo *Mato Grosso do Sul - Uma trajetória divisionista*, está contida na forma de uma linha contínua dos eventos históricos (movimento divisionista) ocorridos em Mato Grosso, encadeando-se em discursos narrativos com a intenção clara de criar uma história fundadora de Mato Grosso do Sul. Ou seja, uma identidade própria sul-mato-grossense.

É importante ressaltar que a história narrada de um *movimento divisionista* contínuo, ou melhor, descrita como um movimento que teve início no final do século XIX, acontecendo sucessivamente até os anos setenta do século XX, foi publicada somente *após* a criação de Mato Grosso do Sul.²⁰⁶

De acordo com os estudos da historiadora Marisa Bittar, não há fontes que comprovem o que Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner escreveu sobre o movimento divisionista até os anos de 1930: “Em todas as obras examinadas *não se encontram* evidências históricas de que tenha existido nesse período uma *organização*, coordenada por alguém ou por um grupo, que tivesse desencadeado *ações continuadas* com o objetivo de dividir Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 88, grifo do autor). Observa ainda a pesquisadora: “Mesmo nas obras dos defensores do “*movimento divisionista*” pairam dúvidas sobre o engajamento dos personagens citados na causa autonomista” (BITTAR, 1997, p. 88, grifo do autor). Portanto, *não há comprovação* de que tenha existido de fato um movimento separatista nessa época.

²⁰⁶ Segundo Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz de Guimarães, igualmente historiadores do IHG-MS e da ASL, deste o século XIX, há tentativas em criar o Estado de Mato Grosso do Sul, “a primeira tentativa de se criar um novo estado ocorreu, de forma esdrúxulo, em 1892, por iniciativa de alguns revolucionários sob as ordens do coronel Barbosa; anos depois, o líder da Vacaria João Caetano Teixeira Muzzi, inspirado nas idéias divisionistas do advogado gaúcho Barros Cassal (radicado em Nioaque), criava o Partido Autonomista, para propagá-las; Jango Mascarenhas e Bento Xavier também defenderam, a seu modo, ou seja, na Lei do 44, a autonomia do sul, principalmente depois de se convencerem de que estavam sendo usados por líderes do norte. Em 1932, com a tentativa da Revolução Constitucionalista, que teve então como primeiro governador, nomeado pelas forças revolucionárias, Vespasiano Martins, que se apressou em esclarecer que o movimento armado não era contra os do norte do Estado e sim “pela volta do país ao regime da lei”, conclamando-os a apoiar a Revolução. No mesmo ano, foi criada a Liga Sul-Mato-Grossense, divulgando e lutando pela autonomia do sul; em 1934 e 1946, foram encaminhados abaixo-assinados aos constituintes federais, solicitando a criação do novo estado. Na década de 40, *O Campograndense* (jornal dirigido, na época, por Paulo Coelho Machado) desencadeou uma campanha ostensiva pela divisão do Estado; foi fechado, sem maiores explicações, pelo interventor federal Júlio Filinto Müller. Em 1974, o governo federal, pela Lei Complementar n.º 20, estabeleceu a legislação básica para a criação de novos estados e territórios; reacendeu-se a campanha pela autonomia; em 1976, a Liga Sul-Mato-Grossense, presidida por Paulo Coelho Machado, liderou a campanha, contando com a oposição do então governador de Mato Grosso, José Garcia Neto. Os integrantes da Liga, trabalhando com competência, rapidez e em sigilo, forneceram ao governo federal os subsídios necessários. A viabilização do projeto, incluída a minuta da lei complementar, entendiam que se não agissem rapidamente, contando com o apoio declarado do então presidente Geisel, a decisão seria adiada mais uma vez” (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991, p. 139-140). Já na obra de 2002, 5.ª edição, na página 243, escrita assim, “em 1932, com a Revolução Constitucionalista, foi criado o *Estado de Maracaju*, abrangendo quase todo o sul de Mato Grosso, que teve então como primeiro governador, nomeado pelas forças revolucionárias, Vespasiano Martins” (grifo meu). (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991, p. 139-140). É importante ressaltar que o **Estado de Maracaju** é reforçada pelos *homens de letras* principalmente no final dos anos noventa do século XX e início do século XXI. Deste modo, igualmente escrevem uma história linear sobre o movimento divisionista.

A argumentação de Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner sustenta que o “*movimento divisionista*” fortaleceu-se nos anos vinte do século XX, “[...] especialmente ao referir-se à proposta de criação da ‘Brasilândia’ no sul de Mato Grosso pelas tropas que antecederam a Coluna Prestes” (BITTAR, 1997, p. 102). Dessa maneira, Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner afirma que a derrota dessa coluna rebelde não significou a pacificação da região, “[...] muito pelo contrário, a proposta divisionista rebelde reativa o movimento divisionista no Sul de Mato Grosso” (*apud* BITTAR, 1997, p. 102). Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner assegura que, nos anos vinte do século XX, o movimento divisionista foi revigorado na porção sul de Mato Grosso, por meio do movimento militar conhecido como tenentismo. Segundo Marisa Bittar, a própria autora descreve que a ação dos divisionistas nessa fase ainda é isolada, “[...] sem planejamento, permeada *de outros* interesses políticos” (BITTAR, 1997, p. 102, grifo meu). Ou seja, Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner não ampara de forma consistente em sua narrativa a informação de que houve realmente nesse período um movimento organizado para dividir o estado de Mato Grosso.

Não há referência a documentos ou fatos que comprovem que “*o movimento divisionista*” tenha sido “*reforçado com a chegada da Coluna Prestes*”. Ao contrário, como já foi exposto, houve esboço de apoio no sul de Mato Grosso à revolução paulista de 1924, mas nada vinculado à divisão do estado. Aliás, o próprio João Villasbôas, uma das lideranças que tentou solidarizar-se com os paulistas, por meio do jornal *A Tribuna*, de Corumbá, segundo depoimentos de contemporâneos e documentos da época, era um dos mais renhidos adversários do divisionismo. (BITTAR, 1997, p. 103, grifo do autor).

A historiadora Marisa Bittar esclarece que, no exame das obras produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, não se encontra nada escrito nessa época sobre alguma organização sulista para separar o Estado; “[...] o que mais chama a atenção é a radical diferença de tratamento sobre os “*movimentos divisionistas*” no sul de Mato Grosso” (BITTAR, 1997, p. 84, grifo do autor). Para Marisa Bittar, enquanto as publicações feitas na época de Mato Grosso uno simplesmente ignoravam ou tratavam o tema de forma abreviada, como “*desordens na fronteira meridional*”, a historiografia de Mato Grosso do Sul tende a aumentar “[...] a *performance* dos *divisionistas* e a enxergar *movimentos divisionistas* onde,

na verdade, se tratavam de dissensões entre coronéis do norte com apoio de caudilhos do sul e no seio dos quais, esporadicamente, expressavam-se *idéias, intenções separatistas*, mas não *movimentos separatistas*” (BITTAR, 1997, p. 84, grifo do autor). Desse modo, para a pesquisadora, o que se evidencia é que determinados líderes sulistas

[...] aliam-se às oligarquias nortistas em suas ações armadas e, ao perceberem que seus interesses não seriam atendidos por essas lutas, notadamente o direito de estabelecimento de propriedades nas terras monopolizadas pela Mate-Laranjeira, expressavam, então, a convicção de seccionar o sul pois assim ficariam livres, tanto do governo estadual quanto da Companhia, cujos privilégios ele mantinha. (BITTAR, 1997, p. 85).

Marisa Bittar conclui que as publicações realizadas pelos *homens de letras* não mencionam qualquer movimento divisionista na porção meridional de Mato Grosso até o fim da chamada Primeira República. Segundo as ponderações da pesquisadora, as fontes escritas dessa época referem-se a “agitadores”, “maus elementos”, que colocavam em ameaça a conservação política do Estado.

1- A historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, anterior à divisão do estado, via de regra, concentra atenção no período que se estende até o final da primeira República. Nesses trabalhos não existe um “movimento divisionista” no sul de Mato Grosso. De um lado porque, de fato isolado, na maioria das vezes, não se tinha notícia do que acontecia no sul do estado. De outro, por razões políticas, conforme se mencionou. Assim, os defensores de ideais separatistas, reconhecidos pela historiografia sul-mato-grossense, quando aparecem na produção daquele Instituto são tidos como “agitadores”, “maus elementos” etc, que punham em risco a estabilidade política do estado. No caso de Jango Mascarenhas, por ter sido vice-presidente do estado, sua atuação é sumariamente referida, mas sem alusão à causa autonomista. (BITTAR, 1997, p. 91).

Entretanto, analisa a pesquisadora que o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), em suas publicações (depois da divisão), acrescenta e realça o *movimento divisionista* como elemento fundador da história de Mato Grosso do Sul. Desse modo, Marisa Bittar assinala que a historiografia publicada pelo IHG-MS é impregnada de

ideologia, já que, em seus discursos, destaca os *separatistas* como verdadeiros precursores da implantação de Mato Grosso do Sul.²⁰⁷

2- A historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, posterior, portanto à divisão do estado, ao contrário, aumenta a dimensão dos acontecimentos relacionados ao divisionismo tomando-os como uma espécie de ponto de partida, *o elemento fundador da história de Mato Grosso do Sul*. Nesse sentido, talvez sejam os mais carregados de ideologia; 3- A historiografia produzida por estudiosos do sul de Mato Grosso, antes da divisão, obras geralmente datadas da década de 30 a 60, oferecem o contraponto. Nelas, os personagens que no futuro seriam alçados à condição de líderes da divisão de Mato Grosso estão muito mais imersos nas lutas entre coronéis do que no ideal da secessão; 4- *As fontes consultadas permitiram concluir que, pelo menos até a década de 20, não existiu propriamente um movimento pela divisão de Mato Grosso*. Existiram, sim, manifestações, idéias e anseios que surgiam em meio aos conflitos maiores entre chefes políticos regionais. Entretanto, um movimento, entendido como uma série de atividades, organizadas por pessoas que atuam em conjunto para alcançar determinado fim, no caso, a divisão do estado, não aconteceu na história de Mato Grosso até a década de 20 (grifo meu). (BITTAR, 1997, p. 91).

As fontes pesquisadas por Marisa Bittar sobre a década de vinte do século XX comprovam que os líderes sulistas citados pela historiografia antes da criação de Mato Grosso do Sul estão muito mais preocupados com as lutas pela posse de terras (entre os coronéis) ou para obterem o poder político de mando local, do que pela separação ou criação de um novo estado.

Portanto, de acordo com os estudos de Marisa Bittar, antes dos anos trinta do século XX não há movimento divisionista ou separatista mas, sim, lutas fratricidas pela posse de terras ou combates entre os chefes políticos regionais pelo poder de mando.

A historiadora Marisa Bittar também entende que a “causa divisionista” apresenta nesse período a sua gênese separatista.

²⁰⁷ Marisa Bittar informa as fontes dessa temática nas quais pesquisou na sua tese: “Nessa perspectiva, a contribuição que aqui se presta diz respeito ao exame da produção disponível, que envolve memórias, narrações, relatos de viagem etc, e à sua classificação em quatro categorias: 1.^a) as obras elaboradas *antes* da divisão do estado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que abarca variada produção, destacando-se os autores *Virgílio Corrêa Filho, Estevão de Mendonça, Rubens de Mendonça, Generoso Ponce Filho, Nilo Póvoas e Lenine Póvoas*, entre outros 2.^a) as obras produzidas *depois* da divisão do estado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, especialmente as *de Paulo Coelho Machado, José Barbosa Rodrigues, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães*, 3.^a) as obras escritas por autores do *sul anteriormente* à cisão de Mato Grosso, cuja maioria data da década de 30 ao começo dos anos 60, sobressaindo-se os autores *Oclécio Barbosa Martins, Emilio Garcia Barbosa, Pedro Ângelo da Rosa, Arlindo de Andrade, Meio e Silva, Miguel Palermo e Demosthenes Martins*; 4.^a) as dissertações acadêmicas produzidas por professores da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930)*, de *Alisolete Weingärtner* e *A divisão do estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977)*, de *Jovam Vilela da Silva*” (BITTAR, 1997, p. 88, grifo do autor).

5- Embora não tenha havido um movimento, tal como aqui se entende, é inegável que uma causa divisionista tenha aí tido a sua gênese. O fator geográfico configurava objetivamente duas situações distintas e, na medida em que o sul foi se povoando e vinculando-se mais ao centro-sul do país, o estado de Mato Grosso tornou-se mais vulnerável ao amadurecimento e à consolidação de ideais autonomistas. (BITTAR, 1997, p. 92).

Os autores dos anos trinta do século XX utilizaram, em suas narrativas, as lutas fratricidas ocorridas entre os coronéis do final do século XIX e do início do século XX em Mato Grosso para incorporá-las em suas reivindicações como sendo um *movimento divisionista*, ou seja, que há anos vem acontecendo; desse modo, vêm engrandecer os *manifestos* publicados, como que se fosse uma reclamação histórica (exigência antiga) por parte dos moradores do sul de Mato Grosso.

Finalmente, as manifestações divisionistas do início do século serviram mais ao futuro do que ao seu presente, isto é, a sua importância para o futuro foi muito maior do que para o momento mesmo em que se desenrolaram. Os novos protagonistas da divisão, a partir de 1930, valorizaram-nas engrandecendo a sua estatura, de tal forma que passaram a funcionar como *uma utopia a ser concretizada*, e, mais, a afiançar as ações vindouras, na medida em que aquele passado, sempre lembrado e enaltecido, garantia que suas pretensões não partiam do nada. (BITTAR, 1997, p. 92, grifo meu).

De acordo com os estudos de Marisa Bittar, as manifestações divisionistas, a partir dos anos trinta do século vinte, passam a funcionar como “*uma utopia a ser concretizada*” por uma parte da elite campo-grandense, que reivindica a criação de um estado na porção sul de Mato Grosso e defende a cidade de Campo Grande como sua capital. Segundo a autora, são nos documentos dessa década que os líderes divisionistas valorizam a *causa divisionista* como uma *luta antiga* e que, nos discursos anunciados, serviam sempre para ser engrandecidos e lembrados como uma luta histórica pertencente ao passado dos moradores do sul de Mato Grosso. Com a criação efetiva do estado de Mato Grosso do Sul, essa imagem do *movimento divisionista* é revisitada e valorizada pelos membros do IHG-MS e divulgada pela mídia do estado, principalmente no dia 11 de outubro, feriado estadual.²⁰⁸

Assim, se nos textos apaixonados do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul o envolvimento desses protagonistas nas lutas citadas é atribuído à causa separatista, tal não ocorre em obras mais antigas. Uma explicação para essa variabilidade da imagem histórica

²⁰⁸ Em outubro de 2006, o site www.douradosinforma.com.br divulgou inúmeras matérias em alusão ao dia 11 de outubro. Outros sites, www.dourado.agora.com.br e www.douradosnews.com.br, trazem todas as problemáticas aqui ponderadas, principalmente a matéria sobre “o movimento divisionista”, além de outros temas elucidando a divisão de Mato Grosso e a criação de MS.

pode ser exatamente os interesses do presente, no caso, o momento pós-divisão de Mato Grosso, atuando sobre uma parte dos historiadores e fazendo com que eles busquem do passado a imagem mais conveniente para o *movimento divisionista*. Por isso, quanto mais a história for pesquisada e reescrita mais se poderá avançar na compreensão do processo que marcou a gênese da criação de Mato Grosso do Sul. (BITTAR, 1997, p. 87, grifo meu).

As obras publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) após a efetivação do estado de Mato Grosso do Sul descrevem *os divisionistas* como verdadeiros heróis e semeadores de um ideal que se realizou com muita pugna e persistência por parte dos líderes campo-grandenses.

As obras elaboradas e publicadas por autores do sul de Mato Grosso *anteriormente* à divisão, são importantes exatamente por terem sido elaborados por *sulistas* antes da criação de Mato Grosso do Sul. Frutos de uma época em que a divisão era pouco provável, ou pelo menos incerta, eles revelam mais verdadeiramente o grau de intensidade e de penetração das idéias autonomistas. Em outros termos: dão-lhes a dimensão que provavelmente tiveram à época. Já nas obras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, os personagens que, vez ou outra defenderam idéias divisionistas são alçados a uma estatura de heróis: nessa versão, são eles os semeadores de um ideal, um mito, que somente após um século seria concretizado. Suas ações concernentes a esse projeto, mesmo que efêmeras e destituídas do grau de comprometimento com a causa divisionista que hoje se lhes atribuem, são engrandecidas. (BITTAR, 1997, p. 86, grifo meu).

O movimento *divisionista sulista*, organizado pela elite pecuarista (na maioria campo-grandenses), teve o seu auge nos anos de 1932-1934. Nesse momento, constituiu-se uma *febre* sobre a construção de uma identidade própria sul-mato-grossense (Sul *positivo*) e (Cuiabá, centro/norte *negativo*). Entretanto, é fundamental perceber que, após o período de 1934, as manifestações divisionistas por parte das elites sulistas ficariam *mornas*, já que uma boa parte dos líderes sulistas conseguem, igualmente, compor o poder de mando do estado.

Para Paulo Roberto Cimó Queiroz, “[...] enfim, o ‘arrefecimento’ do movimento chegaria a tal ponto que, segundo Bittar, *os próprios divisionistas ‘históricos’* teriam sido apanhados de surpresa pela decisão do governo federal de finalmente efetuar a divisão, em

meados da década de 1970” (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo meu).²⁰⁹ Ou seja, *o movimento divisionista*, após a Constituinte de 1934, foi perdendo força no Sul de Mato Grosso.

Segundo as observações de Paulo Roberto Cimó Queiroz, para entender esse fenômeno, “[...] inicialmente, caberia notar que, ao terminar em *derrota*, o episódio de 1932 parece haver selado a sorte da estratégia então adotada pelas elites sulistas. De fato, não havia como ocultar que, no referido episódio, essas elites haviam apostado no ‘*cavalo errado*’, isto é, os ‘revolucionários’ constitucionalistas paulistas, que terminaram vencidos” (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo meu). Assim, o historiador considera que “[...] à derrota militar seguiu-se, para os sulistas, o malogro de suas petições tanto ao Governo Provisório pós-30 como à Constituinte de 1934. Em seguida, o advento do *Estado Novo* imporia uma moratória a quaisquer pretensões divisionistas, em nome da ‘unidade nacional’ ” (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo meu).²¹⁰

Os revolucionários sulistas mato-grossenses e paulistas de 1932 foram derrotados para o governo de Getúlio Vargas. Mas, após 1934, a elite campo-grandense consegue um maior espaço na política estadual. Tem como representante o senador Vespasiano Martins,²¹¹ além de deputados federais e estaduais, ou seja, representantes da bancada sulista mato-grossense.

Nesse sentido, o *movimento divisionista* dos anos trinta do século XX, manifestado pela elite sulista, era um meio de alcançar o cobiçado poder estadual, como pondera Paulo

²⁰⁹ Athamaril Saldanha, um dos participantes da “Revolução de 1932” relata: “Era muito bom isso, mas eu pensava que não veria a tão sonhada divisão do grande Estado, *quando fui surpreendido* pela Lei Complementar de 11 de outubro de 1977, proposta por Ernesto Geisel, então presidente da República, criando o Estado de Mato Grosso do Sul. O nosso Mato Grosso do Sul foi implantado em 1.º de janeiro de 1979 e foi dada a posse da Assembléia Constituinte. Tive finalmente a satisfação de ver *nosso sonho realizado*” (SALDANHA, 2004, p. 137, grifo meu).

²¹⁰ Para contextualizar o “Estado Novo”: em 30 de setembro de 1937, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-maior do Exército, divulga à nação o “tenebroso” Plano Cohen: uma suposta manobra comunista para a tomada do poder através da luta armada, assassinatos e invasão de lares. O Plano não passa de uma fraude forjada por membros da Ação Integralista para justificar o golpe de Estado. Frente à “ameaça vermelha”, o governo pede ao Congresso a decretação de estado de guerra, concedido em 1º de outubro de 1937. Em 10 de novembro de 1937, as Forças Armadas cercam o Congresso Nacional e, à noite, Vargas anuncia em cadeia de rádio a outorga da nova Constituição da República, elaborada pelo jurista Francisco Campos. A quarta Constituição do país e terceira da República, conhecida como “a polaca”, por inspirar-se na Constituição fascista da Polônia, institui a ditadura do Estado Novo. A Constituição outorgada acaba com o princípio de harmonia e independência entre os três poderes. O Executivo é considerado “órgão supremo do Estado” e o presidente é a “autoridade suprema” do país: controla todos os poderes, os estados da Federação e nomeia interventores para governá-los. Os partidos políticos são extintos e instala-se o regime corporativista, sob a autoridade direta do presidente. A “polaca” institui a pena de morte e o estado de emergência, que permite ao presidente suspender as imunidades parlamentares, invadir domicílios, prender e exilar opositores. A ditadura Vargas, ou Estado Novo, dura oito anos. Começa com o golpe de 10 de novembro de 1937 e se estende até 29 de outubro de 1945, quando Getúlio é deposto pelos militares. O poder é centralizado no Executivo e cresce a ação intervencionista do Estado. As Forças Armadas passam a controlar as forças públicas estaduais, apoiadas pela polícia política de **Filinto Müller**. Prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos e deportação de estrangeiros são constantes.

²¹¹ Vespasiano Barbosa Martins foi Senador por Mato Grosso nos períodos de 1935 a 1937 e 1945 a 1955.

Roberto Cimó Queiroz: “Como se vê, já então a divisão figurava apenas como um dos possíveis meios para atingir o ambicionado poder – o qual, nesse caso, ficaria limitado à porção sul do Estado” (QUEIROZ, 2005, p. 19).

Ainda sobre este assunto, o pesquisador lembra que

[...] parecem-me especialmente importantes tais referências, pelo fato de desautorizarem quaisquer tendências a se traçar a história do divisionismo como uma linha praticamente contínua, partindo de fins do século XIX, passando pelos *gloriosos* episódios da década de 1930 e culminando triunfalmente na divisão efetivada em 1977. (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo do autor).

O *movimento divisionista*, na prática, foi realçado em momentos de interesses de composição ou reação a grupos políticos pelo mando de poder.

A *idéia de divisão* ficaria *marginalizada*, sendo lembrada, de quando em quando, apenas por um pequeno grupo de personalidades políticas. Assim, Oclécio Barbosa Martins retoma a defesa da proposta no livro já citado, publicado em 1944. Em 1959 publica-se um manifesto em nome de um “Movimento pró-divisão de Mato Grosso” – tentando aproveitar, na verdade, a circunstância de um mato-grossense do Sul, isto é, Jânio Quadros, aparecer na época como um forte candidato à presidência da República. (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo meu).

Nesse sentido, Paulo Roberto Cimó Queiroz chama a atenção, principalmente dos historiadores, de que é preciso esclarecer a mencionada: “[...] marginalização da tese divisionista, depois dos anos 30 – e essa explicação se encontra, a meu ver, no fato de a divisão ter sido sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo tático, a serviço de uma estratégia mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político” (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo do autor). Ou seja, a luta dos divisionistas era uma *estratégia* para chegar ao ambicionado poder.

A questão principal era, efetivamente, a *luta pelo poder*, como, aliás, transparece já no momento do nascimento do *ideal* divisionista, em meio às lutas coronelistas de fins do século XIX e inícios do XX. Como notou Valmir Corrêa, alguns líderes políticos sulistas sentiam-se então insatisfeitos com sua condição de meros caudatários das oligarquias “nortistas” mas, ao mesmo tempo, sabiam-se impotentes para disputarem o poder diretamente com aquelas oligarquias. Nesse contexto, portanto, é que foi imaginada a tática divisionista. (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo do autor).

A reivindicação, por parte das elites sulistas, da divisão do estado de Mato Grosso e da criação de Maracaju (estado ou território), na porção meridional mato-grossense, em 1934, era uma das *táticas* dessas elites (majoritariamente campo-grandenses) para também compartilhar o poder estadual.

Paulo Roberto Cimó Queiroz argumenta que, “[...] pelo que a história parece mostrar, a referida *desproporção* entre as representações políticas do Sul e do ‘Norte’ começou a ser corrigida ainda durante o Estado Novo. Mesmo nessa época, de fato, e a despeito das derrotas sofridas no período 1932-34, as elites sulistas não deixaram de se integrar à estrutura de poder existente no Estado” (QUEIROZ, 2005, p. 18). Para o historiador, a elite sulista, já nos anos trinta, começa a dividir o espaço político estadual: “Nessa época opera-se uma importante mudança nas formas de atuação das elites dominantes em Mato Grosso, passando-se do ‘conteúdo coronelista’ para um ‘conteúdo clientelista’ ” (QUEIROZ, 2005, p. 17). Dessa maneira, “[...] ao que parece, Filinto Müller e Vespasiano Martins, ao invés de se antagonizarem, promoveram entre si uma divisão de poderes” (QUEIROZ, 2005, p. 18).

Ou seja, o poder é dividido entre Filinto Müller, representante do *Norte*, e o Dr. Vespasiano Martins, que representava o *Sul*. O rompimento entre os protagonistas só ocorreria anos depois: “Seria apenas com o final do Estado Novo que os dois líderes seguiriam caminhos distintos: enquanto Vespasiano optou pela UDN, os Müller, ‘típicos herdeiros da máquina estadonovista’ em Mato Grosso, empreenderam a formação do PSD” (QUEIROZ, 2005, p. 19). Nesse período, parte de uma elite campo-grandense já tem uma participação efetiva nos mandos do poder estadual.

A *desproporção* continuaria a ser “corrigida”, de modo ainda mais notável, desde as primeiras eleições após o fim do Estado Novo: a partir de então, pode-se dizer que as elites sulistas – fazendo valer o trunfo eleitoral representado pelo maior contingente populacional – finalmente ascendiam ao poder estadual. Trabalhando com dados das eleições realizadas entre 1945 e 1962, Neves mostra a “progressiva expressividade” do Sul, em termos da composição da Assembléia Legislativa e mesmo da representação federal. Uma maioria sulista se mantinha, como nota a autora, mesmo excluindo-se os representantes eleitos por Corumbá – os quais revelavam “tendências ambíguas”, podendo aliar-se ora ao “Norte”, ora ao “Sul” ou mesmo constituir um “pólo independente”. (QUEIROZ, 2005, p. 19, grifo do autor).

Parte de uma elite campo-grandense (majoritariamente pecuaristas) agiliza-se politicamente e tenta, por meio de Lei Estadual,²¹² em 1947 (na constituinte estadual), a transferência da capital de Mato Grosso para Campo Grande. Ou seja, após a intervenção federal de criar concretamente um Território Federal na porção sul de Mato Grosso e excluir a cidade de Campo Grande (1943-1946), a *elite condutora campo-grandense*, a partir daí, começa a ter uma real participação no poder,²¹³ com uma maior bancada estadual²¹⁴ e federal, além de eleger governadores da cidade.²¹⁵

A elite sulista consegue o triunfo eleitoral e ascende no poder estadual a partir de 1960. Deste modo, Paulo Roberto Cimó Queiroz²¹⁶ pondera que “[...] torna-se assim compreensível que a marginalização da tese divisionista (para não dizer a sua quase completa *negação*, tal como expressa por Demóstenes Martins) tenha sido acompanhada, por sua vez, pelo *congelamento* dos esforços pela constituição de uma efetiva *identidade*

²¹² O ex-senador representante do Sul de MT, Itálvio Coelho, esclarece que “Os políticos do sul queriam ter igualdade de poder com os políticos do norte, que detinham a tradição do poder [...]. A bancada do sul era maioria em 47 e propusemos a Emenda [...] nós queríamos dizer que Cuiabá não era a ‘dona’ da capital [...] a reação foi muito veemente [...]. Na Emenda constava que a Assembléia é que fixaria o lugar da capital [...] então, a lei ordinária de uma maioria eventual podia mudar a capital e nós percebemos isso [...]. Aí foi aquela guerra dentro da Assembléia [...]. Os dois deputados de Corumbá é que acabaram decidindo a votação, dividida entre bancada do sul e do norte [...]. O Octacílio votou com eles e o André de Barros votou conosco – aí empatou, porque a representação norte e sul era mais ou menos igual nessa época (COELHO *apud* BITTAR, 1997, p. 222). Ou seja, por um voto, Campo Grande não se torna capital em 1947. Note-se: de todo o estado de MT, e não apenas de uma parte. Por isso, não há um movimento divisionista, e sim articulação de uma parte dos políticos para transferir a capital.

²¹³ Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner assinala: “A Criação do Território de Ponta Porã não atendeu aos interesses divisionistas [...]. Em 1946, após a promulgação da Constituição, o governo federal extingue o Território de Ponta Porã reintegrando a região ao Estado de Mato Grosso. Apesar dessa política, **os divisionistas**, durante as reuniões da Assembléia Constituinte, reorganizam-se e tentam a transferência da Capital de Cuiabá para Campo Grande” (WEINGÄRTNER, 2005, p. 2). Nessa afirmação, não há um movimento divisionista e sim uma tentativa de mudar a capital de Mato Grosso para Campo Grande por meio da Lei, ou seja, os constituintes sulistas de 1947 querem transferir o mando estadual de cidade e não dividir ou criar outro estado autônomo.

²¹⁴ De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz: “Nesse novo período, uma única cartada decisiva parece haver sido jogada pelas elites sulistas, nos antigos termos de suas reivindicações – e não, aliás, no sentido da divisão, mas sim no da mudança da capital. Isso ocorreu precisamente no início do período, isto é, na Constituinte estadual de 1947. Nessa ocasião, os sulistas apresentaram uma proposta segundo a qual a capital do Estado seria determinada por uma futura lei ordinária – de tal modo que, como notou um dos entrevistados de Neves, ‘uma maioria eventual podia mudar a capital’. A votação terminou empatada, e a proposta só foi rejeitada graças ao voto de Minerva do presidente da Assembléia, que era um político do ‘Norte’” (QUEIROZ, 2005, p. 19).

²¹⁵ Os governadores representantes da cidade de Campo Grande foram: Arnaldo de Figueiredo (1947-50), Fernando Corrêa da Costa (1951-1956 e 1961-1966), Pedro Pedrossiam (1966-1971) e José Fragelli (1971-1975).

²¹⁶ A este respeito, Paulo Roberto Cimó Queiroz, assinala que, “[...] trabalhando com dados das eleições realizadas entre 1945 e 1962, Neves mostra a “progressiva expressividade” do Sul, em termos da composição da Assembléia Legislativa e mesmo da representação federal. Uma maioria sulista se mantinha, como nota a autora, mesmo excluindo-se os representantes eleitos por Corumbá – os quais revelavam ‘tendências ambíguas’, podendo aliar-se ora ao ‘Norte’, ora ao ‘Sul’ ou mesmo constituir um ‘pólo independente’ ” (QUEIROZ, 2005, p. 19).

sul-mato-grossense” (QUEIROZ, 2005, p. 19).²¹⁷ Segundo o historiador, é importante perceber que o regionalismo (entre Sul e o Norte) não se apagou nos acordos dos bastidores políticos pela supremacia do poder; “[...] as considerações precedentes *não devem* levar à conclusão de que, na política mato-grossense após 1945, *o regionalismo tenha desaparecido*. A ‘questão regional interna’, isto é, ‘o divisionismo e a disputa pela hegemonia sobre o poder do estado’, mantinha ‘relevância política’, sendo um forte ‘elemento explicador dos fatores que interagiram no processo político de Mato Grosso’ (QUEIROZ, 2005, p. 19, grifo meu).

A elite pecuarista campo-grandense marca uma forte representação no poder de mando estadual; igualmente elege ou nomeia governadores, deputados, senadores, presidentes de partidos, ou seja, no jogo político, *sulistas* e *nortistas* pesavam nas composições de cargos importantes e estratégicos do estado de Mato Grosso.

Paulo Roberto Cimó Queiroz assinala que, nesse período, não há uma especificidade de uma identidade própria sul-mato-grossense, como ocorreu nos anos de 1930, 1932 e 1934, em que houve uma militância notável em identificar-se como sendo do sul e, conseqüentemente, construindo uma identidade específica sul-mato-grossense. Já a partir dos anos sessenta do século XX, os líderes sulistas estavam no poder de mando; nesse sentido, não era conveniente, para os políticos do sul de MT, afrontar abertamente os nortistas em termos de regionalismo.

Pode-se, portanto deduzir que, nessa nova estratégia, seria absolutamente inconveniente qualquer tentativa mais incisiva de afirmação de uma identidade especificamente sulista, nos moldes do ocorrido nos anos 30. Ao que parece, tendo provado o gosto do poder, as elites sulistas não estavam dispostas a colocar em risco as posições já alcançadas. Como beneficiárias, em boa medida, do jogo político vigente, marcado pela intermediação partidária, essas elites assumem, juntamente com as “nortistas”, a defesa da *estabilidade* desse sistema político, com a conseqüente recusa a confrontos regionalistas abertos. (QUEIROZ, 2005, p. 20, grifo do autor).

²¹⁷ Sobre esse assunto, Demósthene Martins descreve que “[...] infelizmente espíritos acanhados, incapazes de apreenderem a dimensão política, territorial, administrativa e econômica da modificação, valeram-se sempre desse movimento para malquistar as populações regionais distorcendo-a dos seus altos e nobres objetivos, que se apóiam em pressupostos racionais, que se casam a realidade do clima, do meio geofísico, da produção e da densidade demográfica que dão características tão singulares às duas regiões, a sua economia e ao seu estilo de vida. *Hoje, porém, mercê da intensificação das comunicações e da intervenção governamental, esses contrastes, vão se tornando menos antagonicos, possibilitando a sua integração*” (MARTINS, 1972, p. 59, grifo meu).

Sendo assim, as elites dirigentes fazem composições para se manter no poder;²¹⁸ tanto as do sul quanto as do norte objetivavam sobreviver como elites dirigentes e, assim, mantiveram-se coesas e fortemente oligarquizadas para se manter no poder de mando.

Assegura Paulo Roberto Cimó Queiroz que o primeiro rascunho de uma identidade específica sul-mato-grossense aconteceu nos anos trinta do século vinte; assim, nota o historiador que o *movimento divisionista* ocorreu num momento acalorado, militante, ativo e havia perigo real, até riscos físicos, ou seja, *interesses vitais*, para se conquistar o poder de mando.

Nos anos 30, o esforço dos divisionistas no sentido de criar uma identidade especificamente sul-mato-grossense tomava contornos vivos, militantes, porque se tratava de um esforço em que se estavam empenhando, para usar a expressão de Bourdieu, *interesses vitais*. Tratava-se de um momento de luta, de combate, em que se corriam inclusive riscos físicos, em face da política de repressão. Pode-se criticar as pretensões dos sulistas de então, vendo-se nelas, acima de tudo, uma luta pelo poder. Mas não se pode negar que, então, estava efetivamente caracterizada uma situação de certa opressão política, apta a ser colocada como fundamento de uma identidade estigmatizada. (QUEIROZ, 2005, p. 22, grifo meu).

No entanto, a invenção de uma identidade específica sul-mato-grossense, construída no *pós-divisão*, segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, é produzida como algo suplementar, para decorar os discursos festivos de comemorações oficiais. Assim, é instituída uma identidade *ad hoc*, apenas para ser utilizada como *acessório*.

No pós-divisão, ao contrário, o que se coloca é a tarefa de construir uma identidade *ad hoc* – algo claramente *acessório*, não-essencial. O exercício do poder não mais requeria uma luta contra um *outro* (o “cuiabano”). Na verdade, como foi dito, o estigma da *opressão* (justificado pela anterior *desproporção* em termos de representação política) já havia há tempo desaparecido entre os sulistas – e agora, com a divisão, estava completamente morto e enterrado. Desse modo se compreende que, no pós-divisão, adquiram destaque, nos esforços pela criação de uma “identidade sul-mato-grossense”, aspectos essencialmente retóricos,

²¹⁸ Uma parte da elite sulista como beneficiária do poder negocia o comando sem afrontas entre as facções partidárias, segundo observações de Paulo Roberto Cimó Queiroz: “O ‘projeto sulista’ continuava a ser o de ‘conquistar a hegemonia’ – mas agora pela via do ‘processo partidário-eleitoral’ e ‘*sem rupturas dramáticas*’: tratava-se de ‘mudar o eixo do comando político-econômico do estado sem confronto entre as facções regionais, o que poderia ter resultados imprevisíveis’ (Neves, p. 212-213; grifos do original). A ‘experiência de 47’, prossegue Neves, indicara às elites políticas que ‘o enfrentamento eleitoral requeria uma racionalidade que levasse em conta os aspectos partidários e regionalistas” (p. 182). Tal racionalidade se expressaria no sentido de *evitar o confronto explícito ‘Norte’ versus Sul*: ‘Sempre se quis evitar a luta norte-sul na campanha eleitoral [...] os partidos tiveram essa consciência’, diz um dos entrevistados de Neves; ‘a questão regional sempre era levada em conta na escolha do candidato a governador’, diz outro. A própria autora conclui: ‘Evitar o confronto significou, sempre, o gerenciamento do fundamento regional nas convenções partidárias, o que impediu [nas eleições dos governadores] a polarização *candidato norte-candidato sul*’ “ (QUEIROZ, 2005, p. 19-20).

destinados, sobretudo a adornar vazios discursos de auto-celebração das elites locais, velhas e novas. (QUEIROZ, 2005, p. 22-23, grifo do autor).

Com a efetivação do estado de Mato Grosso do Sul, cria-se às pressas uma história linear sobre o “movimento divisionista”, para reforçar uma *identidade* específica sul-mato-grossense, especialmente para atender às obrigações das solenidades oficiais e interesses das elites mandantes no estado.

As análises de Paulo Roberto Cimó Queiroz sobre esse assunto concluem que esses discursos servem para reforçar a criação de mitos regionais.

Além disso, tendem a ser esquecidos os recuos e descaminhos da história do divisionismo, estendendo-se, ao conjunto dos líderes e mesmo da população sulista, posições historicamente relacionadas apenas àqueles poucos divisionistas que se haviam mantido o tempo todo fiéis ao velho ideário. Em outras palavras, a “chama” do divisionismo – que, na verdade, antes havia chegado mesmo a quase apagar-se – é figurada como permanentemente acesa, desde os fins do século XIX. Enfim, criam-se mitos como o da suposta existência, em 1932, do “Estado de Maracaju”. (QUEIROZ, 2005, p. 22).

A invenção de uma identidade sul-mato-grossense própria e homogênea (como, por exemplo, o estado de Maracaju) é construída após-divisão (em 1977). Antes disso, existiu apenas um primeiro rascunho, (1932-1934), estabelecido por uma elite campo-grandense pela ascensão ao poder estadual.

O que é especialmente notável, no entanto, é que os esforços no sentido da *invenção de uma identidade especificamente sul-mato-grossense*, conforme acima referido, não parecem ter tido continuidade – não, pelo menos, sob a forma de um movimento sulista abrangente e “oficial”. Pelo que se sabe, de fato, a busca da construção de tal identidade somente seria efetivamente retomada *após* a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977. (QUEIROZ, 2005, p. 17, grifo meu).

Por isso, a importância do historiador estar atento a todo o processo da construção identitária sul-mato-grossense. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz,

[...] de certa forma, pode-se dizer que tendem a surgir, na imprensa e nos meios culturais, *neodivisionistas*, colocados perante o “desafio” de construir uma História “de trás para a frente”, isto é, do presente para o passado – o que facilmente conduz à idéia da divisão como algo historicamente “inevitável”, “fadado a acontecer mais cedo ou mais tarde”. (QUEIROZ, 2005, p. 22, grifo do autor).

Para o historiador, “[...] nesse processo, formaliza-se um discurso identitário flagrantemente mais simplificado e grosseiro que aquele dos divisionistas dos anos 30 – desaguando, freqüentemente, num reles determinismo geográfico-histórico” (QUEIROZ, 2005, p. 22). Nesse sentido, criam-se discursos narrativos e mitos para divulgar uma imagem de uma história heróica sobre a criação de Mato Grosso do Sul.

Ao que me parece, tendo a divisão ocorrido “de cima para baixo”, e num momento em que a parte realmente significativa das elites sulistas (em outras palavras: aqueles que efetivamente *mandavam*) não mais estava mobilizada em torno dessa idéia, abriu-se um espaço para a construção, às pressas, de um discurso “histórico” simplesmente capaz de dar conta do *fato*, já consumado, da criação do novo Estado. (QUEIROZ, 2005, p. 22, grifo do autor).

A construção de uma memória sobre o *movimento divisionista* se manifestará com maior intensidade após a divisão do estado em 1977.

A historiadora Ana Paula Squinelo, em trabalho publicado nos Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul²¹⁹ (Dourados, 2002), assegura que os “memorialistas” do jovem estado de Mato Grosso do Sul necessitavam de Histórias que estivessem de acordo com a elite predominante.

Sustento que, após a divisão do Estado (1977), Mato Grosso do Sul, que nascia no contexto militar, ficava “órfão” de história, tendo em vista que toda documentação foi transferida para a capital de Mato Grosso, Cuiabá. Nesse sentido, tornava-se necessário a construção de uma história do jovem estado, sobretudo uma história que estivesse de acordo com os desígnios de uma elite dominante que despontava no cenário regional e estadual. (SQUINELO, 2002, p. 43).

Para Ana Paula Squinelo, quando se fala em “memorialista” não se trata de diminuir o trabalho realizado por esses profissionais, “[...] há aspectos consideráveis, como o levantamento de fontes, entretanto, como historiadores, devemos lançar um olhar atento e crítico sobre suas obras, com o intuito de contextualizá-las e melhor compreendê-las” (SQUINELO, 2002, p. 52).

Por isso a importância reflexiva dos historiadores para lidar com essas fontes, pois são produzidas por *memorialistas* sul-mato-grossenses, portanto, são portadoras de uma

²¹⁹ SQUINELO, Ana Paula. Construções e Representações do episódio da Retirada da Laguna na obra de Alfredo d’Escagnolle Taunay. *Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul*, 2002, p. 43-52. Merece um estudo à parte a afirmação feita pela autora de que: “ficava ‘órfão’ de história, tendo em vista que toda documentação foi transferida para a capital de Mato Grosso, Cuiabá”. Será que houve mesmo uma apropriação de toda documentação por parte de “Cuiabá”? Há necessidade de uma pesquisa mais profunda, para estudar detalhes mais consistentes.

ideologia e de uma visão parcial dos fatos, já que os sócios dessas entidades representam os seus interesses sociais baseados em um universo cultural e moral, tanto do sentimento etnocêntrico como eurocêntrico.

Portanto, há um embate na construção discursiva sobre o *movimento divisionista*: de um lado, os *homens de letras* afirmam que sempre houve uma “organização” que consecutivamente lutara desde o final do século XIX até os anos setenta do século XX, para criar um estado independente no sul de Mato Grosso; por outro lado, na visão de historiadores ligados às universidades públicas (Marisa Bittar e Paulo Roberto Cimó Queiroz). Contestam em parte sobre a afirmação de um movimento divisionista organizado até a década de vinte do século XX e que o mesmo ficou morno depois dos anos trinta, só aparecendo após a efetivação de Mato Grosso do Sul em 1977, como uma conquista dos divisionistas.

É de suma importância compreender esse contexto sobre *movimentos divisionistas* na construção de uma *identidade própria sul-mato-grossense*, já que há momentos distintos dos divulgados pelos intelectuais sócios do IHGMS/ ASL e pelos intelectuais universitários.

Fica evidente que a *história* tem papel fundamental na formação de uma *memória* sul-mato-grossense, apesar de esta ser escrita e divulgada por *idealistas isolados*; tanto o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul como a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras valorizam, em suas publicações, a *história* de Mato Grosso do Sul.

José Carlos Ziliani, em seus estudos realizados sobre as tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul, pondera que “Mato Grosso do Sul é uma idéia (não uma ficção) sobre uma realidade correspondente, formada por uma configuração geográfica, uma população com histórias e costumes, uma música, uma arte plástica, uma literatura” (ZILIANI, 2000, p. 15). O pesquisador chama a atenção para o fato de que é necessário perceber que sobre esta realidade existe um discurso, “[...] que é o discurso do poder que, a depender dos interesses hegemônicos, seleciona elementos da realidade para transformá-los em símbolos, em detrimento de outros” (ZILIANI, 2000, p. 15). De acordo com José Carlos Ziliani,

[...] apesar de muitos declararem que Mato Grosso do Sul *não tem uma identidade*, evidente, *não tem mesmo uma identidade*. Pelas suas *características históricas* apresenta-se como um mosaico, já é uma idéia

consistente, tem uma *história* e, apesar de novo, possui uma *tradição* de pensamento sobre ele e um conjunto de imagens que o identificam. (ZILIANI, 2000, p. 15, grifo meu).

O autor entende a limitação de um território como uma dimensão jurídico-política majoritária, inclusive no âmbito da geografia, “[...] onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (ZILIANI, 2000, p. 31). Segundo José Carlos Ziliani, o território econômico também controla o poder, mas o seu estudo “[...] privilegia a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e da identidade social sobre o espaço” (ZILIANI, 2000, p. 31). O poder igualmente exerce uma função de apropriação do poder simbólico, sendo importante no mundo social.

Nesse sentido, o poder simbólico situa-se como um espaço delimitado, que expressa suas emoções e pensamentos em forma de pertencimento a um determinado lugar, originando uma identidade específica.

O território como conotação de identidade pode ser definido como uma área delimitada, formal ou informalmente, como um espaço no qual um grupo distinto mantém ou ambiciona, desejando obter total controle dele em seu proveito. Assim, a identidade de um território apropriado por um grupo se caracteriza como produção simbólica do espaço, tratando-o não só como território, mas, também, como *lugar* através da quantidade e da qualidade de emoções e pensamentos simbólicos que os componentes do grupo possuem sobre o espaço do entorno, ou seja, os elos afetivos entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. (ZILIANI, 2000, p. 31).

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. As identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. Segundo Stuart Hall, a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são *representados* para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Stuart Hall assegura que, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da

“alteridade”. Há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. Pode-se produzir, simultaneamente, *novas* identificações “globais” e *novas* identificações “locais”. Entretanto, as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a “periferia” também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual.

Para Stuart Hall, o significado surge, não das coisas em si – a “realidade” – mas a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. O que se considera fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos. Ou seja, toda prática social tem uma dimensão cultural e caráter discursivo.

Stuart Hall ressalta que uma das características da sociedade contemporânea é o *des-centramento* de uma certa forma de identidade, possibilitando a ele pôr em evidência os processos de identificação, processos que se colocam em relação às “identidades culturais”, que são “aqueles aspectos de nossa identidade que surgem de nosso *pertencimento* a (uma) cultura” qualquer.

Assim, para Stuart Hall, umas das características principais das identidades nacionais é a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. Ainda como consequência da intensificação da interdependência transnacional e das interações globais, observa-se que as relações sociais parecem estar cada vez mais desterritorializadas, com os indivíduos se agrupando a partir de interesses afins. Por outro lado, há também um ressurgimento de novas identidades regionais, geralmente partindo de indivíduos “translocalizados” ou excluídos dos processos sócio-econômicos, fora de seus ambientes e/ou países de origem, que se organizam como micro-identidades, *guetos*.

Esse panorama social conduz à criação de uma identidade (individual ou coletiva) múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada, mais como uma busca do que como um fato. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes, identidades que não são sempre reverenciadas ao redor de um “eu” coerente. Portanto, evidencia-se em cada sujeito identidades contraditórias empurrando em diversas direções, de modo que suas identificações estão sendo deslocadas.

Segundo o historiador José Carlos Ziliani, muitas são as indagações sobre o que é ser sul-mato-grossense:

Desde a divisão do Estado, em 1977 até hoje, perguntas pairam no ar: como traduzir a integrar nossas raízes? Quais caminhos trilhar? Aonde chegar?. Disseram-nos que seríamos modelo. São questões que mobilizaram e mobilizam ainda hoje as elites políticas e econômicas. Muitos segmentos da sociedade e indivíduos anunciam a urgência de encontrar a identidade cultural do Estado no contexto nacional. Somos Guaicuru? Pantaneiros? O celeiro agrícola do país? O estado da pecuária? O trem do Pantanal será capaz de nos conduzir a alguma estação? Ou será o turismo?. Respostas a estas questões ainda estão por serem dadas. As oligarquias rurais e seus valores conduziram o Estado nesses 23 anos e hoje se declaram falidas, impossibilitadas de darem respostas convincentes, de oferecerem uma saída. O I movimento cultural resgatou as raízes Guaicuru, transformando-as em tema e motivo de muitos eventos e debates. Ao mesmo tempo, o Estado com a segunda maior população indígena deparou-se com sérios problemas de terras indígenas, de destribalização como é o caso dos Kadiweus, de suicídios como os Guaranis de Dourados. Para conversar sobre índios idealizamos ao estilo romântico, os Guaicuru. (ZILIANI, 2000, p. 118).

De acordo com as ponderações de José Carlos Ziliani, tratar da questão da identidade de Mato Grosso do Sul é entendê-la enquanto um mosaico,

[...] composto de várias influências determinadas pelas origens de sua população, de muitos que para cá vieram, estabeleceram-se, construíram relações e, acima de tudo, aprenderam a ser sul-mato-grossenses, mas carregam traços de identidade do lugar de origem, aquela profunda e primeira impressão do mundo que permanece impossível de ser removida. (ZILIANI, 2000, p. 119).

Para o pesquisador, ser sul-mato-grossense, ter identidade sul-mato-grossense significa um processo de viver intensamente a geografia, o seu território, “[...] viver politicamente e culturalmente num esforço contínuo e permanente, para absorver o sentimento de ser, de pertencer. É preciso estar se lembrando a cada momento, num processo que não tem dia nem hora para acabar” (ZILIANI, 2000, p. 119).

A identidade sul-mato-grossense, na visão de José Carlos Ziliani, tem que comportar o território como um todo de MS, para que se possa de fato sentir, ser, pertencer, existir veementemente o Mato Grosso do Sul. É importante que o estado de Mato Grosso do Sul tenha uma identidade própria, *uma cor local*, sobretudo as identidades ameaçadas de extinção pelo sistema capitalista, que impõe uma cultura homogênea global.

Entretanto, é necessário que saibamos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade. Para tanto é fundamental recuperá-la enquanto autenticidades locais ameaçadas, não só aqui, mas em todas as partes do mundo pelo avanço de uma única cultura hegemônica que se impôs nas últimas décadas na música, no vestuário, na alimentação, nas formas de lazer e de consumo. É necessário recuperar ou manter a *cor local*, sem, no entanto, perder de vista a necessária flexibilização e sujeição às mudanças e inovações, determinadas e necessárias pela relação com o *outro*. (ZILIANI, 2000, p. 120, grifo do autor).

Na visão do autor, é essencial manter algum tipo de identidade, étnica, local ou regional para que as pessoas se sintam seguras, “[...] unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dêem segurança, que lhes informem quem são e de onde vêm, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece” (ZILIANI, 2000, p. 120). Nesse sentido, o pesquisador pondera a importância que a identidade possui enquanto poder para salvaguarda de uma sociedade plural em busca da utopia democrática.

A identidade sul-mato-grossense não tem nada de muito concreto, pois sequer sabemos quem realmente somos e se todos nos sentimos igualmente “sul-mato-grossenses”. Uma sociedade não é uma coisa muito palpável, é um conceito muito flexível e difícil de ser percebido concretamente.

As constantes desterritorializações a que todos são expostos cotidianamente têm abalado tão profundamente o sentimento de pertencimento a um grupo fixo – como a identidade sul-mato-grossense – que necessitamos de outros operadores conceituais para a compreensão do presente, para nos situar no mundo e, também, para reorganizar o próprio espaço interno, delimitando a constituição de novas subjetividades fugazes e mutantes.

Portanto, a identidade sul-mato-grossense é vista como múltipla, heterogênea, variável, de várias cores e de inúmeras identificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui expostas não esgotam a pauta da construção cultural sobre a *identidade* dos sul-mato-grossenses. É impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas. O universo das identidades e suas representações apresentam-se de forma múltipla, variável, instável, complexa e ocorrem numa variedade infinita de manifestações subjetivas. Por isso, as formulações nesta dissertação são provisórias e abertas a contestações.

A *identidade* é uma das “invenções” mais bem feitas, duradoura e nova. Mas nem todos aderem a ela; muitas vezes intencionalmente, outras vezes não tão intencionalmente, apropriam-se de outros símbolos, adereços, ritos, consciência, memória, sinais, marcas, representação. A identidade trabalha com a emoção. Daí a importância da *literatura* e da *história*, que constituem insígnias na criação da imagem de um Estado com suas características e particularidades próprias.

Os estudos aqui ponderados sobre as articulações dos *homens de letras* nos meandros do poder e sobre as *representações* nos constructos culturais sul-mato-grossenses mostram que o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, igualmente, tentam divulgar os interesses culturais, políticos e econômicos sul-mato-grossenses por meio do passado. Assim, a *história* tem papel fundamental no discurso do poder simbólico do estado de MS.

Ao analisar parte das obras de Demóstenes Martins, Hildebrando Campestrini, João Barbosa Rodrigues, Paulo Coelho Machado, José Couto Vieira Pontes, Otávio Gonçalves Gomes, Elpídio Reis, entre outros sócios do IHG-MS e da ASL, percebe-se que esses autores expressam modos bastante peculiares de criação nos constructos culturais sobre as identidades sul-mato-grossenses. Cada um, em seu cenário particular, em suas escritas, privilegia a *história* e define quais os significados importantes no passado de MS.

As publicações realizadas por meio dessas entidades, entre artigos, textos em prosa, ensaios, memórias, contos, crônicas, poemas e outros, são, em sua grande maioria, tentativas de criar uma *identidade sul-mato-grossense* homogênea para toda a população

residente no estado de MS. Apesar de publicarem e divulgarem razoavelmente desde 1972, principalmente nos meios de comunicação e na internet, a partir de 2004, na prática, essas entidades não conseguem alcançar os objetivos propostos de instituir uma identificação *própria* sul-mato-grossense.

Desse modo, foram publicados pelos sócios fundadores da ASL e do IHG-MS inúmeros livros e artigos sobre a literatura e a historiografia de Mato Grosso do Sul, patrocinados por meio de convênios, Tribunal de Justiça (TJ-MS), prefeitura de Campo Grande, universidades, projetos de incentivo à cultura estadual como o Fundo de Investimentos Culturais (FIC/MS), entre outros, além de inúmeras obras financiadas pelos próprios autores. Essas entidades (ASL e IHG-MS) começam a publicar regularmente obras que divulgam o passado do estado de Mato Grosso do Sul.

A possibilidade de pertencer, como sócio, ao IHG-MS e à ASL, apresenta uma insígnia de *poder*, de *intelectualidade* e de *prestígio*.

Para a constituição de uma *história* própria sul-mato-grossense, é preciso lembrar que isso envolve diversos embates simbólicos pela apropriação dos eventos do passado, tanto os que devem ser lembrados bem como os que devem ser esquecidos.

A *história* publicada pelos *homens de letras* de Mato Grosso do Sul tem uma intenção objetiva de convencionar uma *tradição*, ou seja, eles tentam “recuperar fatos” para entrar no *culto da história*, difundindo acontecimentos belicosos, com o desígnio de divulgarem os antepassados sul-mato-grossenses como valentes, corajosos, destemidos, temerários e patrióticos. Os fatos ocorridos em territórios de MS, como a Guerra do Paraguai, (especialmente a Retirada da Laguna), a Coluna Prestes, a Revolução Constitucionalista de 1932, são considerados, pelos intelectuais sul-mato-grossenses, como motivo de muito orgulho, por isso são *episódios* sempre lembrados na memória de MS, para manterem-se como *tradição*.

Nesse sentido, a *tradição* divulgada pelos *homens de letras* de MS é carregada de ideologias, já que enaltece os fazendeiros como benfeitores do *progresso* e da *civilização*, bem como os *defensores* e *guardiões da fronteira*, além de serem os protagonistas da *divisão do estado* e da *criação do MS*.

Vale a pena ressaltar que os índios, de uma maneira geral (retratados pelos intelectuais do IHG-MS e da ASL), sempre foram considerados como um empecilho para o

progresso e para a *civilização*, ao mesmo tempo em que (com o avanço da indústria do turismo, a partir dos anos oitenta do século XX) apresentam um “índio idealizado”, o *Guaicuru*, como sendo o epônimo de MS e silenciam completamente sobre outras etnias, além de não divulgar nada da presença afro-descendente na história de Mato Grosso do Sul (é como que se não existissem *negros* no estado).

É importante salientar que a ação colonizadora portuguesa, espanhola e brasileira, foi responsável pela destruição e desestruturação das comunidades indígenas, quer pela força das armas contra aqueles que defendiam seu território, quer pela exploração sistemática do trabalho, ou, ainda, através do processo de aculturação, promovido pelo próprio sistema de exploração capitalista, com a importação de milhões de africanos para o trabalho escravo em benefício da Metrópole e pela ação catequética dos missionários católicos, a partir do século XV. Os indígenas foram expulsos de suas terras por grileiros, fazendeiros, e acomodados nas periferias de cidades, vilas, povoados, em aldeias e “reservas” em Mato Grosso do Sul.

Portanto, a *história* divulgada por meio de obras publicadas pelo IHG-MS e pela ASL, em suas narrativas, privilegia os pioneiros (brancos, portugueses, espanhóis e as famílias tradicionais) à medida que eleva suas conquistas pelas Guerras e combates ocorridos em territórios de Mato Grosso do Sul. É preciso lembrar que os sócios dessas entidades representam os seus interesses sociais baseados em um universo cultural e moral conservador, etnocêntrico e eurocêntrico.

Tanto o IHG-MS como a ASL são espaços de poder simbólico de fundamental importância para a criação de identidades sul-mato-grossenses, para a fomentação da cultura própria de Mato Grosso do Sul, assim como pela publicação periódica de livros, revistas e jornais de autores do estado de MS.

A ASL e o IHG-MS, enquanto espaços de poder, são também espaços de conflitos simbólicos, disputas por cargos, por indicações de patronos, por publicações, medalhas, prêmios; não há univocidade, esses espaços são marcados por lutas pelo poder, de grupos ou até mesmo individual. Mas é importante ressaltar, pelo menos até o momento estudado (2006), que não há divergência em construir uma história própria que represente os antepassados sul-mato-grossenses como valentes, destemidos, defensores de suas terras e, conseqüentemente, do Brasil.

Desse modo, tanto o IHG-MS como a ASL empenham-se em criar um passado comum, solidificar mitos de fundação, ilustrar personalidades e ordenar os fatos, acontecimentos, episódios, buscando a homogeneidade em figuras de representação identitária que são edificadas e construídas para disseminar como pertencimento a todos os residentes em Mato Grosso do Sul.

A *história* escrita e divulgada sobre o Estado de Mato Grosso do Sul pelos sócios do IHG-MS e da ASL apresenta um sentido, uma forma e um conteúdo do discurso dominante.

Nesse sentido, os *homens de letras* de Mato Grosso do Sul constroem heróis, mitos, acontecimentos e fatos para serem cultuados, adorados, lembrados, idolatrados e amados. Portanto, tentam estabelecer uma *identidade* que deve ser *homenageada e homogeneizada* por todos os sul-mato-grossenses. Justificam, desse modo, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, como que se fosse um anseio local, natural e sem traumas.

Não existe nenhum fundador de Mato Grosso do Sul no imaginário sul-mato-grossense aceito por todos. Apesar das tentativas realizadas de se criarem tais figuras, não se obteve sucesso. Uma das razões é pelo fato de que a criação do estado de Mato Grosso do Sul foi uma decisão de cima para baixo; uma determinação autoritária, ou melhor, imposta, não se tratando de algo conquistado pela população, já que foi por meio do processo ditatorial, feito nos bastidores, concretizado nos subterrâneos do poder, para fortalecer e beneficiar o alto escalão do jogo político a permanecer no comando do poder (ARENA), e não por reivindicação de sua população propriamente entendida.

Por isso, a importância do debate e da discussão do poder simbólico, das suas representações e do seu papel no mundo social. Principalmente em um estado criado pela ditadura militar para beneficiar uma elite política mandante a se perpetuar no poder.

Lembro que o leitor sempre interage com múltiplas leituras e olhares; que igualmente todas as pessoas são agentes sociais; todos interagem, reelaboram-se, ressignificam-se – ninguém é pacífico. Ninguém é completamente dominado ou se domina totalmente. A cultura é dinâmica. Toda cultura é fronteiriça. A história humana não é predeterminada por nenhuma lei nem, tampouco, está sujeita a previsões.

Espero poder contribuir, com este estudo, para a discussão das múltiplas possibilidades da construção da história de Mato Grosso do Sul e, ao mesmo tempo,

instigar outros pesquisadores, para se chegar a um saber mais amplo, plural e híbrido, sobre o poder simbólico de MS, refletindo a multi-situacionalidade das suas origens. Ou seja, sem negar a importância da história publicada pelos *homens de letras*, o desafio centra-se na proposta de criação de um conhecimento em que se articulem saberes heterogêneos. Essa mesma crítica sobre a identidade sul-mato-grossense também se encontra na expressão artística de grupos e autores considerados marginalizados, assim como em novos estudos sobre as narrativas históricas sul-mato-grossenses, realizados por pesquisadores universitários. E que os mesmos possam fornecer uma história alternativa ou uma contra-narrativa, em resposta à colonização dos povos e das mentes, incutida e justificada pelos discursos históricos hegemônicos.

REFERÊNCIAS

FONTES MEMORIALISTAS

A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.

BARROS, Abílio Leite de. Por que todo fazendeiro do Pantanal é doutor? *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, n. 7, p. 58-60, mar. 2005.

CAMPESTRINI, Hildebrando. A saga da divisão. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, p. 15-23, jun. 2004.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Artes e Cultura em Campo Grande*. Campo Grande: FUCMAT, 1976. 82 p.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Pequeno histórico da Academia. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.acletrasms.com.br>>. Acesso em: 25-03-2004.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Questões gramaticais sul-mato-grossenses*. Campo Grande: IHG-MS / Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2003.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba*. 2. ed. Campo Grande: IHG-MS, 2002.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Campo Grande: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.

CEBALHO, Mariano. Guaicurus um símbolo. In: GOMES, Otávio Gonçalves. *A poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1983. p. 128-129.

CONGRO, Rosário. *O município de Campo Grande*. Campo Grande: IHG-MS, 2004.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Poemas. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 2, p.15-34, dez. 2003.

ENCISO, Oliva. *Mato Grosso do Sul: Minha terra*. São Paulo: Editora Resenha Ltda, 1986. 179 p.

GOMES, Otávio Gonçalves. *A Poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1984.

- GOMES, Otávio Gonçalves. *Discurso do Presidente da Academia, Dr. Otávio Gonçalves Gomes*. In: CADEIRA n.º 40. Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987.
- GOMES, Otávio Gonçalves. *Saudando o novo Acadêmico*. In: ELPÍDIO Reis na cadeira n.º 29. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1982.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: suas causas (1832-1864)*. Campo Grande: UCDB. 2000.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A saga bandeirante*. Campo Grande: UCDB. 2001.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande, MS: UCDB, 1999.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé: A Campanha do Apa*. Campo Grande, MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988. (Série historiográfica).
- LINS, José Pereira. Discurso proferido pelo orador oficial da ADL. *Jornal Letras Douradenses*, Dourados, n. VI, ano II, fev. 1994.
- LINS, José pereira; OLIVEIRA, Doratildo Pereira de. *Lobivar de Matos: o poeta desconhecido*. Dourados: Colégio Oswaldo Cruz, 1994.
- MACHADO, Eduardo Olimpo. *O Homem, O Meio, Seu Tempo*. São Paulo: Vaner Bicego-Editora, 1976.
- MACHADO, Paulo. *A rua principal: Pelas ruas de Campo Grande*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. (Série historiográfica).
- MACHADO, Paulo Coelho. *A rua velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.
- MACHADO, Paulo Coelho. O Estado de Sítio. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 50-52, set. 2003.
- MARTINS, Demosthenes. *Campo Grande: Aspectos Jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande, MT: Alvorada, 1972. 62 p.
- MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada*. Campo Grande: Alvorada, 1980.
- MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: Estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Graf. Barbero, 1944.
- MENDONÇA, Rubens. *Histórias das Revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Bonito, 1970.

MESQUITA, José de. *A Academia Mattogrossense de Letras (Notícia Histórica)*. Cuyabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1941.

MESQUITA, José de. *O Sentido da Literatura Mattogrossense*. Conferência feita no “Centro Mattogrossense” do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1936, pelo Desembargador José de Mesquita, Presidente da Academia Mato-grossense de Letras. Disponível em: <<http://jmesquita.brtdata.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2004.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. *História da Fundação de Campo Grande*. Campo Grande: IHG-MS, 2001.

PEREIRA, Geraldo Ramon. Adeus a Otávio Gonçalves Gomes. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.

PIRES, Enilda Mongenot. Boa história sobrevive da simplicidade. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 5, v. 1, p. 81-94, set. 2004.

PONTES, José Couto Vieira. In: SERRA, Ulisses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande: TJ-MS, 1989.

PONTES, José Couto Vieira. *História da Literatura Sul-Mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981.

PONTES, José Couto Vieira. Literatura. In: ROSA, Maria da Glória Sá; MENEGAZZO, Maria Adélia; RODRIGUES, Idara Negreiros Duncan. *Memória da Arte em MS: Histórias de Vida*. Campo Grande: UFMS/CECITEC, 1992. p. 26-45.

PÓVOAS, Lenine Campos. In: CADEIRA n.º 40. Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987.

PÓVOAS, Lenine Campos. *Síntese de História de Mato Grosso*. 2. ed. Cuiabá: IHG-MS, 1992.

PRADO, Francisco Rodrigues do. Os Guaicurus. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 8, p. 91-92, jun. 2005.

QUEIROZ, Francisco Leal de. Introdução. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 2, dez. 2003.

REIS, Elpídio. In: GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé: A Campanha do apa*. Campo Grande : TJ-MS, 1988. (Série historiográfica).

REIS, Elpídio. *Academia: Jubileu de Prata*. Campo Grande: ASL, 1996.

REIS, Elpídio. *Elpídio Reis na cadeira n.º 29*. Rio de Janeiro: ASL, 1982. 22 p.

REIS, Elpídio. *O velho*. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 39-43, set. 2003.

- REIS, Elpídio. *Ponta Porã antes, durante e depois*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005. 15 p. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 1 mar. 2006.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. Canto de amor e lamento da mulher Guaicuru. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. *O homem e a terra*. Campo Grande: IHG-MS, 1993. 461 p.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. Os Bandeirantes. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. Pantanal. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.
- RODRIGUES, José Barbosa. A extração da erva-mate. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 77-82, set. 2003.
- RODRIGUES, José Barbosa. A imigração gaúcha. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 82-85, set. 2003.
- RODRIGUES, José Barbosa. Criação do Território de Ponta Porã. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 86-89, set. 2003.
- RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato do Grosso do Sul*. São Paulo: Editora do Escritor, 1985.
- RODRIGUES, José Barbosa. *Isto é Mato Grosso do sul: Nasce um estado*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978. 141 p.
- ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*. Campo Grande: Secretaria Estadual de Cultura-MS, 1990.
- ROSA, Maria da Glória Sá; MENEGAZZO, Maria Adélia; RODRIGUES, Idara Negreiros Duncan. *Memória da Arte em MS: Histórias de Vida*. Campo Grande: UFMS/CECITEC, 1992.
- ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande: IHG-MS, 2004.
- SALDANHA, Athamaril. *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Janeiro de 2004. 140 p.
- SERRA, Ulysses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande: TJ-MS, 1989.
- VALE, Hugo Pereira do. Prefácio. In: GOMES, Otávio Gonçalves. *Lampejo*. Campo Grande: Alvorada, 1972.

WEINGÄRTNER, Alisoete Antonia dos Santos. *Mato Grosso do Sul: Uma trajetória divisionista*. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/cgr/historia/divisao.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

FONTES PODERES

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 157 p. (Coleção Fontes Novas).

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 2v. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

BITTAR, Marisa; MATO-GROSSO, Fausto; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. Política, Partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 69-78, set. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CHARTIER, Roger. História intelectual e História das Mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.

CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. 4. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1996.

COLODEL, José Augusto. *Portugueses, espanhóis e indígenas: Os conflitos pela posse da Região Oeste manifestam-se desde cedo*. Cascavel: Assoeste, 1988.

DOMINGOS, Gilson Lima. *A Memória e História no Pantanal Sul-mato-grossense*. UFMS/Câmpus de Dourados. Setembro de 2005. 9 p. (Mimeo).

FALCON, Francisco. *História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. e apres. de Liv Sovik. Trad. de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério da integração Nacional, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A representação ficcional do Rio Grande do Sul na obra de Cyro Martins*. Disponível em: <http://www.celpcyro.org.br/represFiccional_RS.php>. Acesso em: 15 jul. 2003.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: Um breve ensaio*. CPDO-UFMS, Maio de 2005. 25 p. (mimeo).

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo Sul de Mato Grosso (Séculos XIX E XX): Notas para Discussão*. Dourados: UFMS, 2004. 27 p. (Mimeo).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituição e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (Capítulo 4: Os institutos históricos e geográficos “Guardiões da História Oficial”, p. 99-117).

ZILIANI, José Carlos. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. Dissertação (Mestrado) – UFMS, Dourados-MS, 2000.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

FONTES INTERNET

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>.

CAMPESTRINI. Pequeno histórico da Academia. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.acletrasms.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

CASTRO, Celso. *Golpe de 1964*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/nav>>. Acesso em: 15 maio 2006.

COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. *Movimento político-militar de 1964*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

ESTATUTO do IHGMS. p. 1. 2003. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2003.

EVANGELISTA. Helio de Araújo. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<<http://www.feth.ggf.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>.

KEMP, Pedro. *Em busca da identidade perdida: mudar é preciso*. Disponível em: www.campograndenews.com.br. Acesso em: 2 fev 2004.

MAIA, Cesar. *A fusão do estado da Guanabara*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/jornal/especiais/fusao/167273095.asp>>. Acesso em 10 jun. 2006.

MESQUITA. José de. *O Sentido da Literatura Mattogrossense*. Conferência feita no “Centro Mattogrossense” do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1936, pelo Desembargador José de Mesquita, Presidente da Academia Mato-grossense de Letras. Disponível em: <<http://jmesquita.brtdata.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A representação ficcional do Rio Grande do Sul na obra de Cyro Martins*. <http://www.celpcyro.org.br/represFiccional_RS.php>. Acesso em: 15 jul. 2003.

REIS, Daniel Aarão. *A Ditadura Militar no Brasil: Uma incômoda memória*. Disponível em: <<http://www.ufrj.com.br>>. Acesso em: 15 ago. 2003.

REIS, Elpídio. *Ponta Porã antes, durante e depois*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2005. 15p. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 1 mar. 2006.

RIO DE JANEIRO. Empresa municipal de multimeios – Multirio. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>>. Acesso em: 7 jun. 2005.

WEINGÄRTNER, Alisoete Antonia dos Santos. *Mato Grosso do Sul: Uma trajetória divisionista*. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/cgr/historia/divisao.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.

<http://www.acletras.ms.com.br>

<http://www.camaraonline.ms.gov.br/sec.htm?cont=historia>

http://www.ccerqueira.hpg.ig.com.br/divisao_do_estado2.htm

<http://www.clicnews.com.br>

<http://www.glogernet.pro.br/glogernet/cultura&lazer/escritores/ANE/ane.htm>

<http://www.ihgms.com.br/>

<http://www.literaturanews.com.br>

<http://planeta.terra.com.br/arte/campograndems/>

<http://www.ucdb.br>.

<http://www.uems.br>.

<http://www.ufms.br>.

<http://www.uniderp.br/atlas/cgrande.htm>

FONTES JORNAIS

BIASOTTO, Wilson Valentim. *Prá quem fica a seriema? O progresso*, Dourados, 10 maio 1999, p. 2.

SILVA, Valfrido. *Estado do PT e a seriema. O progresso*, Dourados, 10 maio 1999, p. 2.

FONTES DOCUMENTOS

MATO GROSSO DO SUL – UMA OPÇÃO DE INVESTIMENTO DE BAIXO RISCO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Desenvolvimento-MS – IDESUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Gestão de Wilson Barbosa Martins. Documento apresentado por ocasião do Fórum das Américas – Outubro de 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.

ABREU, Silvana. *Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço Matogrossense. Contexto, propósitos e contradições*. São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado). In:

Ocupação, Racionalização e Consolidação do Centro-oeste Brasileiro: O Espaço Mato-grossense e a Integração Nacional.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *O Estado de Maracaju: A construção de uma identidade para os sul-mato-grossenses*. 2004. 70 f. Monografia (Especialização em Historiografia e Ensino de História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BARROS, Abílio Leite de. Por que todo fazendeiro do Pantanal é doutor? *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 7, p. 58-60, março de 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. (Interrogando a identidade, p. 70-104).

BIASOTTO, Wilson Valentim. Prá quem fica a seriema? *O Progresso*, Dourados, 10 maio 1999, p. 2.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 157 p. (Coleção Fontes Novas).

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 2v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

BITTAR, Marisa; MATO-GROSSO, Fausto; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. Política, Partido e Estado: Uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 69-78, Set. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa : Difel. 1989.

CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. São Paulo: *Revista Brasileira de História*. v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

CAMPESTRINI, Hildebrando. A saga da divisão. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, p. 15-23, jun. 2004.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Artes e Cultura em Campo Grande*. Campo Grande: FUCMAT, 1976. 82 p.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Pequeno histórico da Academia. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.acletrasms.com.br>>. Acesso em: 25-03-2004.

- CAMPESTRINI, Hildebrando. *Questões gramaticais sul-mato-grossenses*. Campo Grande: IHG-MS / Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2003.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba*. 2. ed. Campo Grande: IHG-MS, 2002.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Campo Grande: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CASTRO, Celso. *Golpe de 1964*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/nav>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- CEBALHO, Mariano. *Guaicurus um símbolo*. In: GOMES, Otávio Gonçalves. *A poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1983. p. 128-129.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e História das Mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. 4. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1996.
- COLODEL, José Augusto. *Portugueses, espanhóis e indígenas: Os conflitos pela posse da Região Oeste manifestam-se desde cedo*. Cascavel: Assoeste, 1988.
- CONGRO, Rosário. *O município de Campo Grande*. Campo Grande: IHG-MS, 2004.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Poemas. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 2, p.15-34, dez. 2003.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995. 192 p.
- CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969.
- COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. *Movimento político-militar de 1964*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.
- ENCISO, Oliva. *Mato Grosso do Sul: Minha terra*. São Paulo: Editora Resenha Ltda, 1986. 179 p.
- DOMINGOS, Gilson Lima. *A Memória e História no Pantanal Sul-mato-grossense*. UFMS/Câmpus de Dourados. Setembro de 2005. 9 p. (Mimeo).

ESTATUTO do IHGMS. p. 1. 2003. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2003.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<<http://www.feth.ggf.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

FALCON, Francisco. *História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Delta, 1974.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP/Assis, 1999. 374 p.

GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

GOMES, Otávio Gonçalves. *A Poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1984.

GOMES, Otávio Gonçalves. *Discurso do Presidente da Academia, Dr. Otávio Gonçalves Gomes*. In: CADEIRA n.º 40. Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987.

GOMES, Otávio Gonçalves. *Saudando o novo Acadêmico*. In: ELPÍDIO Reis na cadeira n.º 29. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1982.

GRAMSCI. *Sobre Poder, Política e Partido*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: suas causas (1832-1864)*. Campo Grande: UCDB. 2000.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A saga bandeirante*. Campo Grande: UCDB. 2001.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande, MS: UCDB, 1999.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé: A Campanha do Apa*. Campo Grande, MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988. (Série historiográfica).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. e apres. de Liv Sovik. Trad. de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KEMP, Pedro. *Em busca da identidade perdida: mudar é preciso*. Disponível em: www.campograndenews.com.br. Acesso em: 2 fev 2004.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LINS, José Pereira. Discurso proferido pelo orador oficial da ADL. *Jornal Letras Douradenses*, Dourados, n. VI, ano II, fev. 1994.
- LINS, José Pereira; OLIVEIRA, Doratildo Pereira de. *Lobivar de Matos: o poeta desconhecido*. Dourados: Colégio Oswaldo Cruz, 1994.
- MACHADO, Eduardo Olimpo. *O Homem, O Meio, Seu Tempo*. São Paulo: Vaner Bicego-Editora, 1976.
- MACHADO, Paulo. *A rua principal: Pelas ruas de Campo Grande*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. (Série historiográfica).
- MACHADO, Paulo Coelho. *A rua velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.
- MACHADO, Paulo Coelho. O Estado de Sítio. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 50-52, set. 2003.
- MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério da integração Nacional, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).
- MAIA, Cesar. *A fusão do estado da Guanabara*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/jornal/especiais/fusao/167273095.asp>>. Acesso em 10 jun. 2006.
- MARTINS, Demosthenes. *Campo Grande: Aspectos Jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande, MT: Alvorada, 1972. 62 p.
- MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada*. Campo Grande: Alvorada, 1980.

- MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: Estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Graf. Barbero, 1944.
- MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste*. Campo Grande: IHG/MS, 2004.
- MENDONÇA, Rubens. *Histórias das Revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Bonito, 1970.
- MESQUITA, José de. *A Academia Mattogrossense de Letras (Notícia Histórica)*. Cuyabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1941.
- MESQUITA, José de. *O Sentido da Literatura Mattogrossense*. Conferência feita no “Centro Mattogrossense” do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1936, pelo Desembargador José de Mesquita, Presidente da Academia Mato-grossense de Letras. Disponível em: <<http://jmesquita.brtdata.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2004.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PAMPLONA, Marco A. Ambigüidades do pensamento latino-americano: Intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3-31, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A representação ficcional do Rio Grande do Sul na obra de Cyro Martins*. Disponível em: < http://www.celpsyro.org.br/represFiccional_RS.php>. Acesso em: 15 jul. 2003.
- PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. *História da fundação de Campo Grande*. Campo Grande: IHG-MS, 2001.
- PEREIRA, Geraldo Ramon. Adeus a Otávio Gonçalves Gomes. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.
- PIRES, Enilda Mongenot. Boa história sobrevive da simplicidade. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 5, v. 1, p. 81-94, set. 2004.
- PONTES, José Couto Vieira. In: SERRA, Ulisses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande: TJ-MS, 1989.
- PONTES, José Couto Vieira. *História da Literatura Sul-Mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981.
- PONTES, José Couto Vieira. Literatura. In: ROSA, Maria da Glória Sá; MENEGAZZO, Maria Adélia; RODRIGUES, Idara Negreiros Duncan. *Memória da Arte em MS: Histórias de Vida*. Campo Grande: UFMS/CECITEC, 1992. p. 26-45.
- PÓVOAS, Lenine Campos. In: CADEIRA n.º 40. Posse do Acadêmico Lenine de Campos Póvoas. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1987.

- PÓVOAS, Lenine Campos. *Síntese de História de Mato Grosso*. 2. ed. Cuiabá: IHG-MS, 1992.
- PRADO, Francisco Rodrigues do. Os Guaicurus. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 8, p. 91-92, jun. 2005.
- QUEIROZ, Francisco Leal de. Introdução. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 2, dez. 2003.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e "identidade" mato-grossense e sul-mato-grossense: Um breve ensaio*. CPDO-UFMS, Maio de 2005. 25 p. (mimeo).
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo Sul de Mato Grosso (Séculos XIX E XX): Notas para Discussão*. Dourados: UFMS, 2004. 27 p. (Mimeo).
- REIS, Daniel Aarão. *A Ditadura Militar no Brasil: Uma incômoda memória*. Disponível em: < <http://www.ufrj.com.br>>. Acesso em: 15 ago. 2003.
- REIS, Elpídio. In: GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé: A Campanha do apa*. Campo Grande : TJ-MS, 1988. (Série historiográfica).
- REIS, Elpídio. *Academia: Jubileu de Prata*. Campo Grande: ASL, 1996.
- REIS, Elpídio. *Elpídio Reis na cadeira n.º 29*. Rio de Janeiro: ASL, 1982. 22 p.
- REIS, Elpídio. *O velho*. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 39-43, set. 2003.
- REIS, Elpídio. *Ponta Porã antes, durante e depois*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005. 15 p. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 1 mar. 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. Canto de amor e lamento da mulher Guaicuru. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. *O homem e a terra*. Campo Grande: IHG-MS, 1993. 461 p.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. Os Bandeirantes. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.
- RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. Pantanal. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 4, jun. 2004.

- RODRIGUES, José Barbosa. A extração da erva-mate. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 77-82, set. 2003.
- RODRIGUES, José Barbosa. A imigração gaúcha. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 82-85, set. 2003.
- RODRIGUES, José Barbosa. Criação do Território de Ponta Porã. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, n. 1, p. 86-89, set. 2003.
- RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato do Grosso do Sul*. São Paulo: Editora do Escritor, 1985.
- RODRIGUES, José Barbosa. *Isto é Mato Grosso do sul: Nasce um estado*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978. 141 p.
- ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*. Campo Grande: Secretaria Estadual de Cultura-MS, 1990.
- ROSA, Maria da Glória Sá; MENEGAZZO, Maria Adélia; RODRIGUES, Idara Negreiros Duncan. *Memória da Arte em MS: Histórias de Vida*. Campo Grande: UFMS/CECITEC, 1992.
- SALDANHA, Athamaril. *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Janeiro de 2004. 140 p.
- SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituição e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (Capítulo 4: Os institutos históricos e geográficos “Guardiões da História Oficial”, p. 99-117).
- SERRA, Ulysses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande: TJ-MS, 1989.
- SILVA, Valfrido. Estado do PT e a seriema. *O Progresso*, Dourados, 10 maio 1999, p. 2.
- VALE, Hugo Pereira do. Prefácio. In: GOMES, Otávio Gonçalves. *Lampejo*. Campo Grande: Alvorada, 1972.
- WEINGÄRTNER, Alisoleté Antonia dos Santos. *Mato Grosso do Sul: Uma trajetória divisionista*. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/cgr/historia/divisao.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.
- ZILIANI, José Carlos. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. Dissertação (Mestrado) – UFMS, Dourados-MS, 2000.
- ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 161, n. 408, p. 419-435, jul./set. 2000.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, _____ de _____ de 2006.

CARLOS MAGNO MIERES AMARILHA